

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**JUVENTUDE E POLÍTICA NOS ANOS 1990:
UM ESTUDO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**

JOÃO PEDRO SCHMIDT

Porto Alegre, outubro de 2000.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**JUVENTUDE E POLÍTICA NOS ANOS 1990:
UM ESTUDO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL**

JOÃO PEDRO SCHMIDT

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Baquero

Porto Alegre, outubro de 2000.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Entre muitos, destaco algumas pessoas e instituições que foram particularmente decisivas para a sua consecução.

À Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), que me proporcionou condições materiais e de tempo para a realização do doutorado. Sou grato particularmente à Reitoria e aos colegas do Departamento de Ciências Humanas, com os quais pude discutir os rumos desta pesquisa.

Ao Núcleo de Pesquisa Social da UNISC, na pessoa do professor Renato Michel, que prestou a indispensável assessoria estatística.

Aos auxiliares diretos da pesquisa, fundamentais para o adequado encaminhamento da pesquisa nas diversas cidades – Caren Schultes Borges (Santa Cruz do Sul e Porto Alegre), José Cesar Medeiros (Viçosa), Matheus Vinicius da Silva (Belo Horizonte), Edina Lima Cardoso e Soraya Borges (Rio Verde), Arilene Martins de Sousa e Deusdete José de Oliveira (Goiânia), Ermiro José de Carvalho e Edmundo Galindo (Arcoverde), Rosinete da Paz Dantas (Recife). À Simone Beling (tabulação das questões abertas) e Carmem Menezes Moraes (digitação), pelo seu empenho e atenção.

À CAPES, que auxiliou com recursos financeiros.

Ao professor Dr. Marcello Baquero, orientador da tese, guia e motivador de todo este trabalho. Sua dedicação e estímulo proporcionaram a segurança e o entusiasmo necessários a todo pesquisador.

À Magda, que teve a indispensável paciência e proporcionou o apoio para que esta prolongada tarefa chegasse a bom termo.

RESUMO

O trabalho investiga a constituição de atitudes políticas nos jovens brasileiros dos anos 1990, no contexto do debate sobre a consolidação da democracia brasileira. Com base na literatura nacional e internacional relevante, são previamente estabelecidos os referenciais teóricos que atestam a relevância dos estudos de socialização e cultura política para a compreensão da estabilidade e mudança dos sistemas políticos, particularmente da democracia. São enfocados aspectos importantes da sociedade e do Estado brasileiros, na tentativa de contextualizar os dados obtidos na pesquisa empírica. A juventude é tratada como um fenômeno sócio-histórico, o que se traduz na análise de sua presença no mundo e particularmente no Brasil da década de 1990. Estabelecidos os pressupostos teóricos, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa empírica, que consistiu num *survey* aplicado no ano de 1999, em oito cidades brasileiras, pertencentes a quatro diferentes regiões geográficas. As respostas de 1.787 estudantes do ensino médio e de 857 pais/responsáveis fornecem os dados para delinear aspectos centrais do processo de socialização política juvenil. Constata-se que as atitudes políticas dos jovens são condizentes com a cultura política híbrida prevalecente hoje no Brasil e que não constituem uma subcultura política específica, diferenciada da cultura política dos adultos. O confronto das opiniões dos jovens com as de seus pais mostra também que a influência dos pais exerce um papel limitado no processo de socialização política dos jovens.

Palavras-chave: socialização política, jovens brasileiros, juventude, cultura política.

ABSTRACT

The work investigates the constitution of political attitudes in the Brazilian young people of the years 1990, in the context of the debate about the consolidation of the Brazilian democracy. Based on the national and international relevant literature, are previously established the theoretical references which attest the relevance of the socialization studies and political culture for the understanding of the stability and change of the political systems, particularly of the democracy. Central aspects of the society and Brazilian State are focused, in the attempt of contextualizing the data obtained in the empiric research. The youth is treated as a social-historical phenomenon, what is translated in the analysis of its presence in the world and particularly in Brazil of the decade of 1990. Established the theoretical assumptions, the results of the empiric research, which consisted in a survey applied in the year of 1999, in eight Brazilian cities, belonging to four different geographical areas, are presented and analyzed. The answers of 1.787 students of High school and of 857 parents/responsible supply the data to delineate central aspects of the process of juvenile political socialization. It is verified that the youths' political attitudes are suitable with the hybrid political culture prevalent today in Brazil and that such attitudes do not constitute a specific political subculture, different from the adults' political culture. The confrontation of the youths' opinions with the one of their parents also shows that the parents' influence exercises a limited role in the process of the youths' political socialization.

Key-words: political socialization, Brazilian young people, youth, political culture.

SUMÁRIO

RESUMO	04
ABSTRACT	05
LISTA DE TABELAS E FIGURAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	13
1. CULTURA POLÍTICA.....	24
1.1. Cultura política - antecedentes históricos.....	26
1.2. A cultura política como área de pesquisa específica.....	33
1.3. Atitudes, personalidade e comportamento políticos.....	36
1.4. Eficácia política e capital social	42
1.5. Sofisticação política.....	45
1.6. O poder explicativo do conceito de cultura política.....	48
2. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	56
2.1. O que é socialização política	56
2.2 Quando ocorre a socialização política	58
2.3. Como ocorre a socialização política.....	62
2.4. As principais agências de socialização política	65
2.4.1. A família.....	66
2.4.2. A escola.....	69
2.4.3. A mídia	72
2.5. Condicionantes da socialização política.....	75
2.5.1. Idade	76
2.5.1.1. O conceito de geração.....	76
2.5.2. Gênero.....	86
2.5.3. Escolaridade.....	88
2.5.4. Situação socioeconômica.....	90
2.5.5. Localização geográfica.....	95
2.6. A socialização política, o processo de cognição e o desenvolvimento moral.....	97
2.7. Há um padrão universal de socialização política?.....	104
2.8. O poder explicativo do conceito de socialização política.....	107
2.9. Diretrizes para uma abordagem latino-americana da socialização política.....	110

3. BRASIL, ANOS 1990.....	114
3.1. Aspectos demográficos, sociais e de gênero.....	114
3.1.1. População	114
3.1.2. Renda.....	117
3.1.3. Escolaridade	119
3.1.4. Dimensão de gênero – a mulher brasileira nos anos 1990	123
3.1.5. Perfil das famílias brasileiras	127
3.2. Aspectos econômicos	129
3.3. Estado e sociedade no Brasil	134
3.3.1. Aspectos históricos da relação entre Estado e sociedade	134
3.3.2. A sociedade civil.....	141
3.3.2.1. Associativismo e sindicalismo.....	142
3.3.2.2. Participação em atividades político-sociais.....	143
3.3.2.3. Movimentos sociais	145
3.3.2.4. A mídia	147
3.3.3. O Estado	152
3.3.4. Partidos políticos	156
3.4. Acontecimentos políticos relevantes	158
3.5. A cultura política brasileira	162
3.5.1. A cultura política tradicional.....	162
3.5.2. A nova cultura política: cultura híbrida	163
4. OS JOVENS BRASILEIROS DOS ANOS 1990	170
4.1. A relevância da pesquisa sobre os jovens	170
4.2. A relevância da pesquisa sobre a socialização política dos jovens	172
4.3. Os conceitos de juventude e adolescência.....	175
4.4. Os movimentos juvenis e estudantis	179
4.5. Os jovens dos anos 1990	184
4.5.1. “Geração anos 1990”?	184
4.5.2. O perfil dos jovens dos anos 1990.....	185
4.6. Atitudes e comportamentos políticos dos jovens.....	189
4.7. Os jovens brasileiros dos anos.....	195
4.7.1. Aspectos demográficos a onda jovem	195

4.7.2. O eleitorado juvenil	196
4.7.3. A cultura política dos jovens brasileiros	197
5. ASPECTOS METODOLÓGICOS	202
5.1. Conceção metodológica	202
5.1.1. Método e historicidade	203
5.1.2. A perspectiva comparativa	204
5.1.3. A opção pela técnica <i>survey</i>	206
5.2. Desenho da pesquisa	209
5.2.1. Período de realização	209
5.2.2. População	210
5.2.3. Plano de amostragem	210
5.2.4. Processamento estatístico dos resultados	212
5.2.5. Questionários	212
6. ATITUDES POLÍTICAS DOS JOVENS BRASILEIROS	213
6.1. Dados gerais da amostra	213
6.2. Atitudes acerca da sociedade e da política	215
6.2.1. Satisfação acerca da sociedade atual e expectativas frente ao futuro	215
6.2.2. Autodefinição, interesse e comunicação política	220
6.2.3. Informação política e confiança na mídia	225
6.2.4. Capital social: o nível de confiança em pessoas e instituições.....	230
6.3. Percepção da política no ambiente familiar.....	238
6.4. Percepção da política no ambiente escolar.....	243
6.5. Participação, voto e contato com instituições e agentes políticos.....	248
6.6. Preferências eleitorais, partidárias e ideológicas	259
6.7. Adesão e avaliação da democracia existente.....	269
6.8. Conhecimento sobre instituições políticas.....	277
6.9. Conceitualização política	279
6.10. Eficácia política	281
6.11. Sofisticação política.....	284
7. A TRANSMISSÃO DE ATITUDES POLÍTICAS NA FAMÍLIA	294
7.1 Caracterização da amostra dos pais.....	296
7.2. Comparação de atitudes políticas de pais e filhos	297

7.2.1. Interesse por política.....	297
7.2.2. Autodefinição política.....	299
7.2.3. Comunicação política	300
7.2.4. Eficácia política	301
7.2.5. Participação política	302
7.2.6. Contato com instituições e agentes políticos	304
7.2.7. Confiança nas instituições	306
7.2.8. Adesão à democracia	309
7.2.9. Expectativas sobre o futuro do Brasil	310
7.2.10. Preferências eleitorais e partidárias	311
7.2.11. Preferências partidárias	314
7.3. A transmissão de atitudes no ambiente familiar	315
7.3.1. Percepção da democracia no ambiente familiar	316
7.3.2. Comunicação política na família	317
7.4. Conhecimento mútuo de opções políticas de pais e filhos	319
7.4.1. Preferências partidárias	319
7.4.2. Preferências eleitorais	321
7.5. O papel da intencionalidade na socialização familiar	323
7.6. Conclusões	331
CONCLUSÕES	333
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	350
ANEXO 1 – Questionário dos estudantes	370
ANEXO 2 – Questionário dos pais/responsáveis	381
ANEXO 3 – Aspectos demográficos, sociopolíticos e econômicos dos municípios em que foi desenvolvida a pesquisa.....	387

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELAS

1 - População brasileira em 1996 e 2000.....	115
2 - Escolarização no Brasil (1995)	120
3 – Desempenho feminino em eleições municipais	125
4 - Índice de percepção de corrupção – Brasil	155
5 - Caracterização da amostra dos jovens	213
6 - Fontes de informação política	227
7 - Nível de confiança social	231
8 - Nível de confiança social - médias por variável.....	236
9 - Participação em atividades e organizações políticas	248
10 - Taxas de jovens por classe social que já participaram e pretendem participar em atividades e organizações políticas	253
11 - Atitudes acerca o voto	255
12 - Voto para presidente e governadores (1998)	260
13 - Autolocalização na escala esquerda-direita	264
14 - Autolocalização na escala esquerda-direita por variáveis	265
15 - Correlação entre autolocalização na escala esquerda-direita e voto para presidente em 1998.....	268
16 - Preferências sobre a melhor forma de governo	270
17 - Indicadores de eficácia política	281
18 - Índice de sofisticação política – médias por variável	288
19 - Caracterização da amostra dos pais/responsáveis	296
20 - Nível de confiança nas instituições – pais e filhos	307
21 - Voto para presidente e governadores (1998) – pais e filhos	312
22 - Preferências partidárias – pais e filhos	314
23 - Taxas de preferência idêntica de pais e filhos por formas de governo, em caso de intencionalidade e de não-intencionalidade dos pais	327
24 - Taxas de preferência partidária idêntica de pais e filhos, em caso de intencionalidade e de não-intencionalidade dos pais.....	328

25 - Taxas de voto idêntico de pais e filhos, em caso de intencionalidade e de não-intencionalidade dos pais	329
26 - Taxas de voto idêntico de pais e filhos, em caso de intencionalidade e de não-intencionalidade dos filhos.....	330

FIGURAS

1 - Distribuição de renda no Brasil	118
2 - Como se sentem os jovens na sociedade atual	216
3 - Expectativas quanto ao futuro do Brasil	219
4 - Autodefinição política	221
5 - Nível de interesse pela política	222
6 - Comunicação política	224
7 - Tempo médio dedicado à assistência à TV	226
8 - Confiança nas notícias divulgadas pela mídia	229
9 - Percepção da democracia no ambiente familiar	239
10 - Percepção da reação dos pais diante da decisão de participar da política.....	240
11 - Percepção do interesse dos pais pela política	241
12 - Comunicação política em família	242
13 - Percepção da democracia no ambiente escolar	243
14 - Posição sobre a discussão de assuntos políticos em aula	244
15 - Percepção sobre quem favorece mais o interesse pela política	245
16 - Percepção da reação dos professores diante da decisão de participar da política....	247
17 - Critério utilizado para definir o voto	256
18 - Contatos com instituições municipais.....	257
19 - Contatos com ocupantes de cargos públicos.....	258
20 - Preferências partidárias	262
21 - Alternativas para mudar o Brasil	274
22 - Taxa de jovens que admiram algum político	276
23 - Conhecimento sobre o legislativo e os partidos políticos	278

24 - Distribuição do índice de sofisticação política	286
25 - Os três públicos juvenis	287
26 - Nível de interesse pela política - pais e filhos	298
27 - Autodefinição política - pais e filhos	299
28 - Intensidade da comunicação política – pais e filhos	300
29 e 30 - Indicadores de eficácia política – pais e filhos	301
31 - Participação política – pais e filhos	303
32 - Contatos com instituições políticas municipais – pais e filhos	304
33 - Contatos com ocupantes de cargos públicos – pais e filhos	305
34 - Forma de governo preferida – pais e filhos	309
35 - Expectativas sobre o futuro – pais e filhos	310
36 - Percepção sobre democracia na família – pais e filhos	316
37 - Comunicação política dos jovens em família	317
38 - Comunicação política dos pais com os filhos	318
39 - Taxas de acerto dos jovens sobre a preferência partidária dos pais.....	319
40 - Taxas de acerto dos pais sobre a preferência partidária dos filhos.....	320
41 - Taxas de acertos dos jovens sobre o voto dos pais	321
42 - Taxas de acerto do voto dos filhos – pais	322
43 - Taxas de pais que procuram influenciar as idéias dos filhos	324
44 - Taxas de pais que procuram influenciar o voto dos filhos	324
45 - Posição dos jovens frente às idéias dos pais	325
46 - Taxas de jovens que tentam influenciar o voto dos pais	326

INTRODUÇÃO

Este estudo investiga a subjetividade política dos jovens brasileiros na década de 1990. Sob o pressuposto de que a legitimação conferida pelos cidadãos é um fator central para a estabilidade da democracia, são analisadas as orientações e atitudes políticas dos jovens. A análise teórica é testada via pesquisa empírica. Outrossim, o perfil atitudinal dos jovens é confrontado com o perfil atitudinal dos adultos, a partir dos resultados de *surveys* respondidos por estudantes do ensino médio e seus pais.

A consecução deste empreendimento teórico é apoiada na literatura nacional e internacional de socialização e cultura política, duas áreas da Ciência Política constituídas a partir do final dos anos 1950 nos Estados Unidos, depois na França e em diversos outros países. No Brasil, os estudos de socialização política ainda são bastante exíguos, e o presente intento constitui-se em uma tentativa inédita de fazer uma análise comparativa das atitudes políticas juvenis de quatro regiões geográficas do país. Não se trata de uma investigação que replique, na totalidade, estudos anteriores. O desenho e o instrumento da pesquisa foram elaborados levando-se em conta as especificidades da região estudada. Como toda pesquisa que incursiona em terreno pouco cultivado, há escassez de bússolas norteadoras, o que talvez possa ser considerado para relativizar suas fragilidades.

A orientação teórica aqui adotada não é nova, em termos gerais. É claro que a escolha dos autores e as opiniões emitidas ao longo do texto são de responsabilidade do autor, mas a diretriz geral acompanha a produção de outros pesquisadores brasileiros, como os do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Rio Grande do Sul. Esta diretriz consiste em valer-se do enfoque metodológico produzido pelos autores norte-americanos e europeus da área de cultura e socialização política, mas optando por novas matrizes teóricas e contextualizando a análise no panorama latino-americano. A primeira literatura da socialização e cultura política (Herbert Hyman, 1959; Almond e

Verba, 1965; David Easton, 1969; e outros) apoiou-se geralmente em pressupostos behavioristas e funcionalistas, teve claros compromissos com a concepção liberal-representativa de democracia, e incorreu em paroquialismo e etnocentrismo. Numa segunda fase (M. Kent Jennings e Richard Niemi, 1974; Annick Percheron, 1972), boa parte dessas limitações foram superadas, mas permaneceu a da contextualização da análise em um ambiente bastante diferente do nosso (Estados Unidos e Europa). Este trabalho pretende contribuir para a constituição de um enfoque latino-americano de socialização política.

No contexto da reflexão sobre os rumos da democracia na América Latina, terão os estudos de socialização política algo de importante a dizer? Qual é a contribuição que a socialização política pode trazer à compreensão dos processos democráticos? Sem dúvida, as pesquisas sobre socialização política podem dar relevantes contribuições para a teoria da democracia. Carole Pateman (1992, p. 137) já alertava em obra de 1970 que “as implicações das descobertas sobre socialização para a teoria da democracia contemporânea não foram apreciadas”. Para ela, essas descobertas são essenciais tanto para a teoria contemporânea de democracia (concepção liberal: a democracia é um método de seleção das elites através da competição pelo voto) como para a teoria participativa da democracia (a democracia é definida pela participação dos cidadãos no exercício do poder). Tanto o alerta como a ênfase dada por Pateman ao potencial da socialização continuam pertinentes hoje, particularmente na América Latina.

Os adeptos da democracia como método político, na esteira de Schumpeter (1961), preocupam-se hoje sobremaneira com a *estabilidade* ou a *consolidação* da democracia. E com bons motivos, pois as ameaças às instituições e os desvios das normas do Estado de Direito são freqüentes em diversos países da América Latina. Ora, a estabilidade pressupõe a aceitação e o apoio dos cidadãos às estruturas de autoridade constituídas. Nesse sentido, as pesquisas sobre socialização podem trazer importantes aportes sobre os fatores que incidem na formação de atitudes de apoio ou recusa das autoridades, de compreensão ou falta de compreensão dos mecanismos institucionais, do desenvolvimento de sentimentos de eficácia ou ineficácia, de apatia ou interesse pela política. Além disso, tais pesquisas trazem evidências sobre o vínculo entre as estruturas mais gerais de autoridade vigentes em

determinada sociedade e as estruturas governamentais. A estabilidade democrática, assim, passa a ser avaliada não apenas com base em elementos diretamente institucionais, mas também sociais em sentido amplo.

Os defensores da democracia participativa na América Latina preocupam-se com a estabilidade democrática, mas também com a ampliação da participação dos cidadãos no exercício do poder, seja nas instituições políticas, seja nas organizações da sociedade civil. As investigações sobre socialização podem auxiliar na compreensão dos processos subjetivos que obstaculizam ou impulsionam os cidadãos à participação ou à omissão, bem como os mecanismos mais apropriados para incentivar um indivíduo a dar “o primeiro passo” rumo à inserção ativa no mundo da política. Em tempos pós-Muro de Berlim e de globalização, a análise dos processos de socialização constitui-se em relevante espaço de reflexão sobre o condicionamento social dos indivíduos, particularmente no que tange à sua disposição de participar ou não. O ser humano é fruto das circunstâncias sociais e de suas opções pessoais. Comportar-se como sujeito ativo ou como indivíduo politicamente passivo tem muito a ver com a própria trajetória. O processo de constituição das atitudes políticas condiciona o comportamento. O “caráter democrático” não é inato, é construído. A partir desses pressupostos, evita-se sofismas acerca da indisposição e incapacidade do cidadão comum para a participação política. Se a regra nas diversas sociedades do século XX (socialistas, capitalistas, pré-capitalistas...) tem sido a exigüidade dos níveis de participação política, isto não precisa ser interpretado como expressão da “essência” humana, e sim como resultado de fatores sociais que indispõem à participação. A ausência de mecanismos de participação na família, na escola, no local de trabalho, prejudica sensivelmente a predisposição para a participação política. Ademais, como todas as atividades que exigem dispêndio de energia sem retorno imediato em termos econômicos ou de prazer físico, a participação política é fruto de educação, conforme já entendia Rousseau (1983).

Antes de aprofundar a relação entre democracia e socialização política, cabe explicitar a concepção de democracia e as condições para sua consolidação na América Latina. A concepção de democracia assumida pelo autor é a da *democracia social-participativa*, que se distingue da concepção da *democracia processual-representativa*. Esses termos designam pressupostos diversos para a democracia. Os defensores da

democracia social-participativa destacam, juntamente com as premissas institucionais, a necessidade de certas condições sociais mínimas e de formas de participação ativa dos cidadãos nas decisões políticas, que não se restringem ao ato de votar. Por outro lado, os que assumem a concepção da democracia processual-representativa vêem a democracia como um método competitivo de seleção de elites políticas, e insistem na importância das condições formais e processuais: voto secreto, sufrágio universal, eleições regulares, competição partidária, direito de associação e responsabilidade dos executivos. As premissas de uma concepção e de outra não são necessariamente excludentes, mas elas costumam assinalar posturas antagônicas na luta política. A primeira, derivada da tradição da Revolução Francesa, é própria dos grupos de esquerda e dos simpatizantes de alternativas ao sistema capitalista. A segunda, derivada da tradição anglo-saxônica, é característica dos setores liberais.

Na literatura internacional da Ciência Política predomina amplamente a concepção processual-representativa da democracia, tomada por muitos autores como a única teoricamente operacionalizável. (Huntington, 1994; Sartori, 1994) A operacionalização de um conceito é algo extremamente importante do ponto de vista teórico, mas é um critério insuficiente para uma opção com implicações tão profundas quanto as que estão em análise. O termo democracia surgiu com a conotação de soberania do povo e não pode ser reduzida à idéia de método de seleção de elites políticas sob a única justificativa da operacionalidade conceitual. Por outro lado, a operacionalização do conceito de democracia social-participativa é um desafio a ser enfrentado.

Nessa linha de argumentação, a manutenção de um regime democrático está na dependência de diversos fatores, entre eles: instituições eficientes e legitimadas, condições econômicas que aliem níveis razoáveis de renda com certa igualdade social, existência de atores políticos capazes de integrar as possibilidades conjunturais com os procedimentos próprios da democracia, e uma cultura democrática, assumida majoritariamente nos diversos segmentos sociais.

A literatura disponível não permite conclusões que apontem um ou outro desses fatores como o mais importante. Nem apresenta receituário democrático aplicável a todos ou mesmo à maioria dos países. A instauração e a estabilidade democrática continuam a ser

uma obra de engenharia política, a ser edificada com base na “*virtu*” (conhecimentos disponíveis, habilidade dos agentes políticos etc), mas sem dispensar o auxílio da “*fortuna*” (circunstâncias histórico-sociais favoráveis), conforme a clássica lição maquiaveliana.

Dito isso, pode-se voltar ao tema das relações entre socialização política e democracia. O potencial explicativo da socialização política ainda está em debate nos meios acadêmicos. Em 1972, Robert Dahl escrevia em *Poliarquia* que “atualmente e num futuro imprevisível, nenhuma teoria explanatória pode dar conta satisfatoriamente das crenças de ativistas e líderes políticos”. (Dahl, 1997, p. 175) Quase três décadas depois, o panorama pouco se alterou. A crescente complexidade das sociedades tornou inviável, por ora, uma teoria política com suficiente capacidade explicativa e preditiva sobre a relação entre as crenças, as ações e os regimes políticos, tanto dos ativistas e líderes como do conjunto da população. Isso se aplica tanto à área da socialização política como da cultura política. Quarenta anos de empenho teórico nessas duas áreas não foram suficientes para alcançar um patamar de explicação e predição convincente. Todavia, o esforço em integrar o componente psicocultural no conjunto das explicações da vida política contemporânea está consolidado. Ao menos para uma gama considerável dos cientistas políticos, as pesquisas de socialização e cultura política trazem importantes contribuições para a compreensão das relações entre os fatores macropolíticos (estruturais e institucionais) e os fatores micropolíticos (comportamentos individuais).

Mas, como se articulam os níveis macro e micropolíticos? O primeiro e segundo capítulos apresentarão argumentos na linha de que as crenças, valores, atitudes e orientações políticas não determinam a persistência ou mudança do sistema político (concepção culturalista), mas são variáveis intervenientes para essa persistência ou mudança.

O primeiro capítulo ocupa-se da discussão mais geral sobre a articulação entre os fatores psicoculturais e o sistema político. Partindo de uma breve retrospectiva histórica, mostra-se como a cultura política se constituiu em área de pesquisa específica. Alguns dos principais conceitos da cultura política – atitudes, personalidade, comportamento, eficácia e

sofisticação política – são trazidos para explicitar os pressupostos e os instrumentos teóricos utilizados na investigação dos fatores psicoculturais relacionados à atividade política. Torna-se claro que os pesquisadores da cultura política e da socialização política utilizam-se de instrumentos teóricos produzidos por outras ciências sociais, especialmente a sociologia e a psicologia, mas de modo a produzir uma abordagem própria da cultura.

O segundo capítulo desenvolve os principais aspectos relativos à socialização política. A socialização política é apresentada como o processo de formação das atitudes e orientações políticas ao longo do ciclo-de-vida. Esse processo é permanente: vai da tenra infância à velhice. Contrariamente ao *princípio de primazia* afirmado na literatura inicial, as atitudes políticas dos indivíduos podem mudar profundamente em qualquer período do ciclo-de-vida, inclusive na velhice. Pesquisas empíricas em vários países mostram que os idosos são participativos, não apresentam necessariamente um comportamento conservador e tendem a se tornar cada vez mais uma força política expressiva no cenário político.

A influência das diversas agências de socialização – família, escola, grupos de amigos, local de trabalho, mídia – não é idêntica para todos os indivíduos. A família, espaço por excelência da educação infantil, é avaliada unanimemente pelos pesquisadores como de grande relevância, mas atualmente não tem o peso a ela atribuído nas primeiras pesquisas. A escola, os grupos de amigos e o local de trabalho são avaliados como de influência menor que a da família, mas isso está condicionado pela trajetória individual de cada pessoa, pois nem o convívio familiar nem o nos demais espaços é idêntico para todos. A mídia, especialmente a televisão, exerce uma influência considerável sobre as atitudes dos indivíduos de um modo geral, incluindo as atitudes políticas. Mas, ela também não deve ser superestimada. É adotada aqui a interpretação de que a recepção da mensagem midiática pelo indivíduo é mediada pelas relações estabelecidas com as outras pessoas e condicionada por outros fatores, como a competência cognitiva e a sofisticação política. Entre os fatores condicionantes do processo de socialização política, são destacados a idade, o sexo, a situação socioeconômica e a escolaridade. De todos, a escolaridade aparece como a variável com maior poder preditivo: em todos os países, o maior grau de instrução está associado à maior presença de atitudes democráticas e de eficácia política.

A constituição de atitudes políticas está estreitamente associada ao desenvolvimento cognitivo individual. Mas a literatura consultada para a elaboração desta pesquisa pouco desenvolve este ponto. A teoria de Jean Piaget é freqüentemente invocada pelos autores em sustento à sua própria análise, mas são raras as referências explícitas à epistemologia piagetiana. Aqui, buscou-se explicitar a relação entre socialização política e desenvolvimento cognitivo com base nas contribuições de Jean Piaget e de Lev Vigotsky. Há que ressaltar que essa teorização carece de maior acabamento, por dois motivos: (i) nem Piaget nem Vigotsky se ocuparam explicitamente da relação entre desenvolvimento cognitivo e socialização política; (ii) a extensa produção teórica sobre a obra dos dois autores pouco desenvolve essa relação. De Piaget é aproveitada aqui a intuição central de que a constituição das atitudes políticas acompanha o seqüenciamento do desenvolvimento cognitivo. Assim como há uma evolução cognitiva através de diversos estágios – sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal – em direção ao pensamento formal, há uma evolução similar das atitudes políticas, inicialmente marcadas pela caráter emotivo até alcançar o caráter avaliativo-racional. De Vigotsky provém o enfoque mais propriamente sociológico: o desenvolvimento cognitivo é profundamente marcado pelo ambiente social em que vive o indivíduo. O nível do pensamento atingido pelo indivíduo está na dependência dos condicionantes sociais que o afetam. A capacidade cognitiva da política depende dos problemas e desafios apresentados ao indivíduo, mais até do que da evolução estrutural. O aprendizado político não tem pontos finais biológicos.

A parte final do capítulo 2 é destinada a propor algumas linhas gerais de um enfoque latino-americano de socialização política. O pressuposto filosófico que sustenta essa tentativa é a concepção do “universal situado”, e não uma visão localista ou regionalista. A socialização política não segue um modelo universal. Ela decorre do conjunto dos processos sociais que marcam cada sociedade. Isso vale inclusive para o contexto da globalização em curso: a globalização é marcada tanto pela tendência à universalidade como daquela à singularidade. Assim, a socialização política no Brasil é compreensível tão-somente à luz dos diversos componentes do contexto brasileiro.

O contexto brasileiro é o assunto do 3º capítulo. Na tentativa de mostrar que a socialização política no Brasil é fruto de uma multiplicidade de fatores, são apresentados

inicialmente aspectos referentes ao perfil populacional, à distribuição de renda, à escolaridade, à presença da mulher na sociedade e ao perfil das famílias brasileiras. Num segundo momento, é feita uma análise rememorativa do desenvolvimento econômico do país a partir de 1930, concluindo que a economia nacional está sem um horizonte de futuro definido, resultado dos condicionamentos próprios da globalização e das opções neoliberais dos últimos governos, particularmente do governo Fernando Henrique Cardoso. A sociedade civil brasileira é tematizada na seqüência. Dados sobre associativismo, sindicalismo, participação em atividades político-sociais, movimentos sociais e mídia procuram precisar de que modo acontece o exercício da cidadania no Brasil, o significado político das organizações e movimentos sociais criados nas últimas décadas e o papel político da mídia. A linha de raciocínio desenvolvida mostra que, apesar do modelo de desenvolvimento econômico excludente, a sociedade civil brasileira não é amorfa ou subjugada ao Estado e que existem muitos movimentos próprios da cidadania ativa. Mas, as dificuldades para o desenvolvimento democrático sob essa ótica também são imensas.

O Estado brasileiro é caracterizado como expressão e agente impulsionador das contradições sociais do Brasil. Surgido historicamente antes da constituição da sociedade civil, o Estado tem sido retratado, com justeza, como autoritário, patrimonialista e a serviço das classes economicamente dominantes - todas características desalentadoras para o desenvolvimento de uma cultura política democrática. Essas características não foram alteradas no fundamental com a redemocratização, incluindo os anos 1990. O esforço da sociedade civil e dos partidos políticos (entendidos como instituições políticas situadas na intersecção do Estado com a sociedade civil) de esquerda tem sido insuficiente para transformar profundamente o estado de coisas herdado das gerações anteriores. Assim, a cultura política deste período da redemocratização não é uma cultura democrática, em que prevaleça um autêntico senso de cidadania ativa. Mas, também não é idêntica à cultura política tradicional, prevalecente até os anos 1970. Trata-se de uma cultura política híbrida ou dualista, que mescla tanto elementos da tradição como dos esforços de mudança. A cultura política híbrida ou dualista é algo mais condizente com o ideal democrático, mas sobretudo expressa a fragilidade da nova democracia brasileira.

E os jovens, terão eles um papel inovador e diferenciado no contexto brasileiro atual? Essa questão é analisada no Capítulo 4. Com base na literatura pertinente, é sustentada a idéia de que a pesquisa sobre a socialização política dos jovens é uma tarefa teórica das mais importantes, embora descuidada pelos cientistas políticos. Os jovens (definidos como indivíduos de 12 a 24 anos de idade) dos anos 1990 são confrontados com os das gerações anteriores, na tentativa de identificar qual a direção política da juventude atual, tanto no Brasil como em outros países. Há referências aos movimentos juvenis e estudantis internacionais das últimas décadas, bem como às características demográficas, de escolaridade e renda dos jovens brasileiros. A concepção assumida no texto sobre o perfil político dos jovens se contrapõe às expectativas pessimistas (os jovens de hoje, diferentes daqueles dos anos 1960 e 1970, são apáticos e alienados), e às expectativas otimistas (os jovens farão as mudanças desejadas pela sociedade). Os jovens brasileiros dos anos 1990 têm dado sinais de que compartilham da mesma cultura política híbrida própria do conjunto da sociedade.

Com base nesses pressupostos, os *problemas* que nortearam a pesquisa empírica foram os seguintes:

1. O sistema político brasileiro nos anos 1990 favorece a constituição de uma cultura política democrática ou a manutenção das características da cultura autoritária predominante na tradição do país?
2. Há diferenças significativas entre as atitudes e orientações políticas dos jovens estudantes e as de seus pais, de modo a se poder falar de um processo de mudança na cultura política brasileira na década de 1990?
3. Quais são as variáveis que mais influenciam a formação de atitudes políticas nos jovens estudantes dos anos 1990?
4. Qual é a tipologia aplicável aos jovens estudantes dessa década do ponto de vista da sofisticação política?

As *hipóteses* traçadas no início da investigação foram estas:

Hipótese 1: O atual sistema político brasileiro apresenta certas condições favoráveis e outras desfavoráveis à consolidação de atitudes democráticas entre os cidadãos, e por isso a socialização política dos jovens tende à continuidade de uma cultura política híbrida ou dualista, na qual se mesclam atitudes democráticas, autoritárias e de apatia.

Hipótese 2: As diferenças entre as atitudes políticas dos jovens e a de seus pais, nos anos 1990, são pouco significativas no que respeita à democracia e ao senso de cidadania.

Hipótese 3: Sexo, situação socioeconômica, localização geográfica e idade são variáveis importantes na estruturação das atitudes políticas dos jovens estudantes.

Hipótese 4: Do ponto de vista da sofisticação política, a maior parte dos jovens brasileiros se encontram nas categorias “média sofisticação” e “baixa sofisticação” e uma minoria na de “alta sofisticação”.

Os aspectos metodológicos são abordados no 5º Capítulo. A pesquisa assume uma perspectiva comparativa, mas diversa do clássico modelo de comparação sistêmica (entre países). Justifica-se a opção pela técnica *survey*, evidenciando que se trata de uma técnica de pesquisa quantitativa, cuja força reside na possibilidade de generalização dos resultados, mas que tem fragilidades intrínsecas, sendo aconselhável que seu uso seja integrado a técnicas qualitativas de pesquisa. Na apresentação do desenho da pesquisa são detalhados os procedimentos adotados na investigação empírica.

Os capítulos 6 e 7 expõem os resultados do *survey*, respondido por estudantes e seus pais/responsáveis. O Capítulo 6 traz os resultados relativos aos jovens, que responderam um questionário de 63 questões, a maior parte constituída de questões fechadas. Em acordo com o propósito de testar a hipótese de que a socialização política dos jovens brasileiros nos anos 1990 se fez nos marcos da cultura híbrida ou dualista, optou-se por expor o conjunto dos resultados obtidos. Para evitar uma exposição excessivamente longa, a análise por variáveis (sexo, municípios, situação socioeconômica e idade) não foi exaustivamente desenvolvida, na maior parte das questões. No geral, os resultados obtidos confirmaram a hipótese principal. Um dos pontos altos do capítulo, na opinião do autor, é a construção do *índice de sofisticação política* e a aplicação da *teoria dos três públicos* (proposta por W. Russel Neumann para o público norte-americano) para os jovens brasileiros.

O Capítulo 7 testa a hipótese da semelhança das atitudes de jovens e adultos a partir da comparação dos resultados do *survey* respondido pelos jovens com resultados do *survey* respondido pelos pais. O confronto de resultados comprova a hipótese de que não há grandes mudanças na cultura política de uns e outros, ou seja, conclui pela inconsistência da idéia de uma subcultura política juvenil no Brasil. Além disso, é testada a influência dos pais sobre os filhos, e vice-versa, pela comparação de respostas dos pares pais-filhos sobre vários assuntos. Essa comparação leva à conclusão de que há uma influência apenas razoável dos pais sobre os filhos, e que a intencionalidade da influência não é fator relevante na existência de uma similaridade de opiniões entre o segmento adulto e o segmento juvenil.

As Conclusões resenham os principais resultados atingidos pela pesquisa, analisando-os à luz da literatura relevante. São tecidas considerações sobre as implicações dos resultados para a consolidação da democracia brasileira, reconhecidamente uma democracia frágil e que pode instabilizar-se num futuro próximo. A compreensão das atitudes e orientações políticas dos jovens neste panorama reveste-se de relevância tanto teórica como prática.

1 CULTURA POLÍTICA

Socialização política e cultura política são campos de investigação estreitamente vinculados. A formação de atitudes e orientações políticas (socialização) só pode ser estudada à luz de uma concepção acerca da dimensão subjetiva da política (cultura política), e vice-versa. Assim, este trabalho começa se ocupando do conceito de *cultura política* e da estruturação da área de pesquisa na ciência política que leva o seu nome.

O primeiro aspecto a ser analisado é a relação entre cultura e sistema político¹. Até que ponto a estabilidade ou a mudança de um sistema político estão atreladas à manutenção ou alterações nos padrões culturais de um determinado meio social? Pode-se atribuir, por exemplo, a estabilidade e continuidade do regime democrático nos Estados Unidos e na Inglaterra ao predomínio – demonstrado por sucessivas pesquisas – de atitudes amplamente favoráveis ao regime democrático entre os cidadãos norte-americanos e ingleses? E a instabilidade da democracia brasileira no século XX, pode ela ser explicada por uma cultura política eivada de valores autoritários e de desconfiança acerca das instituições e dos agentes políticos?

A literatura internacional registra respostas muito diferenciadas à questão crucial da relevância da dimensão cultural para o sistema político. Para alguns pesquisadores, a cultura política é causa da estabilidade e das mudanças do sistema, para outros não passa de uma variável insignificante, ao passo que a maioria dos autores se localiza em algum ponto a meio caminho entre estes dois extremos.

Apesar dos grandes avanços da pesquisa científica nas últimas quatro décadas, a temática permanece controversa. Um recente levantamento feito por autores que analisaram empiricamente aspectos comuns nas democracias que sobreviveram e nas que “morreram”

neste século respalda o ceticismo sobre o poder explicativo da cultura política. Com base na contagem de sobrevivência e morte de regimes democráticos em 135 países, entre os anos de 1950 e 1990, chegaram à conclusão de que as condições de manutenção da democracia são “democracia, riqueza, crescimento com inflação moderada, desigualdade decrescente, um clima internacional favorável e instituições parlamentaristas”. (Przeworski et al., 1997, p. 113) E o fator cultural não conta nessa análise de corte estrutural/institucional? Não, ao menos não como fator decisivo. A cultura é vista como decorrência de outros condicionantes mais fundamentais.

Por outro lado, há estudos reconhecidos internacionalmente que demonstram que a estabilidade democrática está profundamente vinculada a valores e orientações políticas condizentes com a democracia. Tal é o caso dos trabalhos realizados com base em dados de institutos como o *World Values Survey* e o *Eurobarometer*. Ronald Inglehart, apoiado na comparação de dezenas de países conclui que “a evidência disponível indica que os valores e normas culturais assumidas por determinados povos têm a maior influência sobre se as instituições democráticas são ou não são viáveis.” (Inglehart, 1990, p. 432) ?²

Até que ponto a persistência de um sistema político depende de aspectos culturais? Tal questão tem grande relevância hoje, quando se discute o futuro das novas democracias, colocadas diante de graves problemas de ordem sócio-econômica. A fragilidade das novas democracias tem sido evidenciada por rupturas ou ameaça de rupturas nos diversos continentes. Os cientistas políticos têm interpretado esses fenômenos com maior ou menor destaque para os fatores estruturais (principalmente econômicos), institucionais (tipo de regime vigente, sistema partidário, constituições) e culturais (cultura e socialização políticas).

¹ Conforme exposto na Introdução, o presente estudo é feito no quadro das preocupações com a consolidação da democracia no Brasil, partindo do conceito de democracia social.

² As questões a respeito do tema cultura e política são muito mais abrangentes do que as abordadas neste trabalho. Entre as que não são objeto de discussão aqui estão aquelas levantadas pela genética do comportamento, que se chocam, em boa parte, com os pressupostos deste trabalho. Segundo José Reis (Folha de São Paulo, Caderno “Mais”, 14.11.1999), há uma série de pesquisas de geneticistas que, a partir do estudo de gêmeos idênticos e fraternos criados juntos e separados, trabalham com a hipótese de que há uma forte influência genética sobre as atitudes e a personalidade e uma escassa influência do ambiente.

Esta tese insere-se nesse amplo debate da relação entre sistema político e cultura política. Parto do pressuposto de que a cultura política é condição necessária mas não suficiente para a estabilidade do sistema político, e que a socialização política é decisiva para a compreensão dos condicionantes psico-culturais de um sistema político. Ambas, porém, somente são compreensíveis à luz dos condicionantes estruturais e institucionais.

A temática é antiga. Está presente nos filósofos gregos e permeia as obras dos grandes pensadores modernos. Neste primeiro capítulo busca-se situar historicamente esse debate, via desenvolvimento de alguns conceitos fundamentais e apresentação de diretrizes importantes da literatura sobre a cultura política.

1.1 Cultura Política - antecedentes históricos

O entendimento de que a dimensão cultural constitui um importante fator no conjunto dos determinantes da ação política não é uma descoberta dos estudos recentes, muito menos uma exclusividade das pesquisas da Ciência Política.

Na verdade, os pensadores gregos já tinham clareza sobre a importância da dimensão cultural. Platão, por exemplo, ao defender em *A República* um governo de reis-filósofos apóia-se no pressuposto de que são poucos os que têm requisitos de sabedoria, caráter e discernimento para o exercício de funções governamentais, e que os poucos habilitados o são somente após uma longa preparação moral e intelectual. Aristóteles, nas obras *A Política* e *Arte Poética*, defende a adequação de cada constituição e regime político ao caráter do povo, idéia anteriormente argüida por Platão. Sólon distingue-se dos filósofos por suas convicções democráticas mas não deixa de levar em conta os condicionantes culturais. Perguntado acerca de se as leis propostas por ele a Atenas seriam as melhores, teria respondido: “Dei a eles as melhores que são capazes de suportar”. (apud Catterberg, 1989, p. 11)

O desenvolvimento do ideário democrático a partir dos pensadores modernos é feito levando-se em conta a dimensão cultural. Charles de Montesquieu, com bem assinala

Catterberg (1989), embora anote que as leis podem modificar os costumes, não deixa de subordinar as instituições políticas às pautas culturais dominantes. Para o autor d’*O Espírito das Leis*, em cada povo a ação política é condicionada por fatores naturais, sociais e culturais, com diferentes combinações:

Muitas coisas governam os homens: o clima, a religião, as leis, as máximas do governo, os exemplos das coisas passadas, os costumes, as maneiras, resultando disso a formação de um espírito geral. À medida em que, em cada nação, uma dessas causas age com mais força, as demais lhe cedem outro tanto. Entre os selvagens, a natureza e o clima dominam quase sozinhos; as maneiras governam os chineses; as leis tiranizam o Japão; os costumes serviam de regra outrora na Lacedemônia; as máximas do governo e os costumes antigos o faziam em Roma. (Montesquieu, 1982, p. 332)

Tendo em mente este complexo, Montesquieu sugere que o legislador tenha cuidado para não incorrer em uma estratégia voluntarista: “Cabe ao legislador obedecer ao espírito da nação, quando ele não é contrário aos princípios do governo, pois nada fazemos melhor do que aquilo que fazemos livremente, obedecendo a nossa inclinação natural.” (Ibid., p. 333)

Na mesma linha de análise, Jean-Jacques Rousseau, em conhecida passagem d’*O Contrato Social*, afirma: “Assim como, antes de erguer um grande edifício, o arquiteto observa e sonda o solo para verificar se sustentará o peso da construção, o instituidor sábio não começa por redigir leis boas em si mesmas, mas antes examina se o povo a que se destinam mostra-se apto a recebê-las.” (Rousseau, 1983, p. 60) Quanto à possibilidade de transformações no modo de agir dos povos, Rousseau é pessimista ao dizer que “a maioria dos povos, como os homens, só são dóceis na juventude; envelhecendo, tornam-se incorrigíveis”, mas não desconsidera tal possibilidade: “certas vezes, no decurso da vida dos Estados, épocas violentas nas quais as revoluções ocasionam nos povos o que algumas crises determinam nos indivíduos, fazendo com que o horror do passado substitua o esquecimento – o Estado, abrasado por guerras civis, por assim dizer renasce das cinzas e retoma o vigor da juventude”. (Idem, p. 61) Assim como Montesquieu, Rousseau também partilha da idéia de que cada povo tem um caráter específico que deve ser considerado pelo legislador: enquanto um povo já ao nascer é disciplinável, outro só o é ao fim de dez

séculos. “A obra da legislação torna-se difícil menos pelo que é preciso estabelecer do que pelo que é preciso destruir, e o sucesso mostra-se tão raro dada a impossibilidade de encontrar a simplicidade da natureza associada às necessidades da sociedade”. (Ibid., p. 66)

Por sua vez, Alexis de Tocqueville também estabelece íntima relação entre as instituições e a cultura política. Estudando o regime democrático nos Estados Unidos, enfatiza que o êxito da democracia naquele país estava condicionado por três fatores: (i) as circunstâncias (incluindo a geografia), (ii) as leis e (iii) os costumes (disposições morais e intelectuais, opiniões, crenças e hábitos). Dos três condicionantes, destaca os costumes como principais: “São, portanto, particularmente os costumes que tornam os americanos dos Estados Unidos, e somente eles entre todos os americanos, capazes de suportar o império da democracia; e são eles ainda que fazem com que as diversas democracias anglo-americanas sejam mais ou menos regulares e prósperas”. (Tocqueville, 1987, p. 237) Sua obra continua a exercer significativa influência sobre a produção científica norte-americana das últimas décadas.

Os autores clássicos da sociologia europeia também se notabilizaram por suas concepções acerca da importância da dimensão cultural. A obra de Karl Marx é uma referência imprescindível para os estudos posteriores sobre o tema em análise, pelo vínculo de dependência que estabelece entre os fenômenos culturais (superestruturais) e a estrutura econômica: a chave de leitura das mudanças culturais está na compreensão da dinâmica econômica. Se a ideia da *determinação econômica* da cultura está hoje praticamente superada nas Ciências Sociais, uma contribuição inestimável da teoria marxiana foi exatamente o vínculo entre a esfera cultural e a esfera econômica: a melhor produção das Ciências Sociais deste século é formada por aquelas pesquisas que relacionam crenças, opiniões e hábitos com a vida social concreta, onde a economia exerce uma decisiva influência. Além disso, a obra de Marx foi suficientemente ambígua para suscitar além das ultrapassadas leituras do determinismo econômico, leituras mais flexíveis, como a de Antonio Gramsci, autor que leva em conta a importância dos fatores materiais mas confere considerável a autonomia à dimensão cultural. (Veja-se, por exemplo, Norberto Bobbio. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.)

Outro pensador clássico sobre o tema da cultura é Max Weber, em cuja sociologia compreensiva, atitudes, sentimentos e valores são importantes variáveis explicativas. O seu estudo comparativo acerca do *ethos* econômico das grandes religiões, neste aspecto, “teve a intenção de demonstrar que valores e idéias podem ser agentes catalisadores de mudanças na estrutura econômica e instituições políticas”. (Almond, 1989, p. 11) Mas, foi nos estudos de Talcott Parsons que a sociologia weberiana teve forte acolhida nos Estados Unidos e se constituiu em uma das matrizes teóricas que tem orientado as pesquisas dos cientistas políticos nas últimas décadas.

A importante elaboração política dos pensadores clássicos foi fundamental para o desenvolvimento dos estudos sobre democracia e cultura política na Ciência Política, a partir da década de 1960. Porém, a produção clássica teve duas grandes limitações. Por um lado, seu nível de reflexão é o das *macroteorias* (generalizações de terceiro nível), que trabalham com conceitos de difícil operacionalização e carecem de instrumentos metodológicos mais adequados para bem relacionar o geral com o particular, o empírico com o conceitual. Neste nível de reflexão, facilmente se incorre em “falácias ecológicas” – argumento que consiste em partir de impressões gerais e aplicá-las a situações particulares. Uma segunda limitação é o *caráter normativo* destas teorias: os autores clássicos concebem arquétipos de democracia a serem perseguidos no plano da cultura política. Um dos elementos presentes em tais concepções é a do “cidadão sofisticado”, que se interessa por política, que procura informação, que é participativo e cioso dos seus direitos. No entanto, os estudos com base empírica mostram que as democracias existentes não se adequam aos arquétipos propostos, e que o cidadão sofisticado é raro.

Já a Psicologia Social, desde as primeiras décadas deste século, se interessou por explicar de que modo acontece o condicionamento das atitudes e comportamentos individuais por fatores coletivos. É da psicologia social que os cientistas políticos retiram posteriormente importantes conceitos para explicar o papel da cultura no sistema político, como “atitude”, “personalidade” e “comportamento”. A psicologia política – um ramo conexo à psicologia social - estabeleceu-se desde a Escola de Frankfurt como um importante campo de investigação da relação entre os fenômenos psicológicos e os

políticos. A obra fundamental, e que ainda é um de seus clássicos, é *A Personalidade Autoritária*, publicada originalmente em 1950, coordenada por Theodor Adorno. O seu principal objetivo foi identificar, com base no referencial analítico, determinadas características de personalidade que determinassem uma especial suscetibilidade à ideologia fascista. Adorno e equipe identificaram o fascismo e o autoritarismo. “Como equivalente subjetivo da ideologia fascista, a personalidade autoritária se caracterizaria, em linhas gerais, por um conjunto de valores, atitudes e comportamentos orientados por uma visão de mundo totalitária, pela submissão à autoridade e pela intolerância em relação às diferenças e aos ‘diferentes’ – principalmente pessoas ou grupos percebidos como inferiores”. (Lhullier, 1996, p. 28) Esta obra foi bastante criticada - por sugerir a relação entre autoritarismo e posições políticas “de direita”, entre outras proposições questionáveis – mas teve o inegável mérito de desencadear sucessivos estudos que tiveram como preocupação central a relação entre psicologia e política.

No campo da Antropologia, autores como Ruth Benedict, Malinowski e Margareth Mead destacaram-se por reforçar através de suas pesquisas sobre aborígenes a *teoria do caráter nacional*, presente em autores clássicos como Montesquieu, Tocqueville e Durkheim. Esta teoria pressupõe que “existe uma configuração particular de valores, crenças e práticas que, resultantes de características inatas e de atributos naturais de cada povo ou raça, constituem a cultura de uma nação.” (Moisés, 1996, p. 87) Assim, falou-se do belicismo dos povos germânicos, do excessivo envolvimento emocional dos latinos e das raízes ibéricas dos brasileiros. Em suas versões mais exacerbadas, esta teoria incorre em um determinismo culturalista, segundo o qual, por tendências de sua própria natureza, alguns povos são impulsionados ao autoritarismo e outros à democracia.

Há também versões mais brandas da teoria do caráter nacional, como a do sociólogo brasileiro Fernando de Azevedo, que procura evitar que sua exposição da “psicologia do povo brasileiro” incorra numa estereotipia a-histórica. É preciso evitar o nacional estereotipado, diz ele, mas reconhecer “uma certa uniformidade e permanência no caráter de um povo e também no dos grupos que o compõem”. (Azevedo, 1963, p. 233) Os traços do caráter nacional mudam de acordo com as mudanças de seus fatores condicionantes -

meio geográfico, formação histórica, desenvolvimento econômico, estrutura demográfica e social, organização familiar -, mas há um núcleo central, durável ainda que móvel, que pouco ou muito lentamente se modifica. A psicologia do povo brasileiro, segundo Azevedo, tem entre seus principais traços a supremacia da sensibilidade e do emocionalismo sobre a racionalidade, uma religiosidade que induz à resignação, a bondade e cordialidade, a desconfiança frente ao estranho, a imprevidência e o desamor ao trabalho, a cultura superficial, um individualismo rebelde. O sentimento democrático e o patriotismo que existem, sim, no país estariam ancorados nesse individualismo, o qual leva o povo a agrupar-se em torno de pessoas (personalismo) e não de idéias ou instituições.

Um conceito importante para a teoria do caráter nacional, desenvolvido no âmbito da psicoantropologia, foi o de *personalidade básica*, de Abram Kardiner, com o qual o autor designava a existência de uma matriz grupal sobre a qual se constitui a personalidade dos indivíduos do grupo; as variantes singulares se reportam a uma configuração comum, que é a personalidade básica do grupo ou da nação. (Souza, 1983, p. 18)

A cultura política passou a ser um campo de estudos sistemáticos dos cientistas norte-americanos no contexto do desenvolvimento da Política Comparada. Essa área emerge a partir dos anos 1950, como fruto de um processo particular de desenvolvimento da Ciência Política: um processo de busca de recursos metodológicos que permitissem mensurar, classificar e explicar fenômenos políticos de diferentes realidades. Esse processo da Ciência Política não é isolado: ele atinge o conjunto das ciências sociais, mas foi cronologicamente anterior no caso da sociologia, psicologia e antropologia, onde iniciou nos anos 1920-1930.

Duas correntes teóricas são centrais no processo inicial de desenvolvimento da pesquisa de cultura política: o funcionalismo e o behaviorismo. O *funcionalismo*, na esteira do pensamento de Max Weber, se caracteriza por interpretar a sociedade como um sistema, em que as diversas dimensões, instituições e agentes são interpretados à luz das “funções” ou “papéis” que exercem no sistema. Trata-se de um intento teórico que busca dar mais cientificidade à análise política, o que fica expresso pelos novos conceitos que introduziu. A citação de Almond e Coleman ilustra bem a pretensão dos funcionalistas:

Assim, em lugar do conceito de Estado, limitado pelo seu significado legal e funcional, preferimos sistema político; ao invés de poderes, conceito com conotações legais, começamos a optar por funções; em substituição a postos (legal), aceitamos papéis; escolhemos estruturas em vez de instituições, também com caráter formal; em lugar de opinião pública e treino de cidadania de significação formal e racional, preferimos cultura política e socialização política. Não visamos com isso eliminar o direito público e a filosofia como disciplinas, mas simplesmente ultrapassá-los um pouco a fim de permitir a evolução da teoria política, há muito necessária. (Almond e Coleman, 1969, p. 14)

Os limites do funcionalismo já foram largamente analisados. Entre eles, a excessiva generalidade e abstração da análise, e a ênfase demasiada na persistência e estabilidade dos sistemas em detrimento da mudança, do conflito e da crise. Mas, como assinala Roger-Gérard Schwartzberg (1979, p. 136) o funcionalismo trouxe à Ciência Política contribuições incontestáveis, como o fornecimento de um quadro geral de análise, num contexto em que havia excesso de empiria e carência de teoria. Além disso, a abordagem funcional é dinâmica, rompendo com a visão estática tradicional, e coloca a política no âmbito da sociedade global, evitando a sua autonomização.

O *behaviorismo* ou *comportamentalismo* tem como principal intuição a de estudar o ser humano a partir do seu comportamento. A análise política, segundo os comportamentalistas, deve estar voltada para o estudo e a observação do homem como ator político, examinando não só as suas ações, mas também as motivações, atitudes e expectativas. O comportamentalismo político veio a ser um movimento de protesto e renovação da Ciência Política tradicional, reagindo contra as disciplinas que influíram no desenvolvimento daquela – a filosofia, o direito e a história. Em vez dessas, as áreas das quais se aproximam são a psicologia, a sociologia, a antropologia e a economia, reagindo contra a tendência anterior de ocupação quase exclusiva com instituições e mecanismos jurídico-formais. Eles concentram sua atenção na personalidade e atividade política do homem. Defendem um método e técnicas de pesquisa rigorosamente científico, inspirado no modelo das ciências naturais e em novas técnicas de pesquisa, qualitativas e quantitativas. (Pasquino, 1992, p. 186-187) David Easton (1968) resumiu em oito

princípios as bases dessa “revolução intelectual”: 1. princípio da regularidade; 2. princípio da verificação; 3. uso de técnicas para verificação; 4. princípio da quantificação; 5. distinção entre avaliação ética e exploração empírica; 6. princípio da sistematização; 7. ciência pura anterior mas articulada com a ciência aplicada; 8. integração das ciências sociais.³

1.2 A cultura política como área de pesquisa específica

É dentro desse movimento mais global da Ciência Política e das ciências sociais que emergem as pesquisas sobre cultura e socialização política no período posterior à 2ª Grande Guerra.

A cultura política passa a ser uma área de estudos marcada pelo conteúdo específico desse conceito: cultura política como *conjunto de atitudes e orientações políticas que os indivíduos possuem acerca do sistema político e de seu papel no sistema*. Essa conceituação se tornou clássica a partir da obra fundacional da área, *The Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba, publicada em 1963. Os autores são taxativos em dizer que empregam o conceito de cultura em apenas um de seus muitos significados: o de “orientações psicológicas em relação a objetos sociais” (Almond e Verba, 1965, p. 13) “O termo ‘cultura política’ assim refere-se especificamente às orientações políticas – atitudes em relação ao sistema político e às suas diversas partes, e atitudes em relação ao próprio papel no sistema”. (Ibid., p. 12) Para Almond e Verba, a cultura política tem uma configuração nacional: “A cultura política de uma nação é a distribuição particular de padrões de orientação em relação a objetos políticos entre os membros de uma nação”. (Ibid., p. 13) Embora tal terminologia lembre a concepção de “caráter nacional” antes

³ Embora a tendência ao hiperfactualismo (recolha indiscriminada de dados sem esquema teórico onde inserí-los, negando o papel da intuição e imaginação na análise política) e a perspectiva a-histórica sejam frequentes na bibliografia dos comportamentistas, Pasquino mostra bem que sua atualidade está em dois aspectos fundamentais para a Ciência Política: a preocupação com o rigor científico e o interesse pelo homem como ator político. (cf. Pasquino, op. cit., p. 186-189)

mencionada, os autores introduzem o conceito de “subcultura”, que evita abordagens excessivamente generalizantes.

A preocupação central de Almond e Verba foi o de estudar os fatores que viabilizam a democracia em alguns países - particularmente a Inglaterra e os Estados Unidos – e o fracasso dos intentos democráticos na maioria das nações. Os autores partem do pressuposto de que a democracia tem dois requisitos básicos: instituições democráticas e cultura democrática. Inglaterra e Estados Unidos cumpririam tanto os requisitos institucionais quanto o cultural. Sua cultura política se caracterizaria como *cultura cívica*. Este é o conceito central da obra, e para entendê-lo é preciso considerar antes a tipologia proposta pelos autores. São três os tipos de cultura política, e cada uma das culturas têm subculturas.

A *cultura política paroquial* é própria de sistemas tradicionais simples, como as sociedades tribais, caracterizadas pela inexistência de papéis políticos especializados e ausência de expectativas de mudança. O paroquialismo em sociedades mais diferenciadas é mais afetivo e normativo do que cognitivo. A *cultura política súdita* é essencialmente passiva. A orientação súdita pura só existe em sociedades em que não há estruturas *input* diferenciadas. Em sociedades com instituições democráticas, provavelmente esta orientação também é mais afetiva e normativa que cognitiva. A *cultura política participante* é aquela em que os membros da sociedade tendem a estar explicitamente orientados tanto aos aspectos *input* quanto aos *output*, seja favorável seja desfavoravelmente, e a um papel “ativista” de si próprio. Estas culturas políticas na realidade estão misturadas. Os autores elencam três tipos de culturas mixtas: a cultura paroquial-súdita (reinos africanos e Império Otomano), a cultura súdita-participante (França, Alemanha e Itália), e a cultura paroquial-participante (nações emergentes). (Ibid., p. 16-19)

A *cultura cívica* também é uma cultura política mixta, balanceada, “em que existe atividade política, envolvimento e racionalidade, mas que estão balanceados por passividade, tradição e compromisso com valores paroquiais”. (Ibid., p. 30) A cultura cívica é apresentada como a cultura compatível com o modelo liberal de democracia representativa. As origens intelectuais deste conceito os autores buscam-no na teoria grega, mais especificamente na teoria política de Aristóteles, que faz a defesa de um regime mixto

entre a oligarquia e a democracia, acompanhado no pensamento romano por Políbio e Cícero, passando posteriormente por autores liberais como Montesquieu e Tocqueville, pela variante participacionista de John Stuart Mill e nas últimas décadas pelos expoentes da teoria pluralista, como Joseph Schumpeter. (Almond, 1989, p. 17-22) Os EUA são citados como país em que existe uma cultura cívica com prevalência da dimensão participativa, mas a preferência dos autores é pelo “*mix*” atingido na Inglaterra: uma cultura política nem tradicional nem moderna, mas compartilhando elementos de ambas, “uma cultura política baseada na comunicação e persuasão, uma cultura do consenso e diversidade, uma cultura que permitiu mudar, mas moderadamente”. (Ibid., p. 6)

Embora a preocupação deste trabalho seja semelhante à de Almond e Verba (pesquisar os fatores subjetivos que favorecem a persistência da democracia), bem como pressupostos fundamentais sejam comuns (entre eles, o de que a legitimidade conferida por orientações democráticas é imprescindível no longo prazo para a persistência da democracia), o conceito de *cultura cívica* é aqui refutado. Como insistem Carole Pateman (in Almond e Verba, 1989) e Bill e Hardgrave (1973), este conceito está inextricavelmente ligado à concepção liberal de democracia, que justifica ideologicamente a apatia e a não-participação no sistema democrático.

Em outras palavras: o enfoque de Almond e Verba (em vista de seus pressupostos políticos e compromissos teóricos) está ultrapassado, mas o conceito de cultura política por eles proposto e a metodologia de emprego de técnicas empíricas de aferição da opinião pública para sondar a cultura política permanecem válidos e fecundos nas suas linhas gerais.

1.3 Atitude, personalidade e comportamento político

A literatura de cultura e socialização políticas estabeleceu diversos conceitos herdados de outras áreas do conhecimento, como a psicologia social. Entre esses conceitos, destacam-se os de atitude política, personalidade política e comportamento político.

Atitude política é a disposição relativamente persistente para agir diante de uma situação política. É uma propensão para a ação, constituindo-se na variável intermediária entre a situação em que vive o indivíduo e o seu comportamento. Em seu significado técnico, a atitude não pode ser tomada como sinônimo de ação ou comportamento.⁴

Lambert e Lambert (1981, p. 100) definem *atitude* como “uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente”. Os componentes essenciais das atitudes são pensamentos e crenças, sentimentos e emoções, e tendências para agir. Uma vez criadas, as atitudes levam a certos modos de agir e facilitam o ajustamento social. Quando excessivamente fixadas, elas levam à estereotipia, reduzindo a riqueza potencial do ambiente e limitando as reações. As atitudes são uma necessidade criada pela vivência social: “uma característica humana comum é fazer inferências a respeito das atitudes dos outros e regular a atividade de acordo com isso” (Ibid., p. 102) Lambert e Lambert apresentam três princípios de formação de atitudes: associação, transferência e satisfação de necessidades. Quanto à modificação de atitudes, é mais difícil modificá-las do que aprendê-las: “Não é fácil modificar uma atitude porque se torna parte de uma rede que dá ordem à personalidade. (...) As atitudes criadas em casa ou através de experiências iniciais em grupos são muito instrumentais para a formação de estruturas de redes de atitudes, e muito resistentes à modificação”. (Ibid., p. 123-124)

Uma ampla análise das *atitudes políticas* foi desenvolvida por Jean Meynaud e Alain Lancelot (1966). Eles mostram que as atitudes políticas são construídas pelo confronto do indivíduo com três tipos de experiências políticas: a) a experiência da relação com a autoridade; b) a experiência dos valores e problemas políticos; c) a experiência da

⁴ A utilização cotidiana do termo *atitude* como sinônimo de ação ou comportamento é referendada por dicionários da língua portuguesa, a exemplo do conhecido *Dicionário do Aurélio*.

sociedade como regime político. São de dois tipos os fatores que influenciam a formação das atitudes: fatores sociais (participação na família, classe social ou outro grupo; os interesses econômicos; e a organização social do ambiente) e fatores bio-psicológicos (idade, sexo, raça e caráter– sempre considerados na sua relação com o contexto social). (Ibid., p. 18) Os autores ressaltam a importância do fator econômico, mas alertam contra o risco do economicismo.

Três aspectos destacados no livro de Meynaud e Lancelot são de grande importância. O primeiro, contido na própria definição de atitude, é que *não há uma linha de continuidade entre atitude e comportamento*. Entre uma atitude e um comportamento há, em verdade, uma grande distância, o que muitas vezes é desconsiderado em parte da literatura americana da área, que tende a identificar atitude e comportamento, ou apresentar as atitudes como causas dos comportamentos. O segundo aspecto é que *as atitudes não podem ser observadas diretamente*, devendo ser inferidas a partir de suas manifestações, que são os comportamentos ativos e as opiniões. Os métodos de estudo usuais são o estudo dos comportamentos políticos (opiniões, votos), a observação intensiva (biografias, entrevistas em profundidade, testes projetivos) e as escalas de atitudes. (Ibid., p. 10-12) O terceiro aspecto é a necessidade de distinguir as *transformações de atitudes* das *mudanças de opiniões*. As opiniões podem mudar sem alterar a estabilidade da atitude. Esse postulado tem uma importante consequência: “A pesquisa de sondagem, que se baseia apenas nas opiniões, pode ser ilusória neste caso e provocar o aparecimento de uma falsa mobilidade. O mesmo pode ser dito da análise de votos, que não passam de uma tradução grosseira das atitudes políticas, tanto mais que a margem de opções é estreita.” (Ibid., p. 44)

A dificuldade em distinguir atitudes e simples opiniões constitui um dos problemas metodológicos da pesquisa *survey* atual. A chamada *regra 80-80* expressa tal dificuldade: 80% das pessoas expressam opinião 80% do tempo. Ou seja, mesmo diante da impossibilidade dos cidadãos comuns estarem informados e terem opiniões embasadas sobre assuntos diversos, 80% deles costumam emitir opiniões quando respondem enquetes. Isso leva a conclusão de que as opiniões emitidas indicam não só atitudes, mas também não-atitudes e quase-atitudes. Para enfrentar esta dificuldade, Russel Neumann sugere que

a pesquisa survey deve confiar em procedimentos que identifiquem padrões de opinião coletivos da população pesquisada. (Neuman, 1988, p. 182)

Um termo que aparece freqüentemente na literatura ao lado do de atitude política é o de *orientação política*, não raro tomados como sinônimos. Almond e Verba (1965, p. 14), todavia, concebem as orientações como “aspectos internalizados de objetos e suas relações”, elencando três tipos: orientações cognitivas, afetivas e avaliativas. Em palavras simples pode-se dizer que as atitudes são predisposições relativamente estáveis sobre determinados assuntos, enquanto as orientações são as concepções envolvidas nestas predisposições, os conteúdos das atitudes. Um exemplo: o autoritarismo é uma atitude, que compreende orientações como a de que a democracia não funciona, que a manutenção da ordem exige uma liderança forte, que o povo não está preparado para a liberdade, e assim por diante.

Personalidade política é o estilo particular de comportamento político, próprio de cada indivíduo. A personalidade ordena as atitudes numa espécie de rede. Ela é dinâmica, reage à situação, mas tem uma relativa continuidade e estabilidade.

A personalidade é estruturada no processo de socialização, no qual se forma o sentido de identidade pessoal. Ela abrange a constituição física, os caracteres morfológicos e físico-químicos, os modos de interação entre as pessoas e o mundo, suas aspirações, afetos e modos de se comportar, cujo conjunto constitui o estilo próprio de cada um. Sob essa perspectiva “a personalidade é muito mais do que aquilo que é refletido através dos nossos comportamentos”, pois diz respeito “à totalidade daquilo que somos, não apenas do que somos hoje, mas do que fomos ontem e aspiramos ser no futuro”. (Pisani, Pereira e Rizzon, 1994, p. 14)

A personalidade organiza a percepção que o indivíduo tem do seu meio e de si mesmo, e tal percepção é bastante seletiva. Segundo Meynaud e Lancelot (1966, p. 40), “a formação das atitudes de um indivíduo vem acompanhada, com efeito, de uma organização particular de suas percepções: os dados da situação são percebidos por cada um de acordo com sua personalidade, suas necessidades do momento e os sistemas perceptivos

anteriormente formados”. Para os autores, essa seletividade da percepção pode levar aos estereótipos, como em casos nos quais os fatos contradizem repetidamente as atitudes. O engajamento partidário pode favorecer esse comportamento. O “gueto intelectual” de políticos sectários é outro exemplo. (Ibid., p. 42)

A obra clássica sobre o tema da personalidade política é *A Personalidade Autoritária*. Estudo feito nos Estados Unidos por uma equipe de psicólogos, coordenado pelo filósofo Theodor Adorno, sua pretensão inicial foi analisar o antisemitismo, mas acabou reorientado durante seu desenvolvimento para a análise mais ampla dos ingredientes psicológicos do fascismo. Insatisfeitos com as explicações de fundo economicista próprias do marxismo, eles buscam em Freud elementos para entender os indivíduos sensíveis à propaganda antidemocrática. As investigações levam à percepção de que o preconceito em relação aos judeus não era um fenômeno isolado, e sim interligado com outros preconceitos e atitudes, o que confirmava a noção de *personalidade* desenvolvida pela Psicologia. Segundo o viés psicanalítico seguido pelos autores, a estrutura da personalidade é concebida como um conjunto de “forças internas”, ou seja, de “necessidades” psicológicas (tendências, desejos, impulsos emocionais), que variam de um indivíduo para outro. Há dois níveis na estrutura da personalidade dos indivíduos. As opiniões, atitudes e valores encontram-se “na superfície”, e expressam-se mais ou menos abertamente por meio da palavra, mas é possível uma discrepância entre o que se diz em determinada ocasião e o que se pensa em realidade. Num nível mais profundo se encontram os pensamentos “secretos”, que talvez o indivíduo não revele a ninguém e não admita sequer para si mesmo. Nessas tendências profundas encontram-se potencialmente os elementos determinantes do pensamento e dos atos democráticos ou antidemocráticos em situações decisivas. (Adorno et al., 1965, cap. 1)

A importância fundamental do conceito de personalidade para a compreensão do fenômeno político do fascismo, segundo os autores, está em que as atitudes dos indivíduos se manifestam dentro de uma certa lógica e encadeamento nos diversos planos da sua vida – relações familiares, vida social, religiosa, política e outras. A análise estatística de questionários e entrevistas conduziu ao agrupamento dos indivíduos conforme síndromes dinâmicas. Entre as síndromes mais características da personalidade autoritária estão os

tipos convencional, autoritário, o rebelde e o psicopata, o maniático e o manipulativo. (Ibid., cap. XIX) Enquanto a *personalidade autoritária* é constituída pelo “convencionalismo, a rigidez, a negação repressiva e a conseqüente irrupção da debilidade, o temor e o espírito de dependência”, a *personalidade democrática* caracteriza-se pelas “relações interpessoais afetuosas e tolerantes, fundadas em um conceito de igualdade”. (Idem, p. 903)

Em síntese, desde a publicação de *A Personalidade Autoritária*, psicólogos e cientistas políticos elaboraram diversos estudos sobre o vínculo entre personalidade e política. Uma contribuição importante foram as investigações acerca da “personalidade democrática” contraposta à “personalidade autoritária”, efetivadas, entre outros, por Harold Lasswell, Robert Lane e Alex Inkeles. Robert Lane formulou uma caracterização sintética da personalidade autoritária com os seguintes traços: perda de identidade, auto-alienação, angústia, falta de auto-controle, irracionalidade, anti-introspectividade, misantropia, empatia restrita, ego fechado, divisão do mundo em “nós” e “eles”, conformidade, alienação social, anomia, cinismo, tradicionalismo e concepção do mundo como uma selva. As características da personalidade democrática seriam opostas a essas, resumíveis a três aspectos: auto-aceitação, auto-estima e força do ego. (Lane, in Di Renzo, 1974, p. 423-436) Embora o caráter científico dessa e outras formulações seja discutível, não há dúvida de que se trata de um relevante objeto de pesquisa para conhecer melhor os condicionantes psicológicos para a estabilidade democrática.

Comportamento político é a ação do indivíduo em resposta a uma determinada situação política, e inclui a conduta (comportamento ativo) e a opinião (comportamento verbal).

O comportamento supõe motivo (atitudes) e ocasião (situação). Não se pode analisar um comportamento fora do contexto sócio-histórico. Seria um contra-senso, por exemplo, comparar o comportamento eleitoral das mulheres em diferentes países sem levar em conta de que em alguns países o voto foi assegurado às mulheres no século passado e em outros (como na Arábia Saudita) ele ainda hoje é negado. É equivocada a suposição de

que a situação causa a conduta. Embora condicionado por fatores externos, o comportamento expressa a subjetividade do indivíduo – dimensão nem sempre considerada em abordagens excessivamente deterministas e generalizantes.

O comportamento político tem nítidos vínculos com as atitudes, e em decorrência, com a cultura política, mas ele não pode ser considerado como a sua expressão direta. Se a atitude é uma predisposição relativamente estável, o comportamento é mais volátil, pode responder a solicitações do momento, ou ser impulsionado por outros fatores, como as normas sociais, as expectativas das conseqüências, os hábitos ou outras atitudes. (Pisani, Pereira e Rizzon, 1994, p. 83) Em vista disso, são freqüentes as contradições entre a predisposição atitudinal e o comportamento manifesto. Porém, a literatura psicológica tem mostrado que o indivíduo procura reduzir ou eliminar tais discrepâncias, em busca de relações harmoniosas e equilibradas. (Pisani, Pereira e Rizzon, 1994, p. 84ss; Lambert e Lambert, 1981, p. 125)

A influência das atitudes sobre o comportamento dos indivíduos não é um pressuposto aceito de forma unânime entre os autores. Até a década de 1960, era comum a tese de que o vínculo entre atitudes e comportamento era inexpressivo. Porém, levantamentos recentes (como o de Stephen Kraus, 1995, baseado na análise de 88 surveys) sobre resultados de pesquisas empíricas mostram que as atitudes predizem o comportamento futuro de forma significativa e substancial, e que os baixos níveis de consistência atitude-comportamento encontrados em uma série de pesquisas são largamente tributários de problemas de mensuração. (Inglehart, 1997, p. 51-52)

A confirmação do vínculo atitude-comportamento é essencial para as pretensões científicas do conjunto dos estudos de cultura e socialização políticas. A negativa desse vínculo implica em descredenciar a cultura política como elemento significativo no conjunto do sistema político.

1.4 Eficácia política e capital social

O intento de vincular elementos psicológicos (atitudes, personalidade) com comportamentos políticos efetivos e de associar a vida social com a esfera política exigiu um grande esforço teórico dos autores, que culminou na formulação de novos conceitos. Um dos conceitos mais produtivos foi o de “eficácia política”. *Eficácia política* ou “competência política subjetiva” designa o sentimento do indivíduo de que é capaz de exercer influência política, de provocar efeitos no processo político. As pessoas que possuem elevada eficácia política acreditam que são capazes de influenciar o mundo da política, entendem que sua presença “faz diferença”, que as autoridades prestam atenção a indivíduos como ele(a).

A importância da autoconfiança para o comportamento político está respaldado nas pesquisas desenvolvidas pelos psicólogos, que afirmam ser a confiança um elemento de alta relevância no processo de socialização. Ela predispõe à aceitação de padrões de valores e ao seguimento das atitudes em relação àquele(a) em quem se confia. A confiança é a pedra angular da personalidade, o requisito mais vital do processo de identificação, como diz Erik Erikson. Para Erikson (1987, p. 97), a confiança significa “uma segurança íntima da conduta dos outros, assim como um sentido fundamental de boa conceituação própria”, cujas raízes estão no encontro original do bebê com a mãe e se prolongam vida afora nas relações estabelecidas em família e em sociedade.

O senso de eficácia política está ligado ao sentimento pessoal de eficácia de um modo geral e pressupõe um sentimento de autoconfiança na relação do sujeito com o mundo. As pesquisas indicam que a eficácia política é proporcional ao grau de autoconfiança que o indivíduo possui. Quem tem pouca confiança na sua capacidade pessoal de incidir eficazmente na escola, no trabalho, nas relações com outras pessoas, tende a ter pouca confiança na sua capacidade de incidir eficazmente na cena política.

A importância deste conceito reside na correlação que estabelece entre o mundo social e a atividade estritamente política, a participação em esferas não-governamentais e aquela no âmbito governamental. A correlação entre a participação e a eficácia política é uma das constatações mais importantes dos estudos de cultura política, diz Carole Pateman

(1992). Há ampla evidência de que as pessoas com maior senso de eficácia têm mais probabilidade de participar politicamente do que as que se sentem ineficazes.

Almond e Verba (1965) constataram, nos cinco países em que realizaram a sua pesquisa comparativa, a relação positiva entre o sentimento de eficácia e a participação efetiva. Constataram que o grau de competência era maior (i) nos países em que existiam maiores oportunidades institucionais para a participação política local (Estados Unidos e Inglaterra); (ii) nos indivíduos participantes de organizações voluntárias; (iii) nos indivíduos que declararam ter as maiores oportunidades de participação nas decisões na família e na escola; (iv) nos indivíduos que declararam possuir maiores oportunidades de participação no local de trabalho; (v) nos indivíduos com maior nível de escolaridade e oriundos das classes economicamente mais abastadas.

Estudos posteriores trouxeram novas evidências empíricas acerca da importância do sentimento de eficácia para a participação política, e corroboraram os principais itens da teoria de Almond e Verba. Estas evidências, aliás, constituem importantes argumentos para a teoria participativa da democracia, sustenta Carole Pateman. Para ela, “os principais argumentos da teoria participativa sobre o importante impacto psicológico da participação em estruturas de autoridade não-governamentais e o papel central da indústria no processo de socialização democrático mostraram possuir considerável apoio empírico.” (Pateman, 1992, p. 91) O conceito de eficácia política transcende, pois, o ideário liberal dos autores que popularizaram-no, e se constitui num instrumento teórico valioso no estabelecimento de relações entre os elementos subjetivos e o sistema político e social.

Como qualquer outra atitude, a eficácia política não pode ser considerada como “causa” da participação política. Ela favorece a participação, mas vários outros fatores estão envolvidos. Entretanto, há algo mais: o próprio senso de eficácia é afetado pelas oportunidades de participação. Como postulam os defensores da teoria participativa, as qualidades psicológicas favoráveis à participação são incrementadas com a ocorrência de experiências de participação. E, em contrapartida, a carência de instituições participativas nas sociedades capitalistas é um elemento explicativo do sentimento de ineficácia que caracteriza largas parcelas da população.

Outro conceito importante relacionado às implicações da confiança pessoal sobre o comportamento político é o de “capital social”. *Capital social* refere-se ao grau de confiança interpessoal existente num determinado meio social. Trata-se, pois, da confiança dirigida a outras pessoas, a qual é um pressuposto para a ação cooperativa. A rigor, a ausência completa de confiança nos outros impede qualquer ação cooperativa, e inviabiliza as instituições e organizações sociais. A confiança social, interpessoal, é um pressuposto para a ação organizada.

Pesquisas comparativas verificaram que o grau de confiança interpessoal varia acentuadamente de um país para outro. Cidadãos de países democráticos comparecem nas pesquisas de opinião com índices bem mais elevados de confiança em relação às outras pessoas e às instituições sociais do aqueles que vivem sob regimes autoritários ou em novas democracias. O capital social, todavia, não é uma característica automática da democracia, pois há consideráveis diferenças quanto ao grau de confiança social entre os países democráticos.

Capital social, no sentido aqui utilizado, não é propriamente sinônimo de confiança social. Enquanto a confiança social é um fenômeno subjetivo, o capital social é um atributo da estrutura social.⁵ O *capital social* compreende “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (Putnam, 1998, p. 177) Um capital social elevado favorece a cooperação espontânea entre os cidadãos. Onde há confiança entre os cidadãos, há uma tendência inercial para a manutenção de relações cooperativas e de reciprocidade. Onde impera a desconfiança, a tendência inercial é de conflitos e enfrentamentos, derivados em boa parte da trajetória histórica. O capital social também está diretamente vinculado aos níveis de participação política. Ao menos é isso que constataram Mariano Torcal e José Montero (1998) num estudo comparativo entre 12 países europeus: quanto maior a presença de capital social em determinado país, maior a probabilidade de uso de mecanismos de participação convencional por parte dos seus cidadãos.

⁵ Esta concepção é apoiada em autores como Coleman, Putnam e Torcal e Montero. Há outros autores que concebem o capital social como um fenômeno subjetivo. (Torcal e Montero, 1998, p. 1)

Estudos sobre o capital social em novas democracias demonstram que a socialização política é um fator importante para explicar a situação de *equilíbrio de baixa intensidade* (pouca presença de confiança social) mesmo após o transcurso de diversos anos de democratização. Torcal e Montero (1998) observaram que persistem entre os espanhóis nos anos 1990 baixos níveis de confiança interpessoal, o que é explicado por eles a partir do legado cultural transmitido de geração em geração. Esta transmissão deve-se a eventos políticos que a maior parte dos espanhóis experienciou ou recebeu dos mais idosos durante seu processo de socialização. Esta linha de raciocínio possivelmente se aplica também ao Brasil, que desde a redemocratização convive com altos níveis de desconfiança em relação a importantes personagens (agentes políticos de um modo geral) e instituições (governos, legislativos, justiça, polícia, partidos) da sociedade brasileira. O incremento de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil pode ser tomado como um indício de crescimento do capital social, mas não suficiente para ultrapassar o denominado “equilíbrio de baixa intensidade”.

1.5 Sofisticação política

A premissa de que há um vínculo entre atitudes políticas e comportamentos políticos comprova que nos sistemas democráticos estáveis a “massa da população” têm atitudes democráticas. Certo? Errado! As pesquisas revelam que mesmo nas democracias estáveis, como a norte-americana e inglesa, grande parte da população não revela interesse significativo pela política, não está atenta aos eventos políticos e não é capaz de explicar suas preferências com argumentos bem elaborados.

A discrepância entre a estabilidade de certos sistemas democráticos ocidentais e as atitudes de desinformação e desconhecimento da maioria da população é um paradoxo que tem intrigado os estudiosos. Desde a década de 1960 foram formuladas diversas teorias para explicá-lo, como a teoria da estratificação da opinião pública, a do pluralismo da opinião pública e a da emergência de um novo eleitor a partir dos anos 1960. Entre estas, a teoria da estratificação, formulada por Philip Converse e outros, ficou bastante conhecida e tem sido aplicada em alguns estudos no Brasil. Converse propôs a classificação das atitudes

do eleitorado norte-americano em 5 categorias: (i) conceitos abstratos explícitos (ideologia); (ii) conceitos abstratos implícitos (quase-ideologia); (iii) conceitos de interesse de grupo; (iv) conceito de natureza dos tempos; (v) sem conteúdo conceitual. A grande maioria do eleitorado norte-americano (quase 90%) apresentaria atitudes dos tipos (iii), (iv) e (v), ou seja, atitudes pouco elaboradas conceitualmente.

Nos anos 1980 a teoria da estratificação foi reformulada e aperfeiçoada por W. Russel Neuman (1986), através da teoria da *sofisticação política*. Neuman propõe a utilização de três dimensões para compor a sofisticação política. A primeira é a *saliência política*, composta pelo interesse, a preocupação e a atenção em relação à política. A segunda é o *conhecimento político*⁶, expresso pela familiaridade com questões, instituições, personagens e eventos políticos. A terceira é a *conceitualização política*, que evidencia a organização cognitiva através do uso de conceitos abstratos na avaliação de questões políticas. (Neuman, 1986, cap. 3)

A sofisticação política, portanto, é um instrumento teórico que permite classificar os indivíduos conforme a importância atribuída, o conhecimento e o raciocínio abstrato na interpretação da vida política. Indivíduos politicamente sofisticados são os que apresentam estes quesitos em elevado grau. Indivíduos não-sofisticados têm carência nestes itens.

A sofisticação torna o indivíduo propenso à participação ativa, inclinándolo a responder aos estímulos políticos. A sofisticação, todavia, não “causa” a participação. “Ela funciona de fato como uma variável interveniente. Entre os estratos mais sofisticados, há uma conexão mais forte entre o estímulo político e o comportamento político real.” (Neuman, 1985, p. 103-4) A sofisticação também não “causa” opiniões nem inclina a umas ou outras posições políticas. Há indivíduos sofisticados e não-sofisticados em todas as posições políticas.

O conceito de sofisticação política foi estabelecido no contexto da utilização de surveys para o estudo da cultura e socialização política. Assim, o modelo de Neuman prevê a confecção de um índice de sofisticação, a partir das variáveis citadas. Um índice alto

⁶ A dimensão cognitiva é de fundamental importância para o presente trabalho, e será desenvolvida no próximo capítulo.

resulta de pontuação alta no conjunto das variáveis; um índice baixo, decorre de pontuação média baixa.

Mas, é correto esperar uma relação proporcional entre as diversas variáveis empregadas? Não pode haver simultaneamente baixo interesse e atenção com elevado grau de conhecimentos e capacidade de manipular conceitos abstratos? Do ponto de vista teórico, esta não é uma impossibilidade, mas pesquisas empíricas de cerca de três décadas providenciaram a Neuman fartas evidências de que saliência, conhecimento e conceitualização costumam estar vinculadas.

A quantificação da sofisticação permitiu ao autor estabelecer uma tipologia relativa ao conjunto do eleitorado norte-americano, através da famosa *teoria dos três públicos* (Ibid., p. 170), que parece generalizável nos principais traços às democracias ocidentais de um modo geral. A maior parte da população compõe o *público de massa*, cerca de 75% do total, caracterizado por uma atenção marginal à política, medianamente cínico acerca do comportamento dos agentes políticos, mas que aceitam seu dever de votar. Um estrato de aproximadamente 20% compreende os *apolíticos* (terminologia não apropriada, no sentido amplo de política aqui empregado), indivíduos caracterizados pelo desinteresse e desatenção à política, pela pouca informação e que não assumem opiniões políticas definidas nem o dever do voto. O menor grupo, cerca de 5%, é composto pelos *ativistas políticos*, que exibem altos níveis de envolvimento, como é o caso dos políticos profissionais, dirigentes, jornalistas e analistas políticos.

As teorias da sofisticação e dos três públicos propiciam um referencial de interpretação para os sistemas democráticos atuais muito interessante, que se distancia tanto das avaliações políticas catastróficas, tipo “a grande maioria da população é apática ou alienada”, bem como das otimistas, tipo “a grande maioria é consciente”. Nem nas democracias consolidadas, nem nas democracias instáveis a massa da população é altamente sofisticada, mas também não é maciçamente apática ou alienada. A maior parte dos cidadãos é medianamente sofisticada, e envolve-se eventualmente de modo ativo nos acontecimentos políticos. Em boa parte do tempo acompanha a política a uma certa distância, e na hora do voto não raro apóia-se na opinião daqueles que considera melhor informados. Os ditos *apolíticos* são um segmento minoritário, embora nada desprezível. Os

indivíduos que envolvem-se ativamente com a política no cotidiano são uma estrita minoria, que no entanto desempenha um papel fundamental na difusão de atitudes e posições, por ocupar postos de destaque nas instituições, nas empresas e na mídia.

1.6. O poder explicativo do conceito de cultura política

Os estudos de cultura política tiveram grande aceitação nos Estados Unidos a partir da obra de Almond e Verba, tendo se estabelecido a firme convicção nos meios acadêmicos de que a persistência da democracia americana se devia em grande parte à cultura democrática largamente predominante entre os cidadãos. Em outros ambientes, por exemplo o europeu, o enfoque foi menos aceito e inclusive amplamente questionado. Mas também em solo americano cedo se percebeu uma série de limitações próprias dos primeiros estudos da área. O excessivo peso dado aos fatores psico-culturais, a adesão a uma visão universalista e etnocêntrica da modernização, a desatenção a respeito da intervenção do Estado e dos agentes econômicos na esfera político-cultural, a sobrevalorização das minúcias metodológicas em detrimento da reflexão teórica, a adesão à perspectiva liberal de democracia – eis algumas das críticas endereçadas aos representantes da área. Isso forçou a uma série de revisões, que culminaram na publicação de *The Civic Culture Revisited*, em 1980, coordenada por Almond e Verba, mas com artigos críticos de vários autores. Após um período de crise e reavaliação, a cultura política foi redescoberta, com a expectativa de uma abordagem sintonizada com o novo estágio de reflexão alcançado nas ciências sociais. (Street, 1993, p. 95-97)

Importantes desafios estão colocados. Entre elas, a formulação de uma bem embasada resposta à questão central anteriormente apontada sobre o poder explicativo do conceito *cultura política*. O que a cultura política, afinal, explica? Como a dimensão cultural se vincula com a esfera econômica e o sistema político?

Os itens abaixo buscam formular uma resposta a tais questões.

a) A concepção que norteia este estudo é que *há uma causalidade recíproca entre cultura, economia e política*. Diferente do entendimento marxista (a economia é o determinante principal), idealista (a cultura é o determinante principal) e institucionalista (a

persistência ou as mudanças sistêmicas estão atreladas ao perfil das instituições sociais), a cultura, a economia e a política exercem influências mútuas.

Trata-se de fugir dos reducionismos. O reconhecimento das lacunas e parcialidades do *economicismo* marxista – destacado intensamente nesses tempos pós-soviéticos e pós-modernos – não autoriza qualquer *determinismo cultural*. É verdade que em tudo há cultura e simbolismo, mas permanentemente entrelaçados com fatores materiais. A cultura política e o sistema político sempre têm relação íntima com o grau de desenvolvimento e a evolução da base econômica de uma sociedade. As mudanças nas instituições sociais e políticas, por seu turno, ajudam a explicar uma série de fenômenos culturais e econômicos, mas não os explicam por si só. (Inglehart, 1997)

A título de ilustração, pode-se mencionar os eventos que resultaram na falência dos regimes socialistas no Leste Europeu no final da década de 1980. As pesquisas de opinião mostraram a baixa legitimidade de que gozavam os governos e o sistema econômico antes das bruscas mudanças. Mas há que levar em conta também o desempenho econômico, altamente ineficiente. Não se pode deixar de considerar também as crises internas nos partidos e nas elites governantes, bem como como a atuação de agentes políticos relevantes. Em suma, o componente cultural foi sumamente relevante nas transformações ocorridas no Leste Europeu, no sentido da deslegitimação do sistema político-econômico socialista, mas não há suporte para afirmar que foram as transformações no âmbito da cultura política que levaram ao fim do império soviético.

Em termos estatísticos, portanto, há que tratar a cultura política como *variável interveniente*. Tomada como um item de uma explicação global do desempenho dos sistemas políticos, “podemos concluir que o conceito de cultura política pode, ao menos potencialmente, aumentar a nossa compreensão da vida política”. (Femia, 1996, p. 171)

b) *Todo sistema político estável tem uma cultura política que lhe proporciona legitimidade*. Os cidadãos estão imbuídos de valores e normas que condizem com a estruturação do sistema, proporcionando a aceitação das autoridades políticas e estabelecendo limites para a atuação tanto das elites quanto dos próprios cidadãos. A legitimidade implica na aceitação voluntária dos padrões de autoridades e dos hábitos de

submissão. Os governantes tem suas ações limitadas pelos hábitos, valores e prioridades das pessoas. As leis também só são efetivas se condizentes com tais aspectos psicoculturais. São comuns os casos das leis que “não pegam”, porque contrariam os valores disseminados no conjunto da população. Um caso clássico foi o da “lei seca” nos Estados Unidos, que proibiu o consumo de bebidas alcoólicas. Embora amparada numa maioria de pouco mais de 50% dos norte-americanos, a insubmissão dos outros quase 50% de cidadãos inviabilizou o cumprimento da lei, que acabou revogada. A cultura política leva à aceitação ou rejeição dos padrões de autoridade, e está articulada a hábitos de submissão. Karl Deutsch (1983, p. 34) diz que “os *hábitos de submissão* são os associados invisíveis do governo, mas realizam mais de 90% da tarefa”. Sem eles, não há governo nem leis estáveis.

Nos sistemas instáveis (pré-revolucionários e pós-revolucionários, por exemplo) há, via de regra, ausência de uma cultura política legitimadora. A deslegitimação de um governo favorece a queda dos ocupantes do poder; a deslegitimação de um regime favorece mudanças mais profundas, de reordenamento institucional do poder. Há uma relação inversa entre legitimidade e coerção: quanto maior a legitimidade, menor a necessidade de coerção. A coerção nunca está totalmente ausente, mas sua importância decresce com a aceitação voluntária dos cidadãos das regras do jogo político. Nos sistemas democráticos – que são, por definição, baseados no predomínio do consenso – o papel legitimador da cultura política é essencial. Não há democracia sem cultura democrática e não há consolidação democrática sem consolidação de uma cultura política democrática.

c) *A cultura política tem, em certo sentido, um papel conservador.* Não está em questão o enfoque, e sim a própria funcionalidade da cultura política em qualquer sistema. A cultura política é um mapa de que dispõe os indivíduos para se posicionar frente ao universo político. Mapa precário, composto em boa parte de elementos da tradição histórica de um país e das vivências dos indivíduos em um determinado período histórico. As orientações e atitudes são respostas subjetivas dos cidadãos à sua situação. Estas respostas são forjadas através de um longo processo de socialização política, em que os períodos mais decisivos são a infância e a juventude. Na fase adulta e idosa, as mudanças drásticas continuam viáveis, mas são menos frequentes. Se isto acontece no nível individual, a generalização ao nível de massa implica que as mudanças na cultura política do conjunto de

uma população são necessariamente lentas. Elas costumam ser mais rápidas entre os grupos jovens, e mais vagarosas entre os adultos e idosos. As mudanças de opinião em dado momento podem ser rápidas, e até algumas atitudes podem mudar diante de acontecimentos impactantes, mas isto não significa que a cultura política de um país ou grupo social mude no seu conjunto e de forma duradoura. Mudanças culturais profundas não costumam acontecer em períodos inferiores a algumas décadas.

A lentidão das mudanças culturais tem duas implicações. Por um lado, coloca o risco da falta de sincronia da cultura política em relação ao seu tempo histórico. Ingelhart (1990) cita como exemplo o fim da “guerra fria”, no final dos anos 1980, e a manutenção de estratégias militaristas adequadas ao período anterior (com ênfase nas armas nucleares) pelos dirigentes norte-americanos, com apoio de grandes setores da opinião pública. Os velozes acontecimentos políticos decorrentes da queda dos regimes do Leste Europeu não foram acompanhados pela cultura política das elites e do público em geral, o que neste caso significa o perigo de um recurso desnecessário à força em um ambiente que possibilita estratégias de negociação.

Por outro lado, a percepção por parte dos agentes políticos de que as mudanças culturais são lentas é algo muito importante num período histórico como o atual, em que prevalece o desencanto com os resultados de revoluções que pretenderam acelerar o ritmo da história em diversos países. A Nicarágua é um bom exemplo: as esperanças depositadas na revolução sandinista de 1979 face ao anúncio de radicais transformações em todas as esferas sociais, não tardaram a transformar-se em frustração a partir da reversão das mudanças diante da falta de apoio da população. O conjunto das experiências revolucionárias da esquerda no século XX (Rússia, China, vários países da África e Ásia), indica claramente que a estratégia revolucionária de rápidas transformações sociais é extremamente arriscada sob o ângulo da democracia. Ela exige um enorme recurso à coerção, e com isso inibe sua capacidade de busca do consenso. O enfoque da cultura política sinaliza fortemente para uma estratégia de mudanças mais lentas, na linha da proposta gramsciana da “guerra de posição” e da “lenta marcha através das instituições”.

d) *A cultura política de um país não é um bloco homogêneo de valores e atitudes.* Na verdade, assemelha-se mais a um mosaico, em que predominam determinadas

tendências, mas outras, diferenciadas ou opostas, estão presentes em menor escala. Os eventos políticos e econômicos favorecem a manutenção ou a mudança da configuração destas tendências e, não raro, a alteram as tendências predominantes. Os resultados eleitorais do final dos anos 1990 e início dos 2000 na Europa unificada sinalizam que estão em curso alterações profundas nas tendências culturais. Na França, Inglaterra e Alemanha, a vitória de partidos à esquerda indica um afastamento do ideário liberal e uma reaproximação de certos ideais socialistas, desprestigiados desde os anos 1980. Já na Áustria, os resultados favoreceram os simpatizantes do nazismo, evidenciando que os valores autoritários continuam presentes no espectro cultural e podem tornar a ser predominantes. A investigação da cultura política de um país, portanto, exige atenção às subculturas e às orientações minoritárias. Destacar apenas as orientações predominantes leva facilmente a equívocos nas previsões.

e) Embora o debate sobre a força explicativa da cultura política ainda esteja longe de terminar, dispomos hoje de diversas pesquisas internacionais com fortes *evidências empíricas que atestam a importância da dimensão cultural tanto para a estabilidade quanto para as mudanças nos sistemas políticos*. Entre essas pesquisas, três são relevantes para o nosso propósito.

O cientista político norte-americano Ronald Inglehart coordena desde 1970 uma importante pesquisa sobre a mudança de valores em dezenas de países, com base nos dados do *World Values Surveys* e *Euro-Barometer*. A tese central da sua teoria da *mudança intergeracional de valores* é que está em curso nos países economicamente desenvolvidos uma profunda mudança de valores materialistas (aquisitivos) para valores pós-materialistas (pós-burgueses). O survey inicial, em 1970, abrangeu seis países europeus, mas o de 1990 alcançou 43 países (entre eles o Brasil), compreendendo 70% da população mundial. Os últimos resultados confirmam as proposições do estudo inicial. Os indivíduos mais jovens e integrantes da classe média apresentam maiores percentuais de *valores pós-materialistas* (ênfase na liberdade de expressão, participação política e qualidade de vida), enquanto nos demais segmentos sociais predominam *valores materialistas* (ênfase na ordem social, controle dos preços e segurança econômica de modo amplo). Com base na hipótese central de que os indivíduos perseguem vários objetivos numa ordem hierárquica, dando máxima

atenção às coisas que sentem como necessidades insatisfeitas em um dado tempo, Inglehart explica a diferença de valores pelo condicionamento econômico no processo de socialização. As gerações que viveram seus anos formativos (infância e adolescência) em circunstâncias de escassez e insegurança econômica tendem a desenvolver valores materialistas. Este foi o caso das gerações jovens da 2ª Guerra, na Europa. Já as gerações mais recentes, que viveram seus anos formativos num contexto de afluência econômica, tendo satisfeitas as necessidades básicas, tendem a desenvolver valores pós-materialistas. Esta mudança do sistema de valores tem profundas mudanças sobre o sistema político, porque implica em mudanças de prioridades da população, o que incide diretamente sobre as demandas a serem atendidas pelas instituições e sobre a atuação dos partidos políticos. (Inglehart, 1971 e 1997)

O que nos interessa sobremaneira destacar é que o estudo de Inglehart contém evidências de que a cultura política é realmente um componente importante em qualquer sistema político, particularmente nas democracias. Duas evidências recolhidas pelo autor: (i) há uma forte associação positiva entre o sentimento de bem-estar e a confiança interpessoal e a estabilidade democrática dos países (Inglehart, 1990); (ii) os valores materialistas estão associados tanto a regimes democráticos como autoritários, mas a maior presença de valores pós-materialistas está associada positivamente com a estabilidade e a extensão da democracia (Inglehart, 1997) O impacto da cultura, diz o autor, é diferenciado de contexto para contexto. Na década de 1970, a presença de valores pós-materialistas nos países europeus era minoritária (em torno de 20% da população) e não significava uma força transformadora relevante. Já nos anos 1990, quando cerca da metade do público revela preferência por novos valores, este elemento adquire um significado político de grande alcance, podendo ser o principal elemento definidor de transformações do sistema político.

Jos Meloen, cientista político holandês, apresenta outro estudo empírico de âmbito internacional, desenvolvido em 70 países, que se ocupa da investigação sobre a relação entre autoritarismo estatal e autoritarismo atitudinal. Baseado em surveys de 32 países, de 1945 a 1993 (incluindo o Brasil) e indicadores sobre autoritarismo estatal de 70 países. O autoritarismo estatal foi medido por Meloen com base nos indicadores da Freedom House,

organismos das Nações Unidas, Departamento de Estado norte-americano e o livro de fatos mundiais da CIA. Os resultados sintetizados por Meloen são altamente relevantes: a correlação entre autoritarismo de estado e atitudes autoritárias dos cidadãos nos 32 países estudados é surpreendentemente alta. Nos países de regime autoritário há uma forte presença de atitudes autoritárias entre os cidadãos, enquanto nos países democráticos esta presença é bem mais baixa. O Brasil aparece no ranking de autoritarismo com dados medianos (os dados utilizados são de 1967, 1945-1980 e 1993). Os escores mais altos: Iran, Líbia, Paquistão, Iraque, Síria, Bangladesch, China, África do Sul e União Soviética. Os escores mais baixos: Holanda, Canadá, Suécia, Finlândia, França, Dinamarca, Alemanha, Estados Unidos, Japão e Reino Unido. O autor destaca a importância do estudo, porque traz pela primeira vez dados empíricos que fundamentam a relação estabelecida teoricamente pelos estudiosos entre autoritarismo estatal e atitudinal. “Este resultado é talvez único porque nunca antes foi medido desta forma, pois que as ditaduras têm usualmente negado acesso à pesquisa empírica crítica.” (Meloen, 1996, p. 25).

Robert Putnam, cientista político norte-americano, publicou um importante estudo sobre a reforma institucional feita na Itália, com a implantação de governos regionais a partir de 1970. O objetivo central foi o de identificar os fatores subjacentes às acentuadas diferenças de desempenho dos diversos governos regionais. Uma primeira relação encontrada foi com a modernização: os governos das regiões do Norte da Itália, mais ricas e mais modernas, apresentam melhor desempenho institucional. Mas, a modernização não explicou as diferenças intra-regionais.

Regiões mais desenvolvidas economicamente tiveram desempenho institucional inferior ao de regiões menos desenvolvidas. A explicação para as diferenças de desempenho dos governos regionais foi formulada a partir do conceito de “comunidade cívica”⁷. O civismo foi avaliado com base em quatro indicadores: vida associativa, informação, voto programático x voto clientelístico e apoio à igualdade política. Com base nesses indicadores, o autor verificou que há uma forte associação entre desempenho institucional e o grau de civismo. Quanto mais cívica a região, mais eficaz o seu governo. Referente ao impacto econômico, Putnam constatou que o próprio desempenho econômico está associado ao grau de civismo. O autor ressalva, contudo, que não propõe uma fórmula culturalista. Sua perspectiva teórica é de que há uma interrelação entre os fatores econômicos, culturais e institucionais. (Putnam, 1996)⁸

Em síntese, a cultura política é um componente do sistema político, que ajuda a explicar tanto a estabilidade quanto as transformações do sistema. Pode, em determinados momentos, ser o elemento principal da estabilidade ou das mudanças, mas nem sempre se constitui no elemento determinante. Ela é, portanto, condição necessária mas não suficiente para explicar uma ou outras. Estatisticamente falando, a cultura política é uma variável interveniente no estudo do sistema político. Partindo do pressuposto de que há uma causalidade recíproca entre cultura, economia e política, cabe à pesquisa empírica estabelecer a relação entre tais dimensões e o papel da cultura política em cada caso estudado.

⁷ O conceito de *civismo* de Putnam distingue-se fortemente daquele de Almond e Verba. Putnam apóia seu conceito na tradição da “escola republicana”, radicada no pensamento de Maquiavel, com sua ênfase na comunidade e das “virtudes cívicas” dos cidadãos. Almond e Verba estão claramente vinculados à tradição liberal, com sua ênfase no individualismo e nos direitos individuais.

⁸ Embora se trate de um estudo restrito à Itália, a obra de Putnam, pela sua consistência metodológica, é considerada uma das mais bem acabadas obras de avaliação de desempenho institucional e que traz evidências sobre a relevância da cultura política.

2 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

2.1 O que é socialização política

Partindo da premissa de que a dimensão cultural é um elemento importante para a estabilidade de um regime democrático, colocam-se variadas questões relativas à formação das atitudes políticas.

Como difundir atitudes políticas democráticas num país como o Brasil onde a tradição cultural é marcada pelo autoritarismo? É possível esperar, por exemplo, que cidadãos adultos mudem de atitude acerca da participação política e passem a confiar na viabilidade da administração pública e reger-se por métodos participativos, depois de prolongadas experiências de centralização e imposição? Até que ponto pode se esperar atitudes mais democráticas das crianças e adolescentes da década de 1990, cuja formação escolar se dá em ambiente mais “crítico” e “participativo”, do que dos adultos, cuja formação escolar transcorreu no período autoritário? Os estudos que procuram responder interrogações como essas, relacionadas à formação das atitudes, compõe a área de socialização política. Ela se constituiu simultaneamente e seus autores mantiveram interlocução permanente com os da área de cultura política. Os principais desafios teóricos e os métodos de pesquisa são comuns numa e noutra área.

O termo *socialização política* é usado de modo razoavelmente unívoco na literatura, designando o *processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos* ou, sob o enfoque geracional, o *processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações*. Nas palavras de Easton e Dennis (1969, p. 7), ela compreende “aqueles processos de desenvolvimento através dos quais as pessoas adquirem orientações políticas e padrões de comportamento”. As grandes discussões não acontecem

em torno de uma definição da socialização política, e sim sobre quando ela ocorre (socialização primária e secundária), como ocorre (agências de socialização, socialização manifesta e latente), se existe um padrão de socialização (universalidade x singularidade), bem como sobre o poder explicativo do conceito (relação entre socialização política e sistema político).

Uma breve retrospectiva histórica sobre o conceito em questão ajudará a entender a problemática atual e os desafios colocados. A socialização política começou a ser constituída como área de estudo específica na década de 1950.⁹ A obra inaugural foi *Political Socialization*, de Herbert Hyman. No início dos anos 60, uma grande pesquisa, coordenada por David Easton, Jack Dennis, Robert Hess e outros, que entrevistou mais de 12.000 crianças norte-americanas, impulsionou os estudos sobre o tema e tornou-se a principal referência empírica nas discussões acadêmicas. Em *Children in the Political System: Origins of Political Legitimacy (1969)* encontramos os resultados e a sua análise teórica. Esta *primeira etapa* dos estudos sobre socialização política, marcada pela preocupação com a socialização infantil e a influência da família na transmissão de atitudes, durou até meados dos anos 1970. Em 1974 foi publicada uma obra que pode ser indicada como o início da *segunda etapa* dos estudos norte-americanos sobre socialização política, porque refletiu as preocupações de diversos autores e inaugurou os estudos específicos sobre a socialização de adolescentes e de adultos. Trata-se do livro *The Political Character of Adolescence: The Influence of Families and Schools*, de M. Kent Jennings e Richard Niemi. Entre outros resultados inovadores, os autores demonstram que a família não é necessariamente a agência socializadora mais decisiva: quando o meio familiar oferece condições desfavoráveis nos aspectos econômicos e socioculturais, a escola pode exercer a principal influência sobre a identificação política dos indivíduos. (Ferreira e Sousa, 1996, p. 135)

Na Europa, as pesquisas da área têm uma tradição menos expressiva. Há alguma produção mais consolidada na França, onde Annick Percheron e Charles Roig iniciaram

⁹ O termo *socialização política* apareceu pela primeira vez em 1954, utilizado por Seymour Lipset, e ainda era bastante exótico em 1959 quando Herbert Hyman escreveu a obra fundacional, "*Political Socialization*".

pesquisas nos anos 60, com achados diferentes do modelo norte-americano. Publicações recentes mostram a disseminação das investigações por diversos países do continente (por ex., Dekker e Meyenberg, 1991). Um dos obstáculos ao desenvolvimento da pesquisa na Europa foi a resistência ao emprego de técnicas quantitativas de coleta de dados, muito forte nas décadas passadas e ainda presente em diversos círculos acadêmicos. A vantagem, em contrapartida, consistiu em não incorrer numa série de estreitamentos teóricos próprios principalmente da primeira fase da produção norte-americana, que se devem parcialmente à influência do behaviorismo e do funcionalismo. Lá se fez notória a influência do pensamento filosófico e sociológico, em especial do marxismo, do weberianismo, da fenomenologia, do estruturalismo e da teoria crítica frankfurtiana.¹⁰ Este trabalho segue em boa parte a linha metodológica dos estudos norte-americanos, mas aproxima-se do enfoque teórico desenvolvido na literatura européia.

2.2. Quando ocorre a socialização

Quando se busca entender a formação das atitudes políticas dos jovens, uma questão que se impõe é a de saber se eles já possuem atitudes em relação à política (afetivas, cognitivas ou avaliativas) formadas anteriormente. E se há atitudes constituídas na infância, se estas são profundas e duradouras ou superficiais e efêmeras.

A literatura registra que apesar da ênfase da psicologia freudiana acerca a importância da infância na constituição das atitudes, e da ampla divulgação do freudianismo nos meios acadêmicos a partir dos anos 1930, com relação ao mundo da política prevaleceu até os anos 1960 a idéia de que não havia uma real socialização no período infantil. A visão dos cientistas políticos combinava com o senso comum: os adultos

Em 1961, a edição do Biographical Directory americano ainda não fazia referência ao termo. Mas na edição de 1968 aparecia com grande destaque. (Greenstein, 1970, p. 969)

¹⁰ Algo semelhante ao panorama da Ciência Política aconteceu no plano da Psicologia. Enquanto a Psicologia norte-americana enfrentou o problema de uma metodologia centrada unicamente no indivíduo e que “ao retirar os fenômenos sociais de seu meio próprio, terminava por abstrair-lhes a natureza social”, na Europa houve uma reflexão mais filosófica sobre a natureza da psicologia social, apoiada na premissa da oposição entre o indivíduo e a sociedade e na interdisciplinaridade inerente ao estudo do social. Serge Moscovici e Henri Tajfel estão à frente do empreendimento de uma psicologia social européia, que se centra em três

de um modo geral entendiam que as crianças não estavam preparadas moral e intelectualmente para a política – vista costumeiramente como um “jogo sujo” – de forma que se buscava preservá-las dela. (Easton e Dennis, 1969, p. 82) E se observamos as crianças de hoje, notamos que elas não se interessam pelas minúcias das disputas partidárias, nem pela maior parte dos debates que são próprios dessa esfera.

O estudo de Herbert Hyman, *Political Socialization*, começou a mudar completamente a visão predominante. Valendo-se de uma série de pesquisas empíricas feitas nos Estados Unidos, ele conclui taxativamente pela precocidade da formação das atitudes políticas: “Está claro em todas as três áreas de investigação, participação política, orientação política e tendências autoritárias vs. tendências democráticas, que diferenças entre adultos têm suas origens nos primeiros estágios de desenvolvimento”. (Hyman, 1959, p. 45-46) Esse foi o primeiro grande “achado” da socialização política. (Percheron, 1971, p. 144) Das diversas orientações, Hyman conclui que o padrão adulto mais completamente estabelecido na fase infantil é a identificação partidária, mas que as orientações ideológicas e as autoritárias são pouco definidas.

Almond e Verba, em *The Civic Culture*, apresentam outra constatação que se tornou clássica na literatura: a relação entre participação nas decisões na família e na escola e o sentimento de “eficácia subjetiva”. Quanto maior o espaço de participação nas decisões na família e nos debates na escola, maior a confiança do indivíduo de que pode influenciar as decisões políticas que lhe dizem respeito. (Almond e Verba, 1965, p. 300)

Foi, entretanto, a pesquisa coordenada por David Easton e equipe que solidificou a concepção de que a socialização infantil é decisiva na formação política do indivíduo. A partir do conceito de sistema político, ele define a política como o vasto campo que diz respeito à formação de demandas e suportes (inputs), e de decisões obrigatórias (outputs), que ultrapassam em muito o campo da política alocativa (partidária). Para Easton, as crianças têm pouca intimidade com a política partidária, mas têm experiências, opiniões e sentimentos sobre outros aspectos do sistema político. (Easton e Dennis, 1969, p. 84-89) O foco principal da sua pesquisa é a formação de atitudes acerca da autoridade, que são

conceitos principais: a representação social, a identidade social e a influência das minorias ativas. (Camino,

constituídas muito antes mesmo do período escolar. Um exemplo típico apresentado pelo livro é da situação em que um pai não consegue estacionar o carro, e seu filho de três anos e meio, que o acompanha, lhe indica um lugar proibido; o pai lhe diz laconicamente que não pode estacionar lá porque um policial o deteria. Esta seria uma indelével experiência para a criança no sentido de perceber que seu pai não é onipotente, que há um poder externo à família a que mesmo o pai deve se submeter e que de algum modo o policial representa esse poder. (Ibid., p. 3-4)

Entre as importantes constatações da pesquisa de Easton – e que se tornaram referências em estudos posteriores – estão as seguintes: a) o mundo político da criança começa a tomar forma antes mesmo dela entrar na escola elementar, e ele experimenta as mudanças mais rápidas durante estes anos; b) a força do sentimento religioso é transferida para a comunidade política; c) os sentimentos positivos acerca dos pais são transferidos para o Presidente; d) grande parte das crianças já tem opção partidária firmada por volta do 8º ano de estudo (confirmando a posição de Hyman); e) quando completam a escola primária (13 anos), as atitudes e valores políticos básicos das crianças já estão firmemente estabelecidos; f) a partir do ginásio (14 anos), o adolescente aprende bastante sobre a estrutura, as práticas políticas e de governo, mas suas orientações básicas com relação ao regime e à comunidade mudam pouco. (Ide, parte 3).

A pesquisa de Easton e equipe constituiu um modelo de socialização, que distingue quatro tempos: (i) a politização: a sensibilização difusa à política; (ii) a personalização: o contato com o sistema político ocorre através de certas figuras com autoridade; (iii) a idealização da autoridade: a autoridade é vista como benfazeja ou malfazeja; (iv) a institucionalização: a criança passa da visão personalizada para uma concepção impessoal do sistema político. (Schwartzberg, 1979, p. 161) Este modelo é baseado na realidade americana, e enfatiza sobremaneira o peso da socialização infantil em detrimento de possíveis modificações significativas posteriores nas atitudes políticas do indivíduo, embora essa possibilidade tenha sido apontada por Hyman, Almond e Verba, Easton e outros. Este modelo foi caracterizado pelo *princípio de primazia*, e se caracterizou por três

pressupostos: a) as orientações políticas são aprendidas durante a infância; b) o aprendizado infantil modela qualquer modificação posterior; e c) a escala das modificações posteriores é pequena. (Searing, Wright e Rabinowitz, 1976, p. 83)

Na França, Annick Percheron reagiu contra esse modelo, enfatizando que a socialização é um processo permanente, que ocorre por toda a vida. Para ela, não se pode estabelecer uma linha de continuidade entre as atitudes infantis e as adultas, porque (i) as atitudes adultas são mais estáveis; (ii) na adolescência há uma ruptura com o mundo infantil e um empréstimo de idéias do mundo dos adultos, e (iii) os eventos (casamento, trabalho, serviço militar, mudança de meio social ou geográfico) podem modificar as atitudes constituídas. (Percheron, 1971, p. 147)

A pesquisa sobre socialização de adolescentes e adultos começou a tomar corpo nos Estados Unidos a partir de meados da década de 70, impulsionada por M. Kent Jennings e Richard Niemi, através de uma importante pesquisa sobre socialização de adolescentes. A publicação coletiva organizada por Roberta Sigel, *Political Learning in Adulthood: a Sourcebook of Theory and Research*, de 1989, já apresenta uma reflexão bastante amadurecida com base no postulado de que *a socialização é um processo permanente*, resultante do conjunto das experiências vivenciadas pelo indivíduo, desde a infância até o final da vida. Na Conclusão do livro (Sigel, 1989, p. 458-471), a autora resume os pontos comuns aos diversos pesquisadores, dizendo que dois temas perpassam as diferentes abordagens: (i) a socialização política adulta é essencialmente um fenômeno interativo entre a dimensão individual e a social; (ii) é caracterizada tanto pela mudança como pela continuidade. A autora insiste na importância do impacto dos processos e eventos históricos, sem desconhecer a singularidade de cada indivíduo, especificado pela personalidade política individual. A mudança e a continuidade são percebidos como fenômenos complementares:

Investigar exclusivamente padrões de continuidade (como fez muito da primeira literatura sobre socialização) deixa-nos despreparados para a ocorrência de inesperada e dramática mudança social (por exemplo, os protestos da geração de 1960). Inversamente, operar a partir da suposição de que não há padrão previsível de respostas políticas humanas, que prevalece apenas a mudança casual, é igualmente improdutivo ao ignorar a elasticidade e adaptabilidade humana para

mudar condições quando a mudança é desejável, e resistência quando não é desejável. (Sigel, 1989, p. 464)

As recentes pesquisas sobre socialização feitas aqui no Brasil (Baquero, 1997; Souza, 1983; Nazzari, 1992; Ferreira e Sousa, 1996) estão sintonizadas com essa perspectiva: a socialização infantil é fundamental e deixa marcas indeléveis na personalidade política, mas acontecimentos cotidianos ou traumáticos afetam as atitudes ao longo da vida. Com isso, mantém sua plena vigência a proposição formulada por Peter Berger e Thomas Luckmann, de “socialização primária” e “socialização secundária”. A *socialização primária* é a que ocorre na infância e na qual a família exerce uma grande influência. A *socialização secundária* é todo processo subsequente, que introduz o indivíduo em novos setores, em submundos institucionais. Esta é necessária em toda sociedade que possui alguma divisão do trabalho e, em consequência, alguma distribuição social do conhecimento. (Berger e Luckmann, 1985, p. 184-185) As transformações parciais de atitudes são corriqueiras na socialização secundária, e constituem-se em mecanismo de adaptação, adequando o passado e o presente. Já as transformações profundas (alternações) são processos de ruptura e levam à *ressocialização*, que assemelha-se à socialização primária, implicando no aniquilamento da biografia anterior no seu todo, na reinterpretação dos acontecimentos e pessoas do passado, enfim, na reconstrução da realidade. (Ibid., p. 214)

2.3 Como ocorre a socialização política

Pelo exposto acima, infere-se que a socialização política não é sinônimo de transmissão intencional de orientações políticas, mas é produto de uma infinidade de circunstâncias e experiências que escapam do controle seja dos pais, dos professores ou das autoridades. Mas, significa isso que a educação intencional – feita pela transmissão de valores por parte dos pais, professores, partidos, movimentos sociais – não tem peso significativo na formação das atitudes políticas? Como se coloca a questão da educação para a cidadania numa nova democracia, como é o caso do Brasil?

A literatura registra que os filósofos antigos, os medievais e os pensadores clássicos do período moderno estavam plenamente convencidos da importância da educação para a formação do caráter do cidadão. O êxito de um regime de governo e a harmonia social, pensava-se, está na dependência da adequação das instituições aos costumes do povo e à formação do caráter dos indivíduos. Não houve uma reflexão profunda entre os clássicos sobre os fatores não-intencionais que incidem sobre a formação das orientações políticas. É exatamente sobre os fatores não-intencionais que recaiu grande parte da atenção dos cientistas políticos que se ocupam do tema. As expressões “socialização latente” e “socialização manifesta” tornaram-se correntes para diferenciar a formação de atitudes baseada em transmissão voluntária da transmissão difusa de orientações políticas.

Por *socialização latente* designa-se a transmissão de orientações de modo difuso e não programado, que ocorre principalmente na infância e sob influência da família, mas que é desempenhada também pelas demais instituições, grupos e fatores sociais. Por *socialização manifesta* compreende-se a transmissão explícita de orientações, desempenhada pelas diversas agências de socialização de uma sociedade. À medida que o indivíduo amadurece, cresce a taxa de socialização manifesta e reduz-se a socialização latente. (Almond e Coleman, 1969, p. 35-36)

Se a socialização latente mereceu grande atenção, não significa que tenha inexistido a preocupação com a educação intencional para a política: há uma abundante literatura sobre a “educação cívica”, mas a avaliação de que os cursos cívicos tiveram pouco impacto sobre os estudantes levou os cientistas políticos de países com democracia estabilizada, como os Estados Unidos, a secundarizar sua atenção ao tema. (Morduchowicz e outros, 1996, p. 465ss) Nos últimos anos, contudo, este tema voltou a ser objeto de debates, principalmente nas novas democracias. Há uma percepção mais clara de que em nenhuma democracia existe transmissão automática de valores democráticos. Na América Latina proliferam iniciativas de “educação para a cidadania”, seja nas escolas, seja em agremiações políticas, movimentos sociais ou instituições.

Roxana Morduchowicz e equipe coordenaram uma experiência na Argentina, na segunda metade dos anos 1980, chamada “Jornais nas Escolas”. O programa pretendeu fortalecer a educação política ao promover discussões abertas de questões políticas na sala

de aula, e chegou a envolver 125.000 alunos (a maioria entre 12 e 13 anos e 40.000 professores). Apesar do programa ser desenvolvido em apenas 4 horas por semana, os resultados de um questionário aplicado a uma amostra dos participantes mostrou que: (i) os estudantes do programa mostraram-se mais instruídos sobre fatos políticos correntes, principalmente do país; (ii) demonstraram maior interesse em fenômenos sociais; (iii) expressaram maior apoio às liberdades (de expressão e religião) e maior tolerância em relação à possibilidade da mulher trabalhar fora de casa; (iv) demonstraram maior preocupação com o ambiente. Em síntese, pôs em dúvida a suposição de que a educação cívica não produz resultados significativos. (Morduchowicz e outros, 1996, p. 469-474)

No caso brasileiro, tivemos durante o período autoritário a experiência da doutrinação política exercida pela disciplina de Educação Moral e Cívica. Helena Bomeny, analisou seus efeitos no caso do experimento de teleducação da TV Educativa do Maranhão. Esse estudo chegou a duas conclusões relevantes. A primeira é que a disciplina operava uma reificação da ideologia dominante no regime militar. A segunda, é que a recepção por parte dos alunos mostrava-se parcialmente discrepante em relação à orientação proposta pelos executores da disciplina. A autora interpretou essa discrepância com base na idéia de que o processo de comunicação não é linear: “O processo de decodificação de determinada mensagem, por mais persuasiva que seja, pode ser sempre surpreendente porque nele interfere uma multiplicidade de fatores absolutamente incontroláveis aprioristicamente”. (Bomeny, 1980, p. 168) Essa linha de abordagem tem se imposto nos últimos anos na literatura sobre os meios de comunicação de massa. Sem negar a extrema importância da mídia na formação de opiniões e atitudes, enfatiza-se a descontinuidade entre a mensagem emitida e a recepção feita pelo indivíduo. A recepção é mediada por fatores diversos, como a estrutura cognitiva do indivíduo, os contatos com outras pessoas, as experiências concretas de vida que podem reforçar ou negar a mensagem emitida, etc.

Essa linha de raciocínio se aplica não só à mídia, mas também às demais formas de “socialização manifesta”: a transmissão explícita de orientações políticas – seja da parte dos pais, dos professores, dos partidos, da televisão – não se opera num espaço vazio, e sim num meio social com determinantes específicos e sobre um indivíduo que tem uma história

própria e uma certa inserção no meio social. Por isso, é impossível prever de antemão o impacto concreto dessa transmissão, efeitos sempre condicionados pelos variados elementos do meio em que vive o indivíduo.

Feita essa ressalva, é importante ressaltar que a “socialização manifesta” tem um peso importante no processo de socialização política em qualquer sociedade. E a “educação para a democracia” é fundamental em novas democracias, como a nossa, no sentido de fortalecer atitudes democráticas. Por certo a educação explícita não garante por si a constituição de uma cultura democrática, mas é certo também que sem aquela, esta não se efetiva.

2.4 As principais agências de socialização

O pressuposto de que a socialização política é um processo permanente e que não segue um padrão universal implica em que a influência exercida pelas diversas agências de socialização – família, escola, grupo de pares, igreja, ambiente de trabalho, partidos, movimentos sociais, mídia – na estruturação das atitudes varia de um contexto social para outro.

A questão sobre “qual é o peso de cada agência socializadora?” não tem, portanto, uma resposta única. O que é possível em cada estágio da pesquisa é delinear a influência das diversas agências nos contextos analisados, naquele momento histórico.

Na primeira fase dos estudos norte-americanos (fim dos anos 1950 a meados dos anos 1970), a família foi considerada como a principal agência de socialização. As evidências proporcionadas pela pesquisa de David Easton e equipe mostrando, por exemplo, que atitudes diante da autoridade eram estruturadas nos primeiros três anos de vida e que a preferência partidária dos filhos refletia, em geral, a dos pais, levou os pesquisadores a exagerar na importância do papel socializador da família.

A partir de meados dos anos 1970, a influência da família foi relativizada. A importante pesquisa publicada por M. Kent Jennings e Richard Niemi em 1974 constatou que

quando o meio familiar oferece condições desfavoráveis nos aspectos econômicos e socioculturais, outras agências podem ter um peso maior na formação das atitudes políticas, e que a influência dos pais sobre os filhos depende muito da congruência de suas orientações com as dos outros agentes, como os professores e os amigos dos filhos.

Hoje, as evidências indicam que a família continua sendo no geral o principal meio de socialização política. A mídia assumiu desde a década de 1980 um papel muito relevante e coloca-se, junto com a escola, como instância de grande peso na socialização. As demais agências adquirem, em muitos casos, grande relevância, dependendo da trajetória individual e de circunstâncias sociais específicas.

A seguir, algumas considerações sobre os resultados de pesquisas disponíveis acerca do papel socializador da família, da escola e da mídia.

2.4.1 A família

Família¹¹ é um termo que compreende realidades muito distintas em escala mundial. As considerações aqui feitas têm como referência a realidade do Ocidente, em que predomina a família nuclear (pai e mãe com filhos, vivendo em um lar).

A instituição familiar passa por profundas mudanças nas últimas décadas, entre as quais se destacam a maior importância da mulher (reconhecimento de direitos, livre eleição do cônjuge, incremento da capacidade de decisão), a liberdade sexual, a extensão dos direitos das crianças, a diminuição de atrativo do matrimônio, o aumento do número de divórcios e de segundas núpcias. (Giddens, 1998, p. 193ss)

Com relação à importância da família na sociedade brasileira atual, pode-se afirmar tranquilamente que ela continua sendo a instituição mais confiável e que os pais continuam sendo os referenciais fundamentais, inclusive na vida dos jovens. (Schmidt, 1996, p. 32; Zagury, 1996, p. 167-174). As teses impressionistas fundadas na contracultura dos anos 60,

¹¹ *Família* é “um grupo de pessoas diretamente ligadas por nexos de parentesco, cujos membros adultos assumem a responsabilidade do cuidado dos filhos”. (Giddens, 1998, p. 190)

que apontavam para a diminuição da influência da família nas sociedades ocidentais, não vêm se confirmando, nem no Brasil, nem em outros países.

Como se processa a transmissão de atitudes políticas na família?¹²

No caso das famílias nucleares típicas (pai, mãe e filhos), a influência dos pais na formação das atitudes dos filhos tende a seguir alguns parâmetros já identificados em pesquisas empíricas. (Niemi, 1974; Jennings e Niemi, 1974; Percheron, 1993) Quando as orientações políticas do pai e da mãe convergem, há um reforço do potencial socializador, e os filhos mais facilmente reproduzem a visão política dos progenitores. Quando as orientações entre pai e mãe são divergentes, o seu potencial socializador decresce, permitindo o aumento da influência dos amigos, colegas e da mídia.

A transmissão de atitudes políticas tende a crescer na proporção da confiança e intimidade existente entre filhos e pais. Onde há pouca confiança e intimidade, os filhos buscam distanciar-se dos pais em todos os âmbitos, inclusive na esfera política. A costumeira maior intimidade e confiança entre mãe e filhos, tende a tornar a mãe uma agente de transmissão de atitudes mais eficaz que o pai quando o nível de politização entre ambos é semelhante. Mas, a literatura ainda registra um *déficit* de politização das mulheres em relação aos homens em muitos casos, o que prejudica o seu potencial de transmissão de atitudes políticas. Um fator correlato a este aspecto é o tempo de convivência do pai e da mãe com os filhos. Pode-se apontar como provável que quanto mais cada progenitor convive com os filhos, mais cresce a possibilidade de influenciar politicamente os filhos.

O impacto das orientações políticas dos pais sobre a sua prole está relacionado com a intencionalidade da transmissão de atitudes. As pesquisas de Jennings e Niemi nos Estados Unidos mostraram que o processo de socialização familiar na sua maior parte não é intencional. Os pais socializam os filhos a despeito deles próprios. Boa parte dos pais não conhece acuradamente as preferências dos filhos, e tem uma base fraca para tentar

¹² O grau de transmissão de atitudes entre pais e filhos depende em boa parte da categoria de valores e normas, e do prestígio de que elas gozam na sociedade. Annick Percheron constatou que na França a transmissão de valores segue a seguinte ordem: a) a melhor transmissão é a dos valores religiosos; b) em segundo lugar, as preferências ideológicas; c) a pior com relação ao tradicionalismo, liberalização dos costumes, comportamento doméstico e rigorismo educativo. (Percheron, 1993) Se isto vale de algum modo para o Brasil e outros países, é questão de investigação.

influenciá-los. Mas, a despreocupação dos pais não chega a ser total. Ela se refere a opções partidárias e ideológicas mais específicas. Os pais se preocupam, contudo, com as regras sociais básicas, buscando inculcar a necessidade do respeito às leis, de evitar extremismos e da lealdade para com o próprio país.

O aprendizado dos filhos cresce na presença de algumas características, entre elas a “concretude” e a “especificidade”. Quanto mais concreto é o item, mais fácil é o processo de aprendizagem. Crianças copiam e adotam orientações concretas de seus pais mais facilmente que orientações abstratas. A “saliência” e a “visibilidade” são igualmente características facilitadoras do aprendizado. Muitos eventos importantes do mundo político não são visíveis à primeira vista e fica difícil aos pais mostrar seu significado às crianças e adolescentes. Quando os objetos são salientes, a tentativa de transmissão de atitudes torna-se facilitada.

A influência política dos pais sobre os filhos cresce na medida em que as suas orientações são reforçadas posteriormente. Jennings e Niemi (1974, p. 323) constataram que o acordo entre estudantes-pais, estudantes-professores e estudantes-amigos foi mais alto nos casos em que as orientações de pais, professores e amigos eram convergentes entre si. A influência paterna caiu quando novos valores de amigos foram introduzidos.

Um aspecto menos discutido e testado empiricamente é a influência das opções políticas dos filhos sobre as orientações dos pais. A observação cotidiana apresenta freqüentes exemplos de pais que mudaram suas preferências partidárias e opções ideológicas a partir da influência dos filhos, especialmente nos casos em que estes têm acesso a um nível de educação superior ao dos pais. Isso implica na possibilidade de que o tipo de transmissão de atitudes varie bastante ao longo do ciclo da vida familiar, dos filhos mais velhos para os filhos mais novos.

2.4.2 A escola

A escola poderia ser considerada, a um primeiro olhar, a única entre as agências de socialização que se ocupa explicitamente da transmissão intencional de atitudes políticas. Afinal, a atividade de ensino é estritamente a transmissão planejada e sistemática de conhecimentos acerca da sociedade e do mundo. Na sala de aula são difundidas informações sobre as atividades e instituições políticas, analisados fatos políticos e debatidas as formas possíveis de inserção na vida sócio-política. Por isso, em todas as sociedades modernas o conhecimento político está fortemente associado à escolaridade.

A socialização intencional não é, porém, o único modo de socialização desempenhado pela escola. As relações entre colegas, as relações aluno-professor, as atividades práticas (incluindo as que visam o treinamento cívico) e o próprio ambiente escolar também “ensinam”.

Quanto aos conteúdos, a escola socializa por meio de disciplinas diretamente vinculadas ao mundo político – sociologia, filosofia, história, entre outros – mas também através daquelas usualmente percebidas como menos “politizadas” – literatura, matemática, biologia e outras. O Brasil dispõe de uma rica literatura – que tem em Paulo Freire (1970) um de seus principais representantes – dedicada à análise da dimensão política do conhecimento e do ensino de um modo geral. A educação difunde modos de leitura do mundo, e estas leituras contêm sempre uma proposta do indivíduo se posicionar no sistema político.

Os métodos utilizados em sala de aula também são meios de socialização política. Métodos participativos favorecem a capacidade de atuar em grupo e tendem a reforçar o senso de eficácia, ao passo que o uso sistemático de métodos centralizados na figura do professor predispõe à passividade e à ineficácia. Métodos centrados puramente na iniciativa individual favorecem o senso de autonomia, mas também o individualismo.

O ambiente escolar também é relevante na estruturação das atitudes políticas de crianças e jovens. Dados empíricos revelam que os estudantes via de regra esperam que a escola não tenha uma disciplina excessivamente rígida, que haja mecanismos de consulta por meio dos quais eles possam se manifestar acerca da vida escolar, e que haja liberdade

para o trabalho em sala de aula. O ambiente escolar costuma ser avaliado pelos alunos como autoritário ou insuficientemente democrático. Mas, em contraposição, os estudantes também revelam que o espaço de participação disponível, como os grêmios estudantis, é pouco aproveitado por eles.

As pesquisas empíricas têm procurado avaliar o impacto dos conhecimentos difundidos pela escola sobre as atitudes políticas dos estudantes. Há duas constatações aparentemente antagônicas a este respeito. De uma parte, há um consenso na literatura de que atitudes democráticas estão positivamente associadas à educação (tomada basicamente como escolarização): quanto mais instruídos são os indivíduos, mais democráticas tendem a ser suas atitudes. Esta posição é clássica no pensamento político ocidental – defendida por exemplo, por John Locke, John Stuart Mill, John Dewey, Charles Merriam – e confirmada por pesquisas empíricas nos mais diferentes países, as quais têm verificado que o senso de eficácia política, a disposição para a participação e a adesão às normas democráticas cresce com o nível de instrução. A educação é o principal preditor de orientações e valores democráticos – este é um dos grandes *insights* da socialização política.

De outra parte, a literatura de ciência política dos anos 1980 e 1990, principalmente nos Estados Unidos, tem apontado a pequena contribuição dos cursos de *educação cívica* para a difusão de conhecimentos políticos relevantes. Os cursos cívicos não teriam virtualmente nenhum efeito importante no conhecimento político ou nos valores dos estudantes. Associada a esta avaliação negativa da educação cívica, a ineficácia do ensino escolar tem sido utilizada para explicar, em parte, os crescentes índices de apatia política entre as atuais gerações de jovens.

Nos últimos anos, alguns dos mais renomados estudiosos da socialização política têm saído a público em defesa da importância da educação cívica e da necessidade de envolvimento dos cientistas políticos no assunto. Richard Niemi e Mary Hepburn (1995) fazem uma ardorosa defesa da relevância da educação cívica. Partem do pressuposto de que não há reprodução automática de atitudes e valores democráticos, e que não há outro mecanismo eficaz de difusão sistemática de conhecimentos sobre o governo e os assuntos públicos que não os programas de educação cívica. Por isso, a postura de muitos cientistas

políticos - de ficarem à margem dos debates sobre a educação cívica, por considerarem seus efeitos irrelevantes – é inconseqüente.

Richard Niemi e Jane Junn (1998) apresentam um importante estudo, apoiado em resultados de um levantamento nacional realizado entre estudantes americanos do final do ensino médio, em que mostram que os efeitos da educação cívica não são tão irrelevantes quanto afirmado anteriormente. Os autores avaliaram estatisticamente a magnitude dos efeitos dos cursos cívicos no conhecimento político dos estudantes e concluíram que o efeito líquido chegava 4%. Aspectos correlatos, como o estudo de uma grande variedade de tópicos e a incorporação de discussões nos eventos correntes em sala de aula, permitiam o acréscimo de mais 7% no efeito dos cursos. Ressalvando que a mensuração não capta todos os efeitos da instrução cívica, os autores destacam que os percentuais em verdade não são baixos. Apenas o fator “interesse pessoal e planos para o futuro” incide mais fortemente sobre o conhecimento político, ao passo que o fator “nível educacional dos pais”, considerado como de singular importância para a performance dos estudantes, equivale praticamente nos seus efeitos ao dos cursos cívicos. O importante, segundo Niemi e Junn, é que os cursos cívicos, apesar de suas debilidades, fazem diferença no tocante ao conhecimento político e ao desenvolvimento de atitudes democráticas dos estudantes. Entre as sugestões de aprimoramento dos programas de educação cívica, os autores propõem: a) incorporar mais os acontecimentos políticos atuais e seus agentes; b) mais atenção aos grupos étnicos minoritários e às mulheres; c) mais espaço para estudos comparativos, incluindo outros países; d) desenvolver algumas habilidades para entender a política, por exemplo, a de leitura de tabelas; e) partir do nível local: a observação direta dos acontecimentos e instituições facilita a compreensão dos aspectos mais gerais.

Em que pesem as diferenças do ambiente americano para o brasileiro e latino-americano, pode-se concordar que as novas democracias têm grande necessidade de programas de educação cívica, e várias das sugestões acima podem trazer resultados apreciáveis.

Em síntese, tendo presente (i) que a escola é apenas uma das instâncias que difunde conhecimentos políticos, (ii) que todas as disciplinas contêm informações politicamente significativas e que (iii) também os métodos educativos e (iv) o ambiente escolar

socializam politicamente, pode-se afirmar que a escola é um agente fundamental para a aquisição de conhecimentos políticos relevantes e de atitudes condizentes com a cidadania.

2.4.3. A mídia

Os meios de comunicação de massa são um fenômeno do século XX, cujo ápice foi atingido com a aparição dos meios eletrônicos de comunicação, sobretudo a TV. A mídia eletrônica alterou o processo tradicional de socialização, passando a ser considerada uma agência socializadora relevante a partir da década de 1960 na Europa e nos Estados Unidos, enquanto nos países periféricos do capitalismo sua aparição se processou principalmente a partir da década de 1980.

A influência da mídia atinge os mais diversos âmbitos da vida social. Na verdade, a mídia eletrônica, especialmente a televisão, contribuiu para a alteração profunda de toda a vida social. Neil Postman, em *O Desaparecimento da Infância*, mostra que a televisão é responsável pela extinção da distinção moderna entre crianças e adultos, e pela emergência de um novo indivíduo – o adulto-criança. A televisão destrói a linha divisória entre a infância e a idade adulta de três maneiras: “primeiro, porque não requer treinamento para apreender sua forma; segundo, porque não faz exigências complexas nem à mente e nem ao comportamento; e terceiro, porque não segrega seu público”. (Postman, 1999, p. 94) A televisão homogeneiza as mentalidades, oferecendo a todos os indivíduos, de qualquer idade, os mesmos conteúdos. Este argumento será retomado no quarto capítulo, quando da discussão dos conceitos de adolescência e juventude.

Uma síntese dos resultados de pesquisas sobre os efeitos da televisão na vida dos adolescentes americanos – em áreas tão diversas como a violência, a sexualidade, as drogas, a alimentação e a música - verificou que a grande maioria das investigações obteve resultados conclusivos sobre a influência efetiva do aparato midiático nas atitudes e comportamentos dos adolescentes. (Strasburger, 1999) Esta influência é majoritariamente prejudicial, diz Victor Strasburger: “a tragédia da televisão americana é que ela é 90% potencialmente prejudicial para crianças e apenas 10% pró-socialmente útil” (Ibid., p. 29), o que é terrível numa sociedade em que as crianças assistem em média 23 horas e os

adolescentes 22 horas de TV por semana, chegando a 55 horas quando acrescidas as horas diante do computador e do videogame. As pessoas jovens passam mais tempo diante da TV do que fazendo qualquer outra atividade, a não ser dormir, enfatiza o autor. Na esfera política, a mídia torna-se um ator fundamental, designada por muitos como o *quarto poder*. Os estudiosos da comunicação em todo mundo passam a construir modelos interpretativos sobre o seu poder persuasivo. Os debates teóricos dos cientistas sociais nos anos 1980¹³ se valeram sobretudo da categoria marxista de *ideologia*, e sua tônica foi a de mostrar como a mídia procura criar um viés favorável a seus interesses e, nas eleições, aos candidatos de sua preferência. Nos anos 1990, novos enfoques foram incorporados à discussão, com persistência das teses gramscianas da *hegemonia* e com a inclusão da abordagem da *análise de discurso* e das teorias da *enunciação e recepção*. (Rubim e Azevedo, 1998)

No terreno específico da socialização política, o impacto dos meios de comunicação tem sido avaliado sob o ângulo de sua influência sobre a informação e o conhecimento dos indivíduos acerca do mundo político. Os modelos e os resultados empíricos são díspares. Para alguns, a mídia tem um poder educativo imenso: é responsável tanto pelo incremento do nível de informação dos cidadãos acerca do mundo, bem como pelo do cinismo, apatia e desinteresse a respeito da política. Para outros, o poder da mídia é reduzido: a prova mais cabal é que apesar da intensificação do acesso aos noticiários, o nível de conhecimento político de massa não melhorou nas últimas décadas. A meio caminho, teorias como a do “aprendizado de baixa saliência” (Neumann, 1986) sugerem que a mídia não é onipotente mas exerce uma influência considerável. Segundo tal abordagem, o aprendizado político através da mídia ocorre em boa parte de forma fragmentária, incidental. Enquanto os cidadãos mais sofisticados acompanham sistematicamente as sutilezas da política, o cidadão comum frequentemente assiste mas não incorpora a informação política. O mecanismo básico do aprendizado político é um processo espiral: “Informação estimula o interesse que estimula o acúmulo de mais informação.” (Ibid., p. 148) Quem assimila mais informação tende a procurar e internalizar nova informação, enquanto o indivíduo pouco interessado em política tem pouca base informativa e tende a não incrementá-la.

Esta perspectiva não condiz com a tese da onipotência da mídia. O acúmulo dos debates permite afirmar que está demonstrado que a relação entre mídia e política não é unilateral e mecanicista, como postulam algumas análises baseadas na categoria de “ideologia” e de “aparelhos ideológicos de Estado”, cuja idéia-chave é que a mídia forma a opinião pública de acordo com os interesses da classe dominante e dos governantes. Evidências de pesquisas atuais são condizentes com a tese de que os meios de comunicação apresentam uma leitura da realidade que produz fortes efeitos sobre as leituras dos telespectadores – os quais muitas vezes não tem fontes de informação alternativas e dependem em determinadas regiões de um único canal de televisão, como é o caso da Rede Globo no Brasil – mas a recepção das mensagens pelos indivíduos é mediada por diversos fatores, como as conversas com outras pessoas, o ambiente de trabalho e lazer, o nível de instrução e informação – o que permite aos indivíduos uma relançamento da mensagem recebida. (Silveira, 1998)

Compatível com esse enfoque, dados empíricos comprovam que os jovens têm uma limitada confiança sobre a cobertura política feita pelos meios de comunicação. A confiança exagerada corresponderia a um desarme da recepção crítica da informações, o que não parece ser o caso na maioria das vezes.

No tocante à informação política específica, os telenoticiários costumam ser referidos como a principal fonte utilizada por jovens e adultos, vindo após noticiários de rádio e os jornais. Os programas partidários e eleitorais têm uma audiência bem menor. Nenhum país tem aparecido como exceção à luz das enquetes: o cidadão bem informado, que acompanha cotidianamente as notícias, é sempre minoritário. A maioria acompanha de forma inconstante, desatenta e seletiva as informações sobre o mundo político.

Neste sentido, certamente com diferenças nos percentuais de país para país, a *teoria dos três públicos* – apresentada no capítulo anterior (item 1.5) – parece ter ampla aplicabilidade. A tipologia dos três públicos prediz que do conjunto dos cidadãos, um grupo minoritário acompanha sistematicamente as notícias sobre política difundidas pela

¹³ Rubim e Azevedo (1998) apresentam um panorama sucinto da produção brasileira sobre mídia e política, onde evidenciam que tal produção é na sua grande parte feita por comunicólogos, com pequena participação dos cientistas políticos.

mídia, uma maioria acompanha de forma irregular e um grupo expressivo de cerca de 20% não lhes dá nenhuma atenção. É este grupo “apolítico” que está mais vulnerável às mensagens sutis e subliminares que estão constantemente permeando todos os programas televisivos e a programação da mídia em geral (filmes, programas humorísticos, programas musicais, novelas...). Entre as mensagens subliminares mais comuns (em todos os países) estão aquelas que desprestigiam a atividade política e os agentes políticos. A cobertura da mídia é quase inteiramente negativa acerca da política, avalia Stephen Bennet, e isto é um dos principais fatores que explicam o quadro de apatia verificado na chamada Geração X. (Bennet, 1997, p. 50)

Sob o ângulo aqui assumido, é perigoso para a democracia tanto a exposição dos cidadãos ao enfoque parcial dos acontecimentos políticos proporcionado pelos meios de comunicação de massa, mas, mais ainda, a desinformação política completa. A democracia requer cidadãos informados. A informação é requisito para a participação consciente. O desafio democrático está em democratizar os meios de comunicação e em estimular o interesse do maior número pelos assuntos públicos.

2.5 Condicionantes da socialização política

Idade, gênero, escolaridade, situação sócio-econômica, ocupação profissional, raça e religião têm sido tomadas como as principais variáveis para a análise da formação de atitudes políticas pela literatura consultada.

Destas, destacam-se principalmente as quatro primeiras – idade, gênero, situação sócio-econômica e escolaridade -, que são utilizadas como as variáveis fundamentais de análise.

2.5.1 Idade

Das variáveis acima citadas, a idade é a mais universal: todos os indivíduos têm idade. Mais universal até que o sexo, que divide a humanidade em dois segmentos. É, portanto, um dado natural e objetivo, que se impõe inexoravelmente. Entretanto, é também uma construção social. Em todas as sociedades, a idade é percebida de um modo próprio, especificidade que se expressa nas classes de idade, com suas conotações simbólicas características. Desde a Antigüidade os homens têm distinguido algumas etapas no percurso da vida humana, da infância à velhice, geralmente em número de quatro a seis, divisão baseada em parte em critérios naturais, em parte construção do espírito humano. (Remond, 1991, p. 3-4) Os cientistas sociais passaram a investigar sistematicamente até que ponto a idade é decisiva na consolidação e transformação das atitudes e dos comportamentos políticos a partir do início do século XX, a maior parte aplicadas ao estudo da juventude.

Para a análise política, a idade é um elemento da análise apenas quando considerada na perspectiva, acima citada, da sua interrelação com o contexto sócio-histórico e o sistema político. O estudo das especificidades de cada fase do ciclo vital dos indivíduos cabe à Psicologia. A averiguação de que modo o ciclo de vida se relaciona com a reprodução ou mudança de orientações e atitudes políticas, essa sim é matéria para análise dos cientistas políticos. A socialização política se ocupa do fenômeno etário na medida em que ele ajuda a explicar a formação, persistência e mudança das atitudes e orientações prevaletentes em um determinado sistema político. (Easton e Dennis, 1969)

2.5.1.1 O conceito de Geração

O conceito de *geração*¹⁴ é uma das principais formas de articular a idade com a dimensão política. Uma *geração política* é um conjunto de indivíduos contemporâneos entre si, marcados por eventos políticos e sociais comuns, que adquirem uma identidade coletiva por compartilharem de tais eventos.

¹⁴ Ao menos quatro significados caracterizam o termo *geração* nas diversas ciências sociais: (i) conjunto de todos os membros de uma sociedade; (ii) conjunto dos descendentes do mesmo progenitor ou progenitores; (iii) conjunto dos indivíduos que nasceram aproximadamente na mesma época; (iv) período entre o nascimento dos indivíduos nascidos na mesma época e sua prole. (Velho, 1986)

O termo geração tem uma história de mais de um século. Dos diversos autores relevantes, dois são emblemáticos pois permitem destacar os diferentes significados que o termo possui hoje na literatura: Ortega y Gasset e Karl Mannheim.

a) Ortega y Gasset

O filósofo espanhol Ortega y Gasset (1883-1955) apresenta uma versão bastante elaborada da teoria das gerações. Escrevendo em 1923, ele defende o “método das gerações históricas” como o método fundamental da pesquisa histórica. Em cada época histórica há um “*Zeitgeist*”, um “espírito do tempo”, constituído pelas crenças coletivas, que o indivíduo absorve desde o seu nascimento. (Ortega y Gasset, 1956, p. 36)

Cada período histórico assinala o convívio de diferentes idades, conflitantes. O filósofo ressalta a distinção entre “coetaneidade” (ter a mesma idade) e “contemporaneidade” (viver no mesmo período histórico). É o conflito entre essas duas dimensões que constitui o principal motor da dinâmica geracional. Geração se refere à coetaneidade, constituindo-se de indivíduos com a mesma idade; ela “é um modo integral de existência ou, se se quer, uma moda, que se fixa indelével sobre o indivíduo”. (Ibid., p. 42) Diante da objeção de que todos os dias nascem pessoas, e que, portanto, só os que nascem no mesmo dia têm a mesma idade, ele argumenta que a idade não é um conceito matemático e sim vital, é um certo modo de viver, o qual se estende durante uma série de anos.

Para Ortega y Gasset, as idades do ser humano são cinco, uma a cada 15 anos: (i) a *infância* (até os 15 anos), (ii) a *juventude* (16-30 anos), (iii) a *etapa de inovação e polêmica* (31-45 anos), (iv) a *etapa de maturidade e mando* (46-60 anos), e (v) a *velhice* (a partir dos 60 anos). O principal conflito entre idades coetâneas é entre a terceira e a quarta idade. Tanto na ciência, na política e na arte, a terceira idade é o período da tentativa de inovação, enquanto a quarta é o da conservação. A dinâmica histórica devém do conflito entre a busca de inovação e o esforço de conservação. (Ibid., p. 59) A percepção da geração não é algo evidente, diz Ortega y Gasset: “não somos nós que, em virtude de nossas impressões imediatas, podemos julgar a que geração pertencemos. É a história quem, construindo a

realidade do passado até nosso presente, institui a série efetiva das gerações. (...) O único que podemos aproveitar, desde logo, para a concepção de nosso tempo, é o princípio geral de que a cada 15 anos muda o aspecto da vida”. (Ibid., p. 66)

A determinação do início-término de uma geração na história feita pelo autor não deixa de ser curiosa. O raciocínio é este: sendo cada geração uma zona de datas cronológicas, que muda a cada 15 anos, toma-se um grande âmbito histórico dentro do qual se produziu uma mudança no viver humano que seja evidente, inquestionável; dentro deste período, seleciona-se a figura com maior evidência, e verifica-se o ano em que tal personagem completou 30 anos; o referido ano será o centro da geração, pertencendo a ela os que completam 30 anos nos sete anos anteriores e posteriores.

Portanto, para Ortega y Gasset as gerações seguem um automatismo matemático (embora ele não o admita) que coincide com a dinâmica histórica. Cada geração compõe-se de 15 anos. Interpretando o seu próprio tempo, o filósofo aponta o ano de 1917 como início de sua geração, a qual teria findado, no essencial, em 1932. Se projetarmos as gerações a partir daí a cada 15 anos, chegamos à conclusão de que vivemos hoje a geração iniciada em 1992, com término marcado para 2007.

b) Karl Mannheim

A teoria das gerações alcança um novo patamar em 1928, quando Karl Mannheim escreve o seu famoso texto *Das Problem der Generationen*, republicado em língua inglesa no ano de 1952, o qual é considerado ainda hoje arquetípico na literatura internacional.

O alcance teórico desse texto certamente é tributário da conjuntura histórica em que foi gestado, a qual teve como um elemento específico o impacto provocado pelo movimento juvenil alemão do início do século, que evidenciou por si próprio a autonomia e a novidade do modo de pensar e viver dos jovens em relação aos adultos. O movimento juvenil alemão (*Jugendbewegung*) iniciou em fins do século XIX e estendeu-se pelas

primeiras décadas do nosso século. Mesmo com o impacto da 1ª Grande Guerra, persistiu como um dos mais influentes movimentos juvenis em nível internacional. (Burg, 1998)

As gerações, diz Mannheim, estão relacionadas com o fenômeno mais amplo das mudanças históricas e sociais dos tempos modernos. A sociedade moderna se caracteriza pela emergência contínua de novos participantes no processo social, através da série ininterrupta de gerações.

Geração designa uma *similaridade de situação* vivenciada por indivíduos contemporâneos, e se constitui numa condição objetiva na vida das pessoas, tão objetiva como a classe social. (Mannheim, 1982, p. 70) A possibilidade da geração, para o autor, está assegurada pela dimensão biológica da sucessão ininterrupta de idades, mas sua realidade depende de fatores sociais e culturais, e também da participação no destino comum de uma situação histórica e social: “Assim, falaremos de uma geração enquanto uma realidade apenas onde é criado um vínculo concreto entre os membros de uma geração, através da exposição deles aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica”. (Ibid., p. 86)

As gerações, portanto, não estão ancoradas apenas na dinâmica da sucessão cronológica das épocas, como sugeriu Ortega y Gasset. Para Mannheim, as gerações não se caracterizam pela coetaneidade e sim pela contemporaneidade. Um exemplo dado pelo autor é o da juventude prussiana e da juventude chinesa por volta de 1800, que apesar de serem “coetâneas” não constituíam uma única geração em razão das notórias diferenças dos respectivos ambientes sociais. Não há uma regularidade mecânica na sucessão das gerações. Seja a cada ano, a cada trinta ou cem anos, a relação inovadora dos indivíduos com as experiências de sua situação depende da ação do processo social e cultural.

Nem toda geração, no entendimento mannheimiano, desenvolve um *estilo* ou *entelêquia de geração* - um novo conjunto de atitudes básicas, um padrão próprio de interpretação e influência sobre o mundo. O surgimento de um estilo geracional depende em parte do próprio ritmo da transformação social e cultural (quanto mais rápida, maior a chance), em parte de experiências cruciais vivenciadas por um grupo social concreto que consiga catalisar os impulsos e tendências de sua situação. (Ibid., p. 93)

Uma geração pode abrigar variadas formas de respostas, inclusive antagônicas, de diferentes grupos. Estes grupos são denominados por Mannheim de *unidades de geração*, caracterizadas por uma identidade de reações, por uma certa afinidade na forma com que se relacionam com as experiências comuns. A unidade de geração tende a impor um vínculo mais concreto e constringente sobre os seus membros do que a geração de modo amplo. (Ibid., p. 89) Esta noção foi muito importante para os desdobramentos posteriores da pesquisa científica, constituindo uma influente tendência na pesquisa política atual, como veremos adiante.

A partilha de experiências pelos indivíduos de uma geração, na visão de Mannheim, não se dá por acúmulo ao longo da vida, e sim por “estratos”. As experiências vividas na infância resultam num primeiro estrato, do qual todas as demais recebem seu sentido. Experiências ulteriores constituem novos estratos, que podem confirmar ou negar o primeiro. O significado dessa estratificação é que diferentes grupos etários, vivendo uma mesma situação histórica em um momento diferente do seu ciclo vital, experimentam os mesmos acontecimentos de modo diferente. Aqui se coloca o papel decisivo da juventude: a formação do estilo geracional ocorre exatamente na juventude, pois é nesta fase que os problemas são localizados no presente e experimentados como tais. As novas gerações são as primeiras a incorporar as mudanças na sua conduta. “A atualidade da juventude consiste em estar mais próxima dos problemas presentes.” (Ibid., p. 49)

As proposições de Karl Mannheim orientaram boa parte da produção posterior nas ciências sociais. No campo da Psicologia, vários autores importantes (Spranger, Piaget, Kohlberg, Erikson, Vygotsky) confirmaram através de pesquisas empíricas a idéia de que a constituição dos valores, orientações e atitudes de um indivíduo se dá através de uma dinâmica vinculada aos diferentes períodos do ciclo vital, no qual a juventude costuma ser a fase de maior impacto. No campo da socialização política, tal assertiva foi consolidada a partir dos estudos da década de 1970.

No campo da socialização política, a idéia de *geração política* começou a ser empregada a partir dos estudos sobre a juventude. Entre os estudos mais destacados estão

os da Universidade de Michigan, sob a coordenação de M. Kent Jennings e Richard Niemi, e os coordenados por Annick Percheron, na França.

M. Kent Jennings, em estudo de 1987, examinou a persistência das atitudes em estudantes da geração de 1968 – a “geração do protesto” – nos Estados Unidos. A técnica empregada foi um “panel”¹⁵ nacional, feito em 1965, 1973 e 1982. Foram comparadas as opiniões de participantes dos protestos de 1968 (três em cada dez estudantes teriam tomado parte em ao menos uma demonstração de protesto) com as opiniões de outros jovens da mesma idade. Os resultados mostraram uma considerável continuidade das orientações adquiridas no “batismo político” dos protestos da adolescência. Os integrantes do movimento de protesto mantiveram atitudes diferenciadas a respeito de questões que acompanharam seu batismo político, particularmente sobre partidos, eleições e liberdades civis. Porém, o autor não deixa de observar que houve uma gradual erosão das diferenças atitudinais entre protestantes e não-protestantes, o que mostra que “os portadores de um ethos geracional são vulneráveis às mesmas forças sociais e eventos maiores que atingem os outros segmentos da população”. (Jennings, 1987, p. 380) Outra observação relevante: as manifestações políticas podem ser bastante localizadas, mas todavia bastante potentes. A teoria das gerações políticas deve reconhecer e manter a distinção entre público de massa e grupos mais especializados, porém críticos. (Ibid., p. 381)

Na França, Annick Percheron testou a hipótese do Maio de 68 e da Guerra da Argélia serem eventos fundadores de gerações. Com base nos dados de 18 enquetes regionais realizadas em 1989, a autora constatou que esses dois acontecimentos marcaram profundamente a cultura política dos seus participantes. Os dados mostraram que os participantes daqueles eventos se distinguem dos seus contemporâneos por um maior engajamento político, por levar mais longe certas opiniões e por afirmar mais claramente o que marca a identidade de seu partido. (Percheron, 1993, p. 188)

¹⁵ Pesquisa de opinião replicada em vários momentos, com a mesma amostra, permitindo a comparação dos dados.

Importante destacar que nesses e noutros estudos¹⁶ recentes prevalece o sentido estrito proposto por Mannheim da *unidade de geração*. Ou seja: *geração está vinculada à idéia de um evento (raro) produtor de aprendizagens com efeitos duráveis e fundador de uma identificação coletiva entre seus participantes*. Geração não se aplica (como em Ortega y Gasset) propriamente aos “coetâneos”, e sim ao círculo mais restrito dos que estabelecem um vínculo próximo com o evento fundador. Percheron diz que pode-se inclusive distinguir duas populações diferentes nessa concepção de geração; um núcleo estreito de militantes engajados junto aos quais o evento é reforçado, cristalizando atitudes já existentes, e um círculo mais amplo de indivíduos, marcados de forma mais atenuada. É este segundo círculo que mais freqüentemente é qualificado de geração, e que portanto não é o mais fiel ao evento fundador.

A possibilidade de um evento criar um senso de identidade comum e moldar a experiência depende da idade. Há um largo acordo entre os cientistas políticos – e os psicólogos, como colocado acima – de que o período de maior sensibilidade dos indivíduos quanto à formação de atitudes políticas é a adolescência e juventude. (Niemi e Hepburn, 1995) Por isso, as pesquisas recentes na ciência política sobre a juventude – assim como aqueles relativos a outras faixas etárias, como os idosos – freqüentemente se valem do conceito de geração ou termos de sentido similar.

O emprego de geração política no sentido manheiminiano de *unidade de geração* não é, todavia, consensual entre os pesquisadores da socialização política. Há autores que defendem o emprego do conceito de geração na acepção vinculada à contemporaneidade, como é o caso de Vincent Drouin, que desenvolveu um estudo sobre as gerações políticas na França de 1958 a 1995, valendo-se do método de “cohorts” (subgrupos etários). Para sustentar sua opção, este autor aponta três objeções ao pressuposto de um “evento fundador”: (i) uma faixa etária, a juventude, não pode ser erigida como regra absoluta quanto a constituir o período da vida em que o indivíduo é receptivo ao contexto político,

¹⁶ Mariano Torcal e José Montero concebem seis gerações para o caso da Espanha, no século XX. A 6ª geração compreende os nascidos até 1922; a 5ª, os nascidos entre 1923 e 1937; a 4ª, os nascidos entre 1938 e 1952; a 3ª, os nascidos entre 1953 e 1962; a 2ª, os nascidos entre 1963 e 1967; e a 1ª, os nascidos a partir de 1968. Cada geração é especificada por acontecimentos sociais e políticos próprios. (Torcal e Montero, 1998, p. 12)

pois diversas pesquisas mostram a importância da socialização em outras fases da vida; (ii) o “evento fundador” privilegia o evento pontual, datado, mas os limites temporais são mais vaporosos e não se situam apenas no âmbito político; (iii) a idéia de um “evento fundador” se depara com o insolúvel problema da fronteira entre as gerações. (Drouin, 1995, p. 67-68)

Drouin propõe que “tomando a população no seu conjunto, segundo uma divisão de ordem demográfica, sem privilegiar *a priori* alguma classe de idade ou alguma geração pré-constituída, a análise por ‘cohorts’ constitui o instrumento privilegiado para captar a impressão do tempo”. (Ide, p. 70) Os “cohorts” são constituídos numa base puramente estatística, cuja única referência é o ano de nascimento. Esta arbitrariedade estatística é uma garantia contra um certo número de pressupostos, mas não imuniza contra o reagrupamento artificial, reconhece o autor. Afinal, nascem crianças a cada minuto, e constituir “cohorts” em função de seu ano de nascimento já é introduzir uma cisão artificial. Mas, no tocante ao estudo dos efeitos das gerações, é um procedimento satisfatório. Os “cohorts” podem ser anuais ou plurianuais. Para que sejam comparáveis, o princípio, nem sempre seguido, é que haja uma concordância entre o número de anos que compõe o “cohort” e o número de anos de intervalo entre as enquetes. Assim, se o intervalo for de dez anos entre uma enquete e outra, o número de anos de cada “cohort” deve ser dez; se o intervalo for de cinco anos, o “cohort” deve compor-se de cinco anos. Porém, as classes de idade habituais na França em pesquisas de opinião (18-24 anos, 25-34, 35-49, 50-54, 65 e mais) não seguem um padrão uniforme. Embora seja preferível realizar a pesquisa em condições ótimas, esta condição não é imperativa. (Ibid., p. 75-76)

A posição de Drouin é compartilhada por diversos autores, que preferem o termo “cohort” ou “birth cohort” ao de *geração*. A principal razão aduzida é a dificuldade de determinar os limites de uma geração, ao passo que os limites de um “cohort” são algo arbitrários. Em geral o período compreendido é de 1 a 10 anos. (Bennet e Radenmacher, 1997, p. 24)

A complexidade envolvida no debate sobre as gerações têm levado os pesquisadores a efetuar distinções importantes, entre elas a dos efeitos de geração, efeitos de período e efeitos de envelhecimento.

- *Efeito da geração* ou do “*cohort*” diz respeito ao impacto que um evento tem sobre um conjunto de indivíduos que dele participam.
- *Efeito do período* refere-se ao impacto provocado por um evento sobre uma população inteira, nos casos de eventos poderosos o suficiente para moldar a visão política de (virtualmente) todos os cidadãos, independente da idade (exemplo: as guerras, grandes depressões econômicas...).
- *Efeito da idade* (ou do *envelhecimento* ou do *ciclo de vida*) diz respeito à influência da faixa de idade sobre os indivíduos. Certas atitudes são típicas da idade: a sensibilidade dos jovens a causas de transformação social, uma certa diminuição do envolvimento político entre idosos, etc.

O método da socialização política para diferenciar os três efeitos acima citados é o dos trabalhos estudos longitudinais. E, ainda assim, por envolver fenômenos interrelacionados, o pesquisador nunca alcança plena segurança sobre os fatores que modelam o comportamento de indivíduos e grupos. (Percheron, 1993; Jennings, 1987; Bennett, Craig e Radenmacher, 1997)

A argumentação desenvolvida até aqui mostrou a importância de vários aspectos acerca da relação entre idade e política, entre os quais alguns merecem ser ressaltados à guisa de conclusões.

1. As pesquisas da socialização política confirmam empiricamente que há uma relação do indivíduo com o mundo da política em todas as faixas etárias, da infância à velhice. Num primeiro momento, as pesquisas enfatizaram sobremaneira o impacto da socialização primária e o papel da família na persistência das atitudes políticas dos adultos nas crianças. Num segundo momento, em que passou a ser usado o conceito de geração, foi ressaltada a importância do período juvenil na modelação do perfil atitudinal do indivíduo. A longevidade e a maior presença dos idosos na arena política em anos recentes começa a impor, enfim, a idéia de que a socialização política é um processo permanente na vida dos indivíduos.¹⁷
2. O termo geração é utilizado nas pesquisas da socialização política em dois sentidos distintos. O primeiro (proposto por Ortega y Gasset) assinala um *recorte temporal*: geração designa um conjunto de indivíduos com idade semelhante e que partilham experiências sociais comuns, situação que tende a conferir uma identidade comum. O segundo (proposto por Mannheim através do termo “unidade de geração”) assinala uma *identidade coletiva*: geração designa um grupo de indivíduos marcados por um evento político, produtor de aprendizagens com efeitos duráveis e fundador de uma identificação coletiva entre seus participantes.
3. Para a análise da cultura e socialização política, interessa tanto um como outro sentido. O de *recorte temporal* interessa pelo fato de que as mudanças culturais e sociais são ininterruptas, de modo que cada nova geração ou “cohort” recebe influências do ambiente em parte semelhantes, em parte diferentes das anteriores. Desde que não se incorra num automatismo matemático, aferir até que ponto a sucessão temporal produz respostas políticas inovadoras em relação a gerações anteriores é matéria relevante para a pesquisa social e política. Já o interesse pelo sentido de *identidade coletiva* está em identificar até que ponto eventos políticos tidos como relevantes se constituem de fato em fatores desencadeadores de atitudes e comportamentos diferenciados num grupo etário.

¹⁷ A literatura de gerontologia social tende a reforçar a tese da socialização como processo permanente através da análise das atitudes dos idosos. Tal literatura já vem discutindo uma série de pressupostos, entre eles o desinteresse e conservadorismo dos idosos. (Ver Percheron e Remond, 1991; Moragas, 1997)

4. Analisar uma geração política no tempo presente é viável apenas no sentido de *recorte temporal*, e com limitações evidentes, pois pressupõe uma teoria da história, difícil de aplicar a uma conjuntura ainda em transformação. No sentido de *identidade coletiva*, a caracterização de uma geração só pode ser feita *a posteriori*, com base em pesquisas longitudinais.

2.5.2 Gênero

As diferenças no comportamento político – principalmente no âmbito eleitoral – entre homens e mulheres começa a ser objeto de investigação na Europa e Estados Unidos nos anos de 1940. Dados empíricos apontaram que as mulheres participavam menos das atividades políticas, votavam mais nos partidos conservadores e tinham menor conhecimento sobre questões políticas.

As pesquisas da área de socialização política ajudam a confirmar esse perfil negativo. No estudo pioneiro de Herbert Hyman são apresentados dados indicando que os meninos identificam-se mais com personagens históricos e políticos do que as meninas, que eles têm mais interesse por história, política e notícias, que mostram mais conhecimento dos fenômenos políticos e maior interesse político do que as meninas. (Hyman, 1959, p. 30) Novas evidências, nesta linha de argumentação, foram trazidas por muitos outros estudos destacando, por exemplo, a pequena participação da mulher em cargos eletivos e postos de mando, a submissão da mulher ao homem nas escolhas eleitorais e a despreocupação com assuntos que fogem da esfera local.

Os estudos iniciais não fazem mais que constatar este perfil desfavorável à mulher. De certo modo, ajudaram a fortalecer o estereótipo da mulher alienada, conservadora e incapaz politicamente.

É a partir do fortalecimento do movimento feminista nos anos 1960, da intensificação da presença pública da mulher através de manifestações de rua e da produção de um conhecimento feminista, que começam a ser descortinados os fatores e circunstâncias sociais que explicam as peculiaridades da cultura e comportamento político feminino tradicional. Nas pesquisas, o trabalho começa a ser ressaltado como um fator

fundamental: as mulheres que desempenham apenas atividades domésticas tendem a ser menos participativas, interessadas e conhecedoras das coisas da política do que aquelas que desempenham atividades laborais extra-familiares. Da mesma forma a escolaridade: quanto mais escolarizadas, mais habilitadas politicamente. (Avelar, 1989)

No campo da socialização política, as pesquisas aprofundaram a constatação de que há uma socialização diferenciada para homens e mulheres. As responsabilidades acarretadas pela divisão sexual do trabalho e pelo casamento afetam a extensão da participação política e a natureza da participação. Segundo Susan Carrol (apud Prá, 1996, p. 116-7), a postura das mulheres é coerente com a sua socialização, pois a política é apresentada a elas como uma extensão dos papéis primários vividos no lar e na vizinhança. É-lhes dito que é seu dever zelar pela religião, pela moralidade e harmonia doméstica. Com isso, não se deve estranhar que elas se mostrem mais religiosas, mais conservadoras e mais moralistas. A tese central de Carrol é de que as diferenças na perspectiva política de homens e mulheres são inegáveis historicamente, mas que desde a década de 1970 essas diferenças adquiriram outras facetas, e a tendência é de diluição, em decorrência das alterações nos padrões tradicionais de gênero. As mudanças ocorridas nas atitudes e comportamentos das mulheres devem-se a modificações diversas das últimas décadas, sendo o movimento feminista um fator de aceleração.

Pesquisa realizada em 1999 com jovens urbanos de regiões metropolitanas no Brasil mostra que as atitudes acerca das mulheres são bastante favoráveis à efetiva igualdade de direitos e responsabilidades entre ambos os sexos, mas ainda persistem certos preconceitos. Por um lado, o fato de 65% dos rapazes e 51% das meninas concordar que “é principalmente o homem quem deve sustentar a família” é um exemplo das concepções típicas em sociedades machistas. Por outro, a concepção de 89% das moças e 77% dos rapazes de que deve haver divisão das tarefas domésticas, e de 74% das jovens e 64% dos rapazes de que “a política seria melhor se tivesse mais mulheres em postos importantes” revela os avanços havidos no terreno das opiniões sobre o papel da mulher na sociedade. (Fundação Perseu Abramo, 1999)

O pressuposto central aqui assumido é de que *as mulheres, em si, não são nem mais nem menos alienadas, apolíticas, interessadas ou participativas que os homens*. O que

existe são condicionamentos sociais específicos na vida dos indivíduos, que contribuem para a sua politização ou despolitização. Por muito tempo, as condições sociais em todo planeta pesaram contra a politização da maioria das mulheres. Atualmente em boa parte das sociedades ocidentais as mulheres já têm uma força bastante razoável na arena política, mas em nenhum país há uma real igualdade política entre homens e mulheres. Estudos da década de 1990 continuam apontando que as diferenças entre sexos não desapareceram. Diana Owen e Jack Dennis (1992, p. 20), por exemplo, enfatizam que “as mulheres – tanto pré-adultas quanto adultas – somam menos pontos que seus pares masculinos nas aferições de conhecimento político, interesse na política e atenção aos padrões de políticas públicas”.

Persistem muitos obstáculos à participação política ativa e autônoma da mulher, inclusive no Brasil. (Tabak, 1983; Prá, 1997) A esfera política, aliás, é possivelmente a mais fechada às mulheres dentre todas as esferas da sociedade. Basta observar que ainda hoje a participação das mulheres nos parlamentos e cargos eletivos não chega a 10% inclusive nos países ditos desenvolvidos, enquanto a participação na força de trabalho é muito maior (cerca de 40% no Brasil). As pesquisas atuais, portanto, devem partir das evidências de que cresce a participação da mulher no âmbito político mas as dificuldades ainda são imensas, o que leva a um quadro de contradições e ambigüidades nas atitudes de homens e mulheres que devem ser investigadas caso a caso.

2.5.3 Escolaridade

A escolaridade ou grau de instrução é a variável mais destacada na literatura sobre socialização política¹⁸. Uma das principais constatações, constantemente reiterada com novos dados, é aquela apontada por Almond e Verba (1965) que estabelece uma relação diretamente proporcional entre o senso de eficácia política¹⁹ e escolaridade: o grau de confiança pessoal na possibilidade de influenciar as decisões políticas cresce com o grau de escolaridade.

¹⁸ Os autores de *A Personalidade Autoritária*, afirmam a correlação entre instrução e atitudes democráticas, mas com uma ressalva importante. Em média, os indivíduos mais instruídos e inteligentes são menos etnocêntricos. Mas “nossos resultados contradizem seriamente uma das teorias mais comuns acerca do preconceito e do fascismo: falamos daquela que sustenta que aqueles que aderem a eles o fazem por falta de

Os dados empíricos têm apontado que nos Estados Unidos o senso de eficácia política é adquirido no período em que as crianças cursam a escola primária, e que aos 12 ou 13 anos as respostas dos pequenos aproximam-se das dos adultos. Esse senso seria relativamente constante até a velhice, quando parece declinar. (Searing, Wright e Rabinowitz, 1976, p. 90)

Outro aspecto relacionado com a escolaridade é o maior grau de conhecimento político, principalmente quando há programas de “educação cívica” bem sucedidos (a exemplo da experiência argentina relatada por Morduchowicz e outros, 1996). A eficácia dos programas de “educação cívica”, todavia, é contestada por vários estudos, principalmente no que toca aos efeitos sobre os jovens de classes sociais privilegiadas. Jennings, Niemi e Annick Percheron, concordam em que a influência dos professores é menor que a dos pais: quando há desacordo entre as identificações políticas dos pais e dos professores, a correlação entre as escolhas destes e a dos alunos é fortemente negativa; quando há acordo, a correlação entre as escolhas dos professores e alunos se vê aumentada. (Percheron, 1993, p. 147)

Dois reparos são necessários com relação a este ponto. O primeiro é que na América Latina, há um grande esforço de uma série de movimentos sociais, instituições e organizações da sociedade civil em promover a educação política através de modalidades não-formalizadas no sistema escolar. Além da escolaridade, em nosso continente é importante pesquisar qual o grau de influência de tais iniciativas em relação à sofisticação política dos cidadãos.

O segundo reparo diz respeito à concepção da educação política como panacéia para os males da política. Agentes políticos, educadores, especialistas e cidadãos comuns se irmanam nesse discurso, em que são usuais afirmações como “o problema do Brasil é a falta de educação” e “a democracia só vai funcionar quando o povo for educado”. Tal

inteligência, ignorância ou confusão. Antes bem, pareceria que o tipo particular de racionalidade da personalidade autoritária se relaciona melhor com uma estrutura social autocrática.” (Adorno et al., 1965, p. 283)

¹⁹ A “*eficácia política*” costuma ser utilizada predominantemente na literatura no sentido de “eficácia política subjetiva”, que designa a competência política subjetiva, ou seja, a confiança que o indivíduo possui acerca de sua capacidade de influenciar as decisões políticas.

discurso freqüentemente não passa de uma racionalização dos privilégios sociais: os defensores do status quo ao invés de manifestarem suas inclinações antidemocráticas preferem afirmar que os problemas da democracia são de fundo educacional e intelectual. Por outro lado, a insistência na educação não deixa de ser uma forma de expressar a consciência da própria ignorância e confusão em matéria de política. (Adorno et al., 1965, p. 654) Neste trabalho vigora o entendimento de que a educação e a escolaridade têm uma imensa importância no conjunto da vida política, mas de nenhum modo podem ser apresentadas como panacéia.

2.5.4 Situação sócio-econômica²⁰

Um pressuposto central deste trabalho é que a situação sócio-econômica dos indivíduos é um fator de grande relevância para a investigação do seu perfil atitudinal. Só é possível entender a postura do indivíduo em relação à política se se leva em conta as circunstâncias econômicas (renda, ocupação profissional, capacidade de consumo) e sociais (relações sociais, local de moradia, tipo de escola, situação familiar) que caracterizam a existência concreta do indivíduo. Ser filho de trabalhador rural ou de empresário rural, jovem de classe média ou operária, integrante de uma família que ascendeu socialmente ou que desceu na escala social em função de desemprego – eis exemplos de situações que influenciam fortemente a aquisição de atitudes políticas.

O vínculo entre a esfera econômica e a esfera política está presente em diversos autores clássicos do pensamento político, como Alexis de Tocqueville, Emile Durkheim, Vilfredo Pareto, mas coube a Karl Marx estabelecê-lo de forma sistemática e duradoura.

²⁰ Optou-se pelo termo *situação sócio-econômica* ao invés de *classe social* em vista das controvérsias que cercam este último. Para Marx há apenas duas classes fundamentais em cada formação social, identificadas pela sua posição no processo produtivo. No caso das sociedades capitalistas, as classes fundamentais são burguesia e proletariado. A própria literatura marxista é repleta de polêmicas sobre o significado e o potencial explicativo deste conceito. Na literatura atual, é comum a divisão da sociedade em três classes – classe alta, classe média e classe operária – ou subdivisões destas, sendo acrescentada a classe camponesa no caso dos países do Terceiro Mundo. (Veja-se Giddens, 1998, p. 318ss) Aqui é utilizado o termo *situação sócio-econômica*, que responde melhor a uma série de aspectos levantados pelos estudos das últimas décadas acerca das modificações no mundo do trabalho, entre eles a importância exercida pelo consumo na vida das pessoas.

Segundo Marx, os seres humanos são condicionados pelas características do meio social e histórico em que vivem. Pensa-se e vive-se diferente de uma sociedade para outra, de um período histórico para outro porque as condições sociais mudam substancialmente. A consciência individual é em boa parte social, ou seja, ela reflete as condições concretas de sua existência, sem que isso signifique ausência de autonomia individual. O que inexistente é a autonomia plena do indivíduo em relação aos condicionamentos sociais e históricos. Há uma autonomia relativa, que permite ao indivíduo construir alternativas próprias a partir dos ingredientes naturais e sociais do contexto em que vive. A consciência é afetada pela condição de classe, que é um dado objetivo, independente da vontade individual. Os indivíduos tendem a reproduzir o modo de ser e de pensar típico de sua classe. Nas sociedades capitalistas, os indivíduos estão divididos em duas classes sociais fundamentais: a dos donos dos meios de produção (burgueses) e a dos trabalhadores.

A contribuição de Marx foi decisiva para o conjunto das ciências sociais do século XX entre outros aspectos exatamente por alertar para a importância da dimensão econômica. A partir daí, grande parte das pesquisas sociais começou a incorporar a variável econômica, através dos termos *classe social*, *status* ou *situação sócio-econômica*. Porém, o pensamento de Marx foi avaliado como demasiado “determinista”, ou seja, atribuindo força excessiva ao condicionamento econômico.

Outras linhas teóricas se afirmaram, entre elas o pensamento de Max Weber, que obteve grande notoriedade na sociologia e ciência política norte-americana. Sem perder de vista a importância dos fenômenos econômicos para a compreensão dos fenômenos sociais, Weber enfatizou a importância da dimensão cultural. A cultura não é um epifenômeno do sistema econômico; ela é capaz de modelar o comportamento econômico assim como é modelada por ele. Num célebre estudo, evidenciou que a ética protestante facilitou o desenvolvimento do capitalismo, invertendo, de certo modo, o raciocínio marxiano. Sem que Weber o desejasse, a sua teoria foi lida na ótica do culturalismo, o qual atribui aos fatores culturais a preeminência na explicação dos fenômenos sociais. (Inglehart, 1997)

No caso específico da ciência política, o quadro é complexo no tocante a esta discussão. Os representantes da *teoria da modernização*, apoiando-se em Marx e Weber, estabeleceram com êxito nos anos 1950 a premissa teórica de que o desenvolvimento

econômico favorece a democracia. Quanto mais próspera a nação, maiores as chances da democracia. A industrialização induz a uma série de transformações sociais, entre elas o incremento da escolarização, e a educação é o fator mais influente em relação ao comportamento democrático, mais que a renda ou a ocupação profissional. Especificamente quanto às atitudes políticas no contexto das diferenças de classe social, os modernistas defendem a tese do autoritarismo dos trabalhadores e a predisposição favorável à democracia por parte da classe média e superior. Seymour Lipset, na sua conhecida obra *O Homem Político*, aponta como fatores que predis põe ao autoritarismo dos trabalhadores os seguintes: baixo nível de educação, fraca participação nas organizações políticas ou voluntárias, pouca leitura, ocupações isoladas, insegurança econômica e padrões familiares autoritários. (Lipset, 1967, p. 124-5) Não que os trabalhadores sejam necessariamente mais autoritários, diz Lipset, mas a falta de um rico e complexo quadro de referência que caracteriza o seu modo de vida está associada com a escolha de alternativas menos complexas, e é comum que os extremismos exatamente se apresentem com interpretações simplificadoras do mundo, como foi o caso de comunismo (extremismo de esquerda), do fascismo (extremismo de centro) e do conservadorismo (extremismo de direita). Quanto ao comportamento eleitoral, Lipset entende que o fator econômico é determinante: “em todos os países economicamente desenvolvidos, os grupos de baixa renda econômica votam principalmente nos partidos da esquerda, enquanto os grupos de rendas mais elevadas votam principalmente nos partidos da direita”. (Lipset, 1967, p. 235) A teoria da modernização perdeu força nos anos 1970.

O debate teórico sobre a influência do fator econômico não avançou em direção a um maior consenso a partir dos resultados empíricos das pesquisas de cultura e socialização política. De um lado há quem atribua pouca relevância aos fatores econômicos, de outro quem lhes atribua grande peso.

Os primeiros estudos (Hyman, Almond e Verba, Easton e Hess) desconsideraram a dimensão econômica nas suas análises. Na sua esteira, muitas outras pesquisas foram e continuam sendo desenvolvidas sem atentar à variável sócio-econômica, por considerá-la irrelevante.

Robert Dahl (1997, p. 158) diz que a correlação entre as crenças de um indivíduo e suas características sócio-econômicas é, quase sempre, muito fraca. “A descoberta significativa”, afirma Dahl, “não é que existe alguma relação, e sim o quão fraca e incerta ela se mostra”.

Análise assemelhada faz Frederick Turner (1992) ao comentar os resultados de surveys em 10 países sobre o impacto da mobilidade social nas atitudes políticas. A constatação fundamental é de que o processo de deslocamento de uma classe social para outra, a mobilidade social em si, não afeta as atitudes políticas ou preferências partidárias. O que conta é o status de destinação, ou seja, as expectativas acerca da classe de destino no processo de mobilidade.

A argumentação em prol da influência dos fatores econômicos é, todavia, convincente, e ela é assumida por pesquisadores adeptos do viés marxista mas também por simpatizantes de outras alternativas teóricas. A literatura européia, via de regra, dá atenção à variável sócio-econômica.

Françoise Bonnal e Daniel Boy (1978, p. 95) afirmam que a existência do vínculo entre pertença social e orientações políticas constitui uma das aquisições menos discutíveis da psico-sociologia política. A inserção do indivíduo na sociedade, medida por variáveis sócio-econômicas ou sócio-profissionais, constitui um indicador relativamente seguro sobre as atitudes e comportamentos políticos. Isso se aplica analogamente às crianças e pré-adolescentes: a orientação ideológica da criança parece igualmente ligada ao status sócio-econômico dos pais. As relações entre pertença social e orientações ideológicas se reproduzem indiretamente nos filhos. Bonnal e Boy também assinalam que diversos estudos atestam a influência da mobilidade social sobre o comportamento e as atitudes políticas. O indivíduo em situação de mobilidade adota um comportamento intermediário entre seu grupo de origem e seu grupo atual.

Entre as pesquisas comparativas de âmbito internacional que ilustram a importância da variável sócio-econômica, destaca-se a teoria da *mudança intergeracional de valores*, de Ronald Inglehart. A tese central – a de que está em curso uma mudança de valores materialistas para valores pós-materialistas – é desenvolvida a partir de um corte sócio-

econômico. Os integrantes da classe média, principalmente os jovens, apresentam em maior grau *valores pós-materialistas* (ênfase na liberdade de expressão, participação política e qualidade de vida), porque as fases cruciais de sua socialização (infância e juventude) transcorreram em circunstâncias de afluência, segurança e satisfação das necessidades físicas. Já entre os indivíduos da classe operária predominam *valores materialistas* (ênfase na ordem social, controle dos preços e segurança econômica), porque sua socialização ocorreu sob circunstâncias de escassez e insegurança econômica. (Inglehart 1971 e 1997) A relevância atribuída ao aspecto econômico não é casual. Inglehart sustenta a validade de teses centrais da teoria da modernização, que tem em Marx um de seus inspiradores. A idéia central da teoria da modernização, assumida pelo autor, é que as mudanças econômicas tornam alguns cenários da mudança social mais prováveis que outros; uma sociedade que embarcou no processo econômico da industrialização provavelmente assistirá a um conjunto de mudanças correlatas (mobilização de massas, diminuição das diferenças de gênero, incremento da instrução, etc). (Inglehart, 1997)

Uma questão a ser aprofundada é a premissa proposta pela teoria da modernização de que há uma maior predisposição dos indivíduos das classes mais abastadas para atitudes democráticas. Uma publicação recente contendo estudos de caráter internacional dá suporte a esta tese modernista. “Quanto mais elevada a posição sócio-econômica, maior o conhecimento político, mais altamente desenvolvido é o interesse político e mais extensivo o nível de participação política”, afirma categoricamente Henk Dekker (1996, p. 397), apesar de expressar convicções muito afastadas do liberalismo. Na mesma publicação, outros autores destacam resultados empíricos que atestam a participação mais intensa de estudantes de famílias de condição sócio-econômica mais elevada. (Conway, Damico e Damico, 1996, p. 437)

Roberta Sígel (1989, p. XI), em contraposição, apresenta dados menos desfavoráveis aos trabalhadores. Ela constata que os jovens americanos da classe trabalhadora enfatizam mais a obediência às leis, enquanto jovens de classe alta realçam mais aspectos vinculados à participação política. As diferenças de classe favorecem diferenças na avaliação de certos aspectos da democracia, e não a negação da democracia por parte dos mais pobres.

A posição que permeia este trabalho é que os fatores econômicos são indispensáveis mas não suficientes para a compreensão da cultura política. Como diz Adorno (1965), em geral as pessoas tendem a pensar de forma semelhante aos outros indivíduos de sua classe social sobre muitos assuntos, e tendem a aceitar programas políticos e sociais que consideram mais favoráveis a seus interesses econômicos. Todavia, há que levar em conta que indivíduos que gozam de um mesmo status econômico têm opiniões diferenciadas, e indivíduos de grupos diversos têm opiniões similares.

2.5.5 Localização geográfica

A linha de raciocínio que justifica a importância da variável sócio-econômica também embasa a relevância da variável geográfica. Reconhecer que o ser humano é condicionado socialmente, força a que se leve em consideração as diferenças regionais da população estudada.

Enquanto sociedades numericamente pequenas e/ou internamente homogêneas tendem a possuir uma cultura política razoavelmente homogênea, sociedades com agudas diferenças econômicas, sociais, étnicas e culturais de uma região para outra, podem apresentar consideráveis variações inter-regionais do ponto de vista da cultura política.

No Brasil, a literatura das ciências sociais tem acentuado a existência de fortes disparidades regionais. Ao menos desde o lançamento do livro *Os Dois Brasís*, de Jacques Lambert, nos anos 1950, tem sido comum dividir o Brasil em um pólo desenvolvido social e economicamente (Regiões Sul e Sudeste) e um pólo pouco desenvolvido (Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste). O desenvolvimento econômico heterogêneo das últimas décadas, todavia, requer análises mais nuançadas das desigualdades regionais. Afinal, hoje é possível encontrar diversos nichos com elevado desenvolvimento tecnológico em regiões consideradas atrasadas. Mas, no fundamental, continua indiscutível a divisão do país entre regiões majoritariamente desenvolvidas e regiões majoritariamente pouco desenvolvidas.

Os cientistas políticos brasileiros têm elaborado vários estudos sob o ponto de vista da geografia política, ressaltando a forte correlação entre o grau de desenvolvimento das regiões e os processos políticos (especialmente os processos eleitorais e partidários). “Regiões, situação geográfica, porte dos municípios, são dimensões cruciais na configuração do perfil das elites políticas regionais e locais, assim como as orientações e preferências do eleitorado”, asseguram Lúcia Avelar e Fernão de Lima (2000). Uma linha de análise que percorre boa parte desses estudos é que nas regiões menos desenvolvidas perpetua-se a *política tradicional*²¹, enquanto nas regiões mais desenvolvidas desenrola-se uma política mais afim com os ditames da democracia moderna. Nessa perspectiva, vários estudos têm ressaltado a maior presença do clientelismo e do patrimonialismo nas regiões menos desenvolvidas, onde as elites tradicionais perpetuam-se com base nos recursos do poder da terra e do Estado. As pesquisas de geografia eleitoral têm demonstrado que os partidos de direita (PFL, PPB, PL, PTB, entre outros) concentram sua força eleitoral nas regiões menos desenvolvidas, enquanto os partidos de centro (especialmente PMDB e PSDB) crescem nas regiões mais desenvolvidas e os partidos de esquerda (PT, PDT, PSB e outros) obtêm votações mais robustas nas regiões metropolitanas e regiões mais desenvolvidas. (Avelar e Lima, 2000)

Há carência de estudos comparativos inter-regionais sobre atitudes políticas. Uma das raras pesquisas constatou que eleitores de mais alto status sócio-econômico e localizados em regiões de maior centralidade possuem mais sofisticação cognitiva e ideológica, orientam-se mais por “issues”, fazem escolhas, reagem seletivamente e orientam-se por objetivos de longo prazo, enquanto eleitores dos estratos populares e de regiões mais periféricas têm maior dificuldade em preencher tais requisitos. (Reis e Castro, 1992)

Os indicativos da literatura disponível sugerem que atitudes políticas compatíveis com a democracia são mais proeminentes em regiões com maior desenvolvimento

²¹ *Política tradicional* pode ser definida como “um estilo de fazer política em que o poder é altamente concentrado, o acesso às arenas de decisão política é restrito, os canais de representação política são hierarquicamente organizados e os níveis de competição política são estritamente regulados”. (Avelar e Lima, 2000, p. 197)

econômico e social. Os resultados da pesquisa empírica expostos adiante trarão novos elementos sobre este aspecto da socialização política.

2.6. A socialização política, o processo de cognição e o desenvolvimento moral

A constituição de atitudes políticas está estreitamente vinculada ao desenvolvimento moral do indivíduo. Os condicionantes que atuam na relação do indivíduo com o mundo político atuam também na sua relação com as regras morais. Um dos principais condicionantes em ambos os casos é o desenvolvimento do aparato cognitivo pessoal. Se uma criança de 10 anos não consegue fazer uma avaliação profunda sobre a atuação dos partidos brasileiros ou dos limites entre a liberdade individual e o respeito às leis, isso não se deve apenas à complexidade desses temas, mas também ao estágio de desenvolvimento cognitivo que o adolescente atingiu.

A sofisticação política é fortemente tributária do desenvolvimento cognitivo. Conhecimentos sobre instituições, personagens e eventos políticos, bem como a capacidade de manejar conceitos abstratos, são possíveis apenas com o amadurecimento das estruturas cognitivas do indivíduo. A teoria da socialização política necessita, por isso, estar ancorada em uma sólida teoria do processo de cognição, o que, aliás, é uma das carências da literatura internacional. Grande parte dos textos de socialização política não explicitam a sua teoria do conhecimento.

A psicologia tem trazido contribuições irrecusáveis nessa área, ao mostrar que da infância à idade adulta ocorre um processo de amadurecimento da capacidade cognitiva, que vai do concreto ao abstrato, do simples ao complexo. Entre os psicólogos relevantes para a pesquisa de socialização política destacam-se Jean Piaget e Lev Vigotsky. Piaget tem sido a principal referência para os cientistas políticos, mas é mais conhecido do que efetivamente utilizado. (Rosenberg, Ward e Chilton, 1988, p. 6) O aporte de Vigotsky é praticamente inexplorado por parte dos cientistas políticos. Abaixo, as principais contribuições dos dois autores para o nosso tema.

Jean Piaget propõe uma perspectiva interacionista da inteligência e do conhecimento. A inteligência é um instrumento de adaptação ao universo; sua função é estruturar o universo do sujeito. O conhecimento resulta de interações entre o sujeito e os objetos, que se constituem enquanto tais no próprio processo de conhecimento. Não existe sujeito cognoscente nem objetos constituídos fora desta relação. A interação sujeito-objeto segue os princípios universais do funcionamento biológico: a “organização” e a “adaptação” (composta pela assimilação e acomodação). A “assimilação” descreve a ação do organismo sobre os objetos; a “acomodação” designa a ação do ambiente sobre o organismo. O desenvolvimento cognitivo é fruto da “equilibração”, isto é, das demandas subjetivas por organização, inerentes à atividade construtiva da pessoa, e pelas demandas práticas por acomodação, inerentes à troca com o mundo objetivo.

Piaget enfoca o conhecimento sob uma ótica *estrutural*. Os conteúdos do conhecimento devem ser entendidos à luz da estrutura que lhes subjaz. Detrás da modificação dos conteúdos, há invariantes funcionais que permanecem ativos em todos os períodos da vida. Estes invariantes são basicamente “ações” (blocos de operações em construção), “esquemas” (conjunto de ações) e “operações” (conjunto de esquemas). O resumo do desenvolvimento cognitivo pode ser assim estabelecido: “Ações simples tornam-se esquemas de ação que seguem o esquema de desenvolvimento de repetição, generalização e diferenciação. Esquemas então se tornam reciprocamente assimilados, e quando estes esquemas começam a mostrar a propriedade da reversibilidade nós começamos a falar em operações.” (Rosenberg, Ward e Chilton, 1988, pág. 46)

O enfoque estrutural está baseado em dois pressupostos: a) o pensamento individual constitui-se em uma unidade coerente: quando interage com o ambiente o indivíduo necessariamente impõe as propriedades formais de seu modo de pensar; assim, a definição e organização da experiência é mais uma determinação subjetiva que objetiva; b) a cognição desenvolve-se; pensar é uma atividade fundamentalmente pragmática.

Todos os indivíduos percorrem uma seqüência comum de “estágios” de conhecimento, da infância à adolescência, fases em que acontece também o

desenvolvimento moral, embora sem a mesma nitidez, devido a variantes como as condições sociais e o próprio processo de socialização individual. Os estágios são estes:

- (i) O “estágio sensório-motor” vai do nascimento até a aquisição da linguagem (0-2 anos): o bebê se caracteriza pelos reflexos, pelos primeiros hábitos motores e pela inteligência prática.
- (ii) O “estágio pré-operatório” (3-7 anos) caracteriza-se pelo aparecimento da linguagem, pelo animismo (a criança atribui alma aos objetos inanimados) e pelo início da função simbólica. Emergem os sentimentos de dever, respeito e obediência. As leis são vistas como não-coercitivas.
- (iii) O “estágio operatório concreto” (7-11 anos) particulariza-se pelo uso da lógica e do raciocínio aplicado a objetos concretos, bem como pelo aparecimento dos sentimentos de cooperação. As leis, especialmente no início desta fase, são vistas como sagradas e intocáveis. Começam as ações de cooperação.
- (iv) O “estágio operatório formal” (12-15 anos) assinala o surgimento do pensamento abstrato e formal. O indivíduo começa a raciocinar com base em operações lógicas abstratas, caracterizadas pela reversibilidade e sintetizadas na sigla INRC: operações inversas, negativas, recíprocas e contrárias. As leis são encaradas como fruto de consentimento mútuo. (Piaget, 1983 e 1977; Kesselring, 1993)

O processo cognitivo através destes diversos estágios implica a passagem da centração para a descentração. Nos estágios iniciais, a criança caracteriza-se pelo *egocentrismo*, isto é, pela indiferenciação entre o eu e o outro, pela ausência tanto da auto-percepção como da objetividade, pela primazia da percepção sobre a conceitualidade. Gradualmente, o egocentrismo vai sendo substituído pelo *sociocentrismo*, caracterizado pela capacidade de cooperação. A co-operação é uma operação conjunta, uma coordenação de pontos de vista.

O desenvolvimento moral acompanha a evolução da capacidade cognitiva. Da infância à adolescência processa-se a passagem de uma moralidade da “heteronomia” – marcada pelo senso de obrigação – para uma moral da “autonomia” – caracterizada pela cooperação, pela coordenação de diferentes perspectivas sociais. Quando o indivíduo chega

à pré-adolescência (a partir dos 11-12 anos), os sentimentos não se estendem somente aos familiares e companheiros de brinquedo e escola, mas a um grupo mais amplo, talvez a camada social a que pertence ou a nação. Assim como no nível intelectual a atenção afasta-se da realidade concreta e volta-se para as possibilidades hipotéticas, na esfera moral a atenção dirige-se não às pessoas e sim às próprias normas sociais, e secundariamente às pessoas que desempenham a sua ação conforme tais normas. (Piaget, 1977, p. 23-26; Kesselring, 1993, p. 186)

Ancorada nos pressupostos piagetianos, Annick Percheron constatou que no tocante à esfera política antes dos 11 anos a informação assimilada pela criança vem mais da boca dos adultos que da observação direta; as sínteses feitas a partir de diferentes opiniões de adultos são fragmentadas e frágeis; a criança não consegue, muitas vezes, notar a contradição entre opiniões antagônicas ou sem base nos fatos por não possuir um amplo domínio do meio social; e ela tem a tendência de aceitar o modelo proposto por seu meio próximo. A partir dos 12-13 anos há uma abertura ao outro, manifestando-se a capacidade de compreender os pontos de vista alheios. O adolescente toma interesse pelos grandes fenômenos políticos e consegue relativizar as informações vindas de diferentes fontes. (Percheron, 1993, p. 35-38)

As diretrizes gerais da concepção de Piaget sobre o processo cognitivo e moral continuam válidas. Mas, em vários aspectos, a teoria piagetiana é limitada ou incompleta. Uma das principais limitações é a sua insuficiente concepção sobre o ambiente social e sua influência sobre o indivíduo. Um segundo item é que a teoria piagetiana é tendencialmente biológica e psicológica, e carente de um enfoque sociológico. Outro ponto é o pressuposto de que o desenvolvimento cognitivo é “forçado” para um ponto final, o pensamento operatório formal.

A velocidade de desenvolvimento pode variar entre as culturas, mas a ordem e o fim de seu progresso, não. O problema aqui é que um considerável corpo de pesquisa intercultural, seguido mais tarde por trabalhos sobre adultos americanos, indica que esta conclusão derivada da teoria é incorreta. Muitos adultos nunca alcançam o pensamento operatório formal. De fato, alguns nunca alcançam o estágio operatório concreto. Piaget nunca avaliou adequadamente este problema. (Rosenberg, Ward e Chilton, 1988, p. 89)

Estas limitações da teoria de Piaget requerem algumas revisões e a complementação com um enfoque mais sociológico, como é a perspectiva dialética de Vigotsky.

Lev Vigotsky – que também se ocupou basicamente do desenvolvimento cognitivo de crianças – propõe uma abordagem iluminada pela perspectiva do materialismo histórico e dialético, particularmente pelo pensamento de Friedrich Engels. Em consonância com as diretrizes do pensamento marxista, o desenvolvimento do indivíduo só pode ser entendido na sua relação com o ambiente social e natural. “O desenvolvimento psicológico dos homens é parte do desenvolvimento histórico geral de nossa espécie e assim deve ser entendido” (Vigotsky, 1996, p. 80)

O processo cognitivo só é compreensível à luz das condições históricas e sociais, e assim como a própria evolução social, é repleto de mudanças convulsivas e pontos de viragem: “Acreditamos que o desenvolvimento da criança é um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfoses ou transformação qualitativa de uma forma em outra, embricamento de fatores internos e externos, e processos adaptativos que superam os impedimentos que a criança encontra” (Ibid., p. 96-97).

Para Vigotsky, assim como para Piaget, o desenvolvimento cognitivo constitui a evolução de formas inferiores para formas superiores de pensamento. Mas, diferente de Piaget, não há estágios universais idênticos para todas as crianças como uma função da idade. As condições históricas determinam em larga medida as oportunidades para a experiência individual, e por isso não há um sistema funcional de aprendizado único, embora possa haver semelhanças no desenvolvimento. A influência do meio social é limitadora. Com base neste pressuposto, pode-se afirmar que “se o meio social não estimula a formação de idéias políticas adequadas, isso reforça o uso de concepções menos complexas sobre o assunto”, e “somente quando a política se torna central na vida de um indivíduo é que os atrativos provenientes do meio social o estimulam a um nível mais alto de raciocínio e entendimento”. (Muszynski, s/d, p. 10) Se em Piaget o processo cognitivo rumo para o estágio das operações formais, no enfoque vigotskyano o pensamento pseudo-

conceitual não é erradicado pelo surgimento do pensamento conceitual. O nível de pensamento empregado depende do problema apresentado, e a solução de certas questões requerem que ocorra o desenvolvimento da capacidade necessária. O processo de aprendizado político não tem pontos-finais biológicos.

A influência do ambiente é destacada por Vigotsky através da categoria de *zona de desenvolvimento proximal*, que é a distância entre o nível de desenvolvimento real (já atingido pelo indivíduo) e o nível de desenvolvimento potencial. A zona de desenvolvimento proximal indica as funções que ainda não amadureceram, mas ainda estão em processo de maturação. A influência dos adultos é relevante para o desabrochar das funções cognitivas potenciais. Um contexto ótimo e socialmente desenvolvido para o aprendizado leva a que as crianças desenvolvam mais rápida e profundamente as potencialidades que num contexto desfavorável. (Vigotsky, 1996, p. 112ss) A partir desta concepção, Vigotsky se opõe terminantemente ao isolamento dos alunos com maior defasagem cognitiva em turmas apartadas nas escolas, argumentando que o contato com os alunos mais avançados é que propiciará maiores estímulos ao desenvolvimento. Nessa linha de argumentação, os indivíduos com maior defasagem cognitiva do ponto de vista político avançarão mais rapidamente se em contato com pessoas e ambientes mais politizados.

A concepção do autor russo sobre a importância da linguagem oral, da *fala*, também é iluminadora na compreensão da socialização política. A fala ajuda a criança a controlar o ambiente, bem como a controlar e organizar o próprio comportamento. A internalização da fala é um momento importantíssimo, e faculta que ao invés de acompanhar as ações, a fala possa preceder e planejar a ação. A relação da fala com a percepção também é relevante: enquanto a percepção visual é integral (os elementos de um campo visual são percebidos simultaneamente), a fala é analítica (os elementos são rotulados e conectados numa estrutura de sentença). Além disso, a fala possibilita a criação de um campo temporal, permitindo que a criança dirija sua atenção de maneira dinâmica, relacionando sua situação imediata com ações passadas, possibilidades presentes e futuras. (Ibid., cap. 1 e 2) Ora, se a fala é tão importante no desenvolvimento cognitivo, os baixos índices de conversação cotidiana sobre a política, comuns no Brasil e na maioria dos países, permite inferir que a evolução da cognição fica seriamente afetada por essa característica. Do ponto de vista da

educação escolar, levar os estudantes a discutir política em aula é em si mesma uma prática politizadora; de um ponto de vista mais genérico, igualmente. Em contrapartida, a simples audiência de notícias sobre política pela mídia sem a mediação do diálogo com outros, é limitadora do ponto de vista cognitivo.

Sintetizando, o estudo da socialização política deve valer-se tanto das contribuições de Piaget como das de Vigotsky. Não se trata de fazer uma simples junção, pois são perspectivas em parte inconciliáveis. As premissas deste trabalho condizem, no geral, com o viés dialético de Vigotsky, explicitamente preocupado em articular o desenvolvimento cognitivo individual com a influência do meio histórico e social, ao passo que Piaget é insuficiente neste aspecto. Mas, o traçado proposto por Piaget da evolução cognitiva em quatro estágios, de corte estrutural, continua válido, pois não foi propriamente refutado por Vigotsky e sim relativizado. Os quatro estágios piagetianos servem como fio condutor da pesquisa, mas com a condição de não se inferir a partir daí a existência de um processo cognitivo universal. O desenvolvimento cognitivo varia de país para país, de grupo social para grupo social e inclusive de família para família. O estágio operatório formal não se completa necessariamente aos 15 anos em todos os indivíduos, e muitos adultos não chegam sequer a atingí-lo.

Aceitar a existência de estágios cognitivos e ao mesmo tempo reconhecer diferenças sociais no processo cognitivo torna imprescindível esclarecer a questão da heterogeneidade dos conteúdos cognitivos. Podemos observar cotidianamente o que Adorno registrou em *A Personalidade Autoritária*: muitas pessoas demonstram pouco interesse e informação acerca da política, mas apresentam alto nível de informação a respeito de outras matérias e escolhem os meios e os fins de sua vida de modo marcadamente racional. (Adorno, 1965, p. 620) Muitos indivíduos atingem o estágio operatório formal em questões relacionadas ao mundo físico e ao raciocínio matemático sem atingir o mesmo nível de complexidade na compreensão do mundo político. Diante de tal discrepância, faz sentido falar em *estágios*, que pressupõe uma capacidade cognitiva independente da matéria em questão? A resposta é “sim”, desde que se tome a teoria dos estágios cognitivos como fio condutor e não como uma sucessão mecânica e automatizada de níveis. Os estímulos do meio social são

decisivos para o amadurecimento cognitivo ocorrer de forma integrada ou não. No caso do desenvolvimento cognitivo sobre a política, jovens que vivem em famílias onde o debate sobre a política é freqüente, que estudam em escolas com formação cívica bem estruturada e convivem com grupos de amigos e colegas de trabalho interessados por tais temas, muito provavelmente apresentam um nível de conhecimento sobre a política com elaboração teórica semelhante à cognição sobre assuntos da física ou matemática. Jovens cujas famílias, escolas, grupos de amigos e colegas de trabalho pouco estimulam o diálogo sobre política tendem a desenvolver um nível de conhecimento político menos elaborado que em relação a outras matérias.

2.7 Há um padrão universal de socialização política?

Em que medida o processo de formação de atitudes políticas tem uma lógica básica, que se mantém apesar das esperadas diferenças de um país para outro e dentro de um mesmo país? Haveria um padrão de socialização comum a realidades tão diversas quanto a dos países capitalistas centrais e os da periferia?

Nos primeiros estudos da área – tempos de alegre confiança na universalidade dos padrões modernizantes – houve uma tendência para universalizar a dinâmica da socialização norte-americana. O padrão de socialização infantil encontrado por David Easton começou a ser usado como um *modelo universal de socialização*, válido para todas as sociedades. Este modelo, segundo a síntese feita por Annick Percheron (1971, p. 160-161), ressalta três aspectos: “a importância dos fatores afetivos, uma visão benevolente do sistema, uma aprendizagem progressiva das diferentes instituições, indo do simples ao complexo e sempre das pessoas às estruturas”. Três momentos distintos caracterizariam o processo socializador: o primeiro momento é o da *orientação para a comunidade* (dos 5 aos 12 anos, aproximadamente), o segundo é o da *orientação para o regime* (período da adolescência) e o terceiro é o da *atitude frente aos representantes políticos* (final da adolescência e começo da vida adulta). Passou a ser comum a afirmação de que até o limiar da idade adulta se constitui a identidade política “quase definitiva” da pessoa, de modo que

as experiências de vida posteriores e os novos conhecimentos influiriam apenas marginalmente nesta estrutura fundamental. (Oppo, 1992, p. 106)

Dentro da mesma temática da universalidade e particularidade, a literatura norte-americana tem destacado a importância da identificação partidária como fator estruturador de atitudes políticas. Esta tese aparece já na obra inaugural da área – *Political Socialization*, de Herbert Hyman, 1959 – é reafirmada pela pesquisa de Easton e equipe, bem como por diversos autores que se lhes seguiram, tornando-se um axioma para a compreensão da dinâmica política norte-americana. Três princípios sintetizam o papel atribuído na primeira fase dos estudos à identificação partidária: a) a identificação partidária é constituída antes que outras atitudes políticas e é mais fortemente influenciada pelos pais; b) ela permanece estável ao longo da vida; c) ela afeta fortemente outras atitudes políticas, servindo como ponto de apoio para compromissos ideológicos. (Westholm e Niemi, 1992, p. 25)

Este modelo foi testado e confirmado em outros países, como o Japão, onde Joseph Massey (1971, p. 430) concluiu que o principal legado político transmitido pela família japonesa aos filhos é a opção partidária, e que a influência familiar nesse aspecto cresce com a idade, inclusive no tocante às mães. Mas, o estudo comparativo sobre Estados Unidos e França, feito por Philip Converse e Georges Dupeaux, em 1962, mostrou grandes diferenças entre estes países, tendo a opção partidária na França muito menos impacto na cultura política. Nos Estados Unidos, 75% dos cidadãos afirmaram sua opção por um dos partidos (basicamente, o democrata e o republicano), enquanto na França menos de 45% assinalaram alguma preferência partidária. Nos Estados Unidos, 91% dos americanos conseguiu identificar a opção partidária dos país, ao passo que na França apenas 29% conseguiram fazê-lo. (Converse e Dupeaux, 1962, p. 13) Levando em conta estes resultados, Annick Percheron no início dos anos 1970 já afirma que tal tese só valia para os Estados Unidos. Na França, as crianças teriam maior proximidade com as ideologias de direita ou esquerda, conclusão a que chegou pelo emprego do método de estudo do vocabulário infantil. (Percheron, 1993, p. 67-72)

Pesquisas posteriores reforçaram a posição de Percheron no que tange à relativização do partidarismo na constituição das atitudes, mas não confirmam a clivagem

esquerda-direita em outros países. Martine Barthelemy na sua investigação sobre a socialização política de adolescentes noruegueses de 12 a 16 anos, conclui que embora os adolescentes demonstrem um alto grau de opção partidária, há uma dispersão de atitudes ideológicas. A identificação partidária é precoce, mas não estrutura o universo político do adolescente, o qual é fruto do momento e do sistema de forças antagônicas. Se nos Estados Unidos a identificação partidária devém da influência familiar, na Noruega ela se relaciona com a classe social. Mas, diferente da França, na Noruega os adolescentes não estabelecem o reconhecimento dos símbolos e tradições nacionais à luz da bipolaridade direita-esquerda. (Barthelemy, 1990, p. 472-5) No Brasil, dados mostram que boa parte dos adolescentes não simpatiza com nenhum partido (Baquero, 1997; Schmidt, 1996) e que o significado dos termos “direita” e “esquerda” não tem nenhum significado preciso. (Schmidt, 1996; Zagury, 1996)

As pesquisas mais recentes atestam que não há um padrão universal de socialização política. Ela é tributária das circunstâncias históricas e sociais, que variam de país para país, de região para região, de classe para classe. A pesquisa deve considerar sempre três aspectos fundamentais: 1. cada pessoa vive em uma dada sociedade; 2. cada indivíduo ocupa um lugar na sociedade; 3. cada sociedade tem um conjunto de crenças e atitudes, e um determinado grau de unanimidade entre os cidadãos. (Percheron, 1972, p. 159ss).

É claro, há também semelhanças na socialização nos diversos países, compreensíveis à luz das semelhanças existentes – família unicelular, sistemas educacionais, conteúdo e forma da mídia, etc. O processo de globalização tende a incrementar várias afinidades, particularmente no que tange à mídia. As informações políticas divulgadas pelos meios de comunicação são em parte os mesmos no Brasil, no Japão e na África do Sul. Mas, a própria globalização é um processo contraditório, perpassado pela lógica da semelhança-diferença, e não há nada no horizonte que se assemelhe a um “padrão universal de socialização”.

2.8 O poder explicativo do conceito de socialização política

O objetivo deste trabalho é compreender melhor o sistema político brasileiro através da investigação sobre a formação de atitudes políticas dos adolescentes. Isso torna relevante a pergunta sobre o quanto a socialização política pode nos dizer sobre o sistema político. Qual é, afinal, o poder explicativo do conceito de socialização política? O que podemos conhecer do Brasil estudando a constituição das atitudes de adolescentes?

Primeiramente, cabe dizer que do ponto de vista teórico, o que foi dito sobre o poder explicativo do conceito de cultura política (item 1.6) vale também para o de socialização política. Os fatores subjetivos são necessários mas não suficientes para entender a estabilidade e as transformações dos sistemas políticos. Cabe insistir na necessária atenção que o pesquisador deve ter para não incidir no *psicologismo* ou no *culturalismo*, ou seja, na sobrevalorização dos fatores psico-culturais em detrimento de outras dimensões. Mario Brockman Machado ao avaliar a literatura norte-americana da área no final dos anos 1970 dizia que “o maior perigo dos estudos psicologicamente orientados da socialização política é o de levar a uma ‘despolitização’ da percepção da natureza daquele processo” de forma que “esse enfoque acaba isolando o processo de socialização política do contexto dentro do qual ele se realiza – o próprio sistema político – desta forma ignorando o seu significado macro-político” (Machado, 1979, p. 66)

Um exemplo bem sucedido de pesquisa acerca do peso dos fatores psicológicos na política sem cair na armadilha do psicologismo é a obra *A Personalidade Autoritária*. Apoiado no princípio de que a personalidade é apenas um dos determinantes da opção ideológica do indivíduo, Adorno e colaboradores concebem os fatores psicológicos integrados aos aspectos econômicos e sociais. Um momento em que aparece claramente o correto entendimento a este respeito é aquele em que Adorno se refere à “pauta ideológica geral”, oriunda dos meios que moldam a opinião pública, a qual se constitui num componente independente em relação às tendências para o fascismo próprias da personalidade individual. Esta pauta ideológica geral é tratada como um elemento objetivo da realidade social e tendente por si própria ao fascismo. Em consequência, diz Adorno, as predisposições favoráveis ao fascismo não podem ser combatidas apenas pela educação,

que age sobre um nível puramente psicológico, senão que requer uma modificação na própria esfera cultural que cria esta pauta geral. (Adorno et al., 1965, p. 613-616)

Muito do que se afirma hoje sobre socialização política tem ainda por base a produção inicial norte-americana. No próximo item (2.9) será apresentada uma síntese das críticas aos estudos iniciais e as diretrizes gerais de um enfoque apropriado para o contexto latino-americano.

Faz-se mister analisar mais detalhadamente a relação entre socialização política e sistema político, pois aí reside um dos obstáculos à compreensão do potencial explicativo da socialização. Cabe recuperar a reflexão de David Easton e Jack Dennis no seu estudo *Children in the Political System*, de 1969. Nos três capítulos iniciais do livro, os autores destacam que não basta uma teoria geral sobre a socialização nem uma teoria da socialização política: é preciso uma “teoria política da socialização política”. Haveria três tipos de tais teorias: a “teoria alocativa” (que se ocupa basicamente da esfera partidária), a “análise da estabilidade sistêmica” (que vincula a socialização com a manutenção do sistema) e a “teoria sistêmica”, desenvolvida com base no referencial proposto por Easton em diversas obras (teoria dos *inputs-outputs*). *Sistema político* é definido como “um conjunto de estruturas e processos através do qual demandas de ‘membros politicamente relevantes’ são convertidos em decisões obrigatórias e ações relacionadas”. (Easton e Dennis, 1969, p. 46)

Procurando diferenciar a própria perspectiva das duas outras teorias, os autores destacam que o sistema político compreende muito mais do que as questões envolvidas na esfera alocativa-partidária (da qual as crianças pouco conhecem), e que a socialização política não deve ser relacionada apenas com a estabilidade do sistema, mas também com o conflito. Ao invés de falar de “estabilidade”, Easton e Dennis falam sempre de “persistência” do sistema político. A socialização política tem a ver com a persistência sistêmica e não necessariamente com a estabilidade: “A socialização não é inerentemente conservadora nem é fundamentalmente desestabilizadora. Ela pode contribuir para a desordem assim como para a paz e harmonia, dependendo de circunstâncias específicas.” (Ibid., p. 37) Em resumo, *a função da socialização política é proporcionar suporte para a persistência do sistema político.*

O objetivo fundamental de todo sistema político é exatamente a sua persistência, o que inclui os procedimentos próprios da estabilidade, bem como a assimilação de profundas modificações em decorrência das constantes pressões. Sob o ângulo da estabilidade, a socialização política atua na internalização da necessidade de obediência às autoridades legalmente constituídas (output), assim como na necessidade de os indivíduos limitarem as demandas dirigidas ao sistema, o qual nunca consegue satisfazer todas as vontades (input). (Ibid., p. 52-55)

O suporte que a socialização política propicia ao sistema pode ser de dois tipos. O “suporte específico” refere-se às respostas concretas do sistema em relação a demandas determinadas, podendo “aumentar ou declinar sempre que os membros interpretarem as conseqüências dos diversos ‘outputs’ do sistema”. O “suporte difuso” é a generalizada confiança que os membros investem nos vários objetos do sistema como fins em si mesmos”. (Ibidi., p. 61-63)

Uma última observação sobre o livro de Easton e Dennis diz respeito ao limite da função que a socialização política pode cumprir dentro do sistema: “mesmo que os membros possam aprender comportamentos que evitem a pressão sobre as variáveis essenciais dos ângulos ‘input’ e ‘output’, o colapso pode ocorrer em função de estruturas e processos através dos quais a conversão se realiza”. (Ide, p. 64) Ou seja: a socialização é só um ingrediente na complexa engrenagem de elementos que compõe um sistema político. Ela é um elemento indispensável, mas não pode ter sua importância sobrevalorizada, nem pode ser compreendida à parte do conjunto.

A investigação sobre o processo de estruturação das atitudes dos adolescentes pode nos fornecer dados significativos sobre as demandas e expectativas políticas dos adolescentes, sobre a sua avaliação a respeito do desempenho das instituições e dos agentes políticos (suporte específico), e sobre a confiança ou desconfiança que alimentam acerca do sistema democrático brasileiro no seu conjunto. E tais dados nos permitem visualizar as pressões sobre a nossa democracia e tecer prognósticos sobre prováveis conseqüências para o futuro próximo. Mas, como já foi ressaltado, um sistema político é um complexo multifacetado, e assim como não pode ser compreendido apenas com base em análises de

corde estrutural e institucional, também não o pode com base unicamente na análise de sua dimensão psico-cultural.

2.9 Diretrizes para uma abordagem latino-americana da socialização política

Um enfoque apropriado para pesquisar a socialização política na América Latina deve levar em conta a produção científica das ciências sociais hoje e as mudanças paradigmáticas que elas apresentam. Uma noção mais clara das especificidades desse enfoque aparecem na comparação com os estudos iniciais.

São sintetizadas, a seguir, as características do enfoque predominante na primeira fase das pesquisas norte-americanas:

- a) incorreram na despolitização da socialização política, desdenhando particularmente os elementos coercitivos do sistema político, o que em vários estudos se deve à preocupação excessiva com questões metodológicas referentes à análise de dados com prejuízo das reflexões teóricas (Brockmann, 1979, p. 66; 1980, p. 147);
- b) incidiram em um “reducionismo psicológico” ao postular que a cultura e a socialização política são causa do comportamento político, de modo que a dimensão cultural termina por ser a causa da estrutura política (Brockmann, 1979, p. 69; 1980, p. 139);
- c) universalizaram para outros países um modelo de socialização que se aplica particularmente aos Estados Unidos, consumando um indevido “salto cultural”; um dos aspectos mais salientes foi a consideração da identidade partidária como um princípio estruturador das atitudes políticas, o que em certa medida pode ser válido para os Estados Unidos mas não para os países de um modo geral (Bill e Hardgrave, 1973, p. 113; Percheron, 1971);
- d) situaram-se – juntamente com os estudos de cultura política - dentro dos marcos teóricos da democracia liberal anglo-americana, tendo por conceito-chave o de “cultura cívica”, o qual está permeado por um viés ideológico liberal (Bill e Hardgrave, 1973, p. 90-91);

- e) enfatizaram demasiadamente a socialização infantil em detrimento da socialização juvenil e adulta, bem como acentuaram o papel da família e da escola na socialização em detrimento de outras agências socializadoras (o local de trabalho, os grupos de pares, o casamento, a mídia) e dos efeitos do envelhecimento sobre o indivíduo (Sigel, 1989, p. vii-viii);
- f) conferiram pouca atenção aos aspectos histórico-estruturais, ao impacto das mudanças sociais e dos eventos políticos sobre os indivíduos. (Sigel., 1989, p. 463);
- g) as pesquisas raramente foram longitudinais, ficando as generalizações expostas ao risco das especulações. (Bill e Hardgrave, 1973, p 114)

Essas limitações foram em parte superadas na produção da segunda fase das pesquisas norte-americanas, bem como pela literatura européia da área de socialização política. Porém, um enfoque apropriado à realidade brasileira e latino-americana requer que se vá além da análise elaborada naquelas sociedades, acrescentando aportes próprios da nossa situação de países economicamente periféricos e herdeiros de diversos traços do colonialismo que originou nossos países. Partindo do pressuposto filosófico do “universal situado” – que implica que somos sociedades singulares, mas não separadas - avalio que o enfoque apropriado à compreensão da cultura e socialização políticas nos países latino-americanos requer a decisiva contribuição de cientistas que vivenciam a nossa realidade.

Algumas diretrizes gerais deste novo enfoque, presentes no decorrer da análise anterior, são as seguintes:

- a) a socialização política é sempre um processo datado, histórico-social, assentado em uma realidade sócio-temporal específica; a pesquisa deve, pois, levar em conta os condicionantes históricos do grupo ou país, bem como a conjuntura mais imediata em que vivem os indivíduos;
- b) cada grupo ou país é um “universal situado” (Caldera, 1984), ou seja, nele se manifestam condicionamentos amplos, próprios do estágio da sociedade internacional, mas com peculiaridades únicas que o especificam; por isso não há um modelo universal de socialização política e sim processos singulares;

- c) a socialização política é um processo permanente, que perpassa toda vida do indivíduo; continua relevante a distinção entre *socialização primária*, *socialização secundária* e *ressocialização*;
- d) a socialização deve ser entendida dentro da dinâmica inclusão-oposição entre indivíduo e sociedade; o indivíduo se adequa ao meio social em decorrência da própria necessidade de sobrevivência, mas de forma ativa, de modo que em maior ou menor medida intervém e altera o seu meio social; assim, a socialização é um processo individual, e a subjetividade nela desempenha um papel relevante; isso se expressa nas idiosincrasias que diferenciam indivíduos influenciados por condições sociais semelhantes;
- e) a premissa da subjetividade exige o aporte psicológico para uma adequada compreensão da socialização política; os conceitos de atitude e de personalidade permanecem centrais, mas deve ser evitada a concepção individualista de personalidade presente em muitos trabalhos: a personalidade deve ser vista como dimensão pessoal construída no enfrentamento com o meio social;
- f) a socialização política é fruto tanto de educação intencional quanto de fatores difusos no meio social; a diferenciação entre *socialização manifesta* e *socialização latente* mantém sua atualidade.
- g) o maior ou menor peso das agências de socialização não está definida a priori, e sim está na dependência das condições sociais, econômicas e culturais concretas em que vivem os indivíduos; a família e a escola são agências relevantes, mas não tem necessariamente o peso decisivo;
- h) a socialização política é um elemento e só pode ser compreendida no conjunto do sistema político; sua função é propiciar condições psico-culturais favoráveis à persistência do sistema; mas persistência inclui tanto a estabilidade quanto a mudança, e a socialização não se confunde com reprodução do status quo, na medida em que pode potencializar os elementos de instabilidade do sistema;
- i) a relevância teórica da pesquisa sobre cultura e socialização política está em buscar uma compreensão das condições de estabilização da democracia; a concepção de

democracia deve integrar forma e conteúdo, institucionalidade e mundo da vida, democracia política e social, representação e participação, superando assim a visão formalista, restrita aos marcos do liberalismo, que prevaleceu em boa parte dos estudos nas quatro últimas décadas.

3 BRASIL, ANOS 1990

A socialização política, como foi mostrado anteriormente, é um processo complexo, que inclui a vivência nos diversos ambientes (familiar, escolar, grupos de pares, de trabalho), a educação intencional e não-intencional, a mídia, os eventos políticos e os condicionantes estruturais (a cultura política, as condições sócio-econômicas, as relações sociais). A partir desses fatores, com uma margem de liberdade e inovação pessoal, o indivíduo forma suas orientações e atitudes acerca do mundo da política e da sua posição neste mundo.

Assim, para analisar o processo de socialização política dos jovens brasileiros dos anos 90 é preciso considerar os diversos aspectos do ambiente social em que vivem esses jovens. Considerando a globalização em curso, não se pode deixar de considerar os aspectos relacionados à situação internacional, que fazem parte do cotidiano, principalmente através da mídia e do consumo. Mas, o foco das atenções é a realidade do país. É disso que trata este capítulo.

3.1. Aspectos demográficos, sociais e de gênero

3.1.1. População

O Brasil chega ao final do século com uma população de cerca de 170 milhões de habitantes. O Censo de 2000 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicou uma população de 169,5 milhões de brasileiros, superando a previsão feita a partir da Contagem Populacional de 1996, que era de 165,7 habitantes.

A taxa de crescimento médio por ano da população na década de 1990 foi de 1,6%, menor que a dos anos 1980, que alcançou 1,9%. Isso significa que a população aumentou de 1991 para 2000 em 22.718.968 habitantes, num total de 15,4%.

A distribuição da população brasileira, para os anos de 1996 e 2000, está apresentada na tabela abaixo.

TABELA 1 - População Brasileira em 1996 e 2000

POPULAÇÃO	1996		2000	
	Brasil	157.070.163	100,0%	169.544.443
Mulheres	79.627.298	50,7%	86.120.890	50,8%
Homens	77.442.865	49,3%	83.423.553	49,2%
Moradores urbanos	123.076.831	78,3%	137.697.439	81,2%
Moradores rurais	33.993.332	21,6%	31.847.004	18,8%

Fonte: IBGE – Contagem da População 1996 e Censo 2000

O retrato demográfico da década de 1990, segundo técnicos do IBGE, é sintetizável na idéia de “um país mais urbanizado, crescendo a ritmos cada vez menores, com uma estrutura etária mais madura e mais habitado por mulheres”. (IBGE, 1997a, p. 59)

A urbanização em 2000 chegou a 81,2% do total dos brasileiros, culminando uma tendência que vem se mantendo constante nas últimas quatro décadas. Em vista do enorme impacto que isso representa sobre o conjunto da vida social, é importante lembrar que em 1960 a taxa de urbanização era de apenas 45%. Por este ângulo, o Brasil se aproxima das nações desenvolvidas do Ocidente, nas quais há uma diminuta população rural. Em contraposição, em boa parte das nações da periferia capitalista os habitantes das zonas rurais continuam representando índices significativos do conjunto populacional.

Com relação à natalidade, a tendência observada desde 1970 é de queda do número médio de filhos por mulher, média que em 1996 foi a mais baixa do século: 1,38%. Tal desaceleração do crescimento é registrada em todas as regiões do país, inclusive o Nordeste, região que lidera o decréscimo nos índices populacionais no último quinquênio.

Com isso, vem caindo o peso dos menores de 15 anos e aumentam os contingentes com idade superior a 60 anos.

Segundo dados da Contagem Populacional de 1996, a distribuição por faixa etária era a seguinte: 31,5% da população (49,5 milhões de habitantes) tinham entre zero e 14 anos; 19,7% (31 milhões) tinham entre 15 e 24 anos; 33,6% (52,9 milhões) estava na faixa dos 25 a 49 anos; 14,7% (23 milhões) possuía mais de 50 anos, enquanto 0,2% tinha idade ignorada.

Apesar da queda da natalidade nas últimas décadas, o período de 1990 a 2005 nos coloca, conforme aponta Felícia Madeira, diante de uma *onda jovem*²², uma das maiores proporções de jovens frente ao conjunto da população de toda história demográfica brasileira (18,5%). Esta onda diz respeito ao conjunto do país, com exceção da Região Sul, e tem conseqüências diretas sobre a sociedade brasileira, particularmente sobre o sistema escolar e o emprego. Trata-se de uma pressão demográfica considerável e, lembra a autora, “a pressão demográfica juvenil faz parte, por exemplo, das explicações sobre o movimento de maio de 68 na França e, no início dos anos 90, na China”. (Madeira, 1998, p. 432)

A expectativa de vida ao nascer para o ano de 1999 era de 68,21 anos, mas ela vem crescendo de forma mais lenta nos últimos anos. Segundo técnicos do IBGE, “o valor atual de 67,3 anos [em 1996] representa apenas um ganho de 5,5 anos, desde 1980. Neste ritmo, só lá por volta do ano 2020 o Brasil conquistaria uma expectativa de vida ao nascer que os países mais desenvolvidos já alcançaram há pelo menos duas décadas”. (IBGE, 1997, p. 59-60)

Quanto à proporção entre homens e mulheres, há maior presença do sexo feminino na composição da população brasileira. Em 1996 as mulheres eram 50,7% da população, contra 49,3% de homens. Em 2000, a diferença aumentou um pouco: as mulheres passaram a 50,8% e os homens reduziram sua participação a 49,2%. A proporção é de 96,8 homens para cada 100 mulheres. No meio rural, todavia, os homens são maioria.

²² *Onda*, em termos demográficos, é o momento de alargamento de uma determinada faixa etária. (Madeira, 1998, p. 430)

3.1.2 Renda

O Brasil, em 1999, contava com um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 800 bilhões de dólares anuais, o que implica em um PIB *per capita* anual de 5.060 dólares.²³ Estes números indicam que estamos em uma faixa média: não estamos entre os ricos, mas nos situamos num patamar muito superior aos países pobres.

Um aspecto particularmente importante para os fins desta pesquisa é o perfil da renda. O Brasil é conhecido mundialmente como um país de extremas desigualdades sociais, desigualdades que se refletem claramente no perfil da renda. Embora o Plano Real tenha significado temporariamente uma pequena diminuição das desigualdades, os economistas consideram que tal efeito foi passageiro.

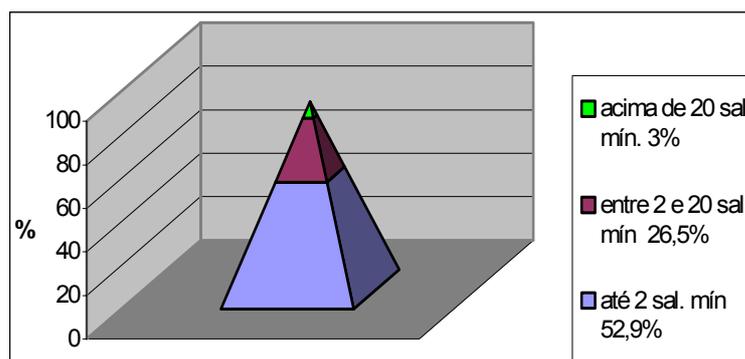
Um índice usado internacionalmente para medir a concentração de renda é o *Índice de Gini*, que varia de zero a um (quanto mais próximo de zero, mais igualitária a repartição de renda; quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda). Os dados oficiais revelam que em 1981 o Índice de Gini brasileiro era de 0,58, e em 1995 havia aumentado para 0,59. Nas regiões Nordeste (0,58) e Sudeste (0,57) o índice permaneceu idêntico de um ano a outro; na região Centro-Oeste decresceu levemente (0,58 para 0,57) e nas regiões Norte e Sul aumentou sensivelmente (0,53 para 0,57 e 0,55 para 0,57, respectivamente) (UNICEF/IBGE, 1997, p. 57)

Os dados do IBGE de 1989 mostraram os seguintes indicadores das desigualdades de renda. Os 10% mais ricos abocanhavam 51,5% da renda do trabalho, enquanto os 50% mais pobres ficam com 11,2%. Os rendimentos médios dos 1% mais ricos eram superiores aos dos 10% mais pobres na proporção de 230 vezes. (Minayo, 1992) Esses dados não se alteraram substancialmente na década de 1990, e têm nos colocado nos últimos anos

²³ Jornal Gazeta do Sul, 9/10.01.1999, p. 1.

invariavelmente entre o 1º e 3º lugar no ranking mundial dos países com maior desigualdade de renda. Os dados sobre a distribuição de renda estão expressos na Figura 1.

FIGURA 1 - Distribuição de renda no Brasil



Fonte: Folha de São Paulo, 23.03.1993 (In: Sampaio, 1993, p. 16)

A conhecida pirâmide da distribuição de renda no país é uma herança histórica do modelo de desenvolvimento capitalista em curso, particularmente no século XX. O gráfico mostra que na base há uma maioria de 52,9% de trabalhadores com renda até dois salários mínimos mensais. No meio há uma faixa de 26,5% de trabalhadores com rendimentos de 2 a 20 salários mínimos. No topo, uma minoria diminuta de 3% que ganha acima de 20 salários mínimos. nos últimos. Um percentual de 17,8% não declarou a sua renda.

A distribuição de renda extremamente desigual – da qual os dados acima são apenas uma pálida aproximação – reflete-se diretamente no drama da pobreza. O número de pobres (renda *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário mínimo) estava, segundo o IBGE, em torno de 56 milhões no final da década de 80. O documento “Indicadores Sociais sobre Crianças e Adolescentes” (IBGE/Unicef, 1997) mostra que 40,4% (19,8 milhões) das crianças brasileiras vivem em famílias consideradas pobres (renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*). No Maranhão este índice chega a 70%, enquanto em São Paulo se reduz a 15,8%.

A pobreza é um dos fatores relacionados ao grave problema do trabalho infanto-juvenil. Os números do documento supracitado (dados de 1995) mostram que 4,6 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos estudam e trabalham; 2,7 milhões de crianças e

adolescentes trabalham e não estudam; 3,5 milhões trabalham mais de 40 horas semanais; 1 milhão está à procura de trabalho; 658 mil não estudam, não trabalham e não realizam afazeres domésticos.

As implicações do quadro das desigualdades de renda – desigualdade que diferencia a pobreza do Brasil daquela de inúmeros outros países, mais pobres no conjunto da população – são extremamente fortes no processo de socialização política. As acentuadas desigualdades fortalecem o sentimento de que a igualdade de todos proclamada em lei não passa de retórica vazia, e têm como consequência não apenas o desencanto com as instituições sociais e políticas, mas também a violência. Análises comparativas indicam que as desigualdades sociais estimulam o crescimento da criminalidade e da violência. Os maiores índices de criminalidade costumam ser não os dos países mais pobres e sim os dos países internamente mais desiguais.

3.1.3 Escolaridade

A escolaridade é uma das variáveis mais fundamentais nos estudos sobre socialização política. A ela costumam estar associadas em proporcionalidade direta maiores níveis de informação política, adesão à democracia e participação política. Daí sua relevância para entender o processo de socialização política dos jovens de hoje.

Considerado o histórico déficit educacional brasileiro, o panorama deste final de século apresenta algumas melhoras nos indicadores oficiais de escolarização e analfabetismo. Segundo os dados do IBGE, a escolarização foi crescente de 1981 a 1995 em todas as faixas de idade. No caso dos jovens de 15 a 24 anos, a escolarização passou de aproximadamente 30% em 1981 para cerca de 40% em 1995. A tabela abaixo apresenta os números da escolarização em 1995.

TABELA 2 - Escolarização no Brasil (1995)

Idade	Taxa de escolarização (%)
5-6 anos	68,3
7-9 anos	91,0
10-14 anos	89,8
15-17 anos	66,9
18-19 anos	41,9
20 a 24 anos	20,6

Fonte: PNAD-IBGE, 1995; Sabóia, 1998

O analfabetismo do conjunto da população teve uma redução acentuada nas últimas décadas: de 39,7% em 1960, para 18,4% em 1990 e 15,6% em 1995. Este índice sobe, todavia, para 21,6%²⁴ se usamos como indicador o chamado *analfabetismo funcional*, que inclui os indivíduos sem instrução até os que têm três anos de estudo. (Sabóia, 1998, p. 502)

O incremento da escolarização e a diminuição do analfabetismo é atribuído por técnicos governamentais ao aumento de investimentos em educação. Os investimentos alcançam atualmente 4,5% do PIB na forma de recursos públicos mais 1% do PIB de recursos privados, o que nos coloca em patamar semelhante ao dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e acima de países ditos de melhor qualidade de ensino que o nosso, como a Argentina e o Uruguai. O otimismo dessa avaliação não se sustenta quando consideramos o aspecto demográfico: diferente dos países desenvolvidos, o Brasil está hoje diante de uma “onda jovem” (conforme explicitado anteriormente). Os gastos por aluno são quatro vezes superior nos países da OCDE em relação ao nosso. (IBGE, 1997a, p. 112; Biondi, 1999, p. 54)

Se há melhoras na escolarização e na alfabetização, as próprias estatísticas não escondem as gravíssimas dificuldades que persistem. A taxa de escolarização dos jovens de 15 a 24 anos, de 40,9% - de um total de 28,7 milhões de jovens 11,7 milhões estudam - é extremamente baixa, ainda mais consideradas as mutações sociais deste final de século que

²⁴ Este índice é maior segundo alguns estudos, chegando a 34% segundo Eliane Machado (“Ensino Médio: reforma para pior”, in: Tempo e Presença, nº 312, jul-ago 2000).

tornam a educação um aspecto imprescindível para o desenvolvimento do país. Isso significa que, na idade de ingresso no 2º grau, praticamente 60% dos adolescentes já abandonaram a escola.

O grande gargalo do sistema escolar brasileiro hoje é o *ensino médio*. O ensino médio atendeu em 1999 a 7,8 milhões de alunos e vem crescendo a uma taxa média de 11,5% ao ano, mas este crescimento apenas acompanha a curva demográfica nacional. (Machado, 2000, p. 19) Além de atender uma parcela restrita dos jovens em idade escolar, há também o problema da evasão e repetência. No ano de 1994, a taxa de repetência no 1º Grau foi de 22,7%, e no 2º Grau chegou a 15,3%. A taxa de abandono por número de matrículas alcançou 11,4% no 1º Grau e 2,2% no 2º Grau. A taxa de conclusão por número total de matrículas foi de 4,1% para o 1º Grau e 16,6% para o 2º Grau.. (UNICEF/IBGE, 1997, p. 110-118)

Segundo estatísticas do MEC, 69% das escolas de ensino médio são públicas e 31% são privadas. As escolas públicas estaduais recebem 80% das matrículas, a rede privada por 16% e a rede de ensino técnico federal responde pelo restante. Cerca de 60% das matrículas são do ensino noturno e, destes, mais de 70% trabalham. Ainda segundo dados do MEC, há uma grande precariedade nas condições físicas de boa parte das escolas: apenas 69% têm biblioteca, 29,1% têm laboratório de informática e a média de alunos por turma chega a 38 (contra 29 do ensino fundamental). A gravidade deste quadro não tem uma resposta adequada nas reformas introduzidas pelo governo federal nos anos 1990, a qual claramente privilegia o ensino básico, sob o argumento de que países em desenvolvimento precisam antes de mais nada erradicar o analfabetismo e aumentar a escolarização média da população. (Machado, 2000, p. 20)

O número médio de anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos não passa de 6,6 anos, o que é bastante baixo se comparado a países vizinhos como Argentina e Chile, que alcançam 8,5 anos, mas é bastante superior ao número médio do conjunto da população, que está em 3,9 anos. (Sabóia, 1998, p. 506)

Com relação ao *ensino superior*, os índices são notavelmente mais restritos. Dos alunos em idade de freqüentar a Universidade em 1995 os números eram os seguintes:

10,6% dos estudantes de 18 e 19 anos e 31,8% dos estudantes de 20 a 24 anos eram universitários.²⁵

A incapacidade de manter as crianças e jovens na escola – o chamado “fracasso escolar” – tem sido atribuído pelos estudiosos sobretudo a três fatores: a) os problemas da família; b) as perversidades sócio-políticas, com destaque para a questão do trabalho infanto-juvenil; c) os entraves do sistema escolar, que vão da má remuneração e formação dos professores a carências materiais e de qualidade de toda ordem. (Madeira, 1998)

Disso tudo se conclui que em termos de escolaridade, há consideráveis melhorias nas décadas recentes – o que em princípio se constitui em um fator de desenvolvimento de uma cultura política democrática – sem que se possa traçar um panorama otimista. Estamos longe ainda de chegar à almejada universalização com qualidade do ensino fundamental e médio.

A restrição do acesso ao ensino superior – provocado pela carência de vagas nas universidades estatais e pelo elevado custo das não-estatais – costuma ser indicado pelos jovens como um indicador de falta de democracia, pois a Universidade está associada a melhores oportunidades de trabalho e renda. Constitui-se, pois, como um obstáculo à formação de atitudes democráticas dos jovens.

²⁵ Contrariando a idéia generalizada de que o acesso à Universidade é extremamente restrito no país, o governo, através do MEC/Inep, divulgou um levantamento com números surpreendentes: para a população de 25 a 64 anos, segundo o qual o Brasil tem 9% de portadores de diploma universitário. (Biondi, 1999, p. 55) Estes dados são discutíveis, pois os dados do Tribunal Superior Eleitoral referente a 1998 são de que apenas 3,28% dos eleitores brasileiros declararam ter curso superior completo e 2,07% curso superior incompleto.

3.1.4 Dimensão de gênero – a mulher brasileira nos anos 1990

A maior presença nos diversos espaços sociais e o reconhecimento da capacidade da mulher vêm sendo comemorados como um dos principais avanços sociais das últimas décadas, e com razão. As estatísticas e estudos de gênero sobre o tema na década de 90 dão razão a um certo otimismo.

As mulheres, como já foi registrado anteriormente, são maioria numérica no conjunto da população brasileira: 50,8%, em 2000. Em números absolutos significa que há 2.697.337 brasileiras a mais que brasileiros, ou 1,032 mulher para cada homem. Esse patamar é idêntico ao de 1980. (Oliveira e Berquó, 1990, p. 63)

As mulheres são também maioria na escola. No segmento da população de 15 a 24 anos, 42,8% das mulheres são estudantes, ao passo que no caso dos homens a proporção cai para 38,9%. Esta superioridade se manifesta também no ensino superior: 10,5% de mulheres contra 8,6% de homens. O mesmo vale para a questão da alfabetização nesta faixa etária: 95,3% das mulheres são alfabetizadas, contra 90,6% dos homens. (Sabóia, 1998, p. 508)

As explicações dos especialistas para o melhor desempenho feminino no espaço escolar tem sido no sentido de que (i) a escola é um espaço onde a discriminação contra o sexo feminino está atenuada; (ii) o fracasso escolar tem conseqüências diferentes para meninos e meninas, implicando para elas geralmente a reclusão nos limites de um domicílio pobre; (iii) a maior procura do ensino médio pelas moças se dá em função da tentativa de escapar de afazeres domésticos ou do trabalho doméstico; (iv) a escola tem um significado diferente para rapazes e moças: para elas se coloca mais que para eles a liberdade de ir e vir, sendo o espaço escolar um dos mais legitimados para a freqüência das moças. (Madeira, 1998)

Na esfera do trabalho o quadro é outro: o predomínio ainda é claramente masculino, com cerca de 60% de homens contra 40% (mais precisamente 39,62% em 1996) de mulheres na composição da PEA (população economicamente ativa). A média da remuneração do sexo masculino também é maior que a do sexo feminino. Porém, os registros oficiais indicam um crescimento constante da presença da mulher na PEA das

últimas décadas. Embora o trabalho doméstico seja o ramo que continua empregando mais mulheres, elas estão avançando gradativamente na ocupação dos postos melhor remunerados e de chefia, tanto nas empresas privadas quanto nos órgãos públicos. Tal descrição também se aplica à população juvenil: há um predomínio dos homens na PEA juvenil, mas as mulheres, principalmente as mais escolarizadas, avançam na conquista de espaço e valorização salarial. Porém, a renda das mulheres ainda continua inferior à dos homens: para trabalho igual, freqüentemente paga-se mais aos homens que às mulheres, e os postos de trabalho que remuneram melhor estão concentrados em mãos masculinas.

No campo da participação política, a situação das mulheres nos anos 90 é ambivalente: trata-se de uma presença no geral minoritária, mas com avanços em diversos aspectos importantes. Os indicadores do IBGE (1997b) mostram que em relação ao associativismo, a filiação dos homens supera a das mulheres tanto no caso do sindicalismo (20% de filiados homens contra 10% de mulheres) como dos órgãos de classe (3% contra 2%), mas é idêntica nos órgãos comunitários (11% cada). Quanto à filiação a partidos políticos, o sexo feminino também é minoritário: 61% de homens contra 39% de mulheres.

Na esfera do poder local, no âmbito da sociedade civil, os estudos têm registrado a importante inserção da mulher brasileira em postos de direção, principalmente nos meios populares: “são as mulheres que dirigem os clubes de mães, as associações de moradores e associações comunitárias em geral”. (Barsted, 1995, p. 153)

No que se refere à composição do eleitorado²⁶, temos um quadro bastante sugestivo. Seguindo uma tendência constante desde a década de 1970 (Prá, 1997) – em cujo início as mulheres não chegavam a 40% do conjunto – o eleitorado feminino continuou aumentando percentualmente e nas eleições de 1998 sua inferioridade numérica limitou-se a 207.105 indivíduos. Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.gov.br), do total de mais de 106 milhões de eleitores brasileiros de 1998, as mulheres representaram 49,77% e os homens 49,97% (o percentual restante contempla os sem identificação sexual registrada). Confrontando a composição da população com a do eleitorado, nota-se que há uma diferença a maior de 1,38% das mulheres no conjunto da população e uma diferença a menor de 0,2% no eleitorado. Nas eleições municipais de 2.000, pela primeira vez as mulheres constituem uma maioria do eleitorado nacional: 50,5% contra 49,5% de homens.

A participação da mulher na ocupação dos cargos políticos nos anos 90 mostrou avanços, mas ainda é diminuta. A Tabela nº 3 mostra o desempenho das mulheres nas eleições municipais de 1992, 1996 e 2000.

TABELA 3 - Desempenho Feminino em Eleições Municipais

	Prefeitas	%	Vereadoras	%
Eleições 1992	171	3,5	1.672	3,5
Eleições 1996	304	5,5	6.598	11,0
Eleições 2000	317	5,7	7.001	11,6

FONTES: Tribunal Superior Eleitoral; Jussara Prá, 1996; Zero Hora, 05.11.2000

Nas eleições municipais de 1992 foram eleitas 1.672 vereadoras (3,5%), em 1996, 6.598 vereadoras (11,0%) e em 2.000, 7.001 vereadoras (11,6%). Os números para os executivos municipais são um pouco inferiores: em 1992, elegeram-se 171 prefeitas (3,5%), em 1996, 304 (5,5%) e em 2.000, 317 prefeitas (5,7%). (Tribunal Superior

²⁶ O voto feminino foi instituído, no Brasil, pelo Código Eleitoral de 1932. No Rio Grande do Norte, uma lei estadual assegurou o voto às mulheres desde 1927. Na eleição de 1928, foi eleita naquele estado a primeira

Eleitoral; Prá, 1997, p. 27; Zero Hora, 05.11.2000). Há, portanto, avanços ao longo dos últimos anos, mas os avanços são poucos diante do *déficit* existente.

O quadro nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional não é muito diferente: em 1990 as eleições revelaram o seguinte resultado: duas senadoras, 30 deputadas federais e 36 deputadas estaduais. Em 1994 o quadro não se alterou significativamente. Em 1998, houve incremento da participação feminina nas Assembléias Legislativas, diminuição no Congresso e estabilização nos governos estaduais. Em números precisos: (i) para deputado estadual, 9,92% dos eleitos são do sexo feminino; (ii) para deputado federal, elegeram-se 5,65% de mulheres (uma redução de 12,12% em relação a 94); (iii) para senador, o índice de eleitas é 7,41%; para governador, este índice é de 3,85%; (iv) para presidente da República, tivemos a primeira candidatura de uma mulher – Thereza Ruiz, pelo Partido Trabalhista Nacional, que no entanto só obteve 166.139 votos. (Suplicy, 1998)

Estes números revelam que ainda estamos longe de uma proporcionalidade entre a ocupação de postos políticos e a importância da mulher no conjunto da população, no eleitorado e mesmo na força de trabalho. Neste sentido, o final dos anos 90 ainda mostra a vigência do padrão histórico no Brasil de que “política é coisa pra homem”. Mas, estudos comparativos (Prá, 1997) evidenciam que este quadro não é próprio apenas de países periféricos. Em vários países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a França, a participação feminina é próxima ou mesmo inferior à brasileira na composição dos quadros eletivos. Por exemplo, a participação feminina nas chamadas “câmaras baixas”, no início dos anos 90 no Brasil era de 7,2% enquanto na França era de 6,0% e nos Estados Unidos de 6,4%.

3.1.5 Perfil das famílias brasileiras

Um breve olhar sobre o perfil das famílias brasileiras é imprescindível para discutir o processo de socialização política dos jovens em razão da unanimidade dos estudiosos sobre a importância da agência familiar nesse processo.

Sob o aspecto demográfico, a década de 90 dá seqüência a uma série de transformações em curso desde os anos 50, sintetizados por Maria Oliveira e Elza Berquó (1990) nos seguintes itens, que valem de modo preponderante para as famílias urbanas, mas também refletem a tendência no meio rural.

- a) Diferentemente do padrão atribuído com freqüência às famílias na América Latina, a família típica brasileira é a família conjugal, cujo tamanho médio em 1985 era de 4,1 membros, numa queda acentuada que acompanha a redução da taxa de natalidade nas últimas décadas. Existe hoje um claro predomínio das famílias menores e uma redução proporcional das famílias maiores.
- b) As famílias incompletas chefiadas por mulheres vêm aumento, nas classes populares associadas à pobreza e nas camadas médias aos novos padrões de independência feminina. Contribuem para isso o crescimento das separações e a maior mortalidade masculina, acarretando elevados índices de viuvez feminina.
- c) Está em crescimento o índice de uniões consensuais, revelando um enfraquecimento da valorização do vínculo legal entre a população mais jovem. Em 1980, 11,8% das uniões eram de tipo consensual.
- d) Vem crescendo a freqüência de pessoas morando sozinhas, o que no caso dos homens independe de idade, mas no das mulheres se avoluma nas faixas etárias mais avançadas.

Para o nosso estudo tem uma importância toda especial o dado relativo ao crescente número de mulheres chefes de família. Segundo o Censo de 1991, 13% das crianças e adolescentes até 17 anos viviam em domicílios de chefes mulheres, ao passo que em 1980 este índice não passava de 9,2%. (IBGE, 1995, p. 27) Este fenômeno decorre de dois fatores principais: (i) o incremento do número de separações conjugais e a maior

dificuldade de recasamento por parte das mulheres, e (ii) o ingresso maciço da mulher no mercado do trabalho. A chefia da família pela mulher altera profundamente a dinâmica histórica da família brasileira, particularmente no que diz respeito ao padrão de autoridade patriarcal, calcado no provimento econômico por parte do homem. Nas últimas décadas é crescente o número de famílias em que este provimento é obra da mulher e não do homem da casa. O processo de socialização é atingido diretamente por essa nova situação, caracterizada como de uma nova centralidade da relação mãe-filho (Bilac, 1995). Uma das hipóteses é que a formação de atitudes políticas nos jovens reflete hoje sempre mais a influência das mães.

Outro ponto fundamental relacionado com a maior presença da mulher no mercado de trabalho: as implicações da sua ausência do âmbito familiar, que em boa parte dos casos se soma à ausência do pai. O emprego da mãe significa menor presença junto aos filhos e menor incidência sobre o processo formativo dos filhos. Que conseqüências traz isso para a socialização política? Um maior senso de autonomia pessoal, necessária para a eficácia política do cidadão? Ou deficiências na formação da personalidade política? Os resultados do estudo de Bráulio Matos (1993, p. 9) levam à conclusão de que a ausência da mãe desfavorece a criação de atitudes democráticas: “quanto maior a intervenção socializadora da família, maior o desenvolvimento nos jovens daqueles aspectos sociopsicológicos favoráveis a uma forma de vida democrática, ainda que isso não se reflita diretamente na coloração ideológica do voto juvenil. Por outras palavras, a intervenção educadora da família parece constituir efetivamente uma pré-condição necessária (embora não suficiente) para a democracia (...)” Segundo esse argumento, a influência da família no atual processo de democratização do país não está relacionada com ingredientes importantes no passado, como o nepotismo ou patriarcalismo oligárquico, mas à ausência da família na estruturação primária da cultura política democrática. Essa tese – conforme exposto no segundo capítulo – está em acordo com a literatura internacional, mas precisa de um acúmulo maior de evidências na pesquisa brasileira.

3.2 Aspectos econômicos

O Brasil é um país capitalista periférico, cuja trajetória neste século foi marcada pela preeminência do Estado como agente econômico. O chamado “modelo desenvolvimentista” foi gestado após a 1ª Guerra Mundial, impulsionado a partir da Revolução de 1930 e em plena operação a partir do Estado Novo. De lá até os anos 1980, alternando paternalismo e repressão, o Estado foi o agente central do modelo econômico, seja na forma autoritária (Estado Novo, Regime Militar pós-64), seja nos intervalos democráticos.

Uma das decisões mais importantes para a centralidade do Estado na ação econômica foi, segundo José Luiz Fiori (1955, p. 79), o desatrelamento da moeda brasileira de qualquer padrão hegemônico internacional, adotado após a Primeira Guerra e preservado até os anos 1970. A importância dessa decisão é que “transferido para o Estado o poder de arbítrio sobre o valor do dinheiro, para ele também se transferia o poder de definir as margens de rentabilidade esperada e de distribuir a massa de lucro, entre os vários setores e capitais, segundo uma lógica que se afasta do ‘mercado internacional’ e se enraíza, cada vez mais, no plano puro e simples do poder.” Com isso, o Estado tornou-se peça fundamental de um desenvolvimento desigual, “locus fundamental dos conflitos e negociações entre os vários grupos e frações de classe, em torno às duas condições fundamentais de uma economia mercantil capitalista: o direito e o dinheiro”. (Ibid., p. 82)

Na sua dupla função de arbitrar o dinheiro e as normas, o Estado desenvolvimentista sempre se manteve nos padrões do pensamento hegemônico das classes dominantes brasileiras, que definiam como seu projeto o de integrar a sociedade brasileira, atrasada porque fragmentada. A burguesia industrial estabeleceu desde logo uma relação simbiótica com o Estado, tendo nele seu principal instrumento de poder e de competição.

Uma das peculiaridades da estratégia desenvolvimentista foi a de adotar o crescimento como “fuga para frente”: para dar conta da heterogeneidade interna das classes dominantes e das pressões do conjunto da sociedade, apelou-se recorrentemente para o desenvolvimento como necessidade de sobrevivência. Um desses momentos, decisivo para

a história do país, foi com Juscelino Kubitschek (1956-1960), que selou a aliança entre o Estado, as multinacionais e os capitais nacionais, aliança esta que comandou a industrialização pesada do país. Neste período foi que se concebeu a inflação como mecanismo de financiamento. Para compatibilizar os velhos compromissos com os novos objetivos da “fuga para frente”, alçou-se a inflação como mecanismo básico de financiamento de desenvolvimento industrial. (ide, p. 96)

No início dos anos 1960, as forças de esquerda tentaram pela primeira vez se dissociar do bloco desenvolvimentista, propondo um ideário que ameaçava o compromisso vivido desde a Primeira Guerra, principalmente pela proposta de modificação da estrutura fundiária e o controle dos capitais estrangeiros. Em 64, os militares são convocados a comandar a solução que novamente se impunha: centralizar e crescer. Liberal na sua primeira hora, o ideário golpista fracassa e dá lugar ao regime mais centralizado e autoritário da história republicana. O aporte de capital estrangeiro que permitiu o “milagre brasileiro” não resolveu as contradições e mazelas da desigualdade. Acentuaram-se as desigualdades regionais, o desemprego e a miséria absoluta. E o mais grave: a crise do petróleo em 1973 e a desaceleração econômica de 74/75 levaram o governo a contrair dívidas internas e externas elevadas, que foram multiplicadas com o aumento da taxa internacional de juros no final dos anos 80, levando o país à situação de insolvência.

Nos anos 1980, o modelo desenvolvimentista chegou ao limite de suas potencialidades e contradições. Endividado e sem a alternativa do crescimento como “fuga para frente”, o modelo se exauriu. A redemocratização do país ocorreu num contexto de crise econômica que perdurou por toda década de 80, sem perspectiva de solução. Inflação crescente e agravamento da situação social foram as características econômicas do período, que popularizou a expressão “década perdida”.

A busca de uma saída para a crise econômica marcou a primeira eleição presidencial da nova democracia brasileira. Duas propostas claramente diferenciadas chegaram ao segundo turno: Luis Inácio Lula da Silva, candidato das esquerdas, apresentou um projeto que defendia um Estado forte mas com redefinição do seu caráter de classe, um modelo econômico voltado para o mercado interno e a priorização das necessidades das classes trabalhadoras. Fernando Collor de Melo, candidato das elites econômicas e

políticas, apresentou à nação um projeto neoliberal, que colocava a inserção do país no mercado mundial e o aporte de novos capitais internacionais como mecanismos de nossa necessária modernização. Venceu Collor de Melo.²⁷

A interrupção do governo Collor de Melo com o seu *impeachment*, em 1992 (fato que será desenvolvido adiante), levou também à interrupção da implantação do modelo neoliberal no país. O governo de Itamar Franco, integrado por representantes à direita e à esquerda do espectro político, pautou-se pela defesa da ação do Estado na economia e mostrou-se avesso à internacionalização acelerada pretendida por Collor. Mas, intencionalmente ou não, o Plano Real que elegeu seu sucessor, o ex-Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, seguiu o receituário do *Consenso de Washington*.²⁸

O Plano Real, implementado em julho de 1994, foi um conjunto de medidas econômicas cuja face inicial mais visível foi a estabilidade da moeda. Saindo de uma inflação de cerca de 40% ao mês, o plano obteve uma queda imediata da espiral inflacionária, a qual decresceu continuamente até chegar à deflação em 1998. Esta espetacular queda da inflação foi apontada como o principal fator das vitórias eleitorais de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e em 1998. A vitória sobre a inflação teve conseqüências extremamente positivas para os assalariados de mais baixa renda, na medida em que evitou a corrosão dos salários ao longo de cada mês, mas impacto negativo para a classe média, pois o preço dos serviços e dos produtos de consumo mais seletivo teve uma elevação considerável. Indicadores do IBGE nos anos seguintes à implantação do Real mostraram uma certa diminuição das históricas desigualdades de renda no país.

²⁷ As circunstâncias da eleição de 89, diferentemente das de 94 e 98, não permitem afirmar que a vitória de Collor de Melo possa ser considerada propriamente a vitória de um projeto econômico sobre o outro. Num clima bastante passional, por se tratar da primeira eleição pós-regime militar, a eleição de 89 teve como ingredientes do segundo turno vários incidentes (seqüestro do empresário Abílio Diniz, acusação da ex-namorada de Lula de que ele havia tentado induzi-la ao aborto de sua filha, edição favorável a Collor por parte da Rede Globo do último debate entre os candidatos há dois dias da eleição...) que permitem interpretar o resultado das urnas como uma convergência de fatores diversos. O mesmo não ocorreu em 1994 e 1998.

²⁸ O *Consenso de Washington* designa a estratégia unificada de ajustamento das economias periféricas, de cunho neoliberal, discutida naquela cidade, em janeiro de 1993, por acadêmicos, executivos de governos, de bancos e de empresas, e representantes de onze países da Ásia, África e América Latina, com base num documento do economista americano John Williamson. O Brasil esteve representado por Bresser Pereira, então ex-ministro. Tal plano de ajuste econômico passou a ser chancelado pelo FMI e BIRD em mais de sessenta países, incluindo o Brasil. (Fiori, 1997)

Aproveitando os dividendos políticos obtidos pela vitória sobre a inflação, Fernando Henrique Cardoso dedicou-se a convencer o país e o Congresso da necessidade de reformas na Constituição, na linha do Consenso de Washington. E conseguiu, em boa parte. As reformas constitucionais permitiram a quebra de monopólios estatais (petróleo, energia elétrica, telefonia), permitiram privatizações, abriram as reservas minerais para o capital internacional, possibilitaram o patenteamento de produtos vegetais nacionais, etc.

A face perversa do Plano, denunciada por Lula, novamente o principal candidato das esquerdas nas eleições de 1994, só começou a ficar evidente a partir da crise financeira na Ásia (2º semestre de 97) e na Rússia (meados de 98). Mas, a ameaça da crise econômica não impulsionou a candidatura das oposições de esquerda nas eleições presidenciais de 98, encabeçada por Lula e Brizola. O eleitorado preferiu confiar no perfil poliglota e intelectual do presidente Fernando Henrique Cardoso como melhor alternativa para o país evitar o agravamento da situação econômica. O eleitorado possivelmente não atribuiu à lógica inerente ao Plano Real os problemas do país. Mas, a análise dos economistas perfilados com a oposição – principalmente com a oposição de esquerda, representada por Maria da Conceição Tavares, Aloísio Mercadante e José Luis Fiori, mas apoiada também por parte da oposição de direita, como é o caso do ex-ministro e deputado Defim Neto – começou a se impor gradativamente em 1998 nos meios acadêmicos e conquistar espaços em parcelas da mídia.

A fragilidade do Plano Real residiu no endividamento do país, no desemprego e na recessão econômica induzida pelas elevadas taxas de juros. Simplificando o raciocínio, um problema basilar foi a supervalorização da nova moeda, o real, que em julho de 94 estava na proporção de R\$ 0,83 para U\$ 1,00. Esta valorização artificial teve como consequência a diminuição das exportações e o incremento acentuado das importações. De um superávit comercial de cerca de U\$ 10 bilhões em 93, passamos a um déficit comercial de U\$ 5 bilhões em 98. Sem o superávit da balança comercial, passamos a não ter recursos para honrar os compromissos com as dívidas interna e externa. A alternativa do governo FHC foi incentivar a vinda do capital internacional, em boa parte especulativo, através da taxa de juros mais altos em todo mundo (chegou a 50% anuais). Porém, a alta dos juros teve dois efeitos paralelos: (i) inibiu a atividade econômica interna, levando a uma recessão

econômica, que agudizou a situação do desemprego, situação esta já muito grave em função do chamado “emprego estrutural”; (ii) incidiu violentamente sobre as dívidas interna e externa: a dívida interna em julho de 94 era cerca de U\$ 60 bilhões e havia saltado para mais de U\$ 300 bilhões em final de 98; a dívida externa estava no patamar de U\$ 120 bilhões em julho de 94 havia ultrapassado os U\$ 250 bilhões em fins de 98. O descontrole econômico evidenciado pelos números revelava um círculo vicioso que envolvia a dívida pública, os juros altos e o capital especulativo. (Pereira, 1998; Fiori, 1997; Tavares, 1998)

O governo FHC começava a ingressar, no início do segundo mandato, na rota de seus colegas Carlos Menem (Argentina) e Alberto Fujimori (Peru).

Com base na análise desenvolvida, a conclusão que se impõe é que o Brasil chega ao final do século sem perspectivas de erradicação de seus principais problema econômicos e sociais a curto prazo. A inserção do país no mercado mundial globalizado configura-se como inserção dependente. A substituição do modelo desenvolvimentista – o fim da “era Vargas”, segundo palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso –, está se dando de modo a manter “as características mais perversas e as fragilidades mais notórias do modelo que entrou em crise nos anos 80”, nas palavras de José Luis Fiori (1997, p. 97). O novo modelo mantém o mesmo padrão de financiamento anterior – o aporte de capitais externos – mas em condições mais instáveis.

Em resumo, pode-se dizer que sob o ponto de vista da dimensão econômica, as décadas de 1980 e 1990 são altamente negativas para a estabilidade democrática e a solidificação de atitudes democráticas. A década de 1980 ficou caracterizada como a “década perdida”, marcada pelas altas taxas de inflação, o aumento da dívida externa e a ausência de crescimento econômico. Os anos 1990 estão marcados pela aplicação de políticas neoliberais, as quais se por um lado resultaram no controle da inflação, por outro levaram a um agudo desequilíbrio das contas públicas, à recessão econômica, ao agravamento da incapacidade do Estado prestar serviços públicos de boa qualidade, e elevaram do desemprego aos seus mais altos níveis históricos.

A hegemonia neoliberal veio em prejuízo da formação de atitudes democráticas participativas. O neoliberalismo não é apenas uma proposta econômica. Ele contém uma dimensão cultural, que repõe os valores e orientações liberais de caráter individualista e economicista. Afirma explicitamente o predomínio dos valores do mercado - competência individual, concorrência, modernização econômica, produtividade -, e como tal não é compatível com o necessário equilíbrio que a democracia exige entre o individual e o social, o privado e o público.

3.3 Estado e Sociedade no Brasil

3.3.1 Aspectos históricos da relação entre Estado e sociedade

A trajetória histórica do Brasil é uma referência necessária para entender as dificuldades de constituição de uma cultura democrática no país e de consolidação de relações sociais próprias da cidadania. A partir do passado, podemos entender aspectos psicossociais peculiares ao modo de ser brasileiro, os quais se não são singulares considerados um a um, formam todavia um conjunto singular.

Entre os vários aspectos a serem analisados, inicio com a clássica observação de que no Brasil a formação do Estado precedeu a da sociedade civil. Diferente de países hoje desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Inglaterra, onde o amadurecimento da sociedade e da nação levou à formação do aparato estatal, regido por uma elite burguesa treinada na prática parlamentar, aqui o Estado constitui-se no espaço entre a transferência do Estado imperial português para o Brasil e a Independência do país, regido na maioria das vezes por uma elite oriunda da burocracia militar e civil. Isso levou à separação entre Estado e sociedade, e à preeminência excessiva daquele sobre esta. A preeminência do Estado não se deu apenas na esfera da economia, mas no conjunto da vida política do país. Desde o início, as elites oligárquicas controlaram o Estado e exerceram a dominação política à revelia da população. (Wolkmer, 1990, p. 47)

Esta ênfase no Estado se refletiu no pensamento político à direita e à esquerda, principalmente no que diz respeito à economia. O antiestatismo dos últimos anos, impulsionada pelo ideário neoliberal, está levando a uma reavaliação deste quadro. Mas, enquanto as mudanças econômicas continuarem vindo “do alto”, como ocorre atualmente, certamente a ênfase no papel do Estado continuará presente na cultura política nacional.

Um segundo ponto é a *ausência de uma continuidade democrática* no nível institucional. Na história brasileira deste século a democracia restringe-se a alguns intervalos em meio à sucessão de golpes de força e tentativas de golpe. Coerente com a Proclamação da República feita por um ato de força dos militares, tivemos a Revolução de 30, a tentativa de restauração das velhas oligarquias em 1932, a “intentona comunista” em 1935, a ditadura do Estado Novo de 1937 a 1945, o golpe que depõe Getúlio Vargas do poder em 1945, a tentativa de impedimento da posse de Getúlio Vargas em 1950, as tentativas de impedimento da posse de Juscelino Kubitschek em 1955 e o impedimento do vice Café Filho, a tentativa de impedimento da posse de João Goulart em 1961, o golpe de Estado de 1964, sem esquecer os atos de força que presidiram as sucessões presidenciais durante o regime militar pós-64. (Weffort, 1982, p. 40-41)

A ausência de uma normalidade democrática continuada no plano das instituições impediu a formação de uma “memória democrática”: a herança política que, intencionalmente ou não, os pais passaram aos filhos, os adultos aos jovens, careceu da memória de um repertório de eventos que mostrassem a potencialidade da democracia como forma de condução política do país. Ao contrário, os eventos mostraram via de regra a prevalência da força sobre o consenso e a negociação.

Várias características da política nacional foram associadas pela literatura a traços psicossociais do modo de ser brasileiro.

a) *Personalismo* – designa a conduta política orientada por um padrão pessoal e afetivo, centrado nos valores da personalidade.²⁹ O debate sobre este tema foi levantado por Sergio Buarque de Hollanda, em “Raízes do Brasil”. O brasileiro tem como um traço do seu caráter a cordialidade, associada a atitudes como a hospitalidade, generosidade e tendência à intimidade. Este último elemento choca-se com a impessoalidade própria do modelo de democracia liberal, e induz ao personalismo, ou seja, a centralização da relação política na pessoa, no indivíduo. (Hollanda, 1992) Relacionado ao personalismo está o fenômeno do *populismo*, enfatizado pelos estudos sobre o comportamento eleitoral como um dos fatores importantes de explicação do voto, principalmente no período democrático de 1945-64, sobressaindo-se as figuras de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Janio Quadros, Ademar de Barros e Carlos Lacerda.

O fenômeno do personalismo sobrevive ainda hoje, mas com outro matiz. Estudos recentes, como o de Flávio Silveira (1998), mostram que grande parte dos eleitores votam hoje em função do candidato, mas não se trata de uma identificação durável, em função de fidelidade, veneração e devoção pessoal. Hoje, as relações de identificação são pontuais e voláteis. A personalização da escolha eleitoral está vinculada a atributos simbólicos dos candidatos, o que, dentro de um contexto em que as campanhas eleitorais estão fortemente marcadas pela presença da mídia e do marketing político, possibilita que mesmo candidatos pouco conhecidos disputem as eleições com chances de vitória. (Silveira, 1997, p. 55)

b) *Patrimonialismo* - conceito de origem weberiana³⁰ e bastante difundido na literatura nacional, o patrimonialismo consiste em *gerir a coisa pública como se fosse privada, na não-distinção entre os recursos públicos e os particulares*.

²⁹ Para Adorno o personalismo ou a personalização como “designa a tendência a descrever processos sociais e econômicos objetivos, programas políticos, tensões internas e externas em relação a determinada pessoa, a quem se identifica com o problema de que se trata, em lugar de tomar-se o trabalho de realizar as operações intelectuais impessoais requeridas pelo caráter abstrato dos processos sociais.” (Adorno et al., 1965, p. 623)

³⁰ Max Weber situa o patrimonialismo entre as formas de dominação tradicional, em que o direito do senhor converte-se em direito próprio, apropriado por ele da mesma forma que um objeto qualquer. “Denominamos *patrimonial* toda dominação que, originariamente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal (...)”. (Weber, 1994, p. 152)

No Brasil, o patrimonialismo não está vinculado apenas à dominação tradicional, conforme a concepção de Weber. Se nos primeiros séculos o patrimonialismo estava vinculado aos senhores de terras e de escravos, e o Estado se apresentava caracteristicamente como um Estado patrimonialista, o hábito de usar o aparelho estatal para fins privados apenas mudou de forma com a ascensão da burguesia brasileira à condição de classe dominante economicamente.

Tal prática continua presente em nossos dias, havendo renovados registros jornalísticos de funcionários públicos que se valem de suas funções, parlamentares e executivos que usam em proveito próprio as suas prerrogativas, empresários e personalidades que se aproveitam de sua projeção para a consecução de finalidades pessoais. Para José Luis Fiori, no novo modelo econômico implantado por Fernando Henrique Cardoso, o que os empresários estão fazendo “é passar de uma teta para outra. O problema é que a primeira teta era desenvolvimentista e a segunda teta é patrimonialista. (...) De certa forma, a grande obra do presidente Cardoso, em síntese, será fazer com que nós voltemos da era do Estado desenvolvimentista para a era do Estado patrimonialista, que é o que tínhamos pré-Vargas.” (Fiori, 1997, p. 186)

Do ponto de vista da cultura e socialização política, a implicação mais contundente da prática patrimonialista é a legitimação a ela conferida pelos brasileiros. Segundo José de Souza Martins (1999), os limites entre a coisa pública e a coisa privada sempre foram obscuros no país, e os cidadãos incorporaram a troca de favores na sua concepção de moralidade. Esta concepção tem prejudicado seriamente o combate à corrupção, pois o favor político não é visto como algo imoral. O episódio do impeachment do ex-presidente Collor é, para Martins, um episódio emblemático das ambigüidades da população frente à não-distinção entre o público e privado e, talvez, o início de uma nova fase da vida política do país. Este é um processo certamente ainda inacabado, como demonstram várias pesquisas de opinião, onde se percebe que segmentos significativos dos entrevistados aceitam a idéia do nepotismo ou do favorecimento dos parentes e amigos no exercício de funções públicas. (Por exemplo, Silveira, 1998, p. 175)

c) *Clientelismo* – associado historicamente ao *coronelismo*, o clientelismo perpassa toda a história política do país, constituindo-se fundamentalmente numa relação de troca de favores entre agentes políticos, agentes econômicos e cidadãos.

O *coronelismo*, na análise clássica de Victor Nunes Leal, foi um sistema político historicamente datado, a Primeira República (1889-1930), caracterizado por uma rede de relações que vai do coronel ao presidente da República, envolvendo compromissos mútuos: “o *coronelismo* é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.” (Leal, 1997, p. 40) Isso não corresponde, pois, à imagem talvez mais comum que envolve o termo coronelismo - o do poderoso coronel que subjuga os trabalhadores e lhes impõe o “voto de cabresto” – até porque o coronelismo foi próprio de um período de decadência econômica dos coronéis. O que é próprio do coronelismo e o vincula ao clientelismo é exatamente o compromisso bilateral entre dois atores políticos. Segundo Murilo de Carvalho, o clientelismo é um tipo de relação que “envolve a concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”. (Carvalho, 1997, p. 233)

José de Souza Martins (1999) entende que o elemento econômico é o central na relação clientelista: troca-se favores políticos por benefícios econômicos. Antes de ser uma relação entre ricos e pobres, é uma relação entre os poderosos e os ricos, pois muito antes que os pobres pudessem votar, o Estado já estabelecia amplas relações de troca de favores com os senhores de terras e escravos. A modernização não alterou este quadro, segundo Martins, pois a modernização se deu no marco da tradição e da ordem. “A história da moderna burguesia brasileira é, desde o começo, uma história de transações com o Estado, de troca de favores.” (Martins, 1999, p. 30-1)

O clientelismo foi considerado o elemento central de explicação do comportamento eleitoral no Brasil até a década de 60, e nos anos 70 alguns estudos mostraram que o fenômeno estava associado também a estruturas partidárias, como o “chaguismo” no Rio de Janeiro. Para alguns autores, desde os anos 80 o voto clientelístico parece estar em declínio, embora seja difícil mensurar isso quantitativamente pois nas pesquisas de opinião tem-se notado uma resistência dos entrevistados reconhecerem ter votado em função de benefícios

personais. (Silveira, 1998; Carvalho, 1997) Para outros, uma grande parcela do eleitorado ainda se legitima o favor como moeda de troca eleitoral – o eleitorado tradicional –, enquanto outra parte – o eleitorado moderno – se orienta por valores que recusam o clientelismo. (Martins, 1999, p. 48-9).

d) *Autoritarismo*³¹ – definível como *degeneração da autoridade, através da imposição da obediência e da limitação do consenso*, o autoritarismo no Brasil tem sido vinculado pelos analistas à hipertrofia do Estado e debilidade da sociedade. Segundo Simon Schwartzman (1988), autoritarismo é um termo que denomina o padrão predominante na história brasileira: “o de um Estado hipertrofiado, burocratizado e ineficiente, ligado simbioticamente a uma sociedade debilitada, dependente e alienada.” (Schwartzman, 1988, p. 26) Dentro deste padrão geral, o mandonismo de senhores e governantes tem sido imposto muitas vezes à revelia da lei, atropelando tanto os direitos individuais como as instituições próprias ao Estado de Direito.

Mas, o autoritarismo também tem adquirido formas mais sutis. Ele está diluído nas próprias relações sociais. O termo *autoritarismo social* vem sendo utilizado por autores como Evelina Dagnino para designar nossa tradicional organização hierárquica e desigual, baseada em critérios de classe, raça e gênero. Sob as mais variadas formas vastos segmentos que incluem os pobres, as mulheres e os não-brancos vêm sendo vítimas de preconceitos, discriminações e violências seculares. O autoritarismo social consiste num sistema de classificações que estabelece diferentes tipos de pessoas, dispostos nos seus respectivos “lugares sociais”, os quais pervadem a casa e a rua, a sociedade e o Estado. A desigualdade econômica, a miséria e a fome são apenas os aspectos mais visíveis de um ordenamento social no qual prevalece a organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais. (Dagnino, 1994; Dagnino et al., 1998)

³¹ Theodor Adorno, em *A Personalidade Autoritária*, vê a *síndrome autoritária* como uma decorrência da resolução sadomasoquista do Complexo de Édipo. No caso do caráter autoritário, a conversão do ódio pelo pai em amor não acontece, derivando em sadomasoquismo: “parte da agressividade recém mencionada é absorvida e convertida em masoquismo, enquanto outra porção da mesma resta como sadismo, o qual busca descarregar-se sobre aqueles com quem o sujeito não se identifica”. O indivíduo autoritário demonstra uma fé

Roberto Da Matta (1980) demonstra que o uso da expressão “você sabe com quem está falando?” evidencia esse autoritarismo social diluído no nosso cotidiano. Para ele, a nossa sociedade semitradicional apresenta um entrecruzamento de dois códigos de conduta: um código regido pela legalidade e impessoalidade – o reino do “indivíduo”; outro código regido pela pessoalidade e intimidade – o reino da “pessoa”. Diferentemente da Índia, onde o sistema de castas exclui sistematicamente o indivíduo, e dos Estados Unidos, onde a pessoa não tem vez, no Brasil (assim como outras sociedades mediterrâneas e semitradicionais – Itália, Espanha, Portugal, Grécia, América Latina) os dois códigos atuam de forma conjunta e intercambiável. No nosso cotidiano, um sistema igualitário moderno e um sistema hierarquizante convivem e se entrelaçam. O “você sabe com quem está falando?” é um rito autoritário que significa a imposição de regras hierarquizantes sobre mecanismos universalizantes da economia e da legislação. que evidencia uma situação conflitiva, numa sociedade avessa ao reconhecimento do conflito e da discórdia. Segundo Da Matta, em nossa estrutura social “a hierarquia parece estar baseada na intimidade social” (Ibid., p. 148) Um outro componente desse conjunto é a figura do “medalhão” (ou “cobra”, “o homem”, “figura”...), existente em todos os grupos sociais e nas mais diferentes situações, e que se impõe sobre “as gatinhas”, o “zé-povinho”, a “massa”. Os medalhões são aqueles que não precisam ser apresentados, que devem ser atendidos por primeiro; eles estão livres das regras constrangedoras do sistema, colocados numa espécie de “Nirvana social”. Em sistemas igualitários também existem tais personagens, chamada de VIP (very important person), mas são raros, enquanto em sistemas hierarquizantes como o nosso são abundantes e forma uma espécie de esqueleto do universo social. (Ibid., p. 159)

Cabe perguntar se nos anos 90, com o avanço da “lógica de mercado” e a entronização das “razões de mercado” em lugar das “razões de Estado” (Fiori, 1997), tal situação não está se modificando. Afinal, desde Marx boa parte do pensamento ocidental moderno partilha da idéia de que o capitalismo tende a submeter todas as relações sociais à lógica do mercado, esvaziando as lógicas ligadas à tradição, à religião, etc. A tal interrogação pode-se responder que o Brasil dos anos 90 continua sendo uma “terra de

contrastes” e de contradições. Aqui convive a tecnologia de ponta com formas as mais rudimentares do fazer, enclaves modernos e competitivos com formas de produção tradicionais, Internet com analfabetismo, e assim por diante. Nesse ambiente, heterogêneo e desigual, assistimos nessa década um processo altamente acelerado de modernização e de inovações, mas sem a conquista de espaços mínimos de igualdade civil e social (Telles, 1994, p. 96) A globalização não reverteu, pelo contrário, agudizou os contrastes peculiares ao Brasil nos seus 500 anos.

Mas, há também sinais de avanços na perspectiva do impulso da cidadania e da cultura democrática, como veremos a seguir.

3.3.2 A sociedade civil

*Sociedade civil*³² é um dos conceitos mais prestigiados hoje nas ciências sociais na tentativa de dar conta da nova realidade política pós-Guerra Fria e pós-Muro de Berlim, devido à sua capacidade de articular uma série de fenômenos e expectativas sociais, como a questão do pluralismo, da participação não restrita às instituições típicas da democracia liberal (partidos, eleições...) e a autonomia de organizações e esferas diante do Estado. Nesse sentido, a sociedade civil vem se mostrando um caminho profícuo para discutir tanto os impasses das democracias liberais quanto as insuficiências das propostas socialistas.

Pensar o sistema político a partir da sociedade civil implica em valer-se de uma sensibilidade para as múltiplas redes de relações sociais que compõe um conjunto social, muito além da mera análise de questões vinculadas diretamente aos conflitos entre e dentro das instituições políticas ou das estatísticas sobre o desempenho econômico dos governos. Esse é o mérito de pesquisadores que procuram aliar aos dados quantitativos os elementos qualitativos contidos na prática social dos indivíduos e grupos.

³² Sociedade civil é um termo empregado neste trabalho na sua conotação hegeliana: é a esfera da vida ética interposta entre a família e o Estado, esfera do livre jogo das forças econômicas e dos interesses individuais ou grupais, mas também das organizações sociais que regulam a vida econômica.

Desse modo, se do ângulo do Estado o panorama neste final de século é bastante cinzento para a democracia, do ângulo da sociedade civil há inúmeros aspectos reveladores de um crescente senso de cidadania. Entre as questões “novas” da cidadania no Brasil há que destacar a atenção dada a alguns segmentos historicamente marginalizados na nossa vida social e política, como os idosos, as crianças e os adolescentes, bem como a temas novos, como a ética na política e a participação direta nas instituições políticas. A análise que segue atém-se a alguns dos aspectos mais salientes do panorama da sociedade civil no Brasil dos anos recentes.

3.3.2.1. Associativismo e sindicalismo

Um estudo do IBGE (1997b) relativo ao ano de 1996, fornece referências importantes sobre a participação dos brasileiros em atividades e organismos sociais e políticos. O *associativismo* é dividido naquele estudo em três tipos: sindical, de classe e comunitário. O índice total de filiação atinge 31% dos entrevistados, dos quais 53% estão filiados a sindicatos, 39% a órgãos comunitários e 8% a órgãos de classe. Este índice é semelhante ao de 1988, quando a filiação total atingia 29% dos entrevistados, com a diferença de que a filiação a órgãos comunitários superava a sindical.³³

No que diz respeito aos sindicatos de trabalhadores, embora a filiação tenha aumentado um pouco e tenham mantido um bom nível de credibilidade na opinião pública (freqüentemente seu índice de credibilidade nas sondagens é o segundo maior, atrás apenas da Igreja Católica), a década de 90 foi-lhes extremamente adversa. Com as profundas mudanças introduzidas no mundo do trabalho devido especialmente à modernização tecnológica, o sindicalismo perdeu força e ficou na defensiva. O desemprego crescente aumentou a debilidade dos setores menos organizados e criou sérias dificuldades para aqueles com maior poder de mobilização. As duas centrais sindicais mais representativas – Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical – não lograram unificar suas ações frente

³³ A *representação de interesses*, recebeu na pesquisa do IBGE a indicação de 38% dos entrevistados de que alguma das entidades ou instituições indicadas representa melhor os seus interesses, enquanto 62% não apontaram nenhuma. As mais indicadas foram: Igrejas e cultos – 29%; sindicatos – 26%, associações de bairro – 17%; políticos – 14%; presidente da República – 14%; associação profissional – 12% e juizes – 11%.

aos desafios colocados, principalmente o desemprego, e foram no geral colocadas na defensiva. Os sindicatos estiveram longe do papel de ponta que exerceram na arena política no final dos anos 70 e início dos anos 80, quando foram um dos principais atores no processo de redemocratização do país, mas estiveram presentes nos principais debates da agenda política da década e, apesar das dificuldades, continuam sendo um dos atores sociais relevantes do país.

3.3.2.2 Participação em atividades político-sociais

A pesquisa do IBGE supracitada (1997b) mostra que 18% dos entrevistados declararam ter alguma forma de participação político-social. As formas de participação referidas foram greves (14%), reuniões de grupos locais (22%), trabalho voluntário para associações (20%), manifestações de protesto (11%) e listas ou abaixo-assinados (61%).

A escolaridade aparece como fator que impulsiona a participação: “Com o aumento de estudos cresce gradativa e regularmente a proporção de pessoas que participa destas atividades. Comparando os extremos, o número de pessoas participativas é proporcionalmente três vezes maior entre aquelas com 11 e mais anos de estudo do que entre aquelas sem instrução ou com menos de quatro anos de estudo.” (IBGE, 1997b, p. L) Contudo, este crescimento não é gradativo e regular: a participação dos sem instrução é de 13%, de 4 a 7 anos é de 29%, de 8 a 10 anos é de 19% e de 11 anos ou mais de 40%. A participação em greves e manifestações de protesto é crescente com a escolaridade, mas, inversamente, a participação em reuniões de grupos locais é decrescente com a escolaridade.

A análise da participação política dos brasileiros nos anos recentes inclui a participação nos movimentos sociais, nos partidos e as mobilizações populares de massa, que serão vistas adiante. Ocupo-me aqui em expor o argumento sobre o significado da campanha do *impeachment* do presidente Collor de Melo, em 1992, no contexto da sociedade civil brasileira. Acompanho a avaliação de Ann Mische (1996 e 1997) de que a campanha do *impeachment* só é compreensível se considerarmos as mudanças estruturais e culturais da sociedade civil brasileira, e percebermos que o meio juvenil continua sensível

às questões da cidadania e da mudança social desde que adequadamente sensibilizado para tal. É evidente que aquela mobilização não foi espontânea, que a mídia jogou um papel decisivo e que várias forças do *establishment* se uniram aos manifestantes na derrubada de Collor. Todavia, alerta Mische (1997, p. 238), “se existiu manipulação (de vários lados), também houve uma experiência orgânica importante, indicativa de mudanças estruturais e culturais, tanto nas vidas e perspectivas dos jovens, quanto na organização social e política da sociedade brasileira”, lembrando que as manifestações estudantis pegaram a maioria dos brasileiros de surpresa, num momento em que estava em voga se falar do desinteresse e ceticismo da “geração shopping center”. A União Nacional dos Estudantes (UNE) soube à época apresentar-se como porta-voz da nova mentalidade dos jovens, valendo-se não da linguagem tradicional da esquerda e sim da linguagem mais universalizante e ambígua da “cidadania”. Durante as manifestações, novos interlocutores surgiram com capacidade para renovar tanto os vínculos dentro do movimento estudantil e da esquerda, quanto os laços mais amplos com outros setores juvenis, este o caso do então presidente da UNE, Lindberg Farias. As novas lideranças, a UNE e os partidos souberam aproveitar e canalizar a conjuntura emergente, mas ao mesmo tempo foram usados por forças distintas, como a grande imprensa e políticos de diferentes orientações ideológicas.

A participação em atividades e instituições de caráter social e político no Brasil nos últimos anos não foge, no principal, do perfil traçado pelos estudos internacionais das últimas décadas: o desejo de participação política é próprio de uma minoria, sendo a desinformação e o desinteresse característica das maiorias. Contudo, como diz Wanderley Guilherme dos Santos (1987, p. 49), o interesse das maiorias é mobilizável eventualmente em torno de questões que afetam e sensibilizam profundamente o conjunto da população, ocasião em que podem ocorrer mobilizações de massa se houver a convergência de uma série de fatores.

3.3.2.3 Movimentos Sociais

O Brasil redemocratizado é, sem dúvida, um país com uma sociedade civil bastante ativa. Dia-a-dia surgem novas iniciativas de organização social em torno de questões as mais diversas. Algumas dessas iniciativas adquirem fôlego e se expandem, outras têm existência fugaz, mas todas de algum modo exercem influência nas relações sociais e de poder em seus ambientes. Por isso, são indispensáveis para entender o panorama político e a cultura política de nossos dias.

No caso dos movimentos sociais, as décadas de 80 e 90 se caracterizaram pelo fortalecimento de alguns movimentos surgidos em décadas anteriores, o declínio de outros e o surgimento de novos movimentos.³⁴ Entre os principais movimentos sociais dos anos 90 há que citar: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o movimento sindical, as associações de moradores, o movimento estudantil, o movimento ecológico, o de direitos humanos, as comunidades eclesiais de base, o movimento feminista, de homossexuais, de negros, de meninos e meninas de rua. Numericamente falando, alguns desses movimentos são de massa (por ex., o MST), outros são mais restritos (por ex., o movimento ecológico), mas este aspecto nem sempre retrata a sua capacidade de influenciar politicamente. O movimento ecológico (um termo genérico que abrange uma multiplicidade de organizações), por exemplo, apesar de ser numericamente menos expressivo tem uma grande presença na mídia brasileira, e assim tem um peso político expressivo.

³⁴ Ruth Cardoso mostra que a trajetória da interpretação dos movimentos sociais no Brasil têm duas fases. Nos anos 70, houve a “emergência heróica dos movimentos”, onde se enfatizou o espontaneísmo dos movimentos, seu potencial de ruptura política e a mudança que provocavam na cultura política. O discurso dos intelectuais, no geral, era bastante engajado e pouco crítico. A partir dos anos 80, com o pluripartidarismo e a abertura das agências públicas há uma “institucionalização dos movimentos”. Este novo momento modifica o perfil dos movimentos, mas sobretudo a imagem que os intelectuais fazem deles. (Cardoso, 1994)

Além dos movimentos sociais com permanência temporal e abrangência espacial, os anos 90 abrigam também um extenso rol de iniciativas mais localizadas no tempo e/ou no espaço, que mobilizam prioritariamente o trabalho voluntário dos cidadãos. O conjunto das organizações não-governamentais e entidades não-lucrativas é denominado de *Terceiro Setor*, que apresenta estimativas bastante elevadas: há cerca de 220 mil organizações no país, onde trabalham em torno de 1,5 milhão de profissionais, cujas ações movimentam em torno de 1 bilhão de dólares anuais.³⁵ Algumas iniciativas atingiram bastante notoriedade, como a “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida” e o “Viva Rio”. Outras são de expressão e divulgação mais restritas. O leque das iniciativas é variado: das entidades de benemerência como Lions e Rotary a entidades de intermediação de trabalho voluntário, do aprendizado profissional de menores carentes à prevenção de doenças, para citar alguns exemplos.

O trabalho voluntário está em expansão no Brasil. Segundo pesquisa do Lions Clubs Internacional de março/abril de 1998 (Moraes, 1998), o tempo dedicado ao voluntariado cresce no país: 82% dos entrevistados responderam que dedicam mais tempo ao trabalho voluntário do que há cinco anos, contra 17% que estão dedicando menos tempo. Num ranking de sete países – Brasil, China, França, Alemanha, Índia, Japão e Estados Unidos – o Brasil (com 26%) só fica atrás dos Estados Unidos (50%) e da Índia (32%) no índice de adultos que trabalham como voluntários.

Os movimentos sociais e Terceiro Setor crescem paralelamente à crise do Estado, buscando efetivar direitos e suprir carências deixadas pela ausência da máquina estatal. Mas eles também são indicativos de um novo senso de cidadania. Sua importância para o processo de socialização política está tanto na difusão de novos enfoques sobre aquilo que lhes é específico (reforma agrária, questão da mulher, da ecologia...), mas também elementos de uma nova cultura política. Mainwaring e Viola (1984), analisando os movimentos sociais no Brasil e na Argentina, defendem que entre os valores políticos difundidos estão a ênfase na democracia, as práticas participativas, a rejeição do elitismo e

³⁵ Jornal Zero Hora, Caderno de Economia, 19.09.1999, p. 4-6.

das relações hierárquicas, a solidariedade e cooperação, a valorização da realidade e comunidade local, a ênfase nos direitos humanos e na afetividade e a rejeição do machismo.

A avaliação de que os movimentos sociais exercem uma influência significativa na vida política brasileira não é compartilhada por todos os estudiosos. Wanderley Guilherme dos Santos (1993, cap. 3), por exemplo, avalia que tais movimentos não passam de “movimentos de superfície”, que não incidem sobre as grandes maiorias que estão fora da vida política organizada e são insuficientes para quebrar a dinâmica social vigente. A ele podemos contrapor a avaliação mais otimista de Vera Telles (1994, p. 100): os movimentos sociais são experiências de registros de uma sociedade civil emergente, e, diz a autora, “por maiores que sejam suas ambivalências e contradições, limites e fraquezas, essas experiências permitem – e isso não é pouco – o pensamento e a imaginação políticas, pelos horizontes que descortinam para a invenção histórica”.

Nesse sentido, é pertinente a avaliação de que as orientações políticas democráticas presentes na cultura política brasileira atual podem ser parcialmente atribuídas aos movimentos sociais e organizações do Terceiro Setor, além de outros agentes, como os partidos políticos progressistas, personalidades (artistas, intelectuais...), uma parcela da mídia, uma parcela do sistema escolar.

3.3.2.4 A mídia

No contexto da “videopolítica” dos anos 1990, a televisão é um ator político fundamental. É a única que tem abrangência nacional, abrangência maior que a do rádio e muito maior que a dos jornais e revistas. Temos hoje cerca de quarenta milhões de domicílios com televisão, o que a torna um meio de comunicação com alto poder de incidência na formação da opinião pública, ainda mais considerando o nosso elevado índice de analfabetismo. Se nos anos 50/60, apenas os ricos acompanhavam a televisão, hoje estes preferem ou se valem bastante da mídia impressa, enquanto os mais pobres e menos instruídos tem na televisão o seu grande meio de informação e lazer. Pesquisas indicam que

as crianças brasileiras assistem, em média, cerca de três horas diárias de televisão, o que é próximo do tempo que passam na escola. (Marks, 1999, p. 16)

A televisão foi instalada no fim da década de 50, mas sua expansão aconteceu com os militares nos anos 70, sendo parte da estratégia de propaganda do regime. Segundo Carlos Fico (1997), esta estratégia se baseava na convicção de que a “massa” dos cidadãos brasileiros era carente, despreparada para votar e deseducada. Tratava-se de educar a massa, para alcançar o objetivo civilizador de construir e transformar o Brasil. Uma das principais características dessa propaganda foi a sua aparente despolitização. Não foi uma propaganda doutrinária, com mensagens políticas diretas. Ela valeu-se de uma linguagem alegórica, que apelou aos sentimentos nobres da cultura nacional. Uma das linhas mestras que percorreu toda a propaganda dos militares foi o otimismo, a atitude positiva diante da realidade nacional, a convicção de que os problemas poderiam ter uma solução satisfatória em função de algumas características adotadas pelo regime. Para tal, foi reiventado, foi resignificado o otimismo, cuja larga tradição se contrapõe a uma tradição de pessimismo que vêm desde os anos 1.600. A propaganda dos anos 1970 foi, segundo Fico, o primeiro intento, bem sucedido, de uso da televisão como instrumento de ação política e teve resultados importantes para a legitimação da ditadura em largos setores da sociedade brasileira.

Nas últimas décadas, um dos principais problemas da televisão brasileira é o controle das concessões por parte de alguns poucos grupos. A concessão de canais de televisão até a Constituição de 1988 foi prerrogativa do Presidente da República, e não só os presidentes militares, mas também o presidente Sarney (1983-1989) fez farta distribuição de concessões a grupos, boa parte deles chefiados por políticos de sua base de apoio. Um levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) apontou em 1994 que no Congresso nada menos de 76 parlamentares eram empresários da comunicação, alguns deles concessionários de várias emissoras. (Lisboa, 1994) A rádio e TV brasileira estão concentradas nas mãos de 9 grupos e famílias.³⁶ O poder do Congresso previsto na Constituição de 1988, de decidir sobre a concessão e renovação de concessões, não tem alterado esse quadro.

O aparato midiático constitui-se ele mesmo em força política, com interesses próprios e uma relativa autonomia, mas sem que isso nas faça esquecer os vínculos com os agentes políticos (vários deles concessionários de TV e rádio, como já foi destacado) e as forças econômicas.

A mídia e a TV são atores políticos decisivos mas não são onipotentes. Um exemplo concreto da década de 80 foi a reação do público à omissão e distorção da Rede Globo em relação ao *Diretas Já*. Repórteres da emissora chegaram a ser agredidos na rua, e, em consequência, a Globo teve que reconhecer a magnitude das manifestações populares e acabou por dar ampla divulgação ao movimento de redemocratização institucional. Outros exemplos, na arena eleitoral, apontados por analistas políticos são as vitórias de candidatos que não contavam com a simpatia dos principais grupos de comunicação, como é o caso de Leonel Brizola (governo do Rio de Janeiro, em 1982) e Olívio Dutra (governo do Rio Grande do Sul, em 1998).

A mídia transformou o discurso político. O discurso socialmente eficaz hoje é aquele que penetra na mídia, o que obriga os próprios agentes políticos a elaborarem-no

³⁶ Conforme Lisboa (1994), os grandes grupos e famílias concessionários de rádio e TV são: a família Marinho (Rede Globo), a família Sirotsky (RBS), a família Câmara (Grupo Câmara), a família Jereissati (Grupos Verdes Mares), a família Bloch (Grupo Manchete), a família Saad (Rede Bandeirantes), a família Zahran (Grupo Zaharan), a família Daou (TV do Amazonas) e os Condomínios Associados. O Grupo Manchete, hoje Rede TV, já não pertence à família Bloch.

nessa perspectiva. A imprensa, enfatiza Celi Pinto (1995), reescreve os discursos enunciados e emite o seu próprio discurso, através de editoriais, artigos e entrevistas. A imprensa se apresenta como apartidária e isenta, colocando-se como representante da sociedade. Nessa linha, a mídia brasileira apresentou ao país algumas das principais denúncias sobre a corrupção no governo, que agitaram a vida política na primeira metade dos anos 1990 (o impeachment de Collor de Melo e a CPI da corrupção no Congresso).

Enfocando mais diretamente a questão do impacto da mídia sobre a socialização política dos jovens brasileiros dos anos 90, há que ressaltar ao menos quatro pontos.

O primeiro é *que a política partidária e institucional é tratada predominantemente de modo negativo*. Os noticiários têm trazido abundantes denúncias sobre atos de corrupção e desvio das funções públicas, envolvendo principalmente parlamentares. O auge de tais denúncias foi no período do *impeachment* de Collor de Melo e da CPI do Congresso. Já as notícias sobre atos meritórios dos agentes políticos ou merecem menor espaço ou não são noticiados. Aqui parece prevalecer a lógica de que denúncias vendem mais do que elogios. Dentro desse item se situa também a transmissão de mensagens subliminares negativas em relação à atividade política de um modo geral, que perpassa desde aparentemente inofensivos filmes e telenovelas, a noticiários “objetivos” e artigos “científicos”.

O segundo aspecto é o *destaque dado pela mídia à luta individual pelos direitos* (particularmente dos direitos do consumidor) e a novas formas de participação dos cidadãos na vida social e política (assistência social, ecologia, busca de alternativas de renda, etc). Por certo tal ênfase se reveste de ambigüidade, na medida em que pode ser vista como componente do ideário neoliberal de deslegitimação do Estado e da consolidação de um viés liberal de comportamento social, mas ela também contém um estímulo à participação e ao senso de cidadania.

O terceiro aspecto é o *papel efetivamente ideológico* que o conjunto da mídia desempenhou na década atual. Na linha da avaliação de José Luis Fiori, a mídia é uma peça fundamental do esforço do governo de promover uma imagem do país que nos dê credibilidade perante os investidores nacionais. A deslegitimação da oposição vem em consequência disso. Para Fiori, “a mídia usa hoje, invariavelmente, uma linguagem eufórica

e esconde os fatos menos auspiciosos do ponto de vista dos investidores externos. E os próprios institutos de pesquisa, destinados a produzir e difundir os dados reais sobre a conjuntura, deixam de ser informantes confiáveis para participar deste esforço coletivo de maquiagem nacional”. (Fiori, 1997, p. 73) Essa foi a tônica do período que vai até as eleições presidenciais de 1998. A crise do final de 98 e início de 99 obrigou a uma revisão dessa postura.

Um último aspecto é a *relação da mídia com as agremiações partidárias*. Simplificando, podemos dizer que os meios de comunicação (que agem de certo modo como um partido) não tem partido, ou melhor, não tem um partido definido. Mas, via de regra, “no atacado” (questões nacionais, principalmente a defesa das reformas estruturais) tem havido uma sintonia entre a mídia e os partidos à direita do espectro político, e uma relação tensa com os partidos de esquerda. Mas, “no varejo” (questões locais e pontuais) a grande mídia age como força autônoma, tendendo a usar um discurso homogeneizador que subsume a diversidade dos agentes e forças sob rótulos universalizantes como “os políticos” ou “os partidos políticos”.

As implicações da relação entre mídia e política para o processo de socialização dos jovens é ambígua no que toca à consolidação de uma cultura política democrática e participativa. A mídia tem favorecido a desconfiança frente às instituições e agentes políticos, reforça por vezes a ineficácia política do cidadão comum ao “naturalizar” os acontecimentos políticos e dá motivos para a apatia ou o descompromisso em relação à vida política institucional. Por outro lado, ela tem estimulado (de um modo peculiar) a defesa dos direitos individuais, a luta por determinadas causas sociais (por exemplo, a ecologia) e a inserção em organizações da sociedade civil.

3.3.3 O Estado

O Estado brasileiro passa por uma série de transformações, cujo núcleo está na nova concepção hegemônica na elite política brasileira. Em vez do modelo desenvolvimentista e empreendedor na área econômica que predominou até a década de 80 (assemelhado, em vários aspectos, ao paradigma social-democrata ou keynesiano do Estado de bem estar), nos anos 90 a concepção das elites políticas e econômicas se pautou pelo referencial neoliberal - um Estado (teoricamente) com pouca ou nenhuma intervenção econômica, menos assistencial e mais descentralizado.

A descentralização ocorreu em diversos aspectos, como a municipalização de serviços (saúde, educação), mas muito mais no repasse de encargos às esferas municipais do que de recursos. Aliás, diversos mecanismos de concentração de recursos foram criados pelo governo federal paralelamente ao repasse de encargos.

As quebras de monopólios estatais e privatizações de empresas em áreas como petróleo, energia elétrica, siderurgia e telefonia, reduziram efetivamente o peso do Estado na economia, mas não tiraram do Estado o seu papel histórico de iniciativa no campo econômico: as grandes transformações do cenário econômico da década de 90 continuaram capitaneadas pelo Estado.³⁷ (Fiori, 1997)

Quanto à dimensão assistencial, o Estado brasileiro continuou e agravou sua trajetória de incapacidade de atendimento das necessidades básicas do conjunto da população. As demandas sociais são imensas, e apesar do Estado recolher em impostos e taxas cerca de 30% do PIB, a prestação de serviços aos cidadãos permaneceu indiscutivelmente precária, o que acabou por fortalecer o discurso privatizante. O descompasso entre a crescente demanda e a oferta precária de serviços vem sendo apontada pelos estudiosos como uma das grandes ameaças à estabilidade democrática das novas democracias. Sob este ângulo, a democracia brasileira corre um perigo eminente, ainda

³⁷ Uma das contradições mais evidentes entre o discurso de tom neoliberal e a ação governamental na esfera econômica foi a chamada “guerra fiscal”: grandes somas de dinheiro público foram investidas por diversos estados da federação para garantir a instalação de empreendimentos multinacionais e nacionais em suas regiões.

mais considerando o quadro de recessão econômica e de desemprego crescente do final da década.

Parte do desgaste dos agentes e das instituições políticas na opinião pública é explicável pelo descompasso entre demanda e oferta de serviços pelo Estado, aliado às freqüentes denúncias de corrupção e malversação do dinheiro público, além do histórico distanciamento dos cidadãos brasileiros face aos negócios públicos. As sondagens de opinião têm evidenciado que os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), nos diferentes âmbitos (federal, estadual e municipal) contam com baixos índices de confiança, estando via de regra o legislativo em posição mais delicada.³⁸ Os agentes políticos (governantes, parlamentares, líderes partidários), por seu turno, aparecem invariavelmente entre os personagens sociais de menor confiabilidade entre os diferentes segmentos da população.

³⁸ O estudo de Mercedes Cánepa (1998) intitulado “Os gaúchos e o Legislativo” aponta que o Poder Judiciário contava em 1992 com um grau de aprovação três vezes superior ao do Legislativo e Executivo estaduais, mas o maior índice de aprovação era do Executivo municipal (Porto Alegre). Há outros exemplos de altos índices de aprovação do Executivo, mas raros casos de prestígio do Legislativo.

Das características negativas atribuídas maciçamente aos governantes e políticos, sobressai-se a *corrupção*. Em que pese a legitimação que uma boa parcela dos cidadãos ainda confere à troca de favores, cresceu nas últimas duas décadas a ira dos cidadãos contra o uso do dinheiro público em benefício particular. Motivos não faltaram. A lista de escândalos recentes de corrupção é longa. Algumas das principais denúncias levantadas ou divulgadas pela imprensa: compra de votos na votação da emenda constitucional para a reeleição presidencial em 1997, a CPI dos Títulos Públicos de vários estados e municípios em 1996, o caso SIVAM em 1995, a apreensão dos livros-caixa do bicheiro Castor de Andrade e a revelação da rede de subornos do “jogo do bicho” no estado do Rio de Janeiro em 1994, a descoberta do esquema dos anões do Orçamento em 1993. Tudo isso depois do escândalo-mor, o *Collorgate*, em 1992, que resultou no *impeachment* do ex-presidente Collor de Melo Estes escândalos não revelam apenas os fatos em si, mas uma crescente sensibilização da população sobre a corrupção³⁹. Todavia, a não-punição dos denunciados na grande maioria dos casos, tem elevado a indignação popular e o descrédito das instituições. Há uma percepção generalizada de que a corrupção pervade toda a atividade política e que os culpados não são punidos.

A percepção da amplitude da corrupção está expressa no *Índice de Percepção de Corrupção* da *Transparency International* (Transparência Internacional), uma organização não-governamental que realiza levantamentos anuais sobre o fenômeno da corrupção. O índice é construído a partir de várias enquetes, em que são ouvidos empresários, analistas de risco e o público em geral, acerca da percepção de corrupção em seu país. A escala vai de 0 (altamente corrupto) a 10 (altamente limpo). Em 1999, o índice cobriu 99 países dos diversos continentes, ficando em primeiro lugar a Dinamarca (escore 10,0) e em último Camarões (escore 1,5). A Tabela 4 mostra a posição do Brasil e o índice obtido em diversos anos.

TABELA 4: Índice de Percepção de Corrupção – Brasil

Anos	1999	1998	1997	1996	1995	1988-92	1980-85
Lugar no ranking	45°	46°	36°	40°	37°	-	-
Escore	4,1	4,0	3,56	2,96	2,7	3,51	4,67

Fonte: *Transparency International*

(www.transparency.org)

Os anos 90 trouxeram também inovações no campo da administração pública, que possibilitam aventar desdobramentos importantes no futuro próximo do Estado brasileiro. Entre as mais promissoras estão as iniciativas de participação direta da população na política institucional, conhecidas hoje principalmente sob a forma de “orçamento participativo”, mas que incluem variadas formas de participação através de conselhos e comissões em diferentes esferas do poder público. As experiências de orçamento participativo – elaboração do orçamento público com participação direta da população – já datam de duas décadas. No final dos anos 70 mereceu destaque a experiência de Lages (Santa Catarina); nos anos 80, a de Pelotas (Rio Grande do Sul), Governador Valadares, Uberlândia e Juiz de Fora (Minas Gerais). Nos anos 90, o grande destaque é a experiência de Porto Alegre (Rio Grande do Sul)⁴⁰, mas há uma multiplicidade de iniciativas em diferentes pontos do país, principalmente em governos de partidos de esquerda.

As experiências de participação direta na administração pública são seguramente um estímulo ao fortalecimento da cultura democrática, na medida em que viabilizam a transparência, possibilitam uma compreensão dos limites e potencialidades da ação governamental, fortalecem o senso de eficácia política, entre outros elementos democratizantes. A proliferação de tais experiências pelo país na atual década pode, portanto, ser apontado como um fator de consolidação democrática. Todavia, há que evitar

³⁹ B. Speck. Corrupção e sensibilidade pública nas democracias latino-americanas. (www.transparencia.org.br)

⁴⁰ Entre outras publicações sobre a experiência da capital gaúcha, pode-se conferir “Orçamento Participativo – a experiência de Porto Alegre”, de Tarso Genro e Ubiratan de Souza.

vê-las como panacéia para todas as insuficiências dos regimes democráticos. Como anota Sérgio Franco (1997, p. 132), o Estado tem um poder limitado para impulsionar formas de convivência democráticas, as quais “só podem ser gestadas no âmbito dos processos comunicativos presentes nos diferentes níveis da vida social e que perpassam e conformam a esfera pública em suas variadas dimensões. Os esforços – necessários e desejados! – de ‘tradução’ político-institucional de padrões político-culturais emergentes não podem, por isso, deixar de observar o processo autônomo e socialmente difuso de constituição desses padrões”. Uma sociedade civil ativa e uma cultura democrática não podem ser criações do Estado, e sim resultado de iniciativas de múltiplos atores e grupos sociais.

3.3.4 Partidos políticos

A *filiação a partidos* em 1988 era de 3,77% entre os cidadãos de 18 anos ou mais, e não mudou na última década, segundo o IBGE (1997b). Para o ano de 1996, os dados eram de um índice de filiação de 3% do total de eleitores de 18 anos ou mais. A filiação a partidos aumenta, de modo não-regular, com a escolaridade: do total, 13% estão na faixa dos sem instrução e até 4 anos de estudo, 29% de 4 a 7 anos de instrução, 19% entre os de 8 a 10 anos de escolaridade e 39% entre os que possuem 11 anos ou mais de estudo. Quanto à condição econômica dos filiados, 77% pertence à população economicamente ativa e 23% estão entre os que não têm carteira assinada. Os homens são maioria entre os filiados: alcançam 61% do total, contra 39% de mulheres.

Este índice tão diminuto de filiação é manifestação das dificuldades de ação dos atuais partidos políticos brasileiros. Surgidos a partir do fim do bipartidarismo imposto pelos militares no início dos anos 80, a maior parte dos partidos é inconsistente ideologicamente, orienta-se pelas determinações de líderes centralizadores, têm pequena participação dos filiados na definição das linhas de ação política e carece de uma comunicação eficaz com o conjunto da sociedade. Nas sondagens de opinião os partidos soem aparecer com baixos índices de credibilidade, e 40% a 60% dos eleitores costumam declarar não ter nenhuma preferência partidária ou rejeitar todos. (Almeida, 1996, p. 60;

Schmidt, 1996, p. 88) O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) têm obtido, via de regra, os maiores índices de apoio nas pesquisas de opinião de âmbito nacional dos últimos anos.

Sem pretensão de detalhar o panorama partidário do país, com seus mais de 30 partidos inscritos na Justiça Eleitoral, pode-se agrupar os partidos mais influentes nacionalmente em dois grandes blocos. *À direita* do espectro ideológico situam-se o PFL (Partido da Frente Liberal), o PPB (Partido Progressista Brasileiro) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Mais *ao centro*, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira). Todos esses partidos estiveram e estão na base de apoio dos governos federais dos anos 90 (Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso). *À esquerda* do espectro político estão o PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista), o PSB (Partido Socialista Brasileiro), o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o PPS (Partido Popular Socialista). Tais agremiações sustentaram as candidaturas de oposição nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 (Lula, Brizola, Ciro Gomes), alcançando votações inéditas na história da esquerda brasileira.

No conjunto dos partidos, o PT têm sido citado por diversos autores (Castañeda, 1994; Silveira, 1998; Meneguello, 1994) como aquele que melhor preenche os requisitos de identidade ideológica, organização interna e fidelidade dos filiados e simpatizantes. Seria o melhor exemplo de uma esquerda renovada e afinada com os desafios dos tempos pós-Muro de Berlim e da globalização. Daí, seu potencial de hegemonizar cada vez mais o campo da esquerda, o que efetivamente aconteceu dos anos 80 até agora. O mérito do PT foi constituir um pólo de resistência ao neoliberalismo e apresentar um projeto alternativo ao bloco neoliberal.

É importante registrar que na década de 1990 foi garantida plenamente a liberdade de organização partidária, sem discriminação ideológica. Os partidos de esquerda tiveram ampla liberdade de ação, situação rara em nosso país num século em que os partidos comunistas e os grupos de esquerda foram em muitos momentos proscritos e perseguidos. O pluralismo partidário estimula o debate de idéias, força o convívio entre posições conflituosas ideologicamente e obriga ao exercício constante da tolerância em relação às

diferenças. Nesse sentido, é um elemento importante em si mesmo para desenvolver o senso democrático dos cidadãos.

3.4 Acontecimentos políticos relevantes

A socialização política é um processo permanente, e os acontecimentos relevantes têm a capacidade de consolidar atitudes anteriores ou de alterá-las, às vezes substancialmente. Vejamos alguns dos eventos políticos relevantes, principalmente do âmbito nacional, relativos ao período juvenil dos jovens de 15 a 24 anos (nascidos entre 1975 e 1984).

(i) *O Movimento Diretas Já (1984)*. Considerada a maior mobilização popular da história política do país, ocorreu no contexto do esgotamento do “milagre” econômico, de pressões crescentes de setores sociais, especialmente o sindicalismo, de reclamos crescentes nos meios políticos pela normalização institucional, de uma opção pela “abertura lenta, gradual e segura” adotada pelos militares a partir do governo do general Ernesto Geisel. Os partidos e lideranças de oposição conclamaram o povo às ruas, e, apesar da tentativa inicial da grande mídia desconhecê-las, as manifestações de massa tomaram as ruas das grandes cidades do país, e apressaram a normalização democrática institucional.

(ii) *A eleição indireta de Tancredo Neves*. Um acordo entre as principais lideranças da situação e da oposição adiou as eleições diretas, e a escolha do novo presidente foi definida no Colégio Eleitoral. Foi eleito Tancredo Neves, político considerado moderado do MDB, cujo vice foi José Sarney, dissidente de última hora da ARENA. Com a morte de Tancredo Neves mesmo antes de assumir, José Sarney foi alçado ao posto de presidente, e tornou-se um emblema da transição democrática sem ruptura com o antigo regime, diferente da transição de países vizinhos. Assim como ele, figuras proeminentes do regime militar continuaram em evidência na nova democracia.

(iii) *A nova Constituição (1988)*. A normalização institucional começou a ser alcançada com o processo constituinte de 1987-1988. A nova Constituição removeu os resquícios

autoritários, consagrou a igualdade de direitos entre todos os cidadãos e criou diversos novos direitos sociais. Estendeu o voto (facultativo) aos jovens de 16 e 17 anos e aos analfabetos. Do ponto de vista econômico, assegurou proteção à empresa nacional e manteve os monopólios das empresas estatais considerados estratégicos.

(iv) *A queda do Muro de Berlim (1989)*. Acontecimento que simbolizou o fracasso do sistema político soviético e do “socialismo real”. Provocou reações em todo mundo, deslegitimando o ideário clássico da esquerda (articulado em torno das idéias de estatização dos meios de produção e do planejamento estatal da economia), e incrementou as condições para a hegemonia do discurso neoliberal. No Brasil, teve repercussões imensas, dificultando a ação das forças progressistas e dos partidos de esquerda, os quais optaram posteriormente por um discurso menos ideológico e mais pragmático.

(v) *A eleição presidencial de 1989*. Com grande envolvimento popular, para o que contribuiu a sua “novidade” (a primeira depois de 1960), e marcada por debates acentuadamente ideológicos, a eleição teve como desfecho a apertada vitória do ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo (PRN), que disputou o segundo turno contra Luis Inácio Lula da Silva (PT). Um dos aspectos surpreendentes foram os partidos dos candidatos: uma sigla recém criada (PRN) e um partido pequeno (PT), o que evidenciou o peso do personalismo na definição do voto. A vitória de Collor de Melo marcou a ascensão do neoliberalismo ao poder.

(vi) *O impeachment do presidente Collor de Melo*. Em 1992, as sucessivas denúncias de corrupção e malversação do dinheiro público, feitas pela imprensa e lideranças da oposição, envolvendo o presidente Collor de Melo e seus assessores diretos culminaram em grandes manifestações de rua nas principais cidades do país. A grande mídia, diferente do que havia acontecido com o *Diretas Já*, registrou e emprestou seu apoio às manifestações. Grande parte dos manifestantes eram estudantes, sob o comando da União Nacional dos Estudantes (UNE), que viveu seu maior momento desde o início dos anos 70. Abandonado pelas elites econômicas e políticas, Collor foi deposto do cargo presidencial a partir do *impeachment* aprovado pela grande maioria dos parlamentares do Congresso Nacional. Foi o primeiro *impeachment* de um presidente brasileiro.

(vii) *A CPI do Congresso*. De outubro de 1993 a janeiro de 1994 um terremoto político sacudiu o Congresso Nacional. A denúncia de um ex-assessor do Congresso sobre a distribuição de propinas a parlamentares por parte de empreiteiras em troca da inclusão de obras no Orçamento da União e a liberação de verbas para entidades “fantasmas” levou à investigação de 43 deputados, dos quais 18 foram incriminados, 4 renunciaram para evitar a cassação e 5 foram cassados (entre eles o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro). A consequência mais direta da CPI foi colocar no ostracismo a quase totalidade dos deputados cassados e dos que renunciaram. Outra consequência foi que a CPI, somada ao *impeachment* do ex-presidente Collor, motivou um debate nacional sobre o tema da ética na política.

(viii) *As eleições parlamentares de 1990, 1994 e 1998*. Transcorreram nas condições de normalidade democrática preconizadas pela Constituição de 1988. Um dos pontos polêmicos continuou sendo o critério de representação desigual entre os estados, que permite aos estados pequenos uma representação proporcionalmente superior aos grandes estados. O perfil do Congresso é considerado “conservador” nos três pleitos, sendo as maiores bancadas do PMDB, PFL e PSDB, base de apoio dos governos.

(ix) *As eleições municipais de 1992 e 1996*. Em contraste com a tendência das eleições presidenciais, as eleições municipais mostraram a solidez das máquinas eleitorais de partidos tradicionais como o PMDB, PFL e PPB nas eleições de âmbito local, elegendo a maior parte dos prefeitos e vereadores do país.

(x) *As eleições presidenciais de 1994 e 1998*. Foram marcadas pelo Plano Real, deflagrado em julho de 1994. Fernando Henrique Cardoso, ex-ministro da fazenda do governo Itamar Franco, colheu os dividendos trazidos pelo Plano, cujo principal mérito foi o controle da inflação e conseguiu decidir o pleito em ambos os casos no primeiro turno. Luis Inácio Lula da Silva (PT) foi o principal candidato de oposição, representando os partidos de esquerda, tendo como seu vice em 1998 o histórico líder trabalhista Leonel Brizola (PDT). Apesar de ser derrotado em três ocasiões, Lula conseguiu a façanha de um crescimento contínuo nas votações do primeiro turno: em 1989 alcançou cerca de 16% dos votos, em 1994, 24% e em 1998, 32% dos votos.

Os acontecimentos assinalados tiveram sobre cidadãos em geral e os jovens em particular repercussões ambíguas quanto à formação de atitudes democráticas. Entre os acontecimentos favoráveis ao fortalecimento de atitudes democráticas e de participação política pode-se citar o Movimento *Diretas Já*; a Constituição de 1988, elaborada com razoável participação popular e afirmadora de novos direitos; o transcurso normal das eleições presidenciais, parlamentares e municipais desde 1989; o movimento pelo *impeachment* do ex-presidente Collor de Melo.

Entre os acontecimentos da arena político-institucional desfavoráveis à cultura democrática, estão a eleição indireta de Tancredo Neves (frustrando o desejo popular de eleições diretas), as denúncias de corrupção governamental que precederam o *impeachment* de Collor de Melo (acentuaram a desconfiança em relação aos agentes políticos) e a CPI do Congresso (fortaleceu a histórica desconfiança e desvalorização dos parlamentares e do Legislativo).

3.5 A cultura política brasileira

3.5.1 A cultura política tradicional

A escassa legitimação democrática registrada ainda hoje no Brasil⁴¹ está relacionada à trajetória histórica do nosso país, como já foi argumentado anteriormente. A junção de fatores como a sistemática exclusão do cidadão comum das decisões políticas, as inúmeras rupturas da ordem constitucional através de golpes de força, o quadro de extraordinárias desigualdades sociais, a constituição de relações sociais hierarquizadas com base em critérios de classe, raça e gênero – tudo isso contribuiu para o que veio a ser denominado de *cultura política tradicional*.

Tal cultura política tradicional foi objeto de estudo de autores de diferentes áreas, a partir da década de 1920, como Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Viana, Alberto Torres, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Raimundo Faoro, Helio Jaguaribe e Paulo Freire, para citar só alguns dos principais. A imagem predominante é de que a cultura política tradicional está caracterizada por padrões de autoritarismo, elitismo, estatismo, antiliberalismo, patrimonialismo, corporativismo, personalismo, populismo, apatia, antipartidarismo e antiinstitucionalismo. Em suma, traços incompatíveis com o modelo democrático liberal e, claro, com o projeto de democracia social.

A cultura política tradicional predominou até a década de 70. As orientações políticas legitimaram o autoritarismo estatal e as desigualdades e discriminações sociais; a confusão entre o público e o privado; a apropriação de bens públicos para fins privados; o descumprimento das leis pelos detentores de poder político, econômico e de prestígio; a exaltação do líder político por sobre as regras institucionais; a incompetência do cidadão comum em participar das decisões; a informalidade e pessoalização das relações políticas.

⁴¹ *Surveys* comparativos sobre adesão à democracia entre o Brasil e outros países do Cone Sul mostram que os índices de legitimação democrática são bem menores entre os brasileiros que entre os povos vizinhos. Frente à questão “a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, a concordância no Brasil oscilou entre 43% e 59% (1988 a 1993). Já na Argentina foi de 74% (1988), no Uruguai, 73% (1988) e no Chile, 56% a 64% (1986 a 1991). (apud Moisés, 1996, p. 161)

Os estudos eleitorais vieram a fortalecer tal percepção. O eleitor brasileiro foi caracterizado pela literatura pertinente como um eleitor não sofisticado, acrítico, despreparado, pouco politizado, vulnerável a apelos populistas e demagógicos. (Baquero, 1995; Silveira, 1998).

Quanto a essa descrição, numa perspectiva geral parece não haver necessidade de maiores reparos, desde que se leve em conta os diversos movimentos de grupos e segmentos sociais que são exceções a essa regra. A cultura política trabalha num plano geral, mas não pode olvidar a diversidade das sub-culturas. Há que lembrar que no Brasil movimentos como os quilombos dos escravos negros, determinados levantes regionais (como o de Canudos) ou as mobilizações estudantis desde a década de 50, foram guiadas por orientações igualitárias e em boa parte condizentes com ideais democráticos.

3.5.2 A nova cultura política – híbrida

O processo de redemocratização do Brasil levou diversos institutos e cientistas políticos a desenvolverem pesquisas empíricas sobre o padrão atitudinal dos brasileiros no novo regime. Alguns autores chegaram a conclusões bastante otimistas, outros são mais céticos. Entre os autores otimistas com relação à cultura política própria do contexto pós-regime militar, destacam-se Bolívar Lamounier, Amaury de Souza e José Alvaro Moisés.

Lamounier e Souza (1991, p. 341) afirmam que “na média, os brasileiros, a partir da última década – ou mesmo antes dela -, trilharam um longo caminho em direção à democracia. Suas atitudes têm se transformado em direção a uma visão mais aberta, tolerante e pluralista do sistema político”. Ao analisar a relação entre a reforma constitucional e a cultura política, buscam comprovar a tese de que as atitudes dos brasileiros para com a democracia mudaram de forma “positiva e substancial”. Suas análises apóiam-se nas posições da Comissão Afonso Arinos, nos resultados do Congresso Constituinte, em surveys regionais (São Paulo e Rio de Janeiro) e nacionais (de elites em 89/90 e sobre parlamentarismo e presidencialismo). A conclusão a que chegou é que “a imagem tradicional da cultura política brasileira como um monolito hierárquico, elitista e

restritivo está em desacordo aberto com os surveys disponíveis, tanto no que diz respeito às elites como às massas”. (Ibid., p. 340) Três fatores contribuíram, segundo os autores, para essa mudança de atitude: 1. as mudanças de atitudes são uma resposta ao passado autoritário recente; 2. é um efeito de grandes mudanças estruturais, como a urbanização; 3. é um efeito das transformações institucionais - os mecanismos de redemocratização.

José Álvaro Moisés defende a tese de que há uma evolução da cultura política brasileira no sentido da legitimação da democracia. Apoiando-se em surveys nacionais, argumenta que a cultura política tradicional foi substituída na última década e meia por uma *nova cultura política*, fruto da opção democrática das elites relevantes e a formação de um consenso democrático mínimo entre o público de massa. Sua hipótese principal é de que “mudanças extremamente importantes estão ocorrendo nos padrões político-culturais vigentes no país” (Moisés, 1995, p. 109). As mudanças seriam na forma de uma maior atenção aos processos políticos e de maior adesão normativa à democracia, embora persista a pouca eficácia política subjetiva. Moisés analisa cinco surveys de 1972 a 1993, cujos resultados principais seriam: (i) diminui o número dos que vêem os militares como alternativa de resolução dos problemas do país; (ii) cerca de 50% dos brasileiros começam a reconhecer a importância dos partidos ou tomam-nos como referência; (iii) há uma rejeição ao controle estatal da atividade sindical e das greves; (iv) manifesta-se uma adesão, com oscilações, à participação em eleições; (v) cresce o interesse pela atividade política, a qual alcança em torno de 2/3 dos entrevistados nos anos 90.

Entre os autores céticos em relação à *nova cultura política* destaco Marcello Baquero, Leonardo Avritzer e Wanderley Guilherme dos Santos.

Marcello Baquero e pesquisadores do Rio Grande do Sul têm defendido, com base em diversos surveys realizados no estado, posição diferenciada em relação aos autores acima mencionados, embora não oposta. Em artigo de 1994, Baquero enfatiza que “embora se possa dizer que uma mentalidade anti-autoritária tenha emergido, fruto dos longos anos de autoritarismo no País, não se pode assegurar que tenha surgido em seu lugar uma mentalidade realmente democrática. Pelo contrário, as pesquisas de opinião cada vez mais revelam um distanciamento do cidadão em relação às instituições políticas”. (Baquero, 1994, p. 107-8) Na mesma linha, a análise dos resultados de uma pesquisa de opinião

desenvolvida em Porto Alegre em 1994, leva Baquero e Castro a afirmar que a adesão dos porto-alegrenses a princípios democráticos é significativamente baixa, e que a reversão do sentimento autoritário e a construção de uma cultura política crítica e consciente não são empresas para curto ou médio prazos. (Baquero e Castro, 1996, p. 37)

Leonardo Avritzer desenvolve uma linha de raciocínio semelhante. Para ele, não se pode pensar a democratização apenas ou fundamentalmente no nível das instituições – como o fizeram as teorias da transição para a democracia –, mas deve-se necessariamente incluir o mundo da vida, onde se situa a cultura política. No caso do Brasil, existiria um descompasso entre a institucionalidade democrática e a cultura política vigente: “existe uma cultura política não-democrática que se entrelaça com a institucionalidade democrática”. (Avritzer, 1995, p. 113) Não que o autor negue as mudanças atitudinais nos anos pós-regime militar e afirme a simples permanência da cultura política autoritária. O que haveria é um dualismo: “O que haveria no Brasil pós-1985 seria, precisamente, um conflito entre as forças societárias, que entendem a sociedade como autônoma e procuram limitar as forças do Estado e do mercado, e as forças sistêmicas, que resistem a qualquer forma real de limitação de seu poder. A democratização, no caso brasileiro, significa o surgimento de duas culturas políticas: uma democrática e vinculada aos movimentos sociais e civis democratizadores; e uma outra, a predominante no nosso processo de modernização, que persiste com suas práticas tradicionais”. (Ibid., p. 118)

Wanderley Guilherme dos Santos também defende a tese de que há um dualismo ou hibridismo no sistema político brasileiro, mas em sentido diferente daquele exposto por Avritzer. Para ele, uma das principais fontes das dificuldades governativas pode estar no híbrido institucional que associa uma institucionalidade excessivamente regulatória a uma outra institucionalidade, hobbesiana, que abrange a imensa área onde o Estado não chega e onde impera a cultura da violência difusa e do enclausuramento individual e familiar. Haveria, de fato, dois Brasis: o da institucionalidade formal e o da institucionalidade hobbesiana. Por isso, “uma cultura cívica⁴² que se estrutura extralimites institucionais da poliarquia, cuja expectativa quanto à eficácia elementar do Estado é próxima de zero, pode muito bem ser um dos elementos cruciais para a compreensão de sucessivos fracassos de políticas e planos governamentais”. (Santos, 1993, p. 98-99) Em períodos de acelerada transformação social, como é o caso do Brasil contemporâneo, esse quadro se torna mais preocupante pelo fato de que se instaura uma descrença e desconfiança generalizadas, abarcando inclusive pessoas e instituições responsáveis pela preservação das normas (polícia e judiciário). Estaríamos hoje, para o autor, diante de uma “cultura predatória”, em vista do fato de pesquisas empíricas mostrarem que os brasileiros caracterizam os demais com qualificativos como destruidor, acomodado, esperto, mal-educado, irresponsável, preguiçoso, impaciente e desonesto. (Ibid., p. 114)

Os dados das pesquisas sobre a atual cultura política brasileira, como se pode ver, são desconexos e até contraditórios. Certamente isso pode estar relacionado às diferenças metodológicas ou à regionalidade de algumas das pesquisas. Por exemplo, é possível que os dados levantados pelos pesquisadores gaúchos (Baquero e outros) não se coadunem necessariamente com o padrão mais geral prevalecente no país, mas isso não é provável no sentido de uma menor adesão à democracia no Rio Grande do Sul em relação ao conjunto do país, considerado o acúmulo de estudos políticos existentes e o fato de que a globalização tende a diminuir as diferenças regionais. Em contraposição, as próprias pesquisas nacionais em que Moisés, Lamounier e Souza assentam suas análises não são

⁴² O autor utiliza equivocadamente o conceito de “cultura cívica”, ao menos no sentido proposto por Almond e Verba, em lugar de “cultura política”.

suficientemente convincentes, principalmente sob o ângulo longitudinal, para garantir um veredicto confiável de que a cultura brasileira atual é democrática.

Um aspecto central nesse debate é o de que os defensores da existência de uma cultura política democrática na atualidade brasileira exaltam os elementos formais da democracia, ao passo que os demais enfatizam os aspectos substanciais e da participação política.

A tese defendida neste trabalho é a de que temos hoje no Brasil uma *cultura política híbrida*⁴³ ou dualista, em que se mesclam atitudes democráticas, autoritárias e atitudes de apatia e distanciamento das instituições políticas. Esta cultura política não forma um sistema de atitudes e valores coerente internamente do ponto de vista da democracia. Incoerência é a regra, coerência é exceção. Por outro lado, essa nova configuração da cultura política brasileira não é autoritária no sentido tradicional, principalmente no que diz respeito à institucionalidade. Golpes de força ou repressão física não são facilmente legitimáveis a partir dos valores dessa cultura.

Um conjunto de pesquisas e surveys recentes⁴⁴ mostram uma convergência em torno de um conjunto de traços fundamentais que configuro o que denomino de *cultura política híbrida*:

- (i) há um apoio difuso ao regime político democrático – os cidadãos têm demonstrado uma preferência majoritária pela democracia frente à ditadura ou outro regime político, bem como a rejeição à hipótese do retorno dos militares ao poder;
- (ii) o voto é valorizado como mecanismo de escolha dos dirigentes políticos;

⁴³ Desde a obra pioneira de Almond e Verba (*The Civic Culture*), considera-se que qualquer cultura política nacional é híbrida no sentido de mesclar elementos culturais diversos. O termo *cultura política híbrida* é empregado aqui numa acepção precisa: marca uma diferenciação em relação a outras duas abordagens, antagônicas entre si – a da cultura autoritária e a da cultura democrática – constituindo-se num enfoque alternativo.

⁴⁴ Por exemplo: Moisés, 1995; Lamounier e Souza, 1991; Baquero, 1994, 1997 e 1998; Castro, 1998; Ferreira, 1995; Almeida, 1996; Schmidt, 1996; Matos, 1993; Nazzari, 1993; Silveira, 1998, Sales, 1994.

- (iii) a confiança nos agentes e nas instituições políticas existentes é muito pequena, bem menor do que aquela em instituições sociais, como a família e a Igreja;
- (iv) prevalece entre os cidadãos uma visão negativa do Estado, ao mesmo tempo em que parece crescer a valorização da sociedade civil;
- (v) o sentimento de eficácia política, ou seja, a confiança na capacidade subjetiva de influenciar as decisões políticas, é bastante reduzida entre os cidadãos;
- (vi) o cidadão comum não se guia por orientações ideológicas, prevalecendo o pragmatismo e o personalismo por ocasião das escolhas eleitorais;
- (vii) há uma valorização genérica da participação política por parte dos cidadãos, mas mesmo entre os que lhe atribuem valor a efetiva participação em atividades e instituições políticas é pequena;
- (viii) há uma percepção crítica dos cidadãos em relação ao autoritarismo social, mas prevalece ainda a resignação e a impotência diante das relações hierárquicas do cotidiano.

A este conjunto de orientações e atitudes políticas cabe a caracterização de *híbrido*, na medida em que há uma combinação de elementos favoráveis e outros desfavoráveis à democracia social. O perfil atitudinal híbrido é compatível com o atual panorama da sociedade brasileira, descrito anteriormente, no qual se mesclam avanços e impasses, condições econômicas desiguais e capacidade de organização da sociedade civil, novos atores sociais e permanência de velhas figuras.

Uma cultura política híbrida também se coaduna com o comportamento político contraditório dos brasileiros nos anos 80 e 90. Tivemos, por exemplo, eventos memoráveis de participação política, como as campanhas das *Diretas Já* e do *impeachment* do ex-presidente Collor de Melo, bem como diversas eleições com engajamento expressivo de cidadãos. Em contraste, presenciamos votações maciças em candidatos com discurso nitidamente autoritário, como Collor de Melo e Enéas, ou a eleição de candidatos de perfil de esquerda e na eleição seguinte o voto para candidatos herdeiros do antigo regime militar. Notamos uma multiplicação de pequenas iniciativas de organização social, ao mesmo

tempo que persiste a ausência da participação regular nas instituições políticas. Tal comportamento contraditório é manifestação da *cultura política híbrida* que caracteriza o Brasil neste final de século.

É nesse contexto contraditório e complexo que acontece a socialização dos jovens brasileiros do final do século. Cabe investigar qual o perfil atitudinal que está sendo forjado na geração juvenil dos anos 1990.

um dos marcos da teoria educacional moderna. Além de Rousseau, outro nome de grande expressão no campo dos estudos pedagógicos sobre o jovem foi Johann Pestalozzi, o qual se defronta com os problemas sociológicos do abandono e criminalidade juvenil, e desenvolve uma teoria da influência do meio sobre os processos educacionais. O século XIX, com sua ênfase na Filosofia idealística e os métodos pedagógicos neo-humanísticos, não foi propício à pesquisa empírica sobre a juventude, adiando para o século XX o aprofundamento dos debates iniciados no Oitocentos. (Flitner, 1968)

Os jovens se tornaram objeto sistemático de investigação das Ciências Sociais, principalmente da Sociologia e Psicologia Social, a partir dos anos 1920, no momento em que eles começam a constituir um estrato social estável e identificável pelas suas características diferenciadas.

A Sociologia funcionalista norte-americana, através da Escola de Chicago, foi precursora na pesquisa empírica sobre os jovens. Preocupados sobretudo com o fenômeno da marginalidade e delinqüência, tais estudos ficaram conhecidos por sua preocupação com o aspecto problemático que os jovens representavam para a estabilidade social. A delinqüência juvenil foi entendida como um defeito no processo de socialização, uma disfunção no sistema social, a ser corrigida por medidas sócio-políticas corretivas. Nesse caminho, boa parte da sociologia da juventude constitui-se como uma “sociologia do desvio”: jovem é aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia do padrão. (Abramo, 1994, p. 14; Peralva, 1997, p. 18)

Mais tarde, após a 2ª Guerra Mundial, a abordagem sociológica da juventude se volta fundamentalmente para o tema da “mudança social”, abordagem que terá seu ápice na década de 1960, com as grandes mobilizações juvenis de protesto. É nesse período que a Ciência Política - particularmente os estudos de cultura e socialização política - começa a abordar o fenômeno da juventude.

Mas, se na década de 1960 a agitação social provocada pelos movimentos juvenis em inúmeros países justificava por si só o interesse dos cientistas sociais, qual é a relevância dos estudos sobre os jovens neste final de século, em que a juventude não mais possui a proeminência política daqueles anos?

Destaco dois, entre outros aspectos que justificam a relevância dos estudos sobre os jovens nos dias de hoje.

Um primeiro aspecto é que os jovens constituem um segmento particularmente importante para quem se ocupa, como os cientistas sociais, da difícil tarefa de buscar auscultar o presente e antecipar o futuro: os jovens são o “barômetro sensível do estado da opinião e da sociedade”, nas palavras de Annick Percheron (1993, p. 172). “Enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo”, diz Angelina Peralva, afirmando que o seu estudo “permite não somente uma melhor compreensão do universo de referências de um grupo etário particular, mas também da nova sociedade transformada pela mutação”. (Peralva, 1997, p. 23) Anne Müxel reforça tal argumento, ao afirmar que pelo fato de os jovens serem “espelho e reflexo” da sociedade e ao mesmo tempo “antecipação do futuro”, o estado de saúde de um sistema político e de uma organização social depende do diagnóstico da relação dos jovens com a política. (Müxel, 1997, p. 151) Assim, a investigação sobre as atitudes políticas dos jovens propicia também elementos sobre o estado da opinião dos adultos, mas, especialmente sobre as perspectivas do sistema político no futuro próximo.

O segundo aspecto é a importância simbólica do jovem, destacadamente na segunda metade de nosso século. Segundo Edgar Morin, no mundo contemporâneo assistimos a um fulgurante processo de “desgerontocratização”, ou seja, a ascensão universal dos jovens nas hierarquias, com a correspondente desvalorização da velhice. A cultura de massa impulsionou a ascensão do jovem à condição de *modelo* de ser humano. O novo modelo é o *adulto juvenil*, ou seja, “o homem e a mulher que não querem envelhecer, que querem ficar sempre jovens, para sempre se amarem e desfrutarem do presente”. (Morin, 1980, p. 152) Na mesma linha vai o raciocínio de Eric Hobsbawn: a cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural; ela revolucionou os modos e costumes, os meios de gozar o lazer e as artes. A cultura jovem, além de apresentar a juventude como o estágio final do pleno desenvolvimento, tornou-se dominante nas economias de mercado desenvolvidas e propalou-se internacionalmente. (Hobsbawn, 1995, p.319-21) Assim, ao pesquisarmos os jovens estamos trabalhando com elementos simbólicos centrais de nossa cultura.

4.2 A relevância da pesquisa sobre a socialização política dos jovens

Como vimos no Capítulo 2, a produção da área de socialização política (norte-americana) na sua primeira fase esteve voltada prioritariamente para a socialização infantil. Das suposições que então se fixaram, duas mereceram ampla aceitação entre os cientistas políticos: (i) o *princípio de primazia*, que sugere que certos valores podem ser presumidos como praticamente imutáveis (por exemplo, a identificação partidária) e que pouca mudança pode ser esperada após os 13 anos de idade; (ii) a idéia de que *tudo o que é aprendido na infância é importante*, que a socialização primária deixa marcas indelévels na personalidade política. Estes pressupostos foram criticados a partir da produção dos anos 70, quando diversos autores iniciaram uma guinada em favor da ênfase à importância da socialização adulta, com a supremacia da visão da socialização como processo permanente na vida do indivíduo.

A meio caminho entre estes dois pólos – socialização infantil e socialização adulta – parece chegada a hora de uma nova ênfase nos estudos da socialização política: a socialização juvenil. Esta é a perspectiva proposta por Richard Niemi e Mary Hepburn, em artigo intitulado sugestivamente “The Rebirth of Political Socialization”. O renascimento da socialização política depende, para os autores, do abandono do núcleo da produção dos anos 1960 e 1970. O novo foco deve ser a socialização entre os 14 e 25 anos, por duas razões principais: a) são os anos de mais rápida e profunda mudança psicológica e social⁴⁵; b) é o período em que a sociedade tradicionalmente mais investe em educação e participação cívica. (Niemi e Hepburn, 1995, p. 9)

⁴⁵ Falta, neste ponto da argumentação dos autores, uma fundamentação psicológica-cognitiva da afirmativa de que o período da adolescência-juventude é o de maior e mais profunda mudança psicológica e social na vida do indivíduo. Ocupamo-nos deste item logo adiante.

Em seu artigo, Niemi e Hepburn destacam a carência de evidência sobre a frequência e profundidade das mudanças no período da adolescência e juventude. Há poucos estudos na forma de “panel”, provavelmente em decorrência da idéia de que a mudança ocorra durante toda a vida adulta. Mas, para os autores, “ignorar a probabilidade de que a mudança seja mais rápida e mais ampla entre jovens-adultos do que entre respondentes de meia-idade e mais velhos é talvez tão enganoso como o foi assumir que nenhuma mudança ocorre entre os adultos”. (Ibid., p. 10)

Quanto à questão da educação cívica, Niemi e Hepburn avaliam criticamente o papel dos cientistas políticos, afirmando que eles deram pouca contribuição. Mesmo os anos de estudo universitário, considerados por muitos cientistas os de maior interesse, merecem pouca atenção no estudos. Uma das razões alegadas é a impressão largamente difundida do pouco valor dos cursos de educação cívica. Contra tal impressão, os autores argumentam que há um significativo número de estudos, em solo norte-americano e em outros países, mostrando resultados positivos. Além disso, perguntam, se os cursos de educação cívica nada ensinam, onde se espera que os estudantes aprendam sobre governo e política? Na televisão, em outros cursos, pela experiência pessoal ou no colégio? A consequência da falta de esforços teóricos e empíricos a respeito da socialização juvenil e educação cívica é a carência de conclusões estabelecidas ou mesmo métodos de pesquisa, bem como conclusões errôneas acerca dos currículos escolares. Por tudo isso, os autores afirmam sua convicção de que “a pesquisa em busca da compreensão sobre como adultos formam suas idéias e adesões políticas será mais produtiva se concentrada em jovens no período de máxima mudança e máxima concentração de ensino e material político”. (Ibid., p. 11)

Stephen Bennet têm avaliação semelhante no que diz respeito à falta de interesse acadêmico pela educação cívica. Para ele, um dos fatores que mais pesa para o cinismo dos jovens em relação à política é exatamente o descrédito da educação cívica. Os estudantes de hoje - que viveram toda sua vida num ambiente de desvalorização da política, onde a

mídia se destaca pela sua cobertura negativa – não têm elementos para balancear esta imagem negativa. Por exemplo, “largos segmentos da juventude americana hoje não podem tolerar desentendimentos políticos, provavelmente porque o nosso sistema educacional não os treinou para avaliar um argumento no interesse de uma posição política”. (Bennett, 1997, p. 51) O autor inclusive está convencido de que esta é uma razão para o declínio de matrículas nos departamentos de ciência política em todo país, e alerta que “se os cientistas políticos não fizerem nada, e outra década passe com cada primeiro ano da faculdade mais cínico e desligado da política que o anterior, nós teremos menos estudantes para ensinar e haverá menos lugares para nossos Ph.D. preencherem”. (Ibid., p. 52) Mas, acima de tudo está uma razão mais global: “Quando os jovens americanos de hoje fazem eco aos sentimentos dos jovens alemães de 60 anos atrás, é hora de mudar”. (Ibid., p. 52)

A análise de Niemi e Hepburn e de Bennett aborda os aspectos centrais que me parecem demonstrar a importância dos estudos sobre a socialização política juvenil. Isso, é claro, não implica de modo algum menosprezar a investigação do processo da formação política em crianças ou adultos. É impossível a sociedades como a brasileira vencer a batalha da constituição de uma cultura democrática se não investirem fortemente na formação dos jovens. E formação consistente requer pesquisa intensiva sobre uma infinidade de pontos que nem a literatura nacional, nem a internacional dispõe hoje para oferecer ao sistema escolar.

4.3 Os conceitos de Juventude e Adolescência

Antes de adentrarmos na análise do perfil político dos jovens dos anos 90, é preciso explicitar os conceitos aqui utilizados de juventude, adolescência e, a seguir, geração.

O pressuposto fundamental da discussão é que *a idade é um fenômeno social* e não apenas biológico. Historicamente, nem sempre houve crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Tais divisões são identificáveis na sua gênese histórico-social a partir de modificações na própria estrutura social. Philippe Ariès (1978) mostra que na Idade Média européia não havia uma distinção fundamental entre crianças, jovens e adultos. As crianças eram adultos em miniatura. É o desenvolvimento do sistema escolar moderno que propicia a emergência da distinção entre essas três fases da vida. Neil Postman especifica a origem da distinção não propriamente no sistema escolar, mas a um fenômeno associado à escola – a impressão gráfica e a cultura livresca decorrente. O adulto alfabetizado tinha acesso a todas as informações profanas e sagradas dos livros, a todos os segredos da vida humana. As crianças não tinham. Por isso é que era crianças e por isso eram obrigadas a ir à escola. Do século XVI a meados do século XX, os adultos controlam uma série de segredos que vão sendo revelados paulatinamente aos jovens na medida em que crescem. A alfabetização fonética não é um ato simples. Aprender a ler requer o acesso a uma complexa tradição lógica e retórica. A leitura necessita de reflexão, análise, paciência, reflexão. Tudo isso é modificado a partir dos anos 1950 (nos Estados Unidos), com o aparecimento da televisão. A televisão, ressaltava Postman, acaba com o monopólio de informações dos adultos. Ela é um meio que escancara tudo, um meio de comunicação igualitário. Ao contrário da alfabetização fonética, o acesso à televisão não exige aprendizado. As imagens são concretas e auto-explicativas. Assuntos antes reservados aos adultos – sexo, violência, política, doenças- tudo passa a ser matéria prima do incessante *show business*. A tendência da era da televisão, assinala o autor, é uma nova configuração das etapas da vida: num extremo, os recém-nascidos; noutro, os senis; no meio, o adulto-criança. “O adulto-criança pode ser definido como um adulto cujas potencialidades intelectuais e emocionais não se realizaram e, sobretudo, não são significativamente diferentes daquelas associadas às crianças”. (Postman, 1999, p. 113)

A argumentação de Postman e de outros autores demonstra que não se deve absolutizar as divisões das faixas etárias hoje prevalentes. Tais distinções certamente serão reavaliadas no futuro.

O termo *juventude* é polissêmico, revestindo uma série de significados, mas três adjetivações principais estão a eles associadas: (i) um período etário, situado entre a infância e a juventude, (ii) um certo estado de espírito, e (iii) um estilo de vida.

Se essa polissemia já constitui um obstáculo ao empreendimento científico, há ainda outros de não menor importância. Segundo o veredito de Pierre Bourdieu, a juventude é apenas uma palavra, pois em realidade existem várias ou ao menos duas juventudes – a burguesa e a das classes populares –, que têm entre si diferenças cruciais em todos os domínios da existência. Utilizar o termo juventude para “falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida biologicamente” é, para ele, uma manipulação evidente e um formidável abuso da linguagem. (Bourdieu, 1983, p. 114-5)

A crítica de Bourdieu é uma importante admoestação contra o risco de subsumir diferentes realidades sob um termo genérico como juventude. Mas, não se constitui num empecilho ao intento de investigar o processo de socialização política dos jovens, pois aqui não se busca algo como “a opinião da juventude brasileira sobre a política”, e sim captar as diferentes nuances do processo de formação da cultura política. Os recursos estatísticos empregados permitem fugir da média das opiniões, percebendo as diferenças e peculiaridades dos diferentes segmentos.

Outra dificuldade aguarda o pesquisador quando se trata de estabelecer os limites cronológicos do período juvenil. Há uma diversidade de pontos de vista entre os pesquisadores. Na literatura consultada na elaboração deste trabalho foram encontrados como limites extremos da juventude as idades de 12 anos e 35 anos. A tendência predominante em nível internacional é situar os limites cronológicos da juventude entre os 12/14 e 24/25 anos (Rosenmayr, 1964; Echevarria, 1966; Percheron e Remond, 1991; Percheron, 1993; Sposito, 1997; Waiselfizs, 1997; Burg, 1998). A Organização Internacional da Juventude / UNESCO, adota como limites as idades de 14-25 anos, sendo

o período inicial, dos 14 aos 18 anos, denominado de adolescência. Em alguns países europeus, os estudos recentes tendem a alongar o período juvenil até os 29 anos, e também introduzem o conceito de *pós-adolescência*. Mas, no caso do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), considera, no seu artigo 2º, como adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade. Isso se justifica pelo fato de que no Brasil as características da adolescência – como autonomia e inserção nas atividades do mundo do trabalho – são assumidas precocemente por largas parcelas da população. (Sposito, 1997)

Neste trabalho, os conceitos de *juventude* e *adolescência* indicam *fenômenos históricos e sociais (não existem do mesmo modo em todas as épocas históricas e em todos os meios de uma determinada sociedade), com diversidades internas (os segmentos juvenis de uma mesma geração podem ser, em algumas dimensões, tão diferentes entre si quanto de uma geração para outra), mas cujos componentes compartilham elementos culturais e atitudinais comuns, próprios da sua geração*. A delimitação do conceito é tributária das condições da sociedade ocidental moderna, ou seja, das sociedades industriais capitalistas, as quais criaram as condições em que a adolescência e a juventude se tornaram grupos etários distintos com estilos de vida próprios.

Diante da falta de consenso entre os estudiosos e da ausência de critérios cronológicos “objetivos”, neste trabalho são considerados *adolescentes* os indivíduos entre 12 e 18 anos (conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e Adolescente) e *jovens* os que têm idade entre 12 e 24 anos (seguindo critérios adotados por diversos órgãos internacionais e autores de renome).

Se os limites cronológicos são discutíveis, do ponto de vista psico-social há uma certa convergência nos estudos sobre adolescentes e jovens. Os psicólogos têm atribuído à *adolescência* – que inicia com a puberdade e termina quando concluídas as principais modificações físicas - vários traços característicos: a evolução sexual, a busca da própria identidade e da auto-afirmação, a tendência grupal, a necessidade de intelectualizar e fantasiar, as crises religiosas, a deslocalização temporal, a instabilidade e as contradições sucessivas na conduta, as flutuações no humor, a atitude social reivindicatória, a separação progressiva dos pais⁴⁶. Já os sociólogos acentuam principalmente a imprevisibilidade na conduta social e a busca de autonomia dos adolescentes, que se exprime em estilos de roupa, gêneros musicais, participação em grupos, linguagens provisórias, entre outros fenômenos que variam de sociedade para sociedade. (Melucci, 1997, p. 10)

No tocante à *juventude*, a produção científica das últimas décadas têm acentuado algumas características que, se não valem do mesmo modo para os diferentes países e meios sociais, aparecem de modo insistente em diferentes espaços sociais. Destaco as que se me afiguram como centrais:

- a) *transitoriedade*: os jovens, por vivenciarem grandes mudanças psico-físicas-sociais, encontram-se em estado de desequilíbrio interno e externo, o que faz com que nada seja permanente em sua vida; tal situação pessoal influencia seu modo de perceber a realidade social;
- b) *marginalidade*: os jovens estão “à margem”, “inadaptados” ou “por fora” do mundo social; isso se aplica ao mundo do trabalho, ao acesso ao consumo, à inserção nas instituições, ao acesso aos postos de decisão, dos valores e hábitos sociais; esta situação de marginalidade favorece o descompromisso com o sistema social;
- c) *adaptabilidade*: os jovens, como as crianças, são sempre receptivos a novas influências quando colocados em um novo meio social, assimilando novos hábitos e atitudes inconscientes;

⁴⁶ O desenvolvimento cognitivo durante a adolescência e juventude é de particular interesse para os estudos de socialização política, e será desenvolvido adiante.

- d) *potencialidade de mudança*: os jovens não são progressistas nem conservadores por natureza, eles são uma potencialidade pronta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos, que pode levá-los a apoiar desde movimentos totalitários ou conservadores até iniciativas democráticas ou de transformação social;
- e) *reação contra o mundo adulto*: a busca de autonomia iniciada na adolescência, prossegue no indivíduo jovem, o que o impulsiona a questionar o conjunto da realidade social, identificada com os adultos.

Essas e outras características da juventude estão fortemente condicionadas por fatores estruturais e conjunturais. A juventude não existe como fenômeno universal supra-histórico. O que existe em cada período histórico é um conjunto multifacetado de jovens, condicionados e interagindo com o meio social em que vivem.

4.4 Os movimentos juvenis e estudantis

Uma breve referência aos movimentos juvenis e estudantis é importante aqui na medida em remete à análise do comportamento político de parcelas importantes da juventude em diferentes contextos históricos. Afora a influência política – às vezes intensa – que exerceram no sistema político, essa referência é fundamental para os propósitos deste estudo por um motivo bem delineado: as pesquisas sistemáticas sobre as atitudes dos jovens limitam-se às quatro ou cinco últimas décadas, de modo que os movimentos juvenis são indicadores preciosos a respeito das atitudes e do comportamento político dos jovens.

Segundo informa David Burg, em sua *Encyclopedia of Student and Youth Movements* (1998), há registros de movimentos juvenis⁴⁷ de natureza político-econômica ou religiosa já na Idade Média européia. A origem dos movimentos estudantis, por seu turno, se localiza em torno do ano 1.200 – data aproximada do surgimento das maiores universidades do Ocidente. Na era moderna, os movimentos estudantis se caracterizam por objetivos de reformas políticas liberais, liberdade de expressão e reunião, direitos civis e outros imperativos éticos. As formas mais extremas de rebelião expressaram-se em revolução, violência e morte.

Muitos movimentos estudantis, segundo Burg, tiveram como efeito o de energizar movimentos de espírito reformista. Não raro, estiveram carentes de objetivos definidos. Os participantes e líderes dos movimentos representaram em geral a classe média ou mesmo elementos elitistas. Quanto à participação, quase sempre foi um percentual pequeno, de 10 a 20% do total, e às vezes menos que 2% da população estudantil. No tocante às ideologias adotadas, elas variaram bastante. A mais freqüentemente adotada foi provavelmente o marxismo. Um elemento sempre presente sob as ideologias contrastantes foi o idealismo juvenil, e é este idealismo que tem inspirado a radicalização e o ativismo de muitos grupos.

Os movimentos juvenis são particularmente favorecidos por ambientes políticos instáveis. Não deixa de ser assim uma surpresa a emergência dos movimentos radicalizados dos anos 60 e 70. Os movimentos juvenis mais influentes em nível internacional são os alemães, que emergiram no início do século XX e tiveram grande impacto sobre o sistema político germânico.

⁴⁷ Burg apresenta informações sobre cerca de 770 movimentos juvenis e estudantis, dos diversos continentes. Mas, esclarece que a listagem não pretende ser exaustiva, pelo simples motivo de que há movimentos e eventos demais para serem incluídos. A título de exemplo, informa que somente no ano acadêmico de 1969-70 ocorreram mais de 9.000 demonstrações estudantis nos Estados Unidos.

No Brasil, a emergência de movimentos juvenis⁴⁸ acontece nas primeiras décadas do século XX. Antes disso, apenas de modo individual pode-se notar a presença dos jovens brasileiros na arena política. Em 1934 acontece o 1º Congresso da Juventude Operária-Estudantil. O grande acontecimento, todavia, é a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, evento que dá início a uma atuação organizada da juventude estudantil, principalmente da juventude universitária. Os estudantes marcam presença notável em eventos importantes no cenário nacional, como a campanha “O Petróleo é Nosso” na década de 1950.

No final dos anos 50 há o fortalecimento de tendências ligadas à Igreja Católica e aos partidos de esquerda. No caso da Igreja Católica, teve particular relevância a Juventude Universitária Católica – JUC, organização juvenil indicadora da inclinação à esquerda que estava em curso em segmentos importantes da hierarquia e dos fiéis católicos à época, e que antecipou importantes intuições da Teologia da Libertação que se fortaleceu a partir dos anos 1960. (Souza, 1984)

Paralelamente aos acontecimentos internacionais na Europa e Estados Unidos, eclodiu no Brasil nos anos 60 um movimento estudantil de profundas repercussões tanto no terreno da política como da cultura. Novos valores foram propostos pelos estudantes, em prol de reformas econômicas de caráter socialista, de liberdade no âmbito familiar, sexual e escolar, de reestruturação dos currículos escolares aproximando teoria e prática. Tendências anarquistas e socialistas marcaram o debate, num clima de instabilidade política que culminou com o Golpe Militar de 1964. A partir deste, um clima de radicalização tomou conta de importantes parcelas dos estudantes, principalmente nos grandes centros urbanos, sucedendo-se manifestações de rua e conflitos com as forças de segurança. O ápice do confronto entre os estudantes e o Estado militarizado ocorreu em 1968, momento em que a UNE começa a sucumbir à força da repressão, e muitos de seus militantes inserem-se na guerrilha urbana, a qual não tem o menor êxito diante das forças policiais do regime autoritário.

⁴⁸ Sobre os movimentos juvenis e estudantis brasileiros há que conferir, entre outros, Poerner (1968), Foracchi (1972), Mendes Jr. (1981), Souza (1984), Brandão e Duarte (1990), Sousa (1999).

Os anos 1970 foram anos de medo, e o medo trouxe a despolitização, a redução das atividades associativas e a adoção de estratégias egoístas de sobrevivência. O autoritarismo desencadeou uma brutalidade em todos os níveis, inclusive nas microrrelações. A chamada “Geração AI-5”, que viveu sua adolescência sob a ditadura e experienciou o medo, mesmo passado o autoritarismo da ditadura vive suas seqüelas. Entre elas, a desarticulação, a falta de referencial diante dos problemas, a solidão, a individualização, a revolta contra a família, o culto às drogas, o modismo psicanalítico ou a desarticulação do discurso. (Sousa, 1999, p. 40ss)

A redemocratização nos anos 1980 permitiu o reerguimento do movimento estudantil, mas de em moldes bastante diferentes dos anos 60. Não mais como vanguarda, e sim como um ator secundário. Presente no movimento das “Diretas Já” em 1984, o movimento estudantil oscilou entre as tentativas de reeditar a mobilização política das décadas anteriores e a busca de soluções à crise da universidade.

Nos primeiros anos da década de 90 pareceu que o movimento estudantil reerguer-se-ia com toda imponência. Quando ninguém esperava, milhões de estudantes, principalmente do ensino médio, estavam nas ruas, de rosto pintado, exigindo ética na política com a renúncia do presidente Fernando Collor de Mello. E os jovens foram o ator mais visível do processo de *impeachment*, festejado nacionalmente em setembro de 1992. Mas, o movimento não teve continuidade, e as manifestações políticas foram episódicas em toda década. Em contrapartida, os jovens continuaram presentes nos movimentos sociais (pastorais, movimentos de mulheres, movimento dos sem terra, movimentos ecológicos) e organizações não-governamentais, assim como nos eventos e movimentos culturais. As oscilações do movimento estudantil nos anos 1990 são apenas uma faceta da complexa relação dos jovens com a política. Complexidade essa que pretende-se conhecer mais detidamente com a análise das opiniões políticas.

Pode-se, assim, identificar *cinco fases* no movimento juvenil e estudantil brasileiro:

- a) uma fase de *ausência de organização coletiva*: uma pequena parcela de jovens, das classe média e das elites econômicas, envolve-se com questões políticas. Do Brasil Colônia até os anos 1880;

- b) um período de *tentativa de organização coletiva*, que inicia nas campanhas pela Abolição da Escravatura e pela República até a década de 1930;
- c) um período de *preeminência do movimento estudantil no cenário político nacional*, de 1937 (fundação da UNE) até 1973 (extinção provisória da UNE);
- d) uma fase de *clandestinidade e ausência do cenário público*, de 1973 a 1980 (da extinção à redemocratização do país);
- e) uma fase de *reorganização do movimento estudantil, de proliferação de movimentos juvenis diversos e de inserção dos jovens nos movimentos e organizações sociais* – décadas de 1980 e 1990.

O movimento estudantil e juvenil brasileiro, segundo a literatura pertinente, tem se constituído em uma presença democrática, participativa, nacionalista e favorável a transformações estruturais na sociedade. Organizações juvenis de caráter fascista têm aparecido em alguns momentos de modo localizado, mas com pequena adesão e nenhum impacto significativo no cenário nacional. Ideologicamente, tem predominado uma orientação identificada com o ideário socialista e anarquista. Isso ao menos até os anos 1990, anos esses caracterizados pela queda dos referenciais internacionais da esquerda, em que se instala o desencanto e a ausência de grandes utopias.

A periodização da organização dos jovens brasileiros condiz com um pressuposto importante deste estudo: o de que o Brasil passou de uma *cultura política autoritária* a uma *cultura política híbrida*. As quatro fases iniciais da organização juvenil se dão no contexto da cultura política autoritária. A quinta fase ocorre sob a prevalência de uma cultura política híbrida, em que estão mesclados elementos autoritários, democráticos, de recusa e de desinteresse pela política.

4.5 Os jovens dos anos 1990

4.5.1 “Geração anos 1990”?

A literatura recente indica que uma das facetas da juventude hoje é o aumento da sua diversidade. Os jovens contemporâneos entre si são diferentes sob múltiplos ângulos: de um país para outro, de uma região para outra, de um segmento social para outro, e assim por diante. Mas, por outro lado, a literatura também registra fatores homogeneizadores, que no contexto da chamada “globalização” têm um alcance planetário. Entre tais fatores, no plano cultural o principal é a chamada *cultura de massa* - cujo principal instrumento é a mídia -, a qual difunde não só produtos, mas também valores, estilos de vida e orientações políticas.

Diante dessa ambigüidade, cabe interrogar se um dos principais conceitos presentes nas pesquisas sobre os jovens – o conceito de *geração* – ainda contém poder descritivo e explicativo. Pode-se, afinal, falar da “geração dos anos 90”?

Há autores que entendem que não, que diante da diversidade das expressões juvenis no máximo pode se falar de “expressões geracionais” mais ou menos expandidas. (Lauraga, Bango e Martinez, 1993, p. 73-5) Angelina Peralva anota que a aceleração das transformações contemporâneas dissolve a estrutura das oposições que deu abrigo a uma sociologia da juventude, e impossibilita hoje a emergência de uma consciência geracional. A cristalização geracional se dissolve pela dissolução da oposição entre passado e futuro. (Peralva, 1997, p. 19)

Conforme exposto no capítulo 1, o conceito de *geração*, no sentido de um “recorte temporal” que secciona a passagem ininterrupta do tempo em períodos determinados, constitui-se num instrumento analítico importante para o estudo das atitudes e comportamentos políticos. O “recorte temporal” é atualmente designado em muitas pesquisas pelo termo “cohort” ou “birth cohort”, designando um subgrupo etário abrangendo os indivíduos nascidos dentro de uma faixa de tempo que usualmente varia de 2 a 10 anos.

Portanto, quando se falar doravante de *geração*, não se pretende indicar uma “identidade coletiva” dos jovens pesquisados – aspecto que só pode ser estabelecido no futuro, a partir de pesquisas longitudinais – e sim os jovens nascidos num determinado período. Como a delimitação de um “cohort” é arbitrária, segue-se aqui o procedimento usual de dividir o tempo em décadas. Os jovens dos anos 90 são considerados uma geração, distinta das gerações de outras décadas.

Porém, ao falar da *geração juvenil dos anos 90* não está se indicando os jovens nascidos nos anos 90, e sim os que *viveram sua juventude nos anos 90*. Pertencem a esta geração todos os jovens brasileiros que viveram sua juventude (12 a 24 anos) de 1990 a 1999, ou seja, os nascidos entre 1976 e 1988.

4.5.2 O perfil dos jovens dos anos 90

As contradições do ambiente social atual se refletem na cultura juvenil⁴⁹. Concepções aparentemente desconexas e opostas constituem um conjunto de concepções que só são inteligíveis à luz do contexto social.

Grande parte das avaliações – científicas, jornalísticas ou do senso comum – sobre os jovens da atualidade indica a diversidade de concepções, com acento nos aspectos negativos. Abundam as interpretações que detectam na nova geração o predomínio do consumismo, individualismo, conservadorismo e descompromisso com o senso comunitário. Algumas matérias jornalísticas, baseadas em pesquisas diversas, geralmente sobre jovens das camadas da renda média e alta (classes A e B), ilustram essa constatação.

A revista *Veja* publicou em abril de 1995 uma reportagem divulgando os resultados de uma pesquisa realizada pela agência americana D’Arcy, Masius, Benton & Bowles, que entrevistou 6.547 jovens entre 15 e 18 anos, das classes A e B, de 26 países. O tópico mais ressaltado pela reportagem é a internalização da globalização pela nova geração, na forma da homogeneização do consumo de produtos americanos. Pouco senso de rebeldia,

⁴⁹ Emprego o termo *cultura juvenil* no sentido do conjunto de orientações, valores e concepções compartilhados pelos setores majoritários dos jovens. O emprego deste termo não exclui a pluralidade:

individualismo, preocupação com o emprego, autoconfiança excessiva, baixa intensidade de conflitos com os pais, otimismo moderado – eis outras marcas específicas da primeira geração efetivamente global. (Veja, 1995, p. 106-111)

Com conclusões similares, matéria da *Folha de São Paulo* de julho de 1996, divulgou dados de uma pesquisa com 25 mil jovens, de 15 a 18 anos, das classes A e B, em 41 países. Entre os aspectos mais enfatizados pela reportagem estão os seguintes: a preocupação com o emprego; o individualismo e voluntarismo, presente na idéia de que cada um depende só de si mesmo para vencer na vida; a globalização cultural já está internalizada nas mentes juvenis; as cabeças juvenis estão cada vez mais parecidas, igualadas pelas informações da mídia e pelo consumo. De interessante, os adolescentes apresentariam uma maturidade precoce em vários itens, são otimistas a respeito do futuro, valorizam a atividade física, têm relacionamento amistoso com os pais e são bastante românticos. (Franco, 1996, p.3-1 a 3-5)

Matérias sobre os jovens brasileiros, reproduzem praticamente os dados das pesquisas internacionais. Uma reportagem, de abril de 1993, da revista *IstoÉ* já antecipava a mesma linha de raciocínio. Com base em pesquisa que entrevistou 500 jovens de 11 a 19 anos de escolas particulares de São Paulo, o veredito da jornalista sobre a nova geração não é propriamente favorável: “A geração dos anos 90 não quer mudar o mundo. Muito pelo contrário. Quer viver bem e com muito prazer dentro do capitalismo, respeitando a família e a propriedade. (...) a vida é um interminável videoclipe, uma mistura alucinante de dinheiro, sucesso e fama com uma pitada de romantismo e quase que nenhum idealismo”. (Oliveira, 1993, p. 34)

No ano seguinte, em junho de 1994, a mesma revista voltou ao tema. Desta vez, destacando o lado consumista dos adolescentes brasileiros (12 a 19 anos) de classe média das classes A e B, que constituem uma massa de 5,5 milhões de indivíduos e movimentam 1,3 bilhão de dólares anuais. Esses adolescentes se caracterizariam pelo consumismo, adesão ao capitalismo, individualismo, conservadorismo, hedonismo (cultura do corpo) e

culturas juvenis indicam sempre uma referência a setores determinados caracterizados por especificidades culturais.

pequeno atrito com os pais. Seriam mais consumidores do que produtores de rebeldia, mais espectadores que atores. (Vitória e Peluso, 1994, p. 52-56)

Na mídia, esse perfil predominantemente desfavorável da atual geração jovem costuma ser contraposta à geração dos anos 60, apresentada como idealista, engajada, não-consumista e rebelde. Aqueles jovens teriam sido anti-capitalistas, ao passo que os atuais aderem ao capitalismo. (Lemos, 1994)

Nessa abordagem, nossos meios de comunicação não inovam. Há uma imagem desfavorável dos jovens em largos setores da mídia internacional, cujo estereótipo é construído em contraposição a outro estereótipo, aquele dos jovens dos lendários anos 60. A mídia norte-americana se inclui nesse panorama. Nos Estados Unidos, a atual geração jovem costuma ser descrita como indecisa, sem ambição, sem antenas para o mundo, com poucos heróis, sem estilo próprio. Os integrantes da chamada “Geração X”, em comparação com as gerações anteriores, são caracterizados como menos inteligentes, mais apáticos, menos ativos e menos confiantes. Isso tudo é dito, é claro, sem que a mídia e o marketing deixem de prestar atenção aos cerca de 50 milhões de jovens norte-americanos. (cf. Craig e Bennet, 1997)

Bem, se a imagem difundida pela mídia sobre a geração jovem dos dias atuais é desfavorável, o que dizem os estudos científicos? Qual é a imagem predominante dos jovens entre os cientistas sociais?

Muitos dos estudos sobre os jovens não propõe um perfil global do jovem, restringindo-se a analisar uma determinada dimensão. No Brasil, os estudos se concentram sobretudo na questão da sua relação com a educação e com o mundo do trabalho. Outros contemplam a situação e o perfil juvenil dentro de uma abordagem global da sociedade. Os jovens não são investigados à parte, como um segmento específico, e sim como parte do universo mais amplo da população.

De todo modo, a literatura consultada para este trabalho permite dizer que o veredito da pesquisa acadêmica sobre os jovens é mais favorável, menos estereotipado e sem o tom de uma certa “acusação moral” da mídia. O jovem é interpretado como um ser

social, e a sua conduta e atitudes são consideradas antes de mais nada como expressão de condicionamentos sociais. Há também um esforço em diferenciar os diversos grupos juvenis, evitando aplicar aos jovens das classes populares os rótulos construídos com base em pesquisas sobre jovens das classes abastadas. Os resultados das pesquisas acadêmicas também divergem em muitos aspectos daqueles das pesquisas divulgadas na mídia. Dois exemplos bastam para ilustrar esse entendimento.

A conhecida pesquisa de Helena Abramo (1994) sobre os “punks” e “darks” paulistas avaliza a análise de que longe de uma traição a uma suposta essência juvenil revelada nos anos 60, esses grupos fazem uma intervenção crítica no espaço público através de estilos espetaculares, de encenações e falas carregadas de signos, levantando questões e buscando provocar respostas sobre a sua condição juvenil, a ordem social e o mundo contemporâneo. A autora critica a “fixação nos anos 60”, ressaltando a necessidade de analisar os jovens dentro das condições sociais do final do século, muito diferentes daquelas de três décadas atrás. Em outro texto, ela observa que o curioso é que no período dos anos 30 a 70, embora sua atuação destacada, a juventude foi vista com ressalva, à direita e à esquerda. A partir dos anos 80, quando os movimentos estudantis enfraqueceram, se começou a lamentar a ausência da juventude na cena política, e se erigiu formas de atuação antes suspeitas como modelos ideais de atuação. (Abramo, 1997, p. 27)

Maria Ornélia Marques lembra que no Brasil até meados dos anos 80, a maioria das interpretações sobre a juventude se referenciava na comparação com os movimentos juvenis dos anos 60, mas de lá para cá os pesquisadores estão mais preocupados em perceber as formas de um agir coletivo entre os jovens e as variadas modalidades de socialização, com destaque especial para a questão do trabalho e da educação. Busca-se ampliar as análises, percebendo as modificações do espaço social em que os jovens buscam afirmar a sua identidade. (Marques, 1997, p. 68)

4.6 Atitudes e comportamento políticos dos jovens

A versão predominante na mídia é de que o comportamento político dos jovens da década de 90 está marcado pela ausência de rebeldia, pela adesão ao capitalismo, pelo individualismo e pela falta de engajamento.

Os estudos científicos disponíveis em diversos países, entretanto, apresentam um quadro mais matizado e complexo. Em comum com o viés apresentado pela mídia, tais estudos compartilham da interpretação de que os jovens atuais se caracterizam pela ausência de participação nos canais institucionais das democracias representativas e pelo distanciamento das ideologias. Vários desses estudos afirmam diferenças substanciais dos jovens da presente década em relação aos de décadas anteriores, particularmente aqueles dos anos 60.

Vejamos, a título de exemplo, o perfil político dos jovens em três países diferentes:

*generation X*⁵⁰, na qual diversos autores buscam oferecer uma interpretação das atitudes políticas da atual geração juvenil – a Geração X - confrontando-a com as gerações anteriores⁵¹, principalmente os “baby boomers” ou simplesmente “boomers” - nascidos entre os tardios anos 40 e o início dos anos 60 - reconhecidos pelo seu comportamento inovador, que provocou profundas mudanças no caráter da sociedade e da política norte-americana. Stephen Bennett e Erich Radenmacher constatam que nas gerações anteriores a apatia também foi relativamente pronunciada por ocasião dos 20 anos, tendo diversos estudos mostrado uma tendência de maior participação com o passar dos anos.

⁵⁰ Bennett e Radenmacher estabelecem que os limites da Geração X compreendem os nascidos entre 1965 e 1978 (p. 21). Já Dennis e Owen estabelecem limites maiores: os nascidos entre 1961 e 1981 (p. 43) Seja como for, hoje os Xers mais velhos estão bem adentrados nos 30 anos.

⁵¹ Os subgrupos etários (birth cohorts) apresentados por Bennett e Radenmacher são: os “cold warriors” (nascidos entre 1930 e 1945), que é a chamada “geração silenciosa”; os “early boomers” (nascidos entre 1946 e 1954); os “late boomers” (nascidos entre 1955 e 1964) e a “Generation X” (nascidos entre 1965 e 1978).

Jack Dennis e Diana Owen destacam as orientações extra-institucionais dos Xers. Segundo dados da campanha presidencial de 1996, não mais de 1/3 apresentam identificação com algum partido, e muitos poucos expressam apoio forte. “Num período antipartidário, os gen-Xers são os mais antipartidários de todos os estratos etários entre a população americana adulta”. (Ibid., p. 60) Mas, também eles se esforçam em não reforçar estereótipos. A tendência extra-institucional dos Xers é interpretada a partir das mudanças da própria sociedade norte-americana. A identificação partidária caiu em todos os segmentos. A família norte-americana – espaço de socialização partidária por excelência, segundo revelaram os estudos de socialização política desde a década de 60 – perdeu coesão. Recebendo poucas, menos diretas e menos homogêneas sugestões políticas dos membros da família no curso do seu desenvolvimento político juvenil, aumentou o potencial de influência das agências impessoais sobre os jovens, principalmente a mídia. Os autores citam os dados de uma pesquisa de 1996, sobre a principal fonte de informação dos Xers. Em ordem decrescente de importância, os dados são os seguintes: televisão (54%), jornais (19%), pais (6%), colégio (5), computador (5%), rádio (4%), colégio (3%), universidade (3%), revistas (3%), professores (3%), amigos (2%). (p. 50)

Em outro momento ainda do livro, Diana Owen faz uma interessante análise histórica, sob o ângulo da socialização política, para contextualizar o comportamento político da atual geração jovem. Segundo a autora, no período de Eisenhower e Kennedy, os americanos apresentavam pontos de vista mistos mas geralmente positivos acerca do sistema político. Isto se refletia nos padrões de aprendizagem política dos jovens, que indicavam altos níveis de apoio às autoridades, instituições e governo. Apesar do medo da bomba atômica e da emergência dos “rebeldes sem causa”, as agências de socialização decisivas – família, escola, grupos de pares e mídia – pintavam um quadro favorável das instituições políticas para os jovens. Desde o final dos anos 60, quando eventos como a guerra do Vietnam e o escândalo Watergate despedaçaram o idealismo juvenil com percepções que o sistema se tornara corrupto e não-responsivo, muitos se rebelaram. Porém, os “boomers” continuaram acreditando que o sistema lhes pertencia e poderia ser

corrigido. Isso começou a mudar. A insatisfação com o governo aprofundou-se nos anos 70, em todos os segmentos. O “humor” dos cidadãos melhorou levemente sob a presidência de Reagan, mas caiu novamente sob Bush e Clinton. Assim, mostra a autora, “os gen-Xers têm vivido toda a vida em um ambiente em que mensagens condenatórias ao governo e seus líderes têm sido a norma. O tom da discussão política dos pais, professores, amigos e a mídia (...) freqüentemente cínico, reforçou a inabilidade da média dos cidadãos em afeiçoar-se aos assuntos públicos”. (p. 89) Acrescenta-se a isso a experiência de vida dos Xers, que têm sido forçados a ajustar seus estilos de vida de modo a lutar com problemas sociais como educação, desemprego, crime, drogas, AIDS. Apesar disso tudo, Owen destaca que os dados não indicam um quadro catastrófico: com relação à confiança no governo, o cinismo não é maior entre Xers comparado com subgrupos anteriores; e com relação à eficácia política, igualmente não há diferenças substanciais. Em síntese, os Xers parecem “maleáveis, inconsistentes e sujeitos à mudança com o passar do tempo”. (Ibid., p. 103)

O panorama da atual geração juvenil da França, segundo a análise dos cientistas políticos, é apenas em parte semelhante ao dos Estados Unidos. Annick Percheron, com base em pesquisa de 1989, assinalou que uma das grandes novidades trazidas pela “era Mitterrand” foi a legitimação das instituições da Vª República e a apropriação destas pela esquerda e pelos meios populares, o que trouxe uma revalorização parcial dos mecanismos e funções de representação política. Segundo ela, Mitterrand desempenhou na França, sob o aspecto da socialização política, o papel que Eisenhower desempenhou para os jovens americanos nos anos 50: ele foi o melhor agente de propagação do apoio às instituições. (Percheron, 1993, p. 85) Outra característica das duas últimas décadas seria a familiarização precoce com a política, constatada a partir de pesquisas com crianças de 8 a 12 anos, mas ao mesmo tempo a sua banalização. Desdramatização e fluidez são dois termos que sintetizam a atual situação: os pais se interessam mais pela política, mas não se interessam em formar politicamente os filhos. As preferências e escolhas políticas dos filhos cessaram de ser tabu para os pais; o que preocupa os pais é a diferença no modo de vida. (Ibid., p. 142)

A conduta política dos jovens franceses se caracteriza, segundo Percheron, por quatro traços principais: (i) a fraca participação eleitoral; (ii) a disposição para a defesa dos direitos humanos e da paz; (iii) a recusa das organizações políticas tradicionais (partidos, sindicatos...); (iv) o voto de protesto (na oposição, de extrema esquerda ou de direita, e ecologistas). Do ponto de vista da disponibilidade para a ação e participação política, aparece como importante a disposição juvenil para o engajamento pelos direitos humanos e o pacifismo. Todavia, a autora evita romantizar a disposição para o engajamento: há uma “disponibilidade para a ação mas sem engajamento durável, sobre temas precisos ligados a novas formas de solidariedade, fora das estruturas tradicionais”. (Ibid., p. 170)

Uma das principais contradições está na fratura entre os recursos políticos dos jovens e seus comportamentos:

Os jovens conhecem bem, melhor muitas vezes que os adultos ou seus antecessores, as instituições políticas; eles possuem identidades e referências políticas claras. Mas a conjuntura atual e sobretudo a sua situação de exclusão sócio-econômica não lhes permite mobilizar recursos através dos canais habituais da participação política. Eles se mantêm freqüentemente à distância dos processos eleitorais (...) Sob certos aspectos, suas opiniões e atitudes de ontem, vistos à luz dos eventos recentes (...) são reveladores como premonitores, prova da importância da socialização inicial e das primeiras experiências da idade adulta. Sob muitos aspectos, suas atitudes e seus comportamentos de hoje aparecem como um aumento, uma exacerbação do que se observa em certos grupos de adultos. (Percheron, 1993, p. 171-2)

Anne Müxel estabelece um diagnóstico semelhante acerca dos jovens franceses. A partir de pesquisas quantitativas e qualitativas, Müxel conclui que os jovens expressam três tipos principais de denúncias: a) as promessas não cumpridas pela esquerda, e o conseqüente desencanto; b) o mundo da política como um mundo “paralelo”; c) o sentimento de incapacidade para compreender a política e de impotência diante da atual situação. Ao lado de um rigoroso pessimismo haveria expectativas singularmente fortes e ambiciosas. Na perspectiva de valores pós-materialistas, os jovens defendem a necessidade de moralização da política, o imperativo de um “humanismo do bom senso”, a necessidade de “convergir antes que divergir”, a desideologização em nome da eficácia e da competência, e o reforço da democracia direta. (Müxel, 1997, p 157) Quanto à distinção entre esquerda e direita, os dados confirmam a diluição, mas com a permanência de

algumas referências mínimas e o afastamento dos extremos. Quanto ao engajamento, a disponibilidade estaria voltada para as causas humanitárias e ecológica, aliás uma disponibilidade mais potencial do que efetiva. A estratégia da mudança social seria o de um “avanço por passinhos”: os jovens têm uma visão de mudança “ao mesmo tempo mais modesta e mais realista, e imaginam a generalização e multiplicação de pequenas ações, uma ampliação de um engajamento ‘artesanal’, segundo os meios e as vontades de cada um, um avanço por ‘passinhos’.” (Ibid., p. 164)

Já no Peru - um país que se defronta com os desafios da estabilização democrática num contexto de rupturas institucionais e agravamento da crise econômica - o quadro é um bastante diverso. Julio Cottler analisa as mudanças da cultura política juvenil em uma perspectiva histórica, buscando as raízes da tendência à radicalização política que continua marcando significativos segmentos populares dos jovens peruanos. Ele mostra que uma primeira onda de radicalização da juventude popular peruana ocorreu na década de 1960, nos marcos do rápido processo de mudanças sociais modernizantes, que desencadearam expectativas de ascensão social e participação política entre os setores populares. A juventude incorporou uma cultura política radical, na qual elementos da concepção marxista jogavam importante papel. O processo culminou no golpe militar de 1968, tendo assumido um governo com a explícita intenção de satisfazer demandas populares e incrementar uma forma autoritária de modernização econômica e social do país. O fracasso do regime militar em satisfazer as expectativas populares levou a grandes mobilizações de massa, onde a juventude popular teve papel significativo. A redemocratização veio em 1980, mas a normalização institucional não bloqueou a onda de radicalização em curso. O discurso pluralista e de negociação do novo governo chocou-se com a lógica do ajuste econômico ditado pelo Fundo Monetário Internacional, que provocaram ceticismo e frustração quanto ao caráter formal da democracia e ao sistema político. Recriaram-se as condições de antagonismo social da tradição política peruana. O ceticismo impulsionou as esperanças populares em torno do líder carismático e populista – aspecto que possibilitou a eleição de Fujimori – e por outro lado abriu espaço para alternativas de violência política – onde se insere o Sendero Luminoso. O Sendero Luminoso “ao negar e rechaçar toda

validez ao regime político com atos de ferocidade insólitos, parece expressar o desorbitado voluntarismo de setores juvenis que apostam na violência como a única medida para destruir física e socialmente a todos los inimigos (...)” (Cotler, p. 144)

O caso do Peru encontra similaridades em diversos outros países da América Latina onde os antagonismos têm culminado em guerras civis ou enfrentamento entre as forças governamentais e as guerrilhas de esquerda. Habitualmente, os jovens constituem boa parte dos contingentes envolvidos nesses enfrentamentos, o que mostra que não há nenhuma perspectiva de uma certa homogeneização da cultura política juvenil em nível internacional ou mesmo continental. Em tempos de globalização, as diferenças na cultura política de um país para outro são abissais, o que deve prevenir quaisquer tentativas de colar açodadamente rótulos políticos universalizantes nos jovens do final do milênio.

4.7 Os jovens brasileiros dos anos 1990

4.7.1 Aspectos demográficos – a onda jovem

O Brasil integra o rol dos países latino-americanos com elevadas taxas de jovens e crianças no conjunto da população.⁵² Apesar da mudança de padrão demográfico – com a queda da taxa de natalidade e tendência ao envelhecimento da população, apontado pelos dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – os jovens constituem hoje um considerável contingente da população brasileira.

Os jovens de 15-24 anos alcançam a cifra de 29,5 milhões, o que representa 18,7% da população brasileira, segundo os números da Contagem Populacional de 1996, que são levemente superiores aos do PNAD de 1995. Se somarmos a estes o número de adolescentes de 12 a 14 anos - cerca de 10.500.00 indivíduos – chegamos à exuberante cifra de 40 milhões de jovens e adolescentes, em torno de 25% do total dos 157.070.163 brasileiros.

Esta *onda jovem*, na expressão de Felícia Madeira (1998), configura-se como uma pressão demográfica importante, e incide diretamente sobre o sistema escolar e a demanda de emprego. A literatura sobre os movimentos juvenis registra tal fenômeno como um das variáveis explicativas para a mobilização juvenil na França e nos Estados Unidos, bem como na China no início dos anos 90. Tal onda jovem estender-se-á no Brasil até 2005.

Quanto ao gênero, as mulheres predominam entre os jovens, representando 51,6%, enquanto os homens alcançam 48,4%. No meio rural, entretanto, os homens são maioria.

Acompanhando a tendência geral no país, é elevado o predomínio numérico dos jovens urbanos sobre os rurais: enquanto 77,04% dos jovens habitam as cidades, 22,96% dos jovens residem no meio rural.

⁵² Lournaga, Bango e Martinez (1993, p. 14) apresentam os seguintes percentuais (aproximados) de jovens de 15-24 anos sobre o total da população em 11 países latino-americanos: Cuba – 22%, Colômbia – 22%, México – 21%, Brasil – 20%, Chile – 20%, Guatemala – 20%, Honduras – 20%, Peru – 20%, Bolívia – 19%, Argentina – 16%, Uruguai – 16%.

4.7.2 O eleitorado juvenil

Segundo informa o Tribunal Superior Eleitoral - TSE (<http://www.tse.gov.br>), o eleitorado brasileiro de 1998 estava constituído por 106.076.088 indivíduos. Do total, 19,29% (20.462.457 indivíduos) estavam na faixa dos 16 aos 24 anos. Havia no eleitorado juvenil um predomínio masculino: 53,62% de homens contra 46,38% de mulheres. Esse predomínio contrasta com os índices demográficos, em que as mulheres constituem maioria (51,6% contra 48,4%), e evidencia os resquícios do estereótipo cultural de que “política é coisa para homem”.

O voto facultativo aos 16 anos, instituído pela Constituição de 1988, tem servido como uma espécie de termômetro do humor juvenil em relação às eleições. Em 1998, foi confirmada a tendência decrescente nos últimos anos em relação ao alistamento eleitoral, que se mantém constante desde as eleições de 1989: 3.305.047 eleitores de 16-17 anos em 1989; 3.221.480 em 1992; 2.375.464 em 1996; 1.874.612 eleitores em 1998. (Hollanda e Mello, 1998, p. 18)

4.7.3 A cultura política dos jovens brasileiros

1992. “Caras pintadas” nas ruas de todo Brasil, exigindo o “impeachment” do presidente Collor, acusado de corrupção e malversação do dinheiro público. Os estudantes são maioria em todas as manifestações. Estupefatos, analistas e estudiosos acostumados às discussões sobre o ceticismo e a apatia da “geração shopping center”, procuravam explicar a volta dos jovens às manifestações de rua. Alguns viram nesses movimentos apenas o dedo da mídia. Outros, saudosos da década de 60, interpretaram tais eventos como sinalizadores da retomada da consciência política juvenil. Todavia, há indícios de que a explicação mais sustentável está em outra direção, e ela tem a ver com a complexidade e as contradições da cultura política dos jovens brasileiros dos anos 90. (Mische, 1997)

A tarefa de delinear o perfil cultural dos jovens de hoje seria mais viável se tivéssemos – e não temos - estudos longitudinais nacionais relativos às últimas décadas. O que temos são estudos localizados, em diferentes contextos e regiões do país, mas que permitem traçar a evolução da cultura política juvenil.

Nos anos 60 e início dos anos 70, um dos fenômenos marcantes na cena política brasileira foi o do *radicalismo estudantil*. Na segunda metade dos anos 60, estudantes das principais universidades e escolas do país impulsionaram uma importante mobilização contra o regime militar, iniciado em 1964. Influenciados pela mobilização juvenil nos Estados Unidos e na Europa, os núcleos mais ativos dos estudantes brasileiros difundiram aqui os ideais utópicos de além-mar, afirmando explicitamente a necessidade de uma transformação radical nas estruturas capitalistas, que exigia o imediato fim da ditadura militar. A cultura política dos estudantes radicais estava marcada por concepções democráticas, revolucionárias e socialistas, com a presença também de componentes religiosos, através da presença dos integrantes da Juventude Universitária Católica - JUC. (Souza, 1984) As mobilizações massivas organizadas pela UNE, que levaram a intensos choques com as forças policiais, e o ingresso de muitos ativistas nos grupos clandestinos e de guerrilha expressaram claramente tal cultura política.

Diversos estudos se ocuparam do radicalismo estudantil, em que predominou a idéia de que os estudantes politizados eram o núcleo da transformação social no Brasil e no mundo (Ianni, 1968; Poerner, 1968; Pereira, 1979). Luiz Carlos Bresser Pereira (recentemente ministro da era Fernando Henrique Cardoso) escreveu à época que “a revolução política radical de nosso tempo é a revolução estudantil, ou melhor, é a revolução dos estudantes e dos intelectuais não-comprometidos”. (Pereira, 1979, p. 84) O otimismo e os excessos pouco científicos de tais avaliações não deixaram de ser notados por autores como Gláucio Soares (1968, p. 243ss) – o qual alertou sobre a inexistência de uma relação direta entre o radicalismo ideológico e a participação política, bem como sobre a pequena proporção de jovens radicais entre a população juvenil - mas predominou a idéia de que amplos setores dos jovens compartilhavam da tendência revolucionária que se referia a um núcleo de lideranças politizadas.

A repressão ao movimento estudantil e a eliminação da guerrilha pelo regime militar impediram a proliferação da cultura política revolucionária entre os estudantes a partir dos anos 1970. Depois da efervescência dos anos 1960, os 1970 foram marcados pela ausência de mobilizações de massa e pela despolitização de amplos setores dos estudantes e dos jovens brasileiros em geral. A ditadura brasileira foi marcada mais pela tentativa de afastar os jovens da política, do que por cooptá-los para o seu ideário – característica essa apontada pela literatura internacional como um dos principais diferenciais dos regimes ditatoriais em relação aos regimes totalitários, esses sim empenhados em conquistar corações e mentes para a sua cultura política.

Os anos 1980 propiciaram o retorno dos jovens à rua por ocasião das mobilizações pela redemocratização, principalmente no inesquecível movimento das Diretas Já, em 1984. O movimento estudantil foi presença importante nas mobilizações, mas não se constituiu no seu núcleo central, ocupado por outros atores, como o novo movimento sindical e lideranças políticas da oposição e dissidentes do regime militar. Acompanhando as mudanças na cultura política brasileira, a percepção juvenil da política inclinou-se mais fortemente para os ideais democráticos, até porque a fragilização do regime militar permitiu uma maior liberdade do debate político nas escolas e nos demais ambientes. Contudo, o processo de redemocratização não oportunizou a constituição de uma sólida cultura

democrática entre os jovens brasileiros dos anos 1980. Vários estudos indicaram as ambigüidades da cultura política juvenil. Ayda de Souza (1983), por exemplo, constatou que os estudantes adolescentes de Porto Alegre (RS) se especificavam por uma cultura política “prismática”, ou seja, marcada por uma discrepância entre o formal e o real: os adolescentes manifestavam crenças e atitudes democráticas próprias de objetos e instituições políticas de sociedades desenvolvidas, enquanto seus comportamentos continuam autoritários. O sentimento de eficácia política, principalmente na família, não se fazia acompanhar pela ação concreta. Na escola, os ideais democráticos aprendidos em aula se chocam com a pouca participação política e o desconhecimento das funções das entidades estudantis pelos alunos.

A ambigüidade da cultura política juvenil dos anos 1980 mantém-se na década atual. Se a intensa participação estudantil nas manifestações do “impeachment” do ex-presidente Fernando Collor de Melo, em 1992, demonstrou o interesse dos estudantes pelos acontecimentos políticos e um senso de eficácia política, a pouca participação dos estudantes nas entidades estudantis, o pouco envolvimento dos jovens nas atividades e organizações políticas, o declínio no alistamento eleitoral dos jovens de 16 e 17 anos, são fatos reveladores da não consolidação de uma cultura democrática participativa nos segmentos juvenis. Todavia, nota-se a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas (Abramo, 1994 e 1997), o que pode estar a indicar o desenvolvimento de um senso democrático através de formas ainda não devidamente pesquisadas.

Várias pesquisas evidenciam as ambigüidades e fragilidades da cultura política juvenil atual. Rosana Nazzari (1995) constatou que os adolescentes paranaenses têm vago conhecimento dos problemas nacionais, carecem de valores democráticos fundamentais (como a confiança nas pessoas e instituições), uma elevada taxa de individualismo com relação aos bens públicos, além de uma incongruência entre atitude e comportamento. Em suma: o comportamento do adolescente seria individualista e não participativo. Adir Ferreira (1996) verificou que os estudantes do Rio Grande do Norte apresentam bom nível de interesse pela política, preferem o regime democrático ao autoritário e manifestam adesão ao voto, entre outras orientações democráticas. Por outro lado, estão distantes das

instituições políticas e apesar de entender a importância da participação política, não estão engajados em entidades ou movimentos de cunho político, nem sequer nas entidades estudantis, e suas opiniões atestam o senso de ineficácia política, o que inibe a possibilidade de desenvolvimento da cidadania ativa. Bráulio de Matos (1993), investigando estudantes e pais de Brasília (DF), Porto Alegre (RS) e Patos de Minas (MG) verificou que a orientação política do jovem eleitor não configura uma clara ruptura em relação às tendências do eleitorado adulto em geral, mas também não há mera continuidade de comportamento, dado um certo esquerdismo na conduta política do jovem. A personalidade do jovem eleitor estaria bastante influenciada pela “filosofia do acaso” própria da cultura brasileira. Os resultados da investigação de Julio Waiselfisz (1997) sobre jovens da classe média de Brasília igualmente indicam a desconfiança dos jovens frente à política e os políticos, o afastamento das instituições e a pouca frequência de diálogo de pais e filhos sobre política. A participação em atividades político-partidárias é mínima, sendo pequena também em outras modalidades. Os jovens atribuem a si próprios o rótulo de geração comodista, alienada, que não luta. Finalmente, Marcello Baquero (1997), a partir do seu estudo sobre adolescentes gaúchos notou a tendência à descrença e ao ceticismo em relação à política e a valores democráticos específicos, apesar de manifestarem um sentimento favorável à democracia de forma abstrata.

Em suma, há uma série de traços que se repetem nas pesquisas localizadas em diversos pontos do país: preferência pela democracia num sentido abstrato, baixa eficácia política, descrença nos políticos e nas instituições, sensibilidade para ideais de mudança mas sem orientações ideológicas definidas, pequena participação política efetiva. Esses elementos fundamentam a hipótese central deste trabalho: a de que os jovens do final dos anos 1990 partilham da *cultura política híbrida*⁵³ que caracteriza a percepção política dos adultos brasileiros, cultura essa marcada pela presença tanto de elementos democráticos, como autoritários, de descrença e de apatia. A continuidade da cultura política híbrida se torna compreensível à luz dos acontecimentos políticos vivenciados pelos jovens: alguns eventos propiciam o fortalecimento de atitudes democráticas, enquanto outros favorecem a descrença na capacidade da democracia assegurar a satisfação das necessidades de expectativas dos cidadãos.

A carência de pesquisas longitudinais sistemáticas impede que esses dados forneçam uma interpretação segura sobre a evolução da cultura política dos jovens brasileiros. A tendência do final da década de 1990 é de um fortalecimento dos ideais democráticos entre as camadas juvenis ou de um maior distanciamento? Quais elementos do ideário democrático estão se fortalecendo e quais não? Eis algumas questões que os resultados de nossa pesquisa empírica podem ajudar a responder.

⁵³ Desde a obra pioneira de Almond e Verba (*The Civic Culture*), considera-se que qualquer cultura política nacional é híbrida no sentido de mesclar elementos culturais diversos. O termo *cultura política híbrida* é empregado aqui numa acepção precisa: marca uma diferenciação em relação a outras duas abordagens, antagônicas entre si – a da cultura autoritária e a da cultura democrática – constituindo-se num enfoque alternativo.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

5.1 Concepção Metodológica

A pesquisa em âmbito internacional sobre os processos de socialização política segue ainda hoje fundamentalmente os parâmetros metodológicos estabelecidos pelos autores norte-americanos na década de 1960. Nessas quatro décadas, as teorias de socialização política se tornaram mais complexas e consistentes, o referencial behaviorista e funcionalista foi em boa parte abandonado, mas o método não foi alterado no fundamental.

Método é aqui tomado no sentido de caminho empregado pelo pesquisador na abordagem de seu objeto, o que inclui os procedimentos técnicos, mas não se reduz a eles. O Método inclui, além das técnicas, questões relativas aos critérios gerais da pesquisa e à articulação com a teoria ou modelo subjacente à investigação. Seguindo Karl Popper, não existe um método científico, mas diversos métodos de construir ciência.

De um modo sintético, pode-se dizer que o método da socialização política consiste em *investigar a formação de orientações e atitudes políticas em indivíduos e grupos através da análise de manifestações exteriores (opiniões, ações, votos...), coletadas por meio de técnicas quantitativas e qualitativas, interpretando os resultados obtidos à luz do contexto sociocultural (incluindo a esfera econômica, política e histórica) e do desenvolvimento psicológico-cognitivo (esfera individual).*

Essa formulação sintética, embora genérica, contém os aspectos principais do método. Parte-se das manifestações exteriores que os indivíduos expressam (através de entrevistas, questionários, depoimentos, grupos focais, textos, testes projetivos...) para se

chegar ao nível mais profundo das orientações e atitudes políticas. As orientações e atitudes, por seu turno, permitem sugerir tendências do comportamento político da população pesquisada. O comportamento, de sua parte, é um elemento do sistema político, cabendo ao cientista estabelecer as possíveis conexões entre a micro-política e a macro-política.

Seja um recorte histórico, confrontando o padrão atitudinal de diferentes gerações; seja um enfoque comparativo entre o perfil de diferentes grupos sociais ou países num determinado período; seja um levantamento estatístico ou um estudo de caso acerca de um segmento social – há em comum o objetivo de chegar ao nível profundo das atitudes e orientações dos indivíduos através da coleta e análise de suas manifestações. Pode-se, pois, dizer que embora variem as técnicas, o método da socialização política é o estudo (indireto) da formação das orientações e atitudes políticas através de análise de manifestações exteriores.

Esta concepção de método é mais abrangente e menos específica que a empregada por autores relevantes. Num estudo importante sobre aspectos metodológicos da política comparada (Sartori e Morlino, 1994), os métodos citados pelos autores são o *método experimental*, o *método estatístico*, o *método comparativo*, o *método histórico* e o *estudo de caso*. Num estudo clássico sobre as atitudes políticas, Meynaud e Lancelot (1966) citavam três métodos de estudo: (i) o estudo dos comportamentos políticos (principalmente as opiniões e votos); (ii) a observação intensiva (biografias, entrevistas em profundidade, testes projetivos); (iii) as escalas de atitudes (construídas a partir de respostas sobre proposições padronizadas). Seja qual for a tipologia empregada, a vantagem de uma concepção mais abrangente de método (aqui empregada) está em apontar um aspecto comum sob a diversidade dos procedimentos técnicos empregados.

5.1.1 Método e historicidade

A perspectiva histórica está presente em grande parte dos estudos de socialização política, principalmente nos estudos longitudinais. Mas, são pouco frequentes investigações que apresentam uma abordagem histórica consistente. Vários estudos longitudinais, por

exemplo, não vão além da comparação estrita dos períodos – às vezes restritos aos espaço de uma década – em que os levantamentos de dados foram feitos⁵⁴.

Uma justificativa para tal lacuna é que são ainda raros os dados de pesquisas sobre orientações e atitudes políticas de diferentes épocas históricas. Aliás, este é o grande limite da pesquisa de socialização política hoje: carência de dados que permitam comparações longitudinais. Isso vale inclusive para os Estados Unidos – berço da investigação sobre cultura e socialização política -, mas muito mais para os outros países, incluindo o Brasil.

Todavia, há também uma questão de fundo, que diz respeito à teoria subjacente à pesquisa: o viés comportamentalista, ainda influente, leva a menosprezar a importância da dimensão histórica. Neste trabalho, há um esforço de permear a análise com a reflexão histórica, com base na premissa de que todo aspecto particular é um elemento do *continuum* histórico-social, que lhe confere sentido.

5.1.2 A perspectiva comparativa

A pesquisa de socialização política nasceu no contexto acadêmico norte-americano em que a Política Comparada ganhava força dentro da Ciência Política. Preocupados com a parcialidade e estreiteza de uma ciência feita basicamente à luz da realidade dos Estados Unidos e, secundariamente, da Europa Ocidental, diversos autores começam a questionar desde fins da década de 1950 o paroquialismo e conservadorismo dos cientistas políticos, alertando para a necessidade de sistematizar um método comparativo capaz de apreender a realidade política dos inúmeros países, tanto do ponto de vista das diferenças que possuíam em relação aos Estados Unidos e à Europa, bem como de fugir da esfera legal-institucional, descendo ao nível informal das relações sociais. (Bill e Hardgrave Jr, 1973).

O trabalho pioneiro de Almond e Verba (1963), como já vimos, ilustra bem o esforço de comparar padrões atitudinais de diversos países, buscando as semelhanças e

diferenças entre as distintas realidades, na busca dos elementos universais do processo de socialização política. No entanto, muitos trabalhos subseqüentes não seguiram estes passos, diante das inúmeras dificuldades e altíssimos custos das pesquisas em vários países. Boa parte dos cientistas políticos ateu-se a estudar unicamente o processo de socialização de um único país, tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa, no Japão e, mais recentemente, na América Latina e no Brasil.

O pressuposto assumido neste trabalho é que a perspectiva comparativa é absolutamente necessária para manter a fecundidade da pesquisa de socialização política. Pode-se discutir o procedimento comparativo como tal, mas não se pode abrir mão de um olhar abrangente que considere diversas realidades, inclusive quando se estuda um segmento determinado.

A contribuição fundamental da comparação, como bem assinala Giovanni Sartori, é que ela permite controlar as generalizações: “comparar serve para controlar – verificar ou falsificar – se uma generalização (regularidade) corresponde aos casos aos quais se aplica” (Sartori, 1994). No caso específico da socialização política, a comparação entre distintas realidades sociais foi decisiva para evitar que elementos próprios da realidade norte-americana e européia fossem tomados como universais.

A comparação sistêmica (entre países) é predominante na tradição da Ciência Política, mas novas tendências têm se manifestado nos últimos anos. Não só os cientistas políticos, mas também historiadores e sociólogos têm utilizado nas suas comparações outras unidades de análise que não países. A seguir, alguns exemplos. Charles Tilly, expoente da sociologia histórica, num estudo sobre a formação dos Estados Europeus, toma como unidades de análise as “redes de coerção”, que se agrupam em Estados, e as “redes de troca”, que se agregam em modos de produção regionais. (Tilly, 1996) Giovanni Arrighi, economista e sociólogo, no seu estudo do capitalismo define como unidades de análise os “ciclos sistêmicos de acumulação”, cada qual constituindo um “longo século”, desde o século XVI até hoje. (Arrighi, 1996) No âmbito da Ciência Política, Karl-Dieter Opp,

⁵⁴ Isso vale inclusive para estudos conceituados como os de Jennings e Niemi (1974 e 1981), que, embora contextualizem os resultados de suas pesquisas, não se ocupam em desenvolver uma análise histórica mais consistente.

apresenta uma estratégia de comparação inovadora: vale-se de três pesquisas sobre protesto político, feitas em momentos diferentes, com propósitos diferenciados e sem padronização na amostragem, para confrontar três teorias da ação política – a teoria da escolha racional, a teoria da ação coletiva e a teoria da privação relativa. A comparação não é entre países nem entre populações, e sim entre diferentes teorias. (Opp, 1989)

A diversidade das formas de comparação ampara o esforço comparativo feito neste trabalho. Aqui não se estabelece uma comparação sistemática entre o Brasil e outros países no tocante à socialização política dos jovens. Isso requereria a aplicação do instrumento de pesquisa (o questionário) em outros países, ou que esta pesquisa replicasse pesquisas feitas alhures, o que não é o caso. A perspectiva comparativa norteou a construção do referencial teórico, a definição das questões do questionário e a análise dos resultados. A comparação é desenvolvida em dois níveis: (i) comparação das opiniões dos jovens estudantes com as de seus pais, no intuito de aferir se há uma mudança de cultura política de uma geração para outra; e (ii) comparação das orientações políticas dos jovens brasileiros com as de jovens de outros países, feita com base na literatura internacional.

5.1.3 A opção pelo *survey*

De todas as técnicas de pesquisa social, a de levantamento de opinião, enquete ou *survey* é a mais comumente empregada nos estudos de socialização política.

O *survey* é uma técnica de pesquisa quantitativa que consiste na coleta de opiniões, verbais ou escritas, através de questionário ou entrevista. (Barbetta, 1998) Diferente do uso comercial – em que há apenas o interesse imediato de obtenção de indicadores em relação a um certo fenômeno – os *surveys* acadêmicos destinam-se obter dados para testar hipóteses e elaborar teorias. No presente caso, as opiniões obtidas através de questionários preenchidos por estudantes brasileiros do ensino médio e seus pais servirão para testar as hipóteses sobre como acontece a socialização política dos jovens hoje no Brasil.

O principal atrativo da técnica *survey* está na generalização dos resultados para o público de massa, o que não acontece com as técnicas qualitativas. As opiniões colhidas em uma amostra representativa permitem, dentro de uma margem de erro previamente calculada, generalizar os resultados para o conjunto da população. Aqui, a pesquisa foi planejada para possibilitar a generalização dos dados obtidos para os estudantes brasileiros do ensino médio residentes em capitais e cidades de médio porte (de 70.000 a 200.000 habitantes).

Russel Neuman (1988, p. 183) diz que há três escolas diferentes acerca do uso da pesquisa *survey*. Uma é a dos que utilizam o *survey* pesadamente, sem preocupação com suas fragilidades. A segunda é a dos que não usam tal técnica, por seu ceticismo em relação a sua capacidade de avaliar convicções e opiniões de forma realista. A terceira é a dos que se valem do *survey*, mas reconhecem suas fragilidades. Esta terceira postura caracteriza as convicções norteadoras do presente trabalho.

Entre as muitas críticas ao *survey* e às técnicas quantitativas nas Ciências Sociais destacam-se as acusações de que elas induzem as respostas, confundem simples opiniões com atitudes, de que só captam aspectos superficiais da subjetividade humana e estão vinculadas ao positivismo. Tais críticas são parcialmente pertinentes. De fato as técnicas quantitativas possuem evidentes limites no que tange à busca de compreensão da subjetividade. É preciso evitar o que Jean-Louis Besson (1995) chama de “fetichismo das estatísticas”, concepção segundo a qual as estatísticas são um reflexo da realidade. Segundo esse autor, a tentativa de obter quadros sintéticos através de procedimentos estatísticos se assemelha muito menos à fotografia do que à pintura, dado o elevado grau de subjetividade que marca a elaboração e utilização dos dados estatísticos. No caso dos *surveys*, a opinião colhida tanto em questões fechadas como em abertas responde apenas às questões que lhe são colocadas: “A formulação das questões e das respostas sugeridas tem grande importância, mas o essencial se concentra na conceituação preliminar do fenômeno: escolha do fenômeno a estudar, elaboração de um esquema para analisá-lo. Dessa forma, o ‘fato’ apreendido é condicionado pelo questionamento.” (Besson, 1995, p. 48) As estatísticas não dispõem em si de qualquer critério de verdade. É o contexto, o contorno,

que determina seu sentido. Os dados, como tal, não dizem nada. Eles adquirem sentido dentro de uma teoria explicativa.

Uma crítica que não é pertinente – e cabe destacá-la em vista do referencial teórico subjacente a esta pesquisa – é a de que as técnicas quantitativas estão associadas a um referencial positivista. Segundo diversos autores, a opção pelo *survey* indicaria também uma opção filosófica pela vertente positivista e afiliados (behaviorismo, funcionalismo, etc). Esta crítica é deslocada, pois não há um vínculo necessário entre a concepção epistemológica e a técnica de pesquisa. (Baquero, Gonçalves e Baquero, 1995) É perfeitamente possível que uma concepção dialética da socialização política, como a que subjaz a esta pesquisa – se valha de dados empíricos gerados por *survey*.

Na tradição da socialização política, onde os *surveys* predominam, há um certo consenso entre os autores de que a melhor técnica é o *painel longitudinal entre países* (“cross-national longitudinal panel”). (Dekker, 1996; Jennings e Niemi, 1981) No entanto, o *painel* (*survey* aplicado à mesma amostra em diferentes períodos de tempo) é uma técnica dispendiosa e de difícil execução, em geral viável apenas em institutos de pesquisa. Após o *painel*, pode-se colocar como técnica mais adequada a pesquisa longitudinal, ou seja, aplicar o mesmo instrumento em diferentes períodos de tempo. Mas, no Brasil a pesquisa disponível sobre socialização política é pequena e restrita a âmbitos regionais, como foi exposto anteriormente. Esta pesquisa não integra um *painel* nem replica pesquisas anteriores, mas se apóia conceitual e metodologicamente em pesquisas já desenvolvidas.

Outro ponto que também merece comentários é a eficácia do *survey* nos diversos grupos etários. A experiência mostrou que ele é pouco produtivo com crianças, o que levou a cientista política francesa Annick Percheron (1993, cap. 3) a criar o método de “palavras-estímulo” para aferir reações afetivas e idéias a elas associadas. Por exemplo, ao lado de termos como “classe social”, “igualdade”, “comunismo”, “cidadão”, “eleição”, foram colocadas as opções “não gosto”, “gosto” e “não conheço”. A partir daí esta pesquisadora inferiu padrões de preferências das crianças, interpretados por ela na perspectiva da diáde esquerda-direita. Observando estudos em vários países, Henk Dekker (1996, p. 401) sugere que para crianças pequenas o pesquisador se valha de entrevistas com uso de materiais;

com crianças de 12 anos e mais, junto com as entrevistas solicitar um pequeno ensaio; para os adolescentes de 14 anos e mais bem como para os adultos, o questionário.

Sempre que possível, deve-se combinar diferentes abordagens e métodos. Aqui, as condições financeiras e de tempo obrigaram à limitação do emprego do *survey* de estudantes e seus pais.

5.2 Desenho da pesquisa

Para dar conta dos problemas que a pesquisa se propôs e testar as hipóteses enunciadas na Introdução, além da consulta à bibliografia disponível e observação dos epifenômenos da política nacional, foi estruturado um *survey* em âmbito nacional, aplicado a estudantes do ensino médio⁵⁵ e seus pais.

5.2.1 Período de realização

O período de realização da pesquisa de campo foi o ano de 1999. Em março foi iniciada a busca de dados sobre número de escolas e estudantes em cada cidade junto às secretarias estaduais de educação. Apesar de algumas dificuldades, em todos os casos foi obtida uma listagem completa de escolas e alunos. A partir daí, foi feita a seleção (aleatória) das escolas em que seriam aplicados os questionários. Auxiliares de pesquisa em cada cidade iniciaram então os contatos com as direções das escolas para solicitar autorização para realização da pesquisa (em raros casos houve negativa, obrigando a seleção de novas escolas). Em abril, o questionário foi submetido a um pré-teste, com êxito, em algumas turmas de estudantes na cidade de Santa Cruz do Sul. De maio até outubro foi procedida a aplicação dos questionários nas diversas cidades.

⁵⁵ Os estudantes constituem-se em fonte de informação em pesquisas de ciências sociais – através de entrevistas, questionários e outras técnicas – pelo menos desde a pesquisa de Allport, em 1928. (Niemi, 1974, p. 5)

O processamento estatístico dos resultados foi iniciado em outubro, através do software SPSS (Statistical Package for Social Science).

5.2.2 População

Foram escolhidas dez cidades – cinco capitais e cinco cidades de médio porte⁵⁶ -, abrangendo todas as regiões geográficas do Brasil. As cidades são as seguintes: Porto Alegre e Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul – Região Sul); Belo Horizonte e Viçosa (Minas Gerais – Região Sudeste); Goiânia e Rio Verde (Goiás – Região Centro-Oeste); Recife e Arcoverde (Pernambuco – Região Nordeste); Manaus e Itacoatiara (Amazonas – Região Norte). Problemas operacionais impediram a efetivação da pesquisa nas cidades da Região Norte (Manaus e Itacoatiara).

Além do critério da diversidade geográfica, a escolha das cidades foi feita com base em algumas características comuns (população mínima de 50.000 habitantes, elevado índice de urbanização, existência de universidade ou faculdade) e apoio local para a efetivação da pesquisa.

A população total de estudantes do ensino médio das oito cidades pesquisadas, em 1999, era de 379.868 alunos, conforme informações prestadas pelas respectivas secretarias de educação.

5.2.3 Plano de amostragem

Para viabilizar uma pesquisa de âmbito nacional sem a disponibilidade de grandes recursos financeiros, optou-se pela *amostragem de conglomerados* para definição dos estudantes a responderem o questionário. Tal procedimento amostral já vem sendo utilizado anteriormente em pesquisas sobre estudantes, como Baquero (1997), Souza (1983), Nazzari (1995) e Ferreira (1995).

⁵⁶ É utilizado aqui o critério empregado por Avelar e Lima (2000) para classificar os municípios segundo seu porte demográfico: “micro município” é o que possui menos de 10 mil habitantes; “município pequeno” é o que possui de 10 mil a 19.999 habitantes; “médio”, entre 20 mil e 99.999 habitantes, e “grande”, com 100 mil habitantes ou mais.

A *amostragem por conglomerados* consiste num primeiro estágio em selecionar conglomerados de elementos. Num segundo passo, observam-se todos os elementos dos conglomerados selecionados ou faz-se nova seleção, tomando amostras extraídas do primeiro estágio. (Barbetta, 1998, p. 49) No presente caso, o primeiro estágio consistiu na seleção aleatória das escolas, respeitando-se a proporção entre públicas e privadas. Definidas as escolas, foram selecionadas – aleatoriamente – as turmas de alunos que responderam o questionário. Depois de responder o seu questionário, cada aluno(a) recebeu um questionário para ser preenchido pelo pai, mãe ou pessoa adulta responsável.

O número de questionários por cidade foi definido da seguinte forma: aproximadamente 300 questionários nas capitais e 200 questionários nas demais cidades.

A aplicação de questionários em sala de aula é um procedimento comum de pesquisa sobre opiniões e atitudes de estudantes. A vinculação deste procedimento com o de solicitar aos pais o preenchimento de questionários é menos comum no Brasil, mas já faz parte da tradição da socialização política em outros países – por exemplo, nos Estados Unidos, desde a década de 1960 (Niemi, 1974) e no Japão, desde os anos 70 (Massey, 1973).

O *erro amostral* da pesquisa é de 2,31% para um nível de confiança de 95%.

A fórmula utilizada para o cálculo do erro amostral foi a seguinte:

$$\text{Erro} = z \cdot \sqrt{[(1/n - 1/N) \cdot pq]}, \quad \text{em que}$$

z é o valor da distribuição normal, de acordo com o nível de confiança;

n é o tamanho da amostra;

N é o tamanho da população;

pq é a estimativa de variabilidade da proporção.

Os valores considerados foram os seguintes:

Tamanho da população: $N = 379.868$

Tamanho da amostra: $n = 1787$

Produto PQ = 0,25

Nível de Confiança = 0,95

z (calc. a partir do NC) = 1,96

5.2.4 Processamento estatístico dos resultados

O processamento estatístico das informações dos questionários foi feito através do programa SPSS (Statistical Package for Social Science), reconhecido internacionalmente como um dos programas mais apropriados para a pesquisa social.

5.2.5 Questionários

O questionário dos estudantes (Apêndice 1) constitui-se de 60 questões. Destas, 53 questões são *fechadas* (assinalar alternativas) e 7 *abertas* (preencher espontaneamente).

O questionário dos pais/responsáveis (Apêndice 2) é menor, contendo 33 questões, com apenas uma questão *aberta*. Na maior parte, as questões são idênticas ao do questionário dos filhos, para possibilitar a comparação das respostas.

Com a finalidade de permitir a comparação entre cada par estudante-pai/responsável, foi feita a numeração dos questionários e tomado um severo cuidado para que cada estudante levasse para os pais/responsáveis um questionário com número idêntico ao que havia respondido em sala.

As questões formam um conjunto original, mas diversas questões são idênticas a de outras pesquisas, para viabilizar a comparação. Várias questões são formulações do autor.

6 ATITUDES POLÍTICAS DOS JOVENS BRASILEIROS

6.1 Dados gerais da amostra

Um total de 1.787 jovens respondeu o questionário⁵⁷, em oito cidades, pertencentes a quatro regiões geográficas do país. Em conformidade com o planejamento feito, o número de questionários nas capitais é, em todas as regiões, superior às demais cidades.

A distribuição dos jovens por cidade e região está expressa na Tabela 5.

TABELA 5 – Caracterização da amostra dos jovens

Região	Cidades	Nº Escolas	Nº Questionários	%
Sul	Santa Cruz do Sul	05	243	13,6
	Porto Alegre	06	253	14,2
Sudeste	Viçosa	05	193	10,8
	Belo Horizonte	06	234	13,1
Centro-	Rio Verde	03	185	10,4
Oeste	Goiânia	06	260	14,5
Nordeste	Arcoverde	05	171	9,6
	Recife	08	248	13,9
Total	O8	44	1.787	100,0

⁵⁷ Ao todo, 1.925 estudantes responderam o questionário, mas 138 deles possuíam idade acima de 24 anos, não se constituindo em jovens e sim em adultos, segundo delimitações empregadas neste trabalho.

Os questionários foram aplicados em um total de 44 escolas. Com base no pressuposto de que o *status* sócio-econômico das famílias dos alunos está refletido na opção por escolas públicas e privadas – nas escolas privadas, via de regra, estudam alunos de maior poder aquisitivo do que nas públicas – a aplicação dos questionários seguiu a proporção de alunos em educandários públicos e privados, conforme dados fornecidos pelas secretarias de educação. Do total dos 1.787 estudantes da amostra, 1.297 (72,6%) estudam em escolas públicas e 490 (27,4%) em escolas privadas.

A distribuição das séries do ensino médio a que pertencem os estudantes é a seguinte: 31,4% pertencem à 1ª série, 29,5% pertencem à 2ª série e 37,6% à 3ª série. O restante (1,5%) não respondeu a questão. A distribuição das séries resultou de sorteio das turmas em cada escola.

Quanto ao sexo, a maioria dos estudantes é constituída por mulheres: 56,5% do total. Os homens constituem 42,6%, sendo que 1% não respondeu a questão. Esta proporção entre homens e mulheres condiz com os números nacionais disponíveis, que indicam a maior presença do sexo feminino nas escolas.

A idade mínima encontrada entre os estudantes foi de 14 anos. Conforme explicado anteriormente, os indivíduos com idade entre 12 e 18 anos são considerados *adolescentes* e constituem 69,1% do total. Os *jovens adultos*, de 19 a 24 anos, representam 25,3%. Os demais (5,6%) não assinalaram sua idade.

Quanto ao estado civil, a imensa maioria dos estudantes da amostra é constituída por solteiros – 92,8%. Há 3,1% de casados, e o restante divide-se entre separados (0,2%), outros (2,4%) e não respondeu (1,4 %).

A situação familiar dos estudantes em 66,0% dos casos corresponde à família nuclear, em que o jovem mora com pai e mãe. Um número muito expressivo – 18,7% - mora somente com a mãe, o que por si só indica que as mães têm um papel muito expressivo no processo global de socialização política do país. Os casos em que os jovens vivem na companhia só do pai é pouco expressivo – 2,1%. Moram com parentes ou amigos

4,2%, com esposo(a) ou companheiro(a) 3,7%, sozinho(a) 1,0%, enquanto os demais indicaram outras formas ou não responderam.

No quesito religião, os católicos representam 73,5%. Os evangélicos luteranos constituem 5,3%, os espíritas 3,6%, os integrantes da Assembléia de Deus 3,0%, da Igreja Universal 1,1%, de religiões afro-brasileiras 0,6%, sendo que 11,9% indicaram outras opções religiosas. Este perfil condiz com os números oficiais sobre a opção religiosa dos brasileiros, embora seja amplamente conhecido de que não corresponde à efetiva prática religiosa, marcada entre outros aspectos pela pequena presença de fiéis praticantes regulares, principalmente católicos, e pelo sincretismo religioso.

No tocante à situação profissional, 30,9% dos estudantes responderam que “estou empregado”, 15,2% assinalaram que “já fui empregado, mas agora estou desempregado”, 45,0% que “nunca estive empregado”, enquanto 8,4% indicaram outra situação e 0,4% não responderam. Estes números são compatíveis com os dados nacionais que mostram o elevado grau de desemprego entre os jovens.

6.2 Atitudes acerca da sociedade e da política⁵⁸

6.2.1 Satisfação acerca da sociedade atual e expectativas frente ao futuro

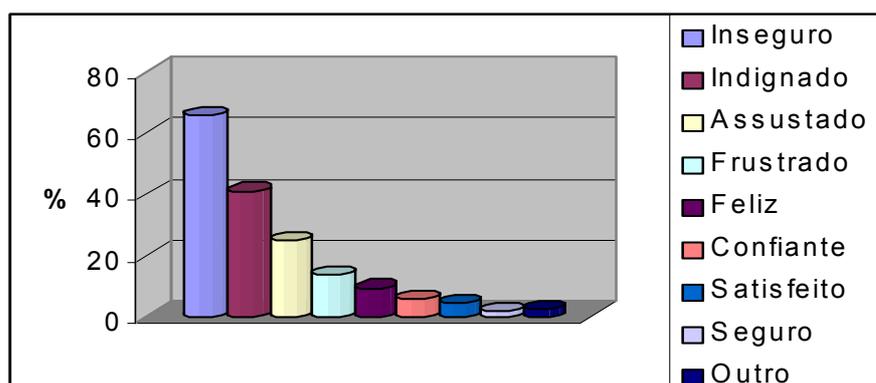
A relação que os indivíduos estabelecem com a esfera institucional da política – os três poderes, o voto, os partidos, etc – está intimamente vinculada com as atitudes mais gerais frente à sociedade e às relações de poder em seu ambiente. A percepção que as

⁵⁸ Quando baixos e considerados não relevantes do ponto de vista do seu significado intrínseco, os percentuais de “não respondeu” serão omitidos neste e no próximo capítulo, o que explica que a soma dos percentuais das alternativas fique um pouco abaixo dos 100%.

peças têm do seu ambiente social predispõe-nas a uma postura de cooperação, de animosidade ou de apatia frente às instituições e aos agentes políticos.

Baseado neste pressuposto, o questionário começou indagando aos estudantes sobre “*Como você se sente hoje na sociedade?*”, apresentando diversas alternativas tanto de satisfação quanto de insatisfação. Os resultados indicam uma grande supremacia dos itens de insatisfação dos jovens, como revela a Figura 2. A questão permitia múltipla escolha, de modo que os 1.787 respondentes forneceram 3.026 respostas. Os percentuais foram calculados sobre o número de respondentes, o que explica que o total ultrapasse os 100%.

FIGURA 2 - Como se sentem os jovens na sociedade atual



N = 1.787

Fonte: *Juventude e Política/1999*⁵⁹

As alternativas de insatisfação são largamente majoritárias. Das alternativas propostas no questionário, a opção “inseguro” (65,5%) foi a mais assinalada, vindo após as de “indignado” (40,9%), “assustado” (25,0%) e “frustrado” (13,6%). A opção pelo adjetivo “inseguro” seguramente está associado aos problemas da violência e criminalidade, detectados por diversas pesquisas como aquele que mais preocupa os jovens na atualidade. (Fundação Perseu Abramo, 1999⁶⁰; Waiselfisz, 1998) O adjetivo “indignado” possivelmente está relacionado às nossas mazelas sociais e também ao problema da corrupção e malversação do dinheiro público, conforme será aprofundado adiante.

⁵⁹ Todas as tabelas a partir desta têm como fonte a presente pesquisa *Juventude e Política*, realizada em 1999.

⁶⁰ A pesquisa “*Juventude: Cultura e Cidadania*”, realizada pela Fundação Perseu Abramo em novembro de 1999, entrevistou 1806 jovens de 15 a 24 anos, residentes em 9 regiões metropolitanas: Grandes Porto

As opções de satisfação com a sociedade foram assinaladas por um número bastante inferior de jovens: a opção “feliz” recebeu 9,4%, “confiante” 5,7%, “satisfeito” 4,4% e “seguro” 1,7%.

A absoluta maioria dos jovens se mostra, pois, insatisfeita com a sociedade brasileira atual. Estes números não são surpreendentes se considerarmos o quadro de desigualdades sociais, pobreza e demandas não atendidas, que hoje caracteriza o Brasil. Mas, a consideração do contexto econômico e social não permite estabelecer uma relação mecânica de causa-efeito com a insatisfação dos jovens com a sociedade atual. O sentimento de satisfação ou insatisfação dos cidadãos depende da consideração de diversos aspectos, que levam em conta não só as condições do presente mas também a percepção do passado e do futuro. Por exemplo: se alguém percebe a situação presente como ruim, mas avalia que o passado era pior, que melhorias estão em curso e que o futuro será mais promissor, tal combinação tende a gerar um sentimento de satisfação com a situação presente. O oposto tende a gerar insatisfação.⁶¹ Há que levar em conta, por outro lado, que em tempos de globalização ao se falar em “sociedade atual”, ao menos implicitamente estão presentes as circunstâncias internacionais, atualizadas diariamente pela mídia.

Sexo. Não há diferenciação significativa entre homens e mulheres quanto ao sentimento frente à sociedade. Mas, observa-se que nas alternativas de insatisfação os percentuais das mulheres é sempre maior e nas de satisfação é sempre menor. A maior insatisfação das mulheres tem explicação à luz das suas condições de vida, que são mais desfavoráveis em múltiplos aspectos (dupla jornada de trabalho, menor remuneração no mercado de trabalho, discriminações e assim por diante).

Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belo Horizonte. A coordenação foi de Gustavo Venturi e Marisol Recamán. Esta pesquisa será mencionada em diversos momentos deste trabalho por ter abrangência nacional e semelhança em diversos aspectos com o presente estudado.

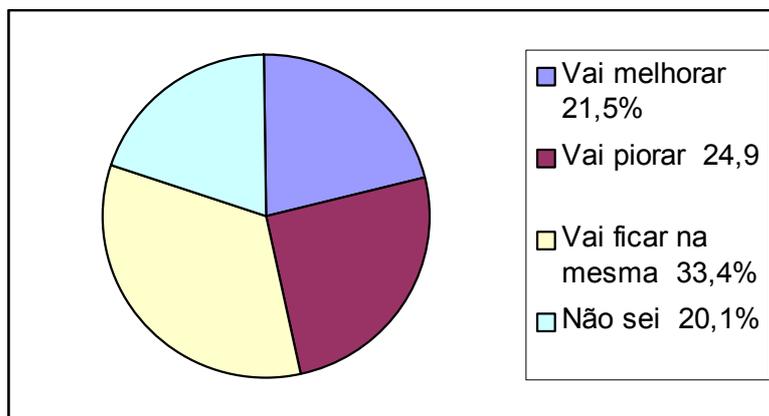
⁶¹ Esta perspectiva tem respaldo na literatura existente. Susan Stokes e outros, por exemplo, ao fazerem uma análise da reação da população em diversos países às reformas neoliberais, criam a categoria do *voto intertemporal*: os eleitores fazem uma avaliação retrospectiva e prospectiva, que pode ser inversamente relacionada: se a economia piora, o público pode estar otimista quanto ao futuro; e se a economia cresce, pode acreditar que as reformas estão falhando. A lembrança do passado justifica tal paradoxo. (STOKES, Susan. “Public opinion and market reforms: the limits of economic votig”. *Comparative Political Studies*, vol. 29, nº 5, out. 1996.)

Situação sócio-econômica. Constatase alguma diferenciação interna, mas não em sentido homogêneo. Algumas alternativas de satisfação foram mais citadas por jovens das classes mais abastadas, em outras eles superam nas alternativas de insatisfação. Esse quadro é congruente com a interpretação aqui assumida de que não há uma relação automática afluência econômica/satisfação, carência econômica/insatisfação.

Municípios. Santa Cruz do Sul apresenta índice bem acima da média de jovens que assinalaram a opção “feliz” (18,0%) e “seguro” (4,0%); no extremo oposto está Belo Horizonte (1,7% e 0,4%, respectivamente).

Na perspectiva aqui adotada, a insatisfação dos jovens está vinculada à leitura de que a realidade presente não significa um avanço em relação às mazelas do passado e que o futuro não se afigura mais promissor. Tal interpretação é corroborada pelos resultados da questão sobre a expectativa quanto ao futuro do Brasil. Os índices constam na Figura 3.

FIGURA 3 - Expectativas quanto ao futuro do Brasil



N = 1.787

Os resultados evidenciados pela figura mostram que pouco mais de 20% dos jovens acreditam que o futuro será melhor que o presente, enquanto quase 80% são pessimistas, céticos ou indecisos. São indícios claros de que para a maior parte dos jovens faltam perspectivas de uma vida melhor, o que pode estar associado à dinâmica política no sentido de um afastamento das instituições e das autoridades, bem como da pouca disposição para participar ativamente das decisões públicas.

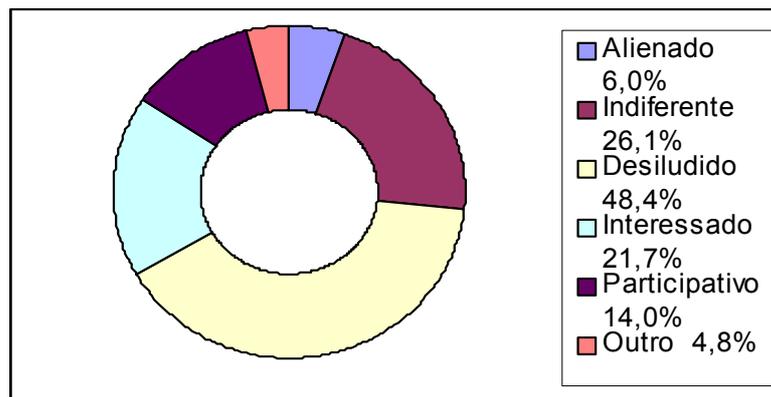
A insatisfação com a sociedade atual e a ausência de expectativas favoráveis acerca do futuro do país constituem-se em elementos psicológicos preocupantes para a consolidação democrática. A esse respeito, Ronald Inglehart pondera que o sentimento subjetivo de bem-estar é essencial para conferir legitimidade ao regime político. A satisfação com a própria vida chega a ser mais decisiva, segundo ele, para a democracia do que a satisfação com o sistema político. A satisfação política pode flutuar rapidamente no tempo, mas a satisfação com a vida é relativamente estável. (Inglehart, 1997, p. 176-177)

6.2.2 Auto-definição, interesse e comunicação política

O melhor veredito sobre a qualificação política de um indivíduo frequentemente não é o seu próprio. A auto-percepção facilmente sucumbe às armadilhas ideológicas (no sentido marxiano do termo) e do subconsciente. Mas, isso não retira a importância de que uma investigação voltada às atitudes e orientações busque aferir a auto-qualificação política dos indivíduos. Um dos pressupostos desta investigação é de que o lugar e o papel que os cidadãos atribuem a si mesmos no sistema político são elementos vitais para entender a sua conduta política.

A questão destinada a aferir a auto-definição política dos estudantes foi a seguinte: “*Como você define a si próprio em termos de política?*” (de múltipla escolha) Foram apresentadas duas alternativas de cunho negativo – *alienado* e *desiludido* –, duas alternativas positivas – *interessado* e *participativo* – e uma alternativa aparentemente neutra – *indiferente*, além da opção *outro*. Os índices obtidos estão expressos na figura a seguir.

FIGURA 4 - Auto-definição política



N = 1.760

A opção “alienado” obteve o índice de 6,0%, o que não deixa de ser bastante expressivo, visto a conotação que este termo possui no linguajar cotidiano: “estar por fora”,

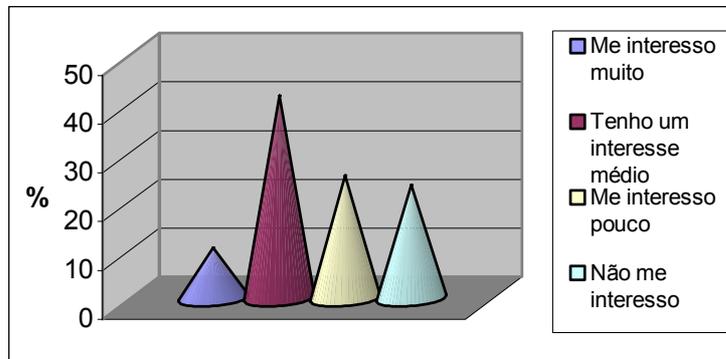
“não entender nada do assunto”. O fato de 6,0% dos estudantes entrevistados assumirem que não entendem nada de política é relevante por indicar que este segmento se auto-exclui expressamente da dimensão política. A alternativa “desiludido” é apontada por quase metade dos respondentes, 48,4%, o que corrobora o quadro de distanciamento e recusa do mundo da política que vem sendo traçado por inúmeras pesquisas das últimas décadas. Aos alienados e desiludidos não pode deixar-se de acrescentar os 26,1% que se autodefinem “indiferentes”, pois a indiferença significa também exclusão quanto à ação política consciente. As opções positivas, que indicam disposição subjetiva de participação consciente da política, alcançaram índices muito inferiores: a alternativa “interessado” obteve 21,7% e “participativo” obteve 14,0%.

A autodefinição dos jovens indica, portanto, uma disposição majoritária de distanciamento e omissão quanto à política. Menos de 1/3 das respostas apontam para a inserção e o compromisso. Tais resultados são consoantes com os sentimentos de insatisfação com a sociedade atual e de falta de confiança no futuro do país anteriormente relatados.

Este quadro proporcionado pela autodefinição não deve ser absolutizado. A boa metodologia recomenda que não se estabeleça tipologias apressadas com base em apenas um conjunto de respostas. Os dados sobre interesse pela política, bem como os demais itens que são apresentados sucessivamente, evidenciam a necessidade de compor vários conjuntos de respostas para propor uma tipologia dos jovens brasileiros do final do século.

A pergunta acerca do interesse pela política é uma das questões clássicas nos *surveys* das pesquisas de cultura e socialização política, e é empregada como indicador da categoria de eficácia política. A Figura 5 traz os dados referentes à pergunta “*De modo geral, você se interessa por política?*”.

FIGURA 5 - Nível de interesse pela política



N = 1.778

Os dados elencados na figura indicam que numa ponta há cerca de 10% dos estudantes da amostra com grande interesse pela política e na outra cerca de 23% com nenhum interesse. Na faixa intermediária, um contingente em torno de 41% com um interesse mediano e outro de 25% com pouco interesse.

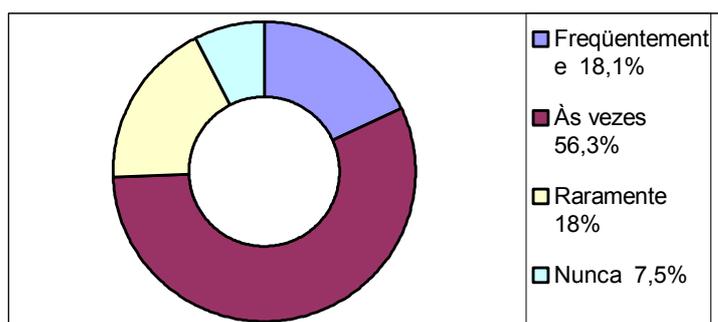
Influência das variáveis. Há uma correlação fraca entre o interesse pela política e os municípios. Os percentuais não se distribuem conforme uma lógica geográfica. Quanto ao sexo, os índices masculinos são um pouco maiores entre os que têm muito interesse (12,5% contra 8,8%) e um pouco menores entre os que têm pouco interesse (22,9% contra 26,7%). Com relação à situação sócio-econômica, os índices de interesse são um pouco maiores entre as classes mais abastadas, mas de modo muito mais tênue do que costuma indicar a literatura internacional.

Estes resultados podem ser interpretados na linha de uma predisposição tendencialmente negativa para o exercício da cidadania. Se somarmos, por exemplo, os que se interessam pouco com os que não se interessam chegamos a quase 50% do total, o que pode ser lido como a auto-exclusão política da metade da amostra. Mas, é possível também olhar os números sob um ângulo menos pessimista. A soma dos que tem um interesse médio com os que demonstram pouco interesse chega a 65%. Este segmento intermediário, numericamente o mais expressivo, corresponde ao que na *teoria dos três públicos* (Neumann, 1986) é denominado de *público de massa*, caracterizado por um interesse pequeno pela política, um tanto cínico em relação aos agentes políticos, mas assumem seu

dever de votar. Na ponta de baixo, situam-se os *apolíticos* – que não tem opiniões formadas nem querem envolvimento com assuntos políticos, e na ponta de cima os *ativistas*, que tem um alto nível de envolvimento.

A comunicação política é um indicador que mede a intensidade com que assuntos do campo político estão presentes nos contatos interpessoais cotidianos. Um elevado grau de interesse costuma estar associado com conversas freqüentes sobre temas políticos. A figura 6 apresenta as respostas à questão “*Você costuma falar de política, por exemplo sobre eleições, o governo ou a situação do país?*”

FIGURA 6 - Comunicação política



N = 1.775

Os índices evidenciam que, apesar da insatisfação com os rumos da política, a grande maioria dos jovens da amostra conversa sobre o assunto, seja freqüentemente (18,1%), seja às vezes (56,3%). Um quarto dos jovens é composta por quem pouco (18,0%)

ou nada (7,5%) se ocupa em dialogar sobre questões como as eleições, o governo ou a situação do país.⁶²

A localização geográfica pouco afeta a comunicação política. Arcoverde aparece como o município com menor índice de “freqüentemente” (10,6%) e o maior índice de “nunca” (12,4%). O sexo também não implica em diferenciações significativas acerca da comunicação política. O mesmo acontece com a classificação social, onde se constata que a classe A apresenta os maiores índices de “freqüentemente” (29,5%) e a classe E os maiores de “nunca” (11,2%).

Estes resultados indicam que em tempos de grande insatisfação com a política, os jovens não deixam de conversar sobre assuntos políticos. O descontentamento e a desconfiança não impedem o debate político no caso de $\frac{3}{4}$ dos jovens da amostra. Este dado tem um significado ambivalente. Por um lado, a maior parte das falas sobre política possivelmente está tomada de críticas aos agentes e instituições. Por outro, a conversa sobre assuntos políticos é um elemento importante para a politização dos indivíduos – na linha de análise sugerida por Vigotsky – e neste sentido é um fator favorável à sofisticação e a participação. A fala sobre temas políticos é uma porta para a revisão de opiniões, a compreensão mais aprofundada de certos aspectos e a perspectiva de maior participação. Mas, este potencial politizador é apenas seminal; a comunicação política favorece mas não é suficiente para a melhor compreensão do mundo político.

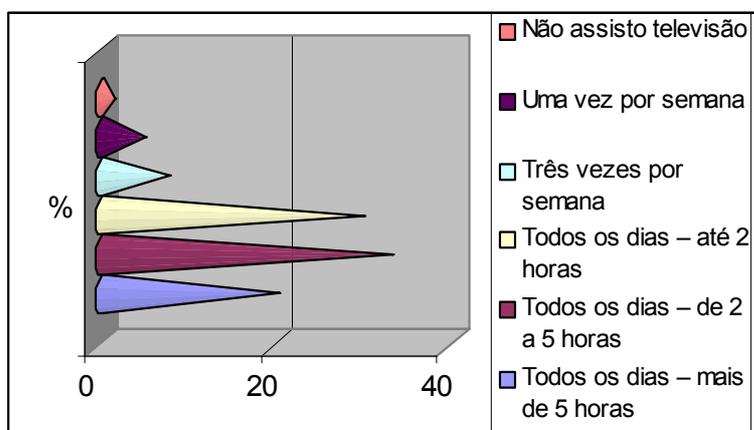
⁶² A pesquisa “Juventude: Cultura e Participação” (Fundação Perseu Abramo, 1999) encontrou entre os jovens metropolitanos índices menos favoráveis quanto à comunicação política. Perguntados se conversam com outras pessoas sobre política, 10% responderam “sempre”, 42% responderam “de vez em quando” e 48%, “nunca”. Essa discrepância é explicável a partir da escolaridade: a presente pesquisa trata de estudantes, a outra de jovens de um modo geral.

6.2.3 Informação política e confiança na mídia

A informação política mensura as fontes e a intensidade da recepção de informações sobre a esfera política. Os meios de comunicação são, é claro, os principais veículos de difusão de tais informações, mas não se deve esquecer que as conversas e contatos cotidianos também são relevante fonte de informação.

Devido à reconhecida importância da televisão na vida dos indivíduos de todas as idades hoje, buscou-se mensurar o tempo que os jovens investem em televisão. Os dados obtidos constam na Figura 7.

FIGURA 7 - Tempo médio de assistência à TV



N = 1.787

Estes números são bastante eloqüentes quanto à importância que a TV possui na vida dos jovens. Nada menos que 21,2% dos jovens declararam ficar mais de 5 horas à frente da televisão todos os dias, e outros 33,3% permanecem de 2 a 5 horas. A meio caminho, 29,9% assistem todos os dias até 2 horas. Os que assistem pouco à televisão não representam mais que 13% – 7,7% assistem televisão em média três vezes por semana e 5,1% uma vez por semana. Apenas 1,7% não costumam assistir televisão.

A variação entre os municípios quanto ao tempo dispendido pelos jovens diante da TV não é muito acentuada. Recife (35,1%) e Arcoverde (28,7%) aparecem como os municípios em que os jovens ficam mais de 5 horas diárias em frente à TV, enquanto Viçosa (11,9%) e Santa Cruz do Sul (13,6%) aparecem com os menores índices neste quesito. Rio Verde (4,3%) e Recife (3,6%) são os municípios com maior índice de “não assisto TV”. Quanto ao sexo, os índices são assemelhados para rapazes e moças. Quanto à classificação sócio-econômica, a variação é moderada, sendo que o menor índice do item “mais de 5 horas diárias” é da classe A (12,5%) e o maior da classe E (24,2%); no item “não assisto TV”, o maior índice é da classe E (6,3%) e o menor da classe B (0,9%).

A questão que buscou aferir as principais fontes de informação política e sua intensidade foi a seguinte: “*Você costuma se informar sobre política pelos meios de comunicação? Indique como.*” Os resultados obtidos constam na Tabela 6.

TABELA 6 - Fontes de informação política⁶³

Fontes de Informação	Freqüentemente (%)	Às vezes (%)	Raramente (%)	Nunca (%)
Artigos sobre política em jornal	16,3	34,0	26,7	17,1
Artigos sobre política em revistas	10,0	28,5	30,8	24,0
Noticiário político no rádio	12,4	25,1	25,3	29,5
Noticiário político na televisão	36,2	32,8	15,8	10,5

⁶³ A diferença da soma dos índices em relação a 100% é de “não respondeu”.

Horário eleitoral na televisão	8,3	22,8	29,5	33,1
Horário eleitoral no rádio	1,6	6,5	18,7	65,8

N = 1.787

Das diversas fontes de informação política listados, o noticiário televisivo aparece como o principal: cerca de 70% dos jovens da amostra se valem dele seja freqüentemente (36,2%) ou às vezes (32,8%), sendo que 15,8% o fazem raramente e apenas 10,5% nunca assistem. Os artigos de jornais vêm em segundo lugar: 16,3% assinalam que lêem freqüentemente e 34,0% lêem às vezes matérias políticas, perfazendo mais de 50% da amostra. Os artigos sobre política em revista aparecem na seqüência, constituindo-se em fonte de informação para cerca de 40% dos jovens (10,0% com freqüência e 28,5% às vezes).

A leitura de jornais é mais afetada pela variável município do que por sexo ou classe social, as quais incidem pouco nas respostas. Recife (31,5%) e Santa Cruz do Sul (19,8%) são as cidades em que os jovens lêem notícias políticas com maior freqüência. Arcoverde (22,8%) lideram no item “nunca”. A audiência aos noticiários políticos de rádio é maior em Rio Verde (21,1%) e Viçosa (18,7%) e menor em Santa Cruz do Sul (38,3%). O sexo não influencia a audiência de rádio. A classe social influencia um pouco, sendo menor nas classes A e B que nas demais. A leitura de artigos sobre política em revistas é influenciada moderadamente pela variável municípios, sendo que o maior índice de leitura “freqüente” está em Recife (23,4%) e de “nunca” em Arcoverde (32,2%). Sexo não afeta este quesito. Classe social incide muito pouco, com índices levemente superiores de leitura nas classes A e B. A assistência aos noticiários da TV é maior em Viçosa (50,3%), mas no geral é semelhante nas diversas variáveis, não apresenta variações significativas em nenhuma das variáveis. O horário eleitoral na TV é mais assistido nos municípios da Região Sul, em que a soma dos índices de “freqüentemente” e “às vezes” atinge cerca de 40% dos estudantes, enquanto em Recife e Belo Horizonte estão em torno de 25%. Mulheres apresentam índices de assistência levemente menores que os homens. A classificação sócio-econômica não tem incidência sobre este item. A audiência do horário

eleitoral no rádio é maior entre os jovens de Arcoverde e Rio Verde, não tem diferenciação por sexo e é maior na classe E.

O fato dos noticiários televisivos aparecerem em primeiro lugar confirma as opiniões correntes sobre o assunto. A televisão está presente em 87,7% dos lares brasileiros⁶⁴, os noticiários televisivos são gratuitos mais fáceis de “consumir” do que materiais escritos. O que surpreende favoravelmente é o expressivo número (aproximadamente 50%) de jovens que lêem, freqüente ou esporadicamente, matérias políticas nos jornais, num país em que os jornais tem um público bastante exíguo. O mesmo pode se dizer das revistas, que tem circulação menor, e mesmo assim um número bem razoável (quase 40%) de jovens utilizam-nas como fonte de informação política.

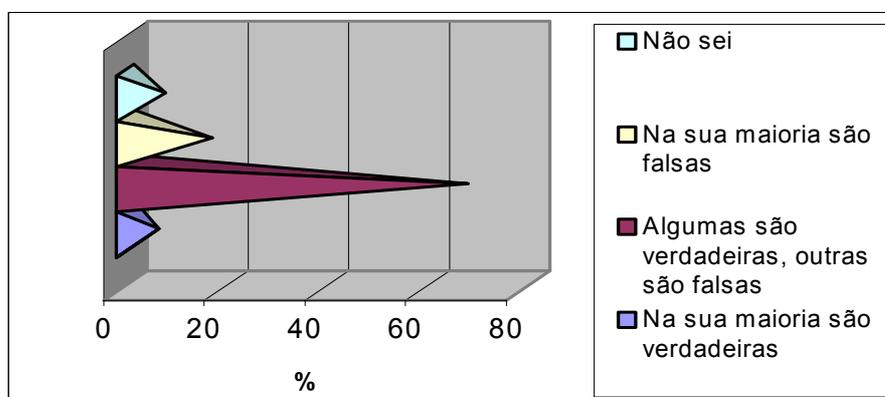
O horário eleitoral gratuito na televisão e no rádio, assegurado em lei, tem uma audiência restrita. Os índices do horário televisivo são razoáveis: 8,3% assistem freqüentemente e 22,8% às vezes, contra 29,5% que assistem raramente e 33,1% que nunca assistem. Os índices do horário eleitoral do rádio são muito pequenos: 1,6% ouvem com freqüência e 6,5% às vezes, ao passo que 18,7% raramente e praticamente dois terços (65,8%) nunca ouvem os programas eleitorais gratuitos.

Cabe uma ponderação sobre os índices de audiência dos programas eleitorais gratuitos na televisão e rádio: houve um significativo impacto de tais programas nos rumos das campanhas e dos resultados das eleições das duas últimas décadas. Embora a maioria dos cidadãos nem sempre assista ou ouça os programas, eles se constituem não só em importante fonte de informações – socializadas e debatidas pelos cidadãos – mas também abastecem e direcionam politicamente os militantes dos diversos partidos. Sob o ângulo da democratização das informações cumprem igualmente um importante papel, ao dar voz às agremiações políticas que têm menos espaço na mídia.

⁶⁴ Dado da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios / 2000, do IBGE.

Na tentativa de averiguar de que modo se desenvolve o processo de informação sobre a política entre os jovens, foi lhes perguntado também sobre a confiança que depositam nas notícias divulgadas pelos meios de comunicação. Os dados obtidos estão retratados na figura abaixo.

FIGURA 8 - Confiança nas notícias divulgadas pela mídia



N = 1787

No seu conjunto, as respostas indicam uma postura crítica diante da mídia. São relativamente poucos os jovens predispostos a acreditar de que aquilo que vêem, ouvem e lêem via de regra corresponde à “realidade dos fatos”: apenas 6,7% concordaram que as notícias “na sua maioria são verdadeiras”. A imensa maioria (68,0%) concorda com a idéia de que “algumas notícias são verdadeiras, outras são falsas”, enquanto 17,2% entendem que “a maioria das notícias são falsas”.

A variação na amostra por *sexo* e *situação sócio-econômica* acerca desta questão é inexpressiva. Quanto aos *municípios*, a desconfiança é maior em Rio Verde (23,2% assinalaram a alternativa “na sua maioria são falsas”).

O estereótipo do jovem inocente e ingênuo, e por isso manipulado pela mídia, não se confirma segundo este indicador. A maior parte dos jovens se coloca diante da televisão, rádio e jornal precavida por um sentimento de desconfiança, de modo que a recepção das

notícias se faz de modo cauteloso. É claro que essa predisposição é apenas um elemento dentro do complexo tema da influência política da mídia sobre os indivíduos. Há que considerar também os aspectos ideológicos e subconscientes, assim como considerar o fato de que mesmo munido de uma postura crítica diante da mídia, a ausência de fontes alternativas de informação pode levar o indivíduo a partilhar da leitura apresentada por determinado meio de comunicação.

6.2.4 Capital social: nível de confiança em pessoas e instituições

A confiança interpessoal, social, como já foi argumentado, se constitui num elemento de alta relevância no processo de socialização política. Pedra angular da personalidade, a confiança predispõe à aceitação de padrões de valores e ao seguimento das atitudes em relação àquele(a) em quem se confia. A alta ou baixa presença de confiança social entre os cidadãos de uma sociedade indica a configuração de um alto ou baixo capital social. Um capital social alto indica que há estímulos difusos para a cooperação espontânea entre os cidadãos. Onde impera a desconfiança, a tendência é de conflitos e enfrentamentos.

As respostas à questão “Qual é a confiança que você deposita nas seguintes pessoas e instituições?”, apresentadas na Tabela 7, permite avaliar a questão da legitimidade das instituições e o nível de capital social existente no país, hoje.

TABELA 7 – Nível de confiança social⁶⁵

Pessoas/Instituições	Muita (%)	Razoável (%)	Pouca (%)	Nenhuma (%)
O seu pai	73,3	12,2	4,4	5,9
A sua mãe	87,8	7,6	2,0	1,0

⁶⁵ A desconfiança dos jovens em relação às instituições políticas reflete a posição do conjunto da população. Pesquisa do Datafolha, divulgada em setembro de 1999, revelou que o presidente Fernando Henrique Cardoso estava batendo seu recorde de reprovação: 56% consideravam seu governo como “ruim” ou “péssimo”. A avaliação do Congresso Nacional era apenas ou pouco melhor: 34% dos brasileiros avaliavam a atuação dos parlamentares como “ruim/péssima” e 40% como “regular”. (Folha de São Paulo, 19.09.2000)

Os irmãos	45,6	33,4	9,7	5,4
Os amigos	17,9	48,2	22,6	7,3
Igreja	38,6	29,9	17,6	10,5
Governo Federal	1,3	15,7	38,0	40,8
Congresso Nacional	1,3	16,5	35,6	42,2
Poder Judiciário	4,4	25,2	37,2	29,1
Forças Armadas	11,3	37,5	29,4	18,0
Polícia	3,3	26,0	36,1	30,6
Sindicatos	4,9	29,9	36,7	23,3
Movimento estudantil	21,0	41,9	23,0	10,6

N = 1.787

O quadro mostra que apenas dois personagens gozam de grande confiança por parte dos estudantes da amostra: em primeiro lugar a mãe, com 87,8% de muita confiança e em segundo o pai, com 73,3%. Os pais, portanto, constituem-se nos principais referenciais dos jovens no tocante à confiança. Eles, mais que ninguém, continuam representando para os jovens as pessoas em que podem acreditar e de onde esperam apoio e orientação. Este elevado grau de confiança favorece a sua influência sobre os filhos também na esfera política.⁶⁶ A confiança depositada pelos jovens na mãe e no pai é afetada pela condição da vida familiar. Como foi indicado no item 5.1, 18, 7% dos entrevistados moram com a mãe e 2,1% moram com o pai. Nos casos dos jovens que moram com pai e mãe, o índice da mãe é de 88,6% e o do pai 82,8%.

Os índices de *confiança na mãe* são um pouco maiores entre as meninas (89,3% contra 84,9% no caso dos rapazes) e similar nas diversas classes sociais e nos vários municípios. Já no caso da *confiança no pai*, há variações de certa importância. Quanto ao sexo, os índices de confiança são levemente maiores entre os jovens do sexo masculino. Quanto à classificação sócio-econômica, os índices de “muita confiança” são maiores entre os jovens das classes economicamente mais elevadas, decrescendo gradativamente até as

⁶⁶ Os resultados obtidos pela pesquisa “Juventude: Cultura e Cidadania” (1999) são bastante semelhantes aos índices aqui apresentados. A família atinge o percentual de 80% dos que “confiam plenamente”.

classes inferiores. O inverso ocorre no caso de “nenhuma confiança”: os índices são maiores na classe E, decrescendo gradativamente até a classe A. Em relação aos municípios, as variações não seguem uma lógica regional: Recife e Santa Cruz do Sul apresentam os maiores índices de “muita confiança”, enquanto Belo Horizonte apresenta os menores índices de confiança no pai.

Dois outros personagens importantes na adolescência e juventude – os irmãos e os amigos – obtêm índices de confiança muito menores, 45,6% e 17,9% de muita confiança, respectivamente. A *confiança nos irmãos* não sofre variação significativa por sexo ou situação sócio-econômica; por município, os índices são um tanto maiores em Recife. A *confiança nos amigos* varia entre municípios: os índices mais altos de confiança referem-se aos jovens de Santa Cruz do Sul e Porto Alegre e os menores aos de Rio Verde, Goiânia e Arcoverde. Ela varia também entre sexos: é maior entre o sexo feminino – 21,6% das meninas contra 12,9% dos meninos no item “muita” confiança, e 5,5% contra 9,4% no item “nenhuma” confiança. No tocante à situação sócio-econômica, os índices de confiança são mais altos na classe A e mais baixos nas classes economicamente inferiores, D e E.

Considerando que em geral a proximidade física e afetiva favorece o sentimento de confiança, e que os índices de confiança nos irmãos e amigos são apenas medianos, é provável que em relação aos outros menos íntimos (parentes, colegas de trabalho, vizinhos, conhecidos...) haja um grau de confiança inferior. A presente pesquisa, contudo, não fornece elementos para precisar este tema.

A confiança dos jovens nas instituições é heterogênea: algumas gozam de bom prestígio, outras, de muito pouco prestígio.

O nível de *confiança na Igreja* (termo genérico, que deve ser lido como “Igrejas”) é bastante elevado, o maior entre as instituições pesquisadas aqui, obtendo 38,6% de “muita” e 29,9% de “razoável” confiança. Esta confiança varia de um município para outro: é menor na Região Sul (Santa Cruz do Sul e Porto Alegre) do que em outras regiões, alcançando os maiores índices em Viçosa, Rio Verde, Goiânia e Arcoverde. Sexo – as mulheres confiam na Igreja um pouco mais que os homens. Situação sócio-econômica – os

jovens mais abastados (classe A) são os que menos confiam; a confiança é maior nas classes mais baixas (C, D e E)⁶⁷.

Os números referentes à confiança nos três poderes não permitem dúvidas: há um baixíssimo grau de confiança dos jovens nas principais instituições políticas. O Congresso Nacional tem os piores índices, mas os números do Governo Federal são praticamente idênticos. Ambos receberam apenas 1,33% de muita confiança, e enquanto o Congresso mereceu 42,2% de nenhuma confiança, o Governo ficou muito próximo com 40,8%. O Poder Judiciário também está bastante desgastado: apenas 4,4% confiam muito e 29,1% não confiam.

O cruzamento dos dados segundo as variáveis revela pouca variação interna na amostra. Municípios – o pior desempenho do Governo acontece em Viçosa e Belo Horizonte (a soma de “muita” e “razoável” confiança não passa de 9%), e o melhor em Recife (tal soma atinge 33%) e Porto Alegre (22%). Recife (29%), Porto Alegre (22%) e Santa Cruz do Sul (19%) apresentam os maiores índices de muita e razoável confiança no Congresso, enquanto Viçosa (10%), Belo Horizonte (11%) e Goiânia (14%) comparecem com os menores índices. O Poder Judiciário está mais desacreditado em Belo Horizonte e Viçosa (soma de muita e razoável confiança de 21% e 23%, respectivamente) e goza de mais confiança em Recife e Arcoverde (37,0% e 38,0%). Sexo e situação sócio-econômica – não há variação significativa quanto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional. No caso do Poder Judiciário, é na camada mais pobre (classe E) que ele possui o melhor índice de confiança (37% na soma de “muita” e “razoável”).

Estes resultados devem ser lidos à luz dos acontecimentos que marcaram o período em que o questionário foi aplicado – o ano de 1999. Além de uma infinidade de denúncias sobre corrupção e malversação do dinheiro público envolvendo agentes do Legislativo e Executivo, também o Judiciário foi duramente atingido em vários episódios, principalmente

⁶⁷ A maior simpatia dos pobres pela Igreja deve ser analisada dentro de um quadro amplo de mudanças sociais, que inclui o fenômeno da secularização, da mudança do discurso e prática de setores importantes das Igrejas cristãs nas últimas décadas, sob influência da Teologia da Libertação, de *revival religioso* que inclui o crescimento das chamadas *seitas*, particularmente entre as camadas empobrecidas, e assim por diante. Nesta pesquisa, o aspecto religioso não é aprofundado.

o da CPI do Judiciário, que revelou várias ilegalidades cometidas por juízes, desembargadores e outros. Todavia, não se pode atribuir apenas a acontecimentos conjunturais a perda de credibilidade das instituições. Conforme já foi argumentado, em todo período da redemocratização as instituições têm se mostrado ineficazes em responder às demandas da sociedade e as denúncias de corrupção são constantes na mídia. A cobertura da mídia sobre a política tem ocupado farto espaço com a divulgação de denúncias, suspeitas e comprovações de atos ilícitos por parte dos diversos agentes políticos. Os bons exemplos dados por agentes políticos, por outro lado, foram notícia em muito poucas ocasiões. O tratamento da mídia brasileira aos temas políticos, particularmente da TV, tem sido fortemente negativo.

As instituições da área de segurança, Forças Armadas e Polícia, usufruem um grau de confiança diferenciado da parte dos jovens. As Forças Armadas obtêm 49% de “muita” e “razoável” confiança, enquanto a Polícia não chega a 30%. As atitudes dos jovens acerca das Forças Armadas condizem com o panorama político dos anos 90, em que esta instituição não teve maior relevância na cena pública, nem esteve envolvida com escândalos e denúncias dirigidas a praticamente todas as outras instituições políticas nacionais. A Polícia, todavia, foi um alvo constante de denúncias por envolvimento com práticas ilícitas as mais diversas, e pesquisas de opinião têm evidenciado a desconfiança da sociedade a seu respeito.

No caso das Forças Armadas, a variação no tocante às variáveis é pequena. Belo Horizonte diferencia-se dos demais municípios por apresentar níveis em torno de dez pontos percentuais a menos de média e alta confiança (40% contra um média em torno de 50%). As meninas expressam níveis de confiança bem menores do que os meninos (44% contra 55%), ao passo que as classes sociais não se diferenciam significativamente neste quesito. Quanto à Polícia, não há variação significativa nas variáveis sexo e classe social. Quanto aos municípios, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Arcoverde apresentam níveis mais elevados que a média, em torno de 35% de “muita” e “razoável” confiança. Belo

Horizonte, Viçosa, Rio Verde e Recife apresentam níveis baixos, em torno de 25%, enquanto Goiânia se situa em faixa intermediária (29%).

Os *Sindicatos* gozam de um grau reduzido de confiança entre os jovens, com 4,9% de “muita” e 29,9% de “razoável” confiança. Ela é um pouco menor nas classes A e E; mais alta nos municípios da Região Sul e mais baixa nos do Nordeste; um pouco menor entre o sexo feminino que no masculino. Estes dados são compatíveis com as profundas modificações no mundo do trabalho nas últimas décadas, que tiveram como uma de suas principais características a perda de importância política dos sindicatos. A retração sindical um fenômeno internacional, agudizado no Brasil pelos fenômenos relacionados à globalização nos anos 1990.

O *Movimento Estudantil* tem junto aos jovens uma taxa de credibilidade muito boa: 21% confiam muito e 41,9% confiam razoavelmente. A confiança está abaixo da média entre os jovens da classe A, em Recife e entre as mulheres, mas as diferenças não são expressivas. Estes dados indicam que, apesar da sua retração nas duas últimas décadas, o movimento estudantil – um dos principais atores coletivos da política brasileira da segunda metade do século XX – continua com bom prestígio entre os estudantes e credencia-se a continuar ocupando um lugar de destaque no cenário nacional.

Tendo presente o conjunto dos dados sobre a confiança dos jovens acerca de diversos personagens e instituições sociais, é importante refletir sobre as implicações que esses dados representam para o debate sobre o *capital social* existente no país. Com o intuito de formular uma proposição que responda a este ponto foi feita a média das respostas do grau de confiança no conjunto dos 12 personagens e instituições, em cada uma das três variáveis utilizadas. Desde logo fique claro que o cálculo da média – um expediente estatístico de discutível significado em pesquisas como esta – tem apenas a

pretensão de permitir a visualização da existência ou não de diferenças internas nas variáveis empregadas. A Tabela 8 apresenta tais médias.

TABELA 8 - Nível de confiança social - médias por variável

Variável	Muita (%)	Razoável (%)	Pouca (%)	Nenhuma (%)
Sexo – Feminino	25,8	27,2	25,2	16,9
Masculino	25,8	27,0	22,6	20,5
Classe – A	26,8	27,5	26,5	18,6
B	26,3	28,2	24,7	18,8
C	26,0	27,4	24,1	17,7
D	25,4	25,8	24,1	18,0
E	25,0	25,8	22,3	19,9
Município				
Santa Cruz do Sul	24,3	30,6	29,2	12,9
Porto Alegre	24,3	31,1	25,2	14,2
Viçosa	26,1	25,1	24,8	17,2
Belo Horizonte	24,5	24,7	24,0	19,5
Rio Verde	26,2	26,2	22,2	17,0
Goiânia	26,9	24,5	23,5	16,6
Arcoverde	26,2	25,5	21,7	14,5
Recife	27,2	27,5	21,9	15,6

Duas conclusões podem ser formuladas a partir das médias. A primeira é que *não há nenhuma variação importante no grau de confiança nas variáveis sexo, classe social e municípios*; as médias são semelhantes em todos os casos, até certo ponto de modo surpreendente.

A segunda conclusão é que, contrapondo-se os graus de confiança “muito” e “razoável” aos graus “pouco” e “nenhum” verifica-se que nas três variáveis a soma dos níveis de confiança alta e média é levemente superior a 50%, ou seja, uma confiança social

mediana. Mas, se nos ativermos ao nível de *muita confiança* observamos que ele *se restringe a cerca de ¼ da amostra (em torno de 25%) nas diversas variáveis*. Assim, a predisposição subjetiva do ponto de vista da confiança interpessoal incentiva ao comportamento cooperativo em ¼ dos indivíduos, enquanto os demais ¾ oscilam da confiança razoável à desconfiança, o que é desfavorável à cooperação espontânea.

Se levamos em conta os reconhecidos baixos níveis de participação política efetiva dos brasileiros nas organizações e instituições, podemos interpretar estes números como indicando um *capital social pequeno* (equilíbrio de baixa intensidade) no país. As influências difusas no ambiente social são majoritariamente desfavoráveis à cooperação espontânea. Cooperação requer confiança mútua. Entretanto, a constatação de níveis razoáveis de “confiança razoável” e níveis menores de “nenhuma confiança” também mostram que não há uma predisposição generalizada para o conflito e o enfrentamento.

Do ponto de vista do conceito de capital social, os indicativos são de que a participação política – seja nas instituições políticas, seja nas organizações da sociedade civil – não será incrementada de modo acentuado nos próximos anos. A socialização política continua transmitindo à geração juvenil atitudes que levam mais à ao descontentamento resignado que ao engajamento ativo.

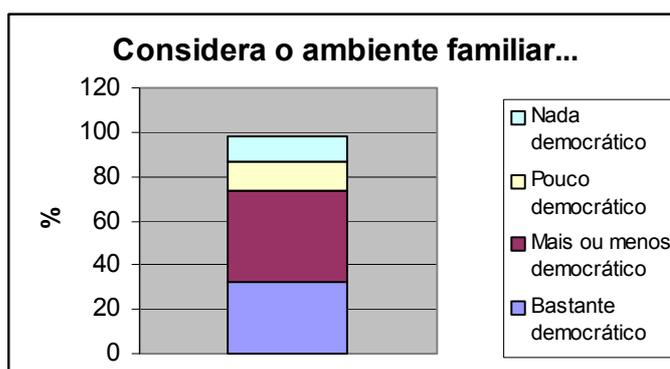
6.3 Percepção da política no ambiente familiar

A percepção que filhos e pais têm sobre o exercício da política no ambiente familiar não é necessariamente similar, nem corresponde necessariamente às condutas efetivas de uns e outros. Mas, de qualquer modo, tal percepção influencia as relações pais-filhos e também os comportamentos políticos de modo mais amplo.

O tratamento sistemático sobre a correlação entre as atitudes de pais e filhos é feito no próximo capítulo. Aqui serão analisadas tão somente algumas questões que mostram qual a percepção que os jovens possuem da política em seu ambiente familiar.

Inicialmente, as respostas à questão “*Em geral, você considera que o ambiente na sua família é...*” A Figura 9 permite a visualização dos dados obtidos.

FIGURA 9 - Percepção da democracia no ambiente familiar



N = 1.787

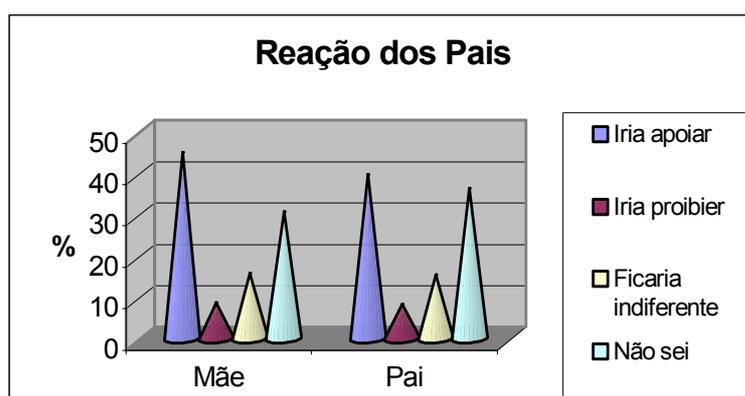
No entendimento da maior parte dos jovens da amostra, o grau de *democracia no ambiente familiar* é bastante razoável. Mais de 70% consideram este ambiente bastante ou mais ou menos democrático. Jovens do sexo feminino e masculino têm uma percepção semelhante a esse respeito; na Região Sul (Santa Cruz do Sul e Porto Alegre) há índices

algo mais elevados de “bastante democrático”; do ponto de vista da situação sócio-econômica, a percepção da democracia está diretamente vinculada à afluência econômica: os níveis mais elevados de “bastante democrático” estão na classe A (49,0%) decrescendo continuamente até a classe E (15,6%).

Estes resultados sugerem que há hoje um clima de maior liberdade e horizontalidade nas famílias brasileiras⁶⁸, principalmente naquelas de maior poder aquisitivo, e que não se aplica mais o estereótipo da família patriarcal de décadas anteriores, onde o pai exerce uma autoridade excessiva. As opiniões colhidas indicam que os jovens não se sentem constrangidos pelos pais – pelo menos no que diz respeito ao campo da política – a assumir condutas com as quais não estão de acordo.

A interpretação de que as relações na família não são autoritárias é reforçada pelas respostas à questão “Se você decidisse participar ativamente da política, qual você acha que seria a reação dos seus pais?” A Figura 10 apresenta os percentuais das respostas.

FIGURA 10 - Percepção da reação dos pais diante da decisão de participar da política



N = 1.787

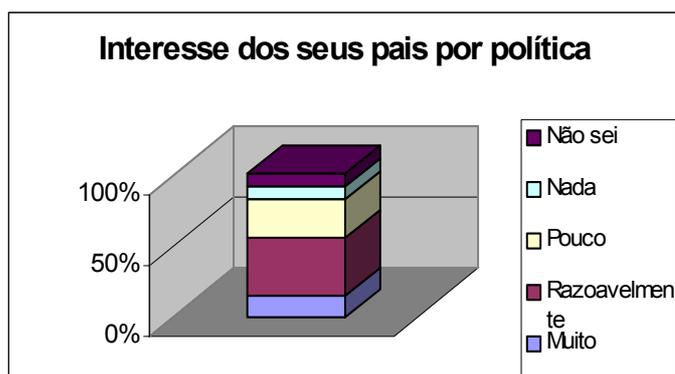
⁶⁸ A liberdade parece ser o principal conteúdo da noção de democracia nas relações familiares, conforme resultados de pesquisa anterior desenvolvida no Rio Grande do Sul. (Schmidt, 1996)

Como se nota, apenas em torno de 8% dos estudantes declararam que o pai e a mãe iriam proibir, em torno de 40% iriam apoiar, cerca de 15% ficariam indiferentes e 31% não sabem. Se a participação política dos jovens é pequena, a responsabilidade não pode ser atribuída à repressão exercida pelos pais.

No que diz respeito à variação interna da amostra por variável cabe registrar dois aspectos: (i) as meninas expressam posições que indicam menos segurança sobre a reação dos pais caso decidissem participar da política; (ii) os índices de “não sei” qual a reação da mãe e do pai são menores na Região Sul e aumentam gradativamente quanto mais se desce na classificação econômica, o que reforça os indícios de que os jovens das famílias do sul e das classes mais abastadas percebem o seu ambiente como mais democrático.

O *interesse dos pais pela política*, na percepção dos jovens, é mediano, à semelhança do próprio interesse. As respostas à questão “*Você considera que seus pais se interessam por política?*” constam na Figura 11.

FIGURA 11 - Percepção do interesse dos pais pela política



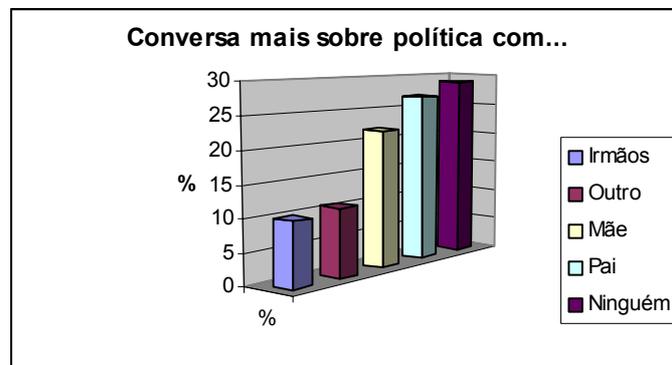
N = 1.787

Os dados da figura revelam que na percepção dos jovens o interesse dos pais pela política é grande para apenas 14,8% deles, é razoável para 39,8%, pouco para 27,7% e nenhum para 9,6%.

O cruzamento dos dados pelas variáveis mostra que: (i) em Porto Alegre os jovens têm uma percepção sobre o alto interesse dos pais bem mais acentuada que nos demais municípios (75% de “muito” e “razoável” contra a média de 65%); (ii) sob o ângulo da situação sócio-econômica, quanto mais alta a classe, mais forte a percepção de que os pais têm elevado interesse pela política.

A *comunicação política* em família é avaliada pela questão “*Em família, com quem você mais conversa sobre assuntos relacionados à política?*” A Figura 12 traz os resultados obtidos.

FIGURA 12 - Comunicação política em família



N = 1.787

As informações dos estudantes indicam que um percentual próximo a 30% não conversam sobre política com nenhum membro da família; em contraposição, outros 70% dialogam sobre assuntos políticos em casa. O pai é o principal interlocutor em 26,8% dos casos, a mãe em 21,9%, os irmãos em 10,1% e outros parentes em 10,8%.

O pai constitui-se portanto no principal referencial sobre temas políticos para os filhos, apesar de em estar ausente em 18,7% das famílias da amostra (aquelas em que os estudantes vivem só com a mãe).

A análise por variáveis revela que a exceção são os jovens da classe E e os do município de Arcoverde, onde a comunicação política mais intensa é com a mãe. O resultado obtido deve ser contraposto ao nível de confiança geral anteriormente discutido. A mãe goza de maior confiança do que o pai (87,8% contra 73,3% no item *muita confiança*), e portanto deve ser a principal interlocutora na maior parte dos assuntos. Mas, seguindo a tradição brasileira de que “política é assunto para homem”, o pai continua sendo o principal referencial na comunicação política.

Resumindo, a percepção dos jovens sobre o seu ambiente familiar é que ele é tendencialmente democrático e facilita a sua livre opção política, inclusive quanto à participação efetiva em atividades e organizações. Os pais, em sua maioria, passam aos filhos a idéia de que possuem um interesse médio pela política. O pai, mais que a mãe, é o principal interlocutor na comunicação política familiar.

6.4 Percepção da política no ambiente escolar

O elevado grau de instrução dos professores e a constatação de que para muitos indivíduos o primeiro momento importante de participação política é a atividade estudantil, leva à expectativa de que a escola, num contexto de democracia, seja um ambiente mais democrático que a sociedade e que a própria família. Mas, por outro, as pesquisas revelam que os professores gozam de menor confiança entre os estudantes do que os pais, e que a escola historicamente é alvo da crítica estudantil de ser um ambiente autoritário. Por isso, a percepção dos estudantes acerca do ambiente escolar reveste-se de especial interesse.

A próxima figura apresenta os dados sobre a percepção dos alunos acerca da democracia no ambiente escolar.

FIGURA 13 - Percepção da democracia no ambiente escolar



N = 1.787

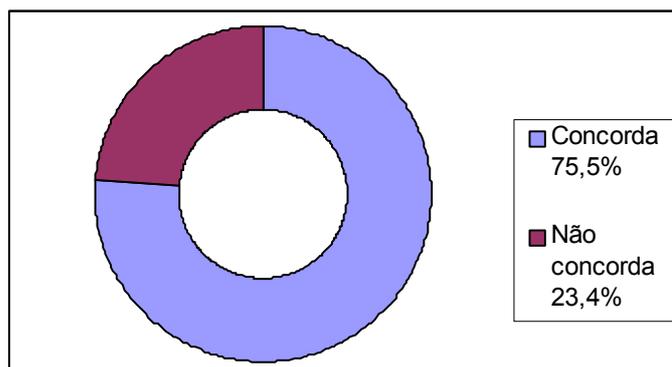
Nota-se, pela figura, que dois terços dos estudantes da amostra consideram sua escola como um ambiente bastante ou mais ou menos democrático, enquanto 1/3 o vê como pouco ou nada democrático. Não há variações significativas nas variáveis analisadas.

Estes números são um pouco menos favoráveis que os relativos à família, mas indicam claramente que a maior parte dos estudantes percebem em sua escola as características de liberdade e horizontalidade. Embora esta percepção não possa ser tomada

como garantia da existência real de democracia na escola, não deixa de ser um importante indicativo neste sentido, levando em conta que comumente os estudantes do ensino médio já possuem uma forte noção de autonomia e costumam criticar severamente a tentativa dos adultos de controlar suas ações.

A presença da política na escola é legitimada pela grande maioria dos estudantes, como mostra a Figura 14, que permite visualizar as respostas à questão “*Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula?*”.

FIGURA 14 - Posição sobre a discussão de assuntos políticos em aula



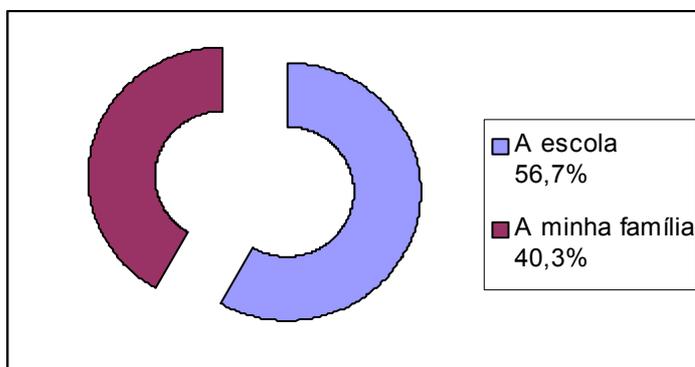
N = 1.787

A presença da *política como tema de discussões de aula* é respaldada por uma significativa maioria de 75,5%. Ou seja, apesar de toda indignação que gera, a política não chega a ser um tabu para os estudantes e é considerada pela maior parte dos jovens da amostra como merecedora de atenção e que requer entendimento. Cerca de $\frac{1}{4}$ dos alunos não quer estudar ou debater o tema. Nos municípios da Região Sul e Sudeste as posições favoráveis são largamente predominantes, enquanto nos da Região Nordeste estão dez pontos percentuais abaixo da média (65% contra 75% da média). Na classe A e B as opiniões estão acima da média e na classe E estão dez pontos percentuais abaixo.

Estes dados sugerem que a educação cívica – na forma de disciplinas, de programas ou de atividades educativas eventuais – conta com uma predisposição favorável da maioria dos alunos. Esse tema é da mais alta relevância, e voltaremos a ele mais adiante.

A relevância da escola como espaço de politização é reconhecida por um grande número de estudantes. As respostas à questão “*Quem favorece mais o interesse pela política – a sua escola ou a sua família?*” evidenciam que, ao menos no confronto com a família, a escola é percebida pelos jovens como um ambiente que incentiva o interesse pela política.

FIGURA 15 - Percepção sobre quem favorece mais o interesse pela política



N = 1.787

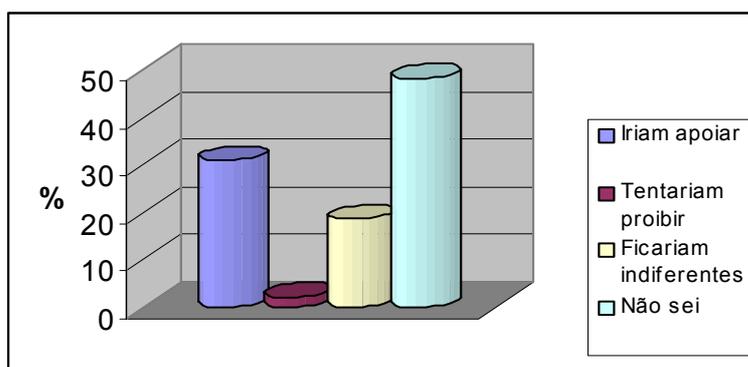
A escola aparece aos olhos da maioria dos jovens (56,7%) como espaço em que há um maior *estímulo ao interesse pela política* do que na própria família, enquanto para 40,3% deles a sua família favorece mais tal interesse.

Tal opinião é algo mais forte entre as meninas (59,0%) que entre os rapazes (53,9%), nos municípios de Belo Horizonte, Rio Verde e Goiânia (em torno de 64%), e nas classes D e E (66%). Em Porto Alegre, e nas classes A e B a opinião é que a família estimula o interesse político mais que a escola.

Cabe lembrar aqui que estes resultados não podem ser tomados como prova do maior potencial politizador da escola em comparação com a família. Pesquisas anteriores (Jennings e Niemi, 1974) têm trazido evidências de que em caso de divergência sobre assuntos políticos, a opinião dos pais goza de mais prestígio junto aos jovens que a dos professores. Por outro lado, a congruência das orientações de pais e professores – bem como a dos amigos e outros agentes – é fator importante de consolidação de atitudes.

O reconhecimento da maior parte dos estudantes de que a escola incentiva o interesse pela política não implica propriamente no incentivo à participação política. Ao menos não no que se refere estritamente aos professores. É isso que se depreende das respostas à questão “*Se você decidisse participar ativamente da política, qual você acha que seria a reação da maioria dos seus professores?*”, cujos resultados são apresentados abaixo.

FIGURA 16 - Percepção da reação dos professores diante da decisão de participar da política



N = 1.787

No que tange à *reação dos professores* caso os estudantes decidissem participar ativamente da política, muito poucos destes (2,0%) acreditam que a maioria dos professores esboçariam alguma posição contrária, enquanto 31,0% supõem que teriam apoio e 18,5% que haveria indiferença. Um considerável percentual de 48,4% respondeu que não sabe qual seria a reação dos professores. Os cruzamentos feitos pelas variáveis sexo, municípios e situação sócio-econômica indicam que ausência de diferenças expressivas.

A resposta “não sei” sugere que boa parte dos professores se omite em expressar juízos explícitos sobre a política em sala de aula e não incentiva explicitamente a participação cidadã de seus alunos. Seja pelo silêncio, seja pela ambigüidade, o conjunto dos professores não passa aos alunos uma orientação clara em favor da participação política. Neste sentido, os professores se aproximam das atitudes predominantes na sociedade brasileira. O maior grau de escolaridade dos professores em relação ao conjunto da população não se traduz, em muitos casos, numa postura de interesse e atenção à dimensão política. Este resultado é condizente com a interpretação de que a educação brasileira ainda está marcada pelo mito da neutralidade política. Muitos educadores ainda supõe que a atividade educativa possa estar alheia ao mundo da política, que o ensino esteja acima ou à margem dos debates políticos. Esta despolitização, que incorre na lógica da opressão, é uma das características da “educação bancária” que Paulo Freire vem denunciando desde os anos 1960. (Freire, 1970) Desde então, farto debate tem acontecido no âmbito pedagógico nacional sobre a necessária conexão entre a educação e a política, mas o peso da tradição ainda parece considerável.

6.5 Participação, voto e contato com instituições e agentes políticos

A participação política pessoal tem uma relação íntima com as atitudes e comportamentos assumidos pelos indivíduos. Pesquisas empíricas têm demonstrado que a sofisticação política cresce a partir do envolvimento direto em ações políticas, seja o voto, sejam outras atividades políticas. (Rosenberg, Ward e Chilton, 1988, cap. 4) Por outro lado, os estudos mostram que no Brasil é pequeno o número dos cidadãos que participam das atividades e organizações políticas (vide capítulo 3). O voto, por ser obrigatório, é a única forma regular pelo qual a maioria dos brasileiros exerce a participação política. As outras formas de participação têm relevância no cenário nacional, mas envolvem segmentos minoritários.

O questionário respondido pelos estudantes buscou averiguar quantitativamente o grau de participação em diversas atividades e organizações, a predisposição em participar futuramente, as predisposições sobre o voto e o contato com agentes e instituições políticas.

Inicialmente são apresentados os resultados relativos à *participação em atividades e organizações*. A múltipla escolha explica o fato dos percentuais superarem os 100%.

TABELA 9 - Participação em atividades e organizações políticas

Atividade / Organização	Já participou (%)	Pretende participar (%)
Grêmios estudantis	7,4	***
Campanha eleitoral	27,2	14,4
Greve	16,2	10,2
Reunião de partido político	8,8	8,5
Reunião política de estudantes	14,3	21,8
Manifestação de rua	26,1	15,9
Sindicato	2,5	6,2
Associação de moradores	14,8	10,4
Organização de direitos humanos	4,1	31,2
Movimento ecológico	14,4	30,7

Pastoral de juventude	15,1	12,3
Movimento feminista	0,9	8,6
Movimento contra o racismo	6,5	29,4
Outro	11,5	9,0
Nenhum	18,9	15,4

N = 1.787

*** Não constou a opção “pretende participar”

Os resultados mostram que 81,1% dos estudantes da amostra tiveram alguma participação em atividades ou organizações políticas, restando 18,9% excluídos de qualquer envolvimento. Isso significa que a formação das atitudes políticas nestes jovens é mediada por algum tipo de experiência concreta na grande maioria dos casos. Embora não se tenha dados sobre o “como” e as circunstâncias deste envolvimento, a participação pessoal por si só é um importante elemento a ser considerado, conforme exposto no capítulo 2, pois incide sobre a capacidade de compreensão e conceitualização dos indivíduos.

Campanhas eleitorais (27,2%) e manifestação de rua (26,1%) são as duas formas mais comuns de envolvimento dos jovens em atividades políticas, seguido de greve (16,2%), reunião política de estudantes (14,3%) e reunião de partido político (8,8%).

Estas formas de participação correspondem, de certo modo, ao perfil comum da participação juvenil no século XX no Brasil e no mundo, em que se destacam o envolvimento com eleições, as manifestações de rua e as greves. A extensão da participação também é bastante razoável, atingindo no caso das campanhas eleitorais e manifestações de rua mais de ¼ da amostra. Basta lembrar aqui o que foi dito no capítulo 4: a participação maciça dos jovens em atividades políticas em certas épocas áureas – como a década de 1960 – é um mito. Os jovens participativos sempre foram uma estrita minoria. Tomando os números brutos, o indicativo da participação estudantil da amostra é surpreendentemente elevado, considerado o contexto desfavorável dos anos 1990.

A participação em organizações sociopolíticas atinge um número bem menor de estudantes, o que é facilmente compreensível se levamos em conta que o envolvimento em atividades é mais fugaz e menos exigente do que o das organizações estáveis. Pastoral de

juventude (15,1%), associações de moradores (14,8%) e movimento ecológico (14,4%) foram as organizações mais citadas pelos respondentes. Com menores índices estão grêmios estudantis (7,4%), movimentos contra o racismo (6,5%), organizações de direitos humanos (4,1%), sindicatos (2,5%) e movimentos feministas (0,9%).⁶⁹

A inserção no grêmios estudantis merece um comentário em particular. Apenas 7,4% dos estudantes afirmaram participar do grêmios de sua escola, enquanto 61,0% responderam que não participam. O percentual de participação, portanto, é extremamente baixo e comprova que apesar de atitudes genericamente favoráveis à participação, na prática a maior parcela dos jovens se omite mesmo daqueles espaços que lhe são acessíveis. Uma ressalva é necessária aqui: 29,8% dos respondentes declararam que em sua escola não há grêmios estudantis, o que reduz um tanto o significado da baixa participação.

A participação efetiva é um indicador importante, pois refere-se ao comportamento efetivo, que, como foi exposto, não é decorrência automática das atitudes. Mas o comportamento efetivo não deve ser sobrevalorizado em se tratando de adolescentes e jovens adultos, pois estão numa fase de afirmação da identidade e são muito instáveis. A predisposição para a participação futura também é um elemento relevante, pois aponta as potencialidades e tendências vindouras. A tabela acima mostra que, de um modo geral, a predisposição para a participação em atividades e organizações é um pouco maior do que a participação efetiva: apenas 15,4% dos estudantes disse não pretender participar, ao passo que 84,6% manifestaram interesse em inserir-se em alguma das opções.

A análise dos números da tabela mostra um decréscimo acentuado na predisposição em relação a algumas opções – campanha eleitoral, greve, manifestação de rua e associação de moradores –, o crescimento acentuado de outras – reunião política de estudantes, organização de direitos humanos, movimento ecológico e movimento feminista, e modificações pequenas de um terceiro grupo – reunião de partido político, sindicato e pastoral da juventude.

⁶⁹ A pesquisa “Juventude: Cultura e Cidadania” constatou que 77% dos jovens não tem envolvimento com nenhum grupo e que os grupos religiosos apresentam as maiores taxas de participação entre os jovens metropolitanos (8%). (Fundação Perseu Abramo, 1999)

O mais relevante neste quadro é o decréscimo de algumas formas tradicionais de participação juvenil no século XX e a ascensão de inserção em causas próprias do ambiente sociopolítico e cultural da virada de século, entre as quais o tema dos direitos humanos, da ecologia e do feminismo, que são as opções de maior crescimento na comparação entre as respostas “já participei” e “pretendo participar”. Estas causas confirmam a tese de Ronald Inglehart do crescimento de *atitudes pós-materialistas*. Embora vivendo num país com acentuadíssimas carências econômicas, cresce a sensibilidade juvenil para questões que têm mais a ver com a qualidade de vida do que com aspectos econômicos estritos. Evidentemente não se trata de uma dicotomia. Os jovens não estão desatentos às questões de melhoria econômica, relacionadas à sua sobrevivência. Trata-se de um redimensionamento do universo dos valores e das expectativas, em que temas como ecologia e direitos humanos passam a contar com uma importância que não possuem ainda no conjunto da sociedade brasileira.

Com relação às variáveis, uma observação se impõe: *seja por sexo, por município ou por classe social, não há grande diferenciação interna nas respostas sobre a participação efetiva e a intenção de participação futura*. Não há um município, uma classe ou segmento sexual que se destaque substantivamente, seja acima seja abaixo da média. Embora não sejam grandes, cabe assinalar algumas diferenças internas às variáveis:

- a) Sexo – as mulheres participam bem mais na pastoral da juventude e um pouco mais nas manifestações de rua; os homens são um pouco mais ativos no movimento estudantil e nas campanhas eleitorais; nos demais itens há mínimas diferenças. A disposição das mulheres de participar futuramente é maior no caso das organizações de direitos humanos e movimentos feministas. A dos homens, em campanhas eleitorais e greves. Há semelhança nos demais itens.
- b) Municípios – a participação em Grêmios Estudantis é maior em Santa Cruz do Sul; em Goiânia, destaca-se a participação em campanhas eleitorais; em Viçosa, nas greves; em Recife, nas associações de moradores; em Rio Verde, no movimento ecológico; em Arcoverde, na Pastoral de Juventude. A intenção de participação futura em campanhas eleitorais é maior em Porto Alegre e Arcoverde; em greves, em Goiânia e Viçosa;

reunião de partido político, em Rio Verde; reunião política de estudantes, em Belo Horizonte; organização de direitos humanos, em Rio Verde; e movimento ecológico, em Santa Cruz do Sul.

- c) Situação sócio-econômica – pela importância dos dados sobre a participação política nos diversos estratos sócio-econômicos para o debate da aplicabilidade ou não da teoria pós-materialista no Brasil, convém aprofundar este corte.

A Tabela 10 apresenta os percentuais de jovens em cada classe social que assinalaram “já participou” e “pretendo participar” relativamente a cada uma das atividades e organizações políticas listadas na questão pertinente.

TABELA 10 - Taxas de jovens, por classe social, que já participaram e que pretendem participar em atividades e organizações políticas

Atividades e Organizações Políticas	A		B		C		D		E	
	Parti- cipou	Pre- tende								
Campanha eleitoral	33,7	22,1	26,2	17,4	28,4	14,5	26,2	10,8	23,4	10,2
Greve	8,7	10,6	17,2	11,6	16,7	10,6	17,3	10,3	14,1	5,5
Reunião de partido político	14,4	14,4	6,7	9,2	9,2	8,6	7,8	6,8	12,5	5,5
Reunião política de estudantes	11,5	13,5	14,0	24,9	18,0	22,3	11,9	21,9	10,2	15,6
Manifestação de rua	21,2	18,3	31,0	23,2	27,5	15,3	22,4	10,8	21,1	10,2

Sindicato	4,8	7,7	2,6	5,6	3,0	6,9	1,6	4,6	1,6	4,7
Associação de moradores	13,5	5,8	9,2	9,2	17,5	10,9	15,9	12,7	21,9	10,9
Organização de direitos humanos	1,9	23,1	5,6	32,9	4,5	32,7	2,7	32,4	1,6	23,4
Movimento ecológico	12,5	27,9	20,0	35,3	14,2	28,8	11,6	32,2	7,0	25,8
Pastoral de juventude	7,7	4,8	12,9	9,2	15,6	12,5	19,7	18,4	11,7	16,4
Movimento feminista	1,0	4,8	0,6	7,1	1,1	10,8	0,5	7,8	2,3	9,4
Movimento contra o racismo	5,8	26,0	8,2	28,8	5,9	27,8	6,5	35,7	3,1	28,1
Outro	5,8	11,5	9,5	8,0	10,3	8,6	14,6	6,8	18,8	18,8
Nenhum	33,7	20,2	21,7	15,9	15,8	15,0	14,9	12,7	18,0	11,7

N = 1.787

Os resultados obtidos revelam que os jovens da classe A participam mais de campanhas eleitorais; os da classe B em manifestações de rua; os da classe C em reunião política de estudantes e associação de moradores; os da classe D em greves e pastoral da juventude; os da classe E não se sobrepõe aos demais em nenhuma atividade ou organização política. A recusa em participar de qualquer modalidade (opção “nenhum”) é mais proeminente entre os jovens da classe A (33,75%), seguidos dos da classe B (21,7%).

Com relação à disposição de participar futuramente, os jovens da classe A se destacam nas campanhas eleitorais, sindicato e movimento ecológico; da classe B, em greves, reunião política de estudantes, manifestações de rua, organização de direitos humanos e movimento ecológico; da classe D, em associações de moradores, organizações de direitos humanos e movimentos anti-racistas; os da classe E aparecem entre os primeiros nas opções movimento contra o racismo, movimento feminista e outro. A opção “nenhum” foi mais assinalada pelos jovens da classe A. A menor disposição de participação futura está entre os jovens da classe A (20,2%), seguidos dos da classe B (15,9%) e C (15,0%).

A análise dos dados do ponto de vista da diferenciação de modalidades “convencionais” de participação política (campanhas eleitorais, greves, manifestações de rua, sindicatos, reuniões partidárias, reuniões de estudantes) e modalidades “pós-

materialistas” (organizações de direitos humanos, movimento ecológico, movimento feminista) não permitem identificar alguma classe como tipicamente pós-materialista. Em todas as classes há um substancial crescimento do “pretendo participar” em comparação ao “já participei”, mas, a concentração de valores pós-materialistas nos jovens das classes mais abastadas – constatada por Ronald Inglehart em outros países – não acontece aqui. Os resultados desta pesquisa atestam a probabilidade de haver um crescimento de valores pós-materialistas entre os jovens brasileiros, mas de forma razoavelmente equânime entre as classes mais abastadas e menos abastadas.

Atitudes acerca do voto. As atitudes sobre o voto – a mais ampla forma de participação política nas democracias representativas – foram averiguadas a partir de uma série de perguntas, cujos resultados constam na tabela abaixo.

TABELA 11 - Atitudes acerca do voto

Votaria se o voto não fosse obrigatório?	%	É favorável ao voto dos analfabetos?	%
Sim	63,5	Sim	55,6
Não	31,2	Não	37,3
É favorável ao voto aos 16 anos?	%	O povo brasileiro sabe votar?	%
Sim	62,0	Sim	11,4
Não	31,5	Não	83,2

N = 1.787

A afirmação de 63,5% dos jovens de que votariam mesmo se o voto não fosse obrigatório pode ser interpretado como comprovação de que, apesar da descrença nos agentes políticos, há confiança da maioria no mecanismo de seleção dos candidatos aos cargos eletivos. O voto continua despertando expectativas de mudanças em relação à

situação vigente. Esta disposição é mais forte entre os homens, nos municípios da Região Sul e nas camadas mais abastadas (classe A e B).

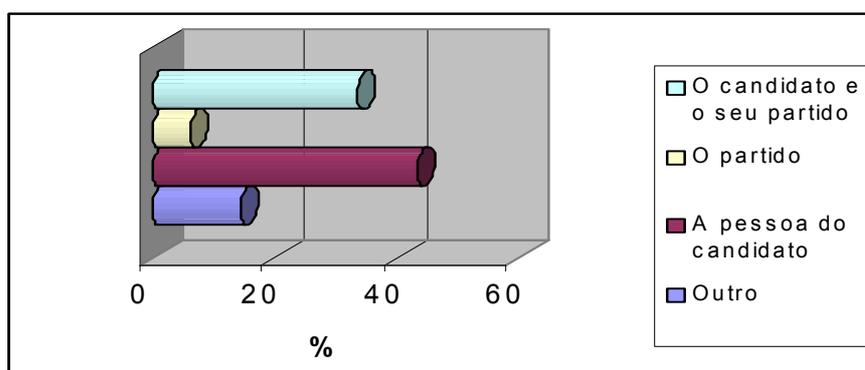
Mas, pode-se perguntar, como estas expectativas se coadunam com a desconfiança nos agentes políticos eleitos? As respostas negativas em 83,2% dos casos à pergunta “o povo brasileiro sabe votar?” indicam o porquê: para a grande maioria dos estudantes da amostra, os brasileiros não têm sabido escolher os candidatos corretos. Esta posição é compartilhada de forma assemelhada por ambos os sexos, nos diversos municípios e classes sociais. A lógica subjacente parece ser esta: o voto é um bom mecanismo de escolha dos dirigentes políticos, mas o povo brasileiro não sabe escolher bem. Não se trata de mudar as regras do jogo, e sim de usar bem as regras.

E quem é “o povo” que não sabe votar? Seriam os analfabetos? Para 37,3% dos respondentes, os analfabetos são um segmento desqualificado para o voto. E um significativo percentual de 31,5% não concordam com o voto dos jovens de 16 e 17 anos. Os estudantes de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul apresentam os maiores índices de apoio ao voto para analfabetos; Arcoverde e Viçosa, os mais baixos. As mulheres são levemente mais favoráveis que os homens, e as classes A e B apresentam os índices mais altos, enquanto a classe E apresenta os menores índices de apoio ao voto dos analfabetos. Não se verifica aqui algo como um preconceito do Sul contra o Nordeste, ou dos ricos contra os pobres. O autodesprestígio dos pobres é mais palpável. Já o voto aos 16 anos é defendido mais pelos jovens da classe A e B, e dos municípios de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, não havendo diferenças significativas entre rapazes e moças sobre este ponto.

Analfabetos e jovens, portanto, fazem parte do universo dos brasileiros e brasileiras que não têm sabido escolher bem os candidatos. Este entendimento, usual ao senso comum, é refutado teoricamente pelo *princípio da interrelação entre teoria e prática*, que pode ser traduzido aqui do seguinte modo: *aprende-se a votar, votando*. A qualificação para a participação política depende de desafio e oportunidade, em que os obstáculos da idade e do analfabetismo podem ser vencidos mediante o esclarecimento obtido a partir do acompanhamento atento das campanhas eleitorais, da educação e do diálogo com os outros. (Benevides, 1996)

Ainda acerca das atitudes sobre o voto, foi perguntado aos jovens “*Ao definir o seu voto o que você leva mais em conta?*”, a fim de obter dados sobre o fenômeno do *personalismo*, característica clássica do eleitorado brasileiro. Os dados constam na Figura 17.

FIGURA 17 - Critério utilizado para definir o voto



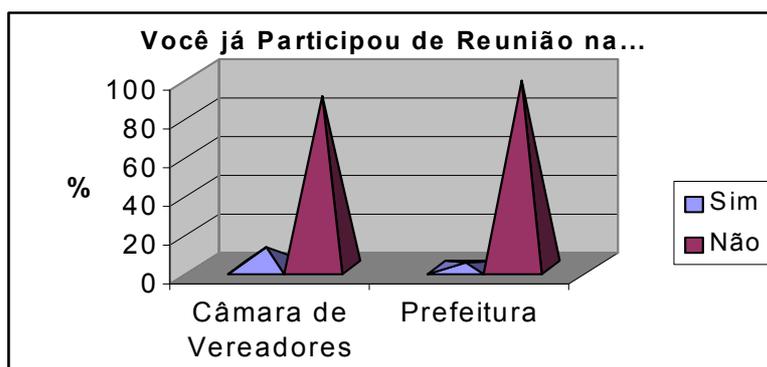
N = 1.787

Os dados mostram que o *personalismo* continua sendo um traço forte da socialização política em curso no país: 43,3% fazem sua opção com base nas qualidades do candidato. Mas, há um expressivo contingente de 33,6% que consideram tanto o candidato como o partido, e um contingente pequeno de 6,2% que optam a partir do partido. O *personalismo* é mais acentuado no município de Rio Verde e na classe D; o voto no partido é mais forte em Recife e nas classes C e D; e a opção simultânea pelo candidato e pelo partido é maior em Porto Alegre e na classe A.. A combinação destes dados indica que a idéia comum de que “brasileiro não vota em partido” não é tão absoluta assim em se tratando dos jovens. O grande problema, todavia, reside no fato de que a confiança nos partidos continua sendo muito exígua, e enquanto as agremiações partidárias não se legitimarem, os eleitores continuarão fazendo apostas nos méritos pessoais dos candidatos.

O item seguinte contempla o *contato com as instituições e agentes políticos*. O questionário procurou aferir em que medida os jovens já tiveram contato direto com as

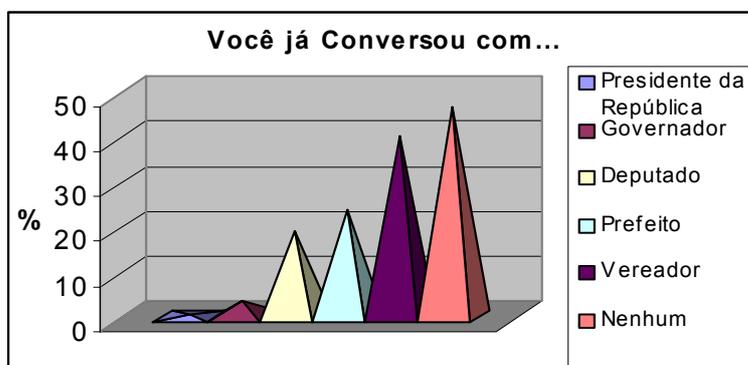
instituições políticas que lhes são mais próximas – aquelas do âmbito municipal – e com ocupantes de cargos eletivos. As Figuras 18 e 19 apresentam os resultados obtidos.

FIGURA 18 - Contatos com instituições municipais



N = 1.787

FIGURA 19 - Contatos com ocupantes de cargos públicos



N = 1.787

Estes índices são bastante eloqüentes, e ilustram o distanciamento dos jovens em relação às instituições políticas municipais e aos ocupantes de cargos públicos. Apenas 10,9% dos jovens diz já ter participado de alguma reunião na Câmara de Vereadores e 2,4% de alguma reunião na prefeitura, enquanto 86,3% assinalou que “nunca” marcou presença em reunião do Legislativo ou Executivo municipais. A participação dos rapazes é um pouco maior que a das meninas. Quanto aos municípios, a participação é mais intensa em

Arcoverde e Santa Cruz do Sul, e menor em Recife e Belo Horizonte. Entre as classes sociais, a participação é levemente maior na classe A.

O contato com os agentes políticos segue uma ordenação previsível, sendo maior no caso dos da esfera municipal – vereadores (40,1%) e prefeitos (23,7%) –, diminuindo a partir daí – deputados (18,8%), governador (3,6%) e presidente da república (0,3%). Quase a metade dos respondentes (46,6%) nunca conversou com qualquer tipo de ocupante de cargo eletivo⁷⁰.

Esses resultados são importantes para analisar o juízo que os jovens fazem das instituições e agentes políticos. São juízos em grande parte baseados em informações da mídia e de outras pessoas, sem qualquer elemento empírico direto a ancorá-los. Se essa distância é compreensível no referente às instituições e aos agentes políticos de mais difícil acesso – como os da esfera estadual e federal – isso é compreensível. Mas, no presente caso se trata das instâncias municipais, e mesmo com relação a estas há um grande distanciamento da parte dos cidadãos. A ausência dos jovens das Câmaras de Vereadores e das Prefeituras é uma evidência do grande afastamento do cidadão comum em relação aos processos de decisão. E com isso, as instituições e autoridades ficam mais expostas ao descrédito num país em que são escassas as condições materiais para atendimento das demandas colocadas ao Estado. Quanto menos o cidadão sabe dos condicionamentos que cercam a atividade política cotidiana, mais propenso fica a acreditar que no processos de decisão tudo se explica pelas características pessoais e morais dos agentes políticos – má vontade, interesse próprio, corrupção, etc. A dicotomia entre o que se pensa e o que se conhece por si mesmo é um gravíssimo problema para a democracia em tempos de dificuldades econômicas, como hoje, tempos em que a legitimidade dos processos de decisão é mais importante que nunca.

⁷⁰ A questão foi de múltipla escolha, e por isso o software não permite os cruzamentos pelas variáveis.

6.6 Preferências eleitorais, partidárias e ideológicas

Do ponto de vista das opções eleitorais nas eleições de 1998 para presidente da república e governadores dos estados, os jovens da amostra se posicionaram, de modo geral, de modo similar ao conjunto da população. Quanto às preferências partidárias, os dados também são compatíveis com outras pesquisas de abrangência nacional, com um patamar em torno de 40% que não demonstram apreço por qualquer dos partidos existentes. Sob o viés ideológico esquerda-centro-direita, praticamente metade dos respondentes não tem posição definida, e entre os demais há uma divisão razoavelmente equitativa entre as três alternativas.

Vejamos inicialmente as preferências eleitorais. Os resultados gerais são os fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os votos a governador consideram os votos válidos no 2º turno das eleições, com exceção do estado de Pernambuco onde a definição ocorreu em 1º turno.

TABELA 12 - Voto para presidente e governadores (1998)

Cargos / Candidatos	Resultados Gerais (%)	Voto dos Jovens (%)
Presidente da República		
Fernando Henrique Cardoso	53,1	40,8
Luiz Inácio Lula da Silva	31,7	36,2
Ciro Gomes	11,0	13,5
Outros	4,2	9,4
Governador – Rio Grande do Sul		
Olívio Dutra (PT)	50,8	51,6
Antonio Britto (PMDB)	49,2	48,4
Governador – Minas Gerais		
Itamar Franco (PMDB)	57,6	64,9
Eduardo Azeredo (PSDB)	42,4	35,1
Governador – Goiás		

Marconi Perillo	53,3	64,3
Iris Rezende	46,7	35,7
Governador – Pernambuco		
Jarbas Vasconcellos	64,1	64,2
Miguel Arraes	26,3	28,1
Carlos Wilson	7,4	6,9
N = 1.580 (voto presidente da república)		
N = 495 (voto governador RS)		
N = 427 (voto governador MG)		
N = 445 (voto governador GO)		
N = 419 (voto governador PE)		

A comparação entre os resultados gerais e o voto dos jovens de nossa amostra revela que, no geral, não há grande disparidade entre um e outro.

As diferenças são mais notórias no caso da eleição presidencial, em que Fernando Henrique Cardoso tem cerca de 13 pontos percentuais a menos entre os jovens (40,8%) do que no conjunto do eleitorado (53,1%), ao passo que os índices de Lula (36,2%) e Ciro Gomes (15,3%) entre os jovens são maiores do que no resultado geral (31,7% e 11,0%, respectivamente).

Os índices de Fernando Henrique Cardoso estão acima da média em Rio Verde, Goiânia, Santa Cruz do Sul. A preferência por Lula está muito acima da média em Viçosa (49,7%), enquanto a de Fernando Henrique é mais alta em Santa Cruz do Sul, Rio Verde e Goiânia (na faixa de 40%). A classe A teve larga preferência por Fernando Henrique (48,4%, contra 17,9% de Lula), sendo majoritária também na classe B e D; Lula foi preferido nas classes C e E. Meninos e meninas não se diferenciaram significativamente nas preferências; os números das meninas são algo maiores nas opções “nulo/branco” e “não lembro/não sei”.

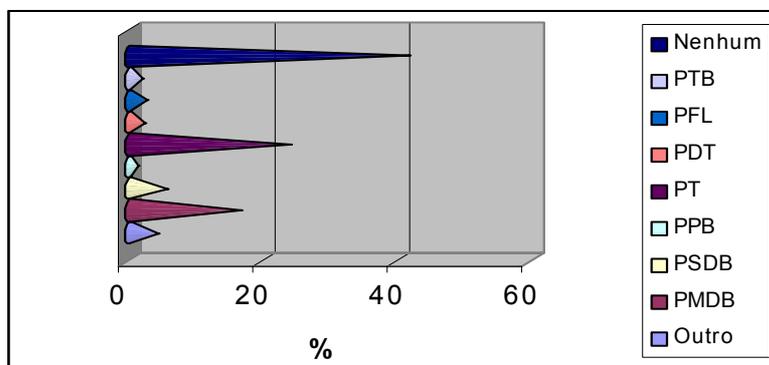
Eleições ao governo dos estados. No caso do Rio Grande do Sul há uma estreita similaridade entre os resultados gerais e o voto dos jovens. No caso de Minas Gerais e

especialmente de Goiás, os candidatos de oposição mereceram uma votação superior entre os jovens do que no conjunto da população. No Rio Grande do Sul, as mulheres votaram mais em Olívio Dutra (PT, oposição) e os homens em Antonio Britto (PMDB, situação); em Minas Gerais, as mulheres votaram mais em Eduardo Azeredo (PSDB, situação) e os homens em Itamar Franco (PMDB, oposição); em Goiás, os homens votaram mais em Marconi Perillo (PSDB, oposição) e houve empate no voto de Iris Rezende (PMDB, situação); em Pernambuco, homens e mulheres tiveram índices assemelhados nos votos para Jarbas Vasconcelos (PMDB, oposição) e Miguel Arraes (PSB, situação). Esse números mostram que não houve uma diferenciação ideológica entre homens e mulheres, nem que um segmento comportou-se de forma mais oposicionista ou situacionista que o outro.

O conjunto dos resultados mostra uma peculiaridade interessante: embora o voto juvenil em 1998 não tenha se diferenciado substancialmente dos demais segmentos da população, *em todos os casos sempre é mais favorável à oposição*, seja para presidente da república, seja para governadores dos estados. A tendência oposicionista dos jovens não traduz, todavia, um viés partidário ou ideológico, favorecendo ora o PMDB e o PSDB, ora o PT.

As preferências partidárias dos estudantes foram aferidas por uma questão em que foram citados os maiores partidos nacionais, incluindo o item “outro” para captar as simpatias por partidos menores. As preferências estão expressas na Figura 20.

FIGURA 20 - Preferências partidárias



N = 1.733

Dois aspectos são cruciais no tocante às preferências partidárias dos jovens. O primeiro é que grande parte (41,6%) não demonstra simpatia por nenhum dos partidos existentes, cifra semelhante a levantamentos nacionais nos últimos anos.⁷¹ O segundo ponto é que dos grandes partidos, dois se destacam entre os preferidos pelos jovens: o PT, com 23,9%, e o PMDB, com 16,7%.⁷² A preferência pelo PT é similar entre homens e mulheres, é muito alta em Porto Alegre (52,1%) e, no conjunto das classes sociais, maior nas classes B e C. A preferência pelo PMDB é algo maior entre as mulheres do que entre os homens, nos municípios de Rio Verde e Goiânia e na classe A.

Os demais partidos obtêm todos índices reduzidos: PSDB, 5,5%; PFL, 2,7%; PDT, 2,1%; PPB, 1,3%; 4,4% apontaram outras preferências.

A filiação partidária é mínima entre os jovens: apenas 2,2% do total afirmaram ter vinculação a um dos partidos. Este percentual é inferior à média nacional - 3%, em 1996 – o que não surpreende, dada a pouca idade de boa parte dos jovens da amostra. O PT e o

⁷¹ O desgaste dos partidos diante do eleitorado vem sendo constatado por inúmeras pesquisas. Um dos aspectos que mais prejudica a imagem dos partidos é a infidelidade partidária. Um exemplo dessa infidelidade foi a troca de partido ainda nos primeiros 20 dias do novo Congresso feita por 46 dos 513 deputados e dois dos 81 senadores recém-eleitos. Esta característica não pode ser generalizada a todos os partidos, pois os da esquerda do espectro política enfrentam poucos problemas neste sentido. No caso citado, apenas dois deputados de esquerda abandonaram suas hostes – um do PDT, outro do PSB. (Zero Hora, 23.02.1999, p. 14)

⁷² Estes resultados são semelhantes aos encontrados pela pesquisa “Juventude: Cultura e Cidadania”, da Fundação Perseu Abramos: 44% dos jovens metropolitanos declararam não ter simpatia por nenhum partido. O PT tem a preferência de 29%, o PMDB tem 7%, o PDT e o PFL tem 4% das preferências. Os índices

PMDB são os partidos que contam com mais filiados entre os respondentes. Há mais filiados do sexo masculino, em Santa Cruz do Sul e Arcoverde e na classe B e E.

O autoposicionamento ideológico dos estudantes foi inquirido através de uma modalidade comum em pesquisas de cultura política: cada estudante foi solicitado a assinalar um número em um contínuo de 1 a 9, em que “1” representa a posição mais à esquerda e “9” a posição mais à direita, ficando o “5” como a posição típica de centro.

Cada uma das nove posições recebeu os percentuais expressos na Tabela 13.

TABELA 13 - Autolocalização na escala esquerda-direita

Esquerda			Centro				Direita	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
5,4%	2,2%	3,8%	4,0%	20,4%	4,2%	5,0%	2,6%	3,7%

N = 1.787

O primeiro aspecto que salta aos olhos é que 48,6% dos jovens não assinalaram nenhuma das nove posições, optando pela opção “não sei”. A opção “não sei” é mais forte entre as mulheres, nas cidades de Recife e Rio Verde, e nas classes C, D e E. Tal resultado é congruente com a tradição da cultura brasileira. Diferente de outros países – com destaque para a França – em que cidadãos e eleitores assumem posições ideológicas estritas, no Brasil a maioria dos cidadãos não costuma referenciar suas opções eleitorais e outras com base em posições como “direita”, “centro” ou “esquerda”.

Entre os jovens que assinalaram alguma das nove posições, a posição mais indicada é a de centro: 20,4% deles optou pela posição 5. Os extremos receberam uma pontuação pequena: 5,4% para a extrema-esquerda e 3,7% para a extrema-direita.

alcançados pelos partidos naquela pesquisa são compatíveis com os da presente pesquisa em razão da reconhecida maior preferência pelo PT nos centros metropolitanos.

A soma das posições de esquerda (1 e 4) chega a 15,4% e a de direita (6 a 9) a 15,5%, o que indica um equilíbrio entre estes dois pólos, cada um deles inferior à posição centrista, a qual alcança sozinha 20,4%.

A Tabela 14 expõe os resultados do auto-posicionamento ideológico dos jovens com base na tripartição esquerda-centro-direita, incluindo os cruzamentos por municípios, sexo e situação sócio-econômica.

TABELA 14 - Autolocalização na escala esquerda-direita, por variáveis

	Esquerda (%)	Centro (%)	Direita (%)	Não sei (%)
Geral	15,4	20,4	15,5	48,6
Sexo – Feminino	13,2	19,5	12,8	54,7
Masculino	18,5	21,8	19,5	40,2
Classe – A	13,4	18,3	30,7	37,5
B	21,3	24,3	19,3	35,1
C	16,9	17,7	14,6	50,9
D	10,0	22,2	10,3	57,6
E	7,0	18,8	11,8	62,5
Município				
Santa Cruz do Sul	14,4	20,6	21,4	43,6
Porto Alegre	17,7	20,9	19,7	41,5
Viçosa	23,8	19,2	15,0	42,0
Belo Horizonte	16,7	19,2	10,7	53,4
Rio Verde	10,8	18,9	17,3	53,0
Goiânia	9,3	25,8	16,6	48,5
Arcoverde	14,6	21,6	14,0	49,7
Recife	16,5	16,5	9,2	57,7

N = 1.787

A análise por variáveis revela que há um equilíbrio nas opções pela esquerda e pela direita no caso do sexo feminino e masculino, mas o percentual de “não sei” é bastante superior entre as mulheres: 54,7% contra 40,2% de homens. A classe A é aquela em que os indicadores favorecem mais a direita (30,7% contra 13,4% da esquerda); as classes B e C têm leve preferência pela esquerda; e as classes D e E destacam-se pelo maior grau de respostas “não sei”. Nos municípios, a preferência pela esquerda é maior em Viçosa e Porto Alegre, e pela direita Santa Cruz do Sul e Porto Alegre.

A constatação de que praticamente metade dos jovens não se identificam ideologicamente com nenhuma posição pode estar vinculado com o desconhecimento do que seja esquerda, centro e direita, como têm constatado diversas pesquisas no país. O questionário investigou até que ponto os jovens têm noção do que significam os termos “direita” e “esquerda”. A interrogação colocada foi a seguinte: *“Esquerda e Direita são dois termos muito utilizados na linguagem política. Qual é, na sua opinião, a diferença entre Esquerda e Direita?”* Do total, 48,1% dos jovens não responderam a questão, o que corrobora a interpretação acima feita de que os jovens brasileiros não concebem a política em termos ideológicos. O conjunto das respostas apresentadas revela uma grande limitação na compreensão do que seja esquerda e direita. Eis as formulações mais comuns:

- ser de direita é ser a favor, ser situação (13,9%); ser de esquerda é ser oposição, ser do contra (13,2%);
- a direita é a favor do governo (8,2%); a esquerda é oposição ao governo (8,2%);
- direita e esquerda são posições de rivalidade: um é contra o outro (6,8%);
- a direita é correta, certa (3,5%); a esquerda é errada, desqualificada (3,1%);
- a direita é a favor das classes superiores (2,2%); a esquerda é a favor das classes inferiores (2,4%);
- a direita é formada pelos liberais ou capitalistas (2,0%); a esquerda, pelos socialistas ou comunistas (2,1%);

- não há diferença entre direita e esquerda (3,4%);
- respostas ilógicas, desconexas (9,7%).

O conjunto das respostas expressa uma compreensão muito pobre dos estudantes acerca da terminologia direita x esquerda. As respostas mais comuns são aquelas do senso-comum que identifica a direita com a situação, com o governo, e a esquerda com a oposição. Estes dados respaldam fortemente o argumento majoritário entre os analistas políticos brasileiros de que a ideologia não é um elemento estruturador das opções políticas e eleitorais dos nossos cidadãos.

Mas, é preciso considerar a argumentação de autores como José Guilhon de Albuquerque e André Singer, que defendem opinião contrária à da maioria. Singer, em livro recém lançado, sustenta que a identificação ideológica (ou sentimento ideológico) é um dos principais fatores de longo prazo que incidem sobre o voto no Brasil. O autor apóia sua análise do significado da ideologia em relação ao voto em autores como Schumpeter, Downs, Sartori e Miller. A identificação ideológica dos eleitores consiste no uso intuitivo de categorias como esquerda e direita (ou liberal e conservador, nos Estados Unidos) na definição do voto. Mesmo sem saber explicar o conteúdo de termos como esquerda e direita, os eleitores intuitivamente localizam-se na escala que lhes é apresentada quando da realização de surveys, bem como sabem relacionar partidos e candidatos nesta escala. A identificação ideológica é compatível, pois, com a desestruturação cognitiva, com a falta de sofisticação política dos eleitores. Singer apresenta dados empíricos relacionados às eleições de 1989 e 1994, além de surveys, para mostrar que no Brasil o índice de autolocalização na escala esquerda-direita (75% a 93% entre 1989 e 1993), é compatível com o dos países europeus e Estados Unidos, que os eleitores sabem localizar os partidos no espectro ideológico, que houve forte correlação entre autoposicionamento e voto nas eleições de 1989 e 1994, que há indicativos de estabilidade do autoposicionamento ideológico e de continuidade ideológica do voto nos anos pesquisados. (Singer, 2000)

A argumentação de Singer é merecedora de atenção. É um enfoque a ser aprofundado. Os resultados empíricos deste trabalho testam algumas das proposições do

autor. Um primeiro aspecto diz respeito à capacidade de autolocalização dos brasileiros na escala esquerda-direita. As pesquisas arroladas por Singer (Cultura Política/89, Cultura Política/90, Cultura Política/93 e Tipologia do Voto Paulista/94) encontraram respectivamente índices de 75%, 80%, 93% e 87% de eleitores que se incluíram na escala esquerda-direita. Em contraposição, os resultados da presente pesquisa indicam um índice bastante inferior, como já foi explicitado acima: apenas 51,4% dos jovens da amostra indicaram sua autolocalização na escala. É uma diferença elevada, e é improvável que seja explicada pelo fato daquelas pesquisas se referirem ao conjunto da população e esta a jovens. Os índices aqui encontrados são muito inferiores aos europeus e norte-americanos, e combinam com a análise de que no Brasil e em diversos países da América Latina a identificação ideológica é muito mais restrita do que nos países europeus. Não há elementos disponíveis para explicar tamanha diferença nos índices deste trabalho e os das pesquisas arroladas por Singer. Fica colocada a necessidade de novos levantamentos de dados para averiguar o nível de reconhecimento da escala esquerda-direita no Brasil.

Um segundo aspecto levantado por Singer refere-se à correlação entre o autoposicionamento dos eleitores e o voto. Já foi amplamente destacado anteriormente que os resultados revelam que os jovens da amostra desconhecem em grande parte o significado dos termos esquerda e direita, inclusive os que se autoposicionam na escala. O cruzamento das respostas de autolocalização com as do voto para presidente em 1998, apresentado na tabela abaixo, indicará se existe tal correlação no caso dos jovens.

TABELA 15 - Correlação entre autolocalização na escala esquerda-direita e voto para presidente em 1998

	Esquerda		Centro					Direita		Não Sei
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Fernando Henrique Lula	10,0	16,2	12,3	27,3	37,3	52,1	52,9	57,1	45,8	31,8
	57,8	54,1	58,5	42,4	25,6	18,3	23,5	19,0	25,4	26,1

Ciro Gomes	12,2	5,4	16,9	16,7	14,5	12,7	10,6	9,5	1,7	9,5
Outros	10,0	10,8	4,6	3,0	6,0	4,2	3,5	4,8	13,6	9,4
Branco/ Nulo	10,0	13,5	7,7	10,6	16,6	12,7	9,4	9,5	13,6	23,2

N = 1.580

Os dados da tabela corroboram a abordagem proposta por Singer de que há uma correlação positiva entre a autolocalização na escala esquerda-direita e o voto. Fernando Henrique, candidato de centro aliado com partidos de direita, recebe uma votação muito mais expressiva entre os jovens que se localizam ao centro (37,3%) e à direita (45,8% a 57,1%) do que à esquerda (10% a 27,3%). O oposto acontece com Lula, candidato das esquerdas, que recebe votação muito maior entre os jovens situados à esquerda (42,4% a 58,5%) do que entre os do centro (25,6%) e à direita (18,3% a 25,4%). Os votos de Ciro Gomes, que se apresentou como candidato de centro-esquerda, estão distribuídos do modo razoavelmente homogêneo ao longo das nove posições ideológicas.

Assim, confirma-se para um segmento considerável dos jovens brasileiros dos anos 90 a interpretação de Singer de que a identificação ideológica é um fator de longo prazo que influencia o voto. Não é necessariamente o fator de maior peso, mas comparece como um dos condicionantes do cenário eleitoral. Essa identificação ideológica não está associada diretamente à sofisticação política. Trata-se, antes, de um sentimento. É mais intuição que elaboração racional, mas ajuda a localizar o indivíduo no complexo jogo político.

6.7 Adesão e avaliação da democracia existente

Atitudes favoráveis a democracia são um componente da estabilidade política em qualquer meio social, e cruciais especialmente em situações de crise econômica e social como a que vive o Brasil. Este componente é insuficiente por si só para garantir a estabilidade democrática em caso de crise política, mas sua ausência fragiliza enormemente o regime democrático.

Considerando que os jovens da amostra mostram-se indignados e inseguros com a sociedade em que vivem, desconfiados dos agentes políticos que governam o país, distantes das instituições políticas, pode-se concluir que a tendência é de que as suas atitudes frente à democracia sejam de descrédito ou apatia? Não propriamente, mas a democracia está longe de ser unanimidade.

A próxima tabela mostra os percentuais das respostas dadas pelos estudantes à questão (usual em pesquisas de cultura política) “*qual é, no seu entender, a melhor forma de governo?*”. Os dados do ano de 1999 são os da presente pesquisa; os dados dos anos de 1988 a 1993 são retirados de Moisés (1995, p. 161) e são resultados de pesquisa em âmbito nacional com amostras do conjunto da população.

TABELA 16 - Preferências sobre a melhor forma de governo

A melhor forma de governo	1999	1993	1990	1989b	1989a	1988
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo	55,1	59,0	55,0	54,0	43,0	43,0
Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que a democracia	9,9	14,0	17,0	15,0	18,0	21,0
Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura	8,6	14,0	17,0	16,0	23,0	26,0
Não sei	26,4	13,0	11,0	15,0	16,0	10,0

N = 1.787

Os dados revelam que mais da metade dos respondentes (55,1%) manifesta convicções democráticas e que um percentual restrito de 9,9% simpatiza com regimes autoritários. Até aí o quadro é amplamente favorável à democracia. Mas, quando se acrescenta os indiferentes (tanto faz democracia ou ditadura) aos simpatizantes da ditadura, o índice é bem considerável: 18,5%. Ou seja: quase 20% dos jovens não se opõe à idéia do retorno de uma ditadura. O quadro se torna ainda mais cinzento quando se observa que mais de $\frac{1}{4}$ dos jovens (26,4%) não têm posição sobre esta questão crucial. Em resumo: há uma maioria pouco expressiva de 55,1% de jovens adeptos da democracia contra um segmento de 44,9% de simpatizantes da ditadura, indiferentes ou indefinidos.⁷³

Homens e mulheres não se diferenciam acerca das preferências democráticas. O número de adeptos declarados da democracia é maior em Porto Alegre e Santa Cruz do Sul (68,0% e 60,0%), mas o menor número de adeptos da ditadura está em Recife e Arcoverde (5,6% e 6,4%). Nas classes B e A estão simultaneamente o maior número de jovens que preferem a democracia (65,2% e 62,5%) e o maior número dos que preferem a ditadura (10,8% e 13,5%). O índice de indiferentes sobressai-se na classe E (15,6%) e os que não sabem nas classes D e E (34,1% e 35,2%).

A partir desses elementos pode-se inferir que não há um clima de expectativa pelo retorno dos militares ao governo ou outra forma de autoritarismo, mas também não há satisfação com a democracia existente. Este quadro constitui-se num indicativo de que a democracia no Brasil continua convivendo com uma base de instabilidade permanente. Na linguagem de David Eastman, não há no Brasil nem um forte “apoio difuso” ao sistema político estabelecido, nem um “apoio específico” às suas principais instituições.

A comparação longitudinal com dados nacionais apresentados por José Álvaro Moisés (1995) mostra que a adesão à democracia não chegou a crescer ao longo da década de 1990, sendo semelhantes os resultados gerais do início da década com os resultados de nossa pesquisa relativos aos jovens no final da década. A simpatia pela ditadura é menor

entre os jovens de nossa amostra que entre o conjunto da população em anos anteriores, o mesmo acontecendo com relação aos indiferentes entre democracia e ditadura. Cresce de forma considerável, todavia, a indecisão sobre a melhor forma de governo: o índice dos jovens que assinalaram “não sei” é o dobro dos jovens em comparação com o conjunto da população em relação ao início da década.

Os números, em síntese, indicam que do ponto de vista atitudinal não há uma consolidação democrática no segmento juvenil da população brasileira. A preferência majoritária é pequena para constituir uma reserva moral que permita enfrentar com certa segurança crises mais agudas que podem advir.

Há democracia no Brasil? A adesão ou não à democracia deve ser necessariamente referida ao contexto histórico-social, pois implicitamente contém uma avaliação da situação econômica e do desempenho dos governos e das instituições. Buscando aferir se os jovens vêem na situação atual a concretização dos ideais democráticos e captar a sua concepção sobre a democracia foi perguntado: “*na sua opinião, há democracia hoje no Brasil?*” (alternativas “sim” e “não”) e “*por que?*” (questão aberta).

Nada menos que 61,4% dos respondentes assinalou que não existe democracia no Brasil hoje; 32,8% respondeu que sim e 5,7% não respondeu. A maior parte dos jovens, portanto, não vê os ideais democráticos realizados no regime político existente atualmente. O índice dos que entendem que não há democracia no Brasil é semelhante no caso de homens e mulheres; é menor na classe A, e nos municípios de Santa Cruz do Sul, Porto Alegre e Recife.

Uma questão aberta explorou os motivos da concepção de se existe ou não democracia no Brasil. Esta questão (“*Por que?*”), não foi respondida por 38,6%. Entre os 44% que justificaram porque não existe democracia, as principais razões apresentadas foram as seguintes:

⁷³ A pesquisa “Juventude: Cultura e Cidadania”, da Fundação Perseu Abramo, encontrou índices menos interessantes para a democracia: 44% dos jovens optam pela democracia sempre, 14% aceitam a ditadura em certas circunstâncias, 29% são indiferentes e 13% não souberam responder. (Fundação Perseu Abramo, 1999)

- a) os vícios dos políticos e governantes – 14,9% dos respondentes;
- b) as desigualdades existentes no Brasil e os direitos não efetivados para a maioria da população – 9,5%;
- c) os vícios das pessoas, da sociedade – 4,7%;
- d) a situação geral do país está piorando – 3,4%;
- e) a democracia existe só no discurso – 1,3%;
- f) justificativas ilógicas ou tautológicas – 3,7%.

Entre os 17,2% de estudantes que justificaram que existe democracia no Brasil hoje, as principais razões alegadas foram estas:

- a) há liberdade e igualdade – 11,7% das respostas (os maiores percentuais estão em Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Recife, e na classe A);
- b) existe alguma democracia, mas pouca (1,7%);
- c) justificativas tautológicas ou incompreensíveis (2,6%).

Tais respostas revelam ao menos três elementos importantes. O primeiro é que não há uma noção clara do que seja democracia entre os jovens. Democracia aparece como um daqueles termos muito utilizados e pouco conhecidos. Possui um apelo utópico, pois acena para uma situação social e política melhor, mas poucos conseguem citar princípios da democracia. O segundo elemento é que há concepções diversas de democracia em jogo, em que parte dos estudantes da amostra valorizam mais os aspectos formais e outros enfatizam os aspectos substanciais. Os que valorizam a forma democrática encontram-se entre os que avaliam que há democracia no Brasil; os que apontam os resultados, o conteúdo da democracia avaliam que não há democracia no país. O terceiro ponto é que há poucas respostas (menos de 1%) apontando para a importância ou o grau de participação política da população. O tema da participação, tão precioso no debate intelectual sobre a democracia, merece pouca ênfase da parte dos estudantes.

Mais democracia para melhorar o país? Para avaliar sob um outro ângulo a presença ou não de atitudes democráticas entre os jovens, foi colocada a seguinte interrogação: “*Para mudar o Brasil para melhor é preciso...*”, sendo apresentadas como alternativas

mecanismos da democracia representativa (um bom governo, votar certo, cumprir as leis), de democracia participativa (organização do povo), do regime autoritário (a volta dos militares) e da perspectiva revolucionária (uma revolução).

Os resultados estão apresentados na Figura 21.

FIGURA 21 - Alternativas para mudar o Brasil



N = 1.787

Os dados obtidos indicam que há um entendimento majoritário entre os jovens de que a mudança para melhor do Brasil passa pela otimização dos mecanismos da democracia representativa (um bom governo – 60,9%, cumprir as leis – 49,5% e votar certo – 43,7%). A alternativa “organização do povo”, sempre presente no discurso dos defensores da democracia participativa ou semi-direta obteve igualmente um percentual elevado: 46,5%. Já a opção autoritária não passa de 5,4%, o que significa que uma parcela dos 8,6% que

assinaram em outro momento (Gráfico nº 19) sua preferência pela ditadura não reiteram a mesma convicção quando se discute alternativas para melhorar o Brasil.

A alternativa revolucionária (“uma revolução”) empolga 18,0% dos jovens, o que é um contingente significativo, mas minoritário. A grande maioria (82%) não vê numa revolução o caminho da mudança que o país necessita, optando largamente por alternativas próprias da democracia representativa e participativa. Não foi perguntado aos jovens o que entendem por “revolução”, e é provável que, se grande parte não sabe conceituar a democracia, também não sabem conceituar a revolução. Mas, em pesquisa anterior (Schmidt, 1996) foi constatado que, embora não possuindo uma concepção bem desenvolvida, os jovens associam à idéia de revolução a noção de ruptura brusca da situação vigente.

Os resultados aqui obtidos contrariam a linha de raciocínio desenvolvida por Hermes Zanetti⁷⁴, que em dissertação de mestrado recente concluiu que há uma predisposição favorável entre os jovens a uma solução revolucionária. “Os jovens de hoje, segundo Zanetti, não acreditam na via institucional e repudiam o voto, os partidos, o Congresso. Mas, ao contrário do que se insiste em dizer ninguém imagine que eles não possam sair a qualquer momento dessa letargia se houver um fato catalisador que os convença a adotar até um expediente não-institucional para modificar a realidade do país. Descrentes, sim. Apáticos, nunca.”

O conjunto dos resultados encontrados neste estudo opõe-se à idéia de que há uma “atitude revolucionária” na maioria dos jovens, ao menos no sentido forte do termo “revolução”. *Revolução* “é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e nas esferas sócio-econômica”. (Pasquino, 1992, p. 1121) A revolução implica em mudanças estruturais da sociedade, distinguindo-se da “rebelião” e do “golpe de estado”. O que os jovens apresentam são atitudes de inconformidade, de rebeldia diante da situação estabelecida, e não atitudes

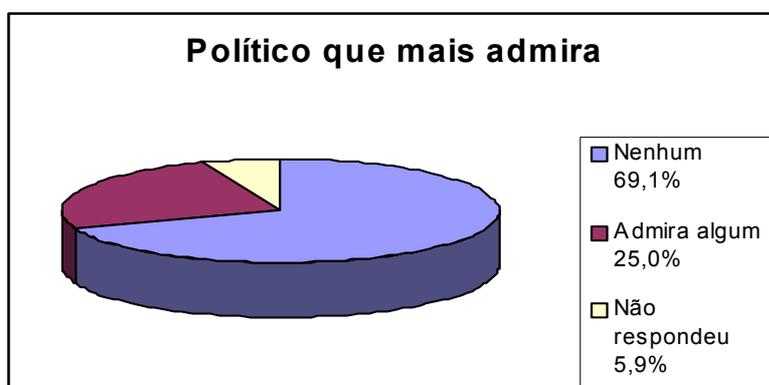
⁷⁴ Zero Hora, 25 de julho de 1999, p. 16.

revolucionárias, que importam em mudanças estruturais do sistema, até porque a grande maioria deles carece de conhecimento sobre alternativas possíveis.

Quais os líderes políticos que entusiasmam os jovens? A insatisfação com a situação do país está vinculada ao desencanto com os governantes, conforme atestaram múltiplas pesquisas de opinião, entre elas as divulgadas em 1999, nas quais o presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a constar como o brasileiro que mais envergonha o Brasil hoje. (Revista Época, nº 53, maio de 1999) A insatisfação, aliás, não se dirige apenas aos governantes, mas aos políticos em geral, que costumam aparecer com os mais baixos índices de credibilidade quando comparados a outros segmentos sociais (empresários, religiosos, sindicalistas...). Este ambiente tem sido propício para o crescimento de figuras que se apresentam como os anti-políticos, como o ex-presidente Fernando Collor de Mello e o candidato à presidência Enéas.

Através da questão aberta “Indique o político que você mais admira no Brasil” buscou-se averiguar quem são os personagens da cena política nacional que possuem mais credibilidade junto aos estudantes. As respostas constam na Figura 22.

FIGURA 22 - Taxa de jovens que admiram algum político



N = 1.787

Os dados expressam que a grande maioria não se referencia por nenhuma das lideranças políticas nacionais. Do total, 5,9% não respondeu a questão. A grande maioria – 69,1% - assinalou a opção “nenhum”, opção que é mais forte entre as mulheres (74,8%), em Recife (75,0%) e nas classes C e D (73%). Este indicador confirma a rejeição maciça aos políticos existente hoje no país.

Entre os jovens que assinalaram alguma preferência, o maior índice é o dos 8,0% que apontaram políticos de atuação local ou regional. Dos personagens reconhecidos nacionalmente, os mais indicados foram Lula (4,9%), Fernando Henrique Cardoso (2,9%), Itamar Franco (1,6%), Ciro Gomes (1,0%), Enéas (1,0%), Getúlio Vargas (0,6%), Leonel Brizola (0,4%), Fernando Collor de Mello (0,4%), Antonio Carlos Magalhães (0,4%).

Estes nomes e seus índices indicam que não há atualmente alguma liderança ou algumas lideranças que catalisem as esperanças do conjunto dos jovens, nem à direita, ao centro ou à esquerda. Os representantes da anti-política (Collor e Enéas) igualmente carecem de respaldo.

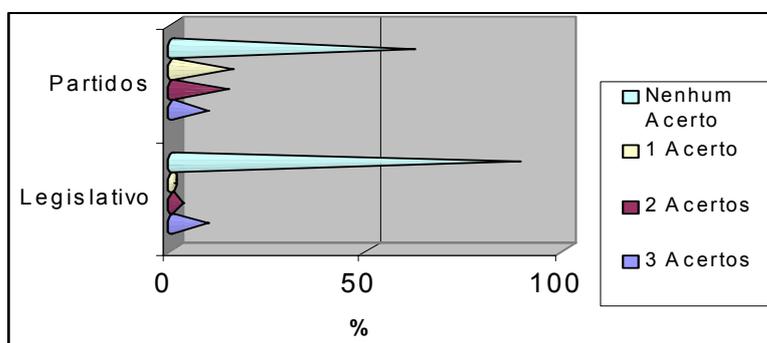
A indefinição que marca a percepção dos jovens sobre o futuro do país reflete-se na diversidade das lideranças pelas quais nutrem alguma admiração, os quais encarnam diferentes opções partidárias e ideológicas no cenário nacional.

6.8 Conhecimento sobre instituições políticas

A literatura internacional têm registrado que o cidadão comum tem conhecimentos muito limitados sobre as instituições e eventos políticos. A escolaridade costuma estar diretamente associada a um maior conhecimento, mas mesmo entre os mais escolarizados há um déficit enorme em relação ao ideal do cidadão bem informado e conhecedor dos assuntos da política.

O questionário foi estruturado de modo a que os estudantes fossem levados a emitir espontaneamente suas opiniões sobre a política, sendo enfatizado de que não se tratava de uma prova ou trabalho escolar. Por isso, apenas duas questões de teste de conhecimentos foram colocadas no questionário, com a finalidade de compor o índice de sofisticação política (explicitado no item 6.10). Uma questão tratou das três esferas do poder legislativo: foi solicitado que os estudantes respondessem quem exerce o poder legislativo na esfera municipal, estadual e federal. A outra tratou dos partidos políticos: foi perguntado a que partidos pertencem o prefeito do seu município, o governador do seu estado e o presidente da república. O índice de acertos foi muito pequeno, conforme mostra a Figura 23.

FIGURA 23 - Conhecimento sobre o legislativo e os partidos políticos



N = 1.787

O conhecimento sobre quem exerce o poder legislativo nas esferas municipal, estadual e federal teve um reduzido grau de acertos: 8,9% dos estudantes acertaram as três respostas; 2,4% dos estudantes acertaram duas das três respostas; e 0,6% dos estudantes acertaram uma resposta. A impressionante taxa de 88,1% é a dos estudantes que não acertaram nenhuma resposta.

A outra questão perguntava pelos partidos a que pertencia o prefeito de sua cidade, o governador de seu estado e o presidente da república. Aqui os acertos foram um pouco maiores: 8,8% dos estudantes acertaram as três respostas; 14,3% dos estudantes acertaram duas respostas; 15,4% acertaram uma resposta. O índice dos que não acertaram nenhuma resposta é de 61,4%.

Há uma coincidência parcial entre os que responderam acertadamente ou que não souberam responder as duas questões: 64,9% dos que não acertaram nenhuma opção da questão sobre o legislativo também não acertaram nenhuma opção da questão sobre os partidos.

Embora isso seja uma evidência insuficiente para se falar do nível de conhecimento dos jovens brasileiros sobre as instituições políticas, é um indicativo. Afinal, as questões não tratavam de minúcias, e sim de duas instituições fundamentais da democracia representativa.

Outro aspecto que chama a atenção é que o nível de acertos não cresce com a idade. O que se verifica são oscilações, sem direção definida. E os jovens de 14 anos têm a pontuação maior nas duas questões. Isso depõe contra a eficácia do ensino escolar. Se a escola proporcionasse conhecimentos políticos relevantes, a tendência seria que entre os estudantes de 14 a 18 anos houvesse um índice crescente de acertos, pois embora não haja uma associação automática entre idade e série escolar (devido às reprovações escolares), há uma associação positiva entre elas.

6.9 Conceitualização política

A conceitualização política indica a capacidade do indivíduo em manejar conceitos abstratos. Esta capacidade pressupõe que se tenha atingido o nível das *operações formais*, na linguagem de Piaget, além de um nível satisfatório de informação e de conhecimento sobre temas políticos.

A conceitualização é averiguada neste trabalho através de três perguntas do questionário sobre conceitos fundamentais da linguagem política: a dicotomia esquerda e direita, o conceito de democracia e o de cidadania. As respostas dadas às questões foram classificadas de acordo com a pertinência de cada resposta em relação ao significado respaldado pela literatura.

Os resultados são os seguintes:

a) *Esquerda*

- Sem resposta ou formulações ilógicas - 66,6%;
- Senso comum ou observação empírica - 27,2%;
- Respostas informadas por estudo ou discussão política - 6,2%;

b) *Direita*

- Sem resposta ou formulações ilógicas - 68,3%;
- Senso comum ou observação empírica - 26,8%;
- Respostas informadas por estudo ou discussão política - 4,9%;

c) *Cidadania*

- Sem resposta ou formulações ilógicas - 47,3%;
- Senso comum, sem relação direta com o conceito - 19,6%;
- Respostas com aspectos relacionados ao conceito mas não essenciais – 1,2%;
- Respostas com aspectos essenciais ao conceito – 31,8%;

d) *Democracia*⁷⁵

- Sem resposta ou formulações ilógicas - 48,6%;
- Senso comum, sem relação direta com o conceito - 3,9%;
- Respostas com aspectos relacionados ao conceito mas não essenciais - 25,8%;
- Respostas com aspectos essenciais ao conceito - 21,7;

No seu conjunto, as respostas indicam que os estudantes que responderam o questionário possuem uma *baixa capacidade em manejar conceitos fundamentais da linguagem política, como os de esquerda-direita, democracia e cidadania.*

No concernente à idade, o mesmo fenômeno que ocorre com relação às questões relativas ao conhecimento das instituições, ocorre no referente à capacidade de conceitualização: não há uma tendência crescente da sofisticação com o avanço da idade, e os jovens de 14 anos apresentam índices superiores à maior parte das outras faixas etárias nas três questões concernentes à capacidade de conceitualização. Também no tocante a este aspecto fica sob suspeita a eficácia da aprendizagem política escolar.

⁷⁵ Na pesquisa “Juventude: Cultura e Cidadania” (1999) 32% dos jovens metropolitanos declararam não saber o significado de democracia, 35% identificaram-na com liberdade e 25% com justiça social.

6.10 Eficácia política

A *eficácia política* é um importante conceito na presente análise do processo de socialização política de jovens brasileiros. Como vimos, este termo designa o sentimento que cada indivíduo possui sobre o seu próprio espaço no mundo da política, de entendê-la e de nela ser capaz de interferir. Este sentimento está ligado ao sentimento mais geral de auto-confiança pessoal e do conjunto do processo de socialização. Um alto grau de eficácia política costuma estar presente nos casos de inserção ativa e autônoma de indivíduos nas atividades políticas; um baixo grau de eficácia é comum nos casos de ausência de participação ou de participação dependente.

Para mensurar a eficácia política costuma foram empregadas três questões, cuja formulação e respostas constam na Tabela 17.

TABELA 17 - Indicadores de eficácia política

Sente-se em condições de entender o que acontece na política?	%
Não. Em geral, a política e o governo parecem tão complicados que uma pessoa como eu não pode realmente entender o que está acontecendo.	48,9
Sim. Quem se interessa pela política consegue entender o que está acontecendo.	50,0
Acredita que pode influir na política e no governo?	%
Não. O governo não costuma prestar atenção às opiniões de pessoas como eu.	39,4
Sim. Existem muitas maneiras de influir na política, mas é necessário que as pessoas se interessem e queiram influir.	59,6
Quais desses cargos políticos uma pessoa como você pode alcançar?	
Nenhum – 36,6%	Vereador – 30,1%
	Prefeito – 20,8%
Deputado – 17,5%	Governador – 14,3%
	Presidente da República – 15,2%

N = 1.787

Os resultados evidenciam que as atitudes de eficácia política prevalecem entre os jovens, mas há também considerável presença de atitudes de ineficácia. Nada menos que 48,9% dos jovens da amostra responderam que não se sentem em condições de entender a política, em contraposição a 50,0% que afirmam conseguir entendê-la. O sentimento de incapacidade de compreender a política é maior entre as mulheres, nos municípios do Centro-Oeste e Nordeste e nas classes C, D e E. O senso de capacidade de compreensão é maior entre os homens, nos municípios de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul e na classe A.

A crença na capacidade pessoal de influenciar a política é afirmada por 59,6% dos respondentes, mas 39,4% optam pela negativa, acreditando que os governantes não prestam atenção a pessoas de sua condição. A opção “sim” tem predomínio de mulheres, de jovens das classes A, B e C, dos municípios de Belo Horizonte, Santa Cruz do Sul, Porto Alegre e Viçosa. A opção “não” predomina entre os homens, nas classes D e E, e nos municípios do Centro-Oeste e Nordeste.

Face à pergunta sobre quais cargos públicos o indivíduo se sente em condições de exercer, 37,0% responderam “nenhum”, o que é uma taxa bastante elevada e indica senso de ineficácia política.

Os cargos foram assinalados no geral em percentuais decrescentes em relação à importância do cargo, ou seja, os cargos mais altos na hierarquia foram menos assinalados: vereador (30,1%), prefeito (20,8%), deputado (17,5%), governador (14,3%) e presidente da república (15,2%).⁷⁶ A opção “nenhum” é mais forte entre as mulheres (41,0% contra 31,3% dos homens) e bem mais fraca nos municípios de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul e nas classes A e B.

O cruzamento das respostas das três questões revela que há um razoável grau de associação entre elas. As respostas às questões sobre a capacidade de compreensão da política e sobre a capacidade de nela influir têm um coeficiente de contingência de 0,537,

⁷⁶ Não deixa de surpreender o elevado percentual de jovens que acreditam poder chegar a ocupar o cargo de presidente da república, levemente superior à de governador. Talvez essa seja uma forma de protesto, considerando o desgaste do presidente Fernando Henrique à época da realização da pesquisa.

com nível de significância de 0,00. As respostas às questões sobre a capacidade de compreensão da política e as sobre os cargos que acredita poder alcançar têm um coeficiente de contingência de 0,429, com nível de significância de 0,00. As respostas às questões sobre a capacidade de influir na política e as sobre os cargos que acredita poder alcançar têm um coeficiente de contingência de 0,437, com nível de significância de 0,00. O nível de significância = 0,00 indica que a hipótese nula (independência entre as alternativas) não se aplica. O coeficiente de contingência próximo a 0,5 nos vários cruzamentos mostra que a associação é moderada. Estes testes estatísticos mostram que estão moderadamente interligados os sentimentos de capacidade de entender a política, de influenciar na política e de alcançar cargos políticos.

Resumindo, as atitudes de eficácia política são majoritárias entre os jovens, mas há uma considerável presença de atitudes de ineficácia. A ineficácia é um pouco mais saliente entre as mulheres, nos municípios do Centro-Oeste e Nordeste e das classes D e E. A eficácia é um pouco maior entre os homens, e mais destacada nos municípios da Região Sul (Porto Alegre e Santa Cruz do Sul) e nas classes A e B.

6.11 Sofisticação política

A *sofisticação política*, conforme argumentação exposta no Capítulo 2, designa um conjunto de características que facultam a compreensão, a eficácia, o conhecimento e a inserção consciente e autônoma do indivíduo no mundo da política.

Os indivíduos mais sofisticados interessam-se mais pela política, estão atualizados acerca das informações, conhecem mais sobre o funcionamento das instituições e compreendem melhor as complexidades da política. Indivíduos pouco sofisticados são politicamente desatentos ou apáticos, pouco informados, não familiarizados com as instituições e incapazes de tecer raciocínios mais elaborados sobre assuntos da esfera política.

A constituição de um *índice de sofisticação política* permite classificar os indivíduos segundo uma maior ou menor pontuação obtida. Quanto maior o índice, maior a sofisticação política; quanto menor o índice, menor a sofisticação. Este índice foi obtido com base em *cinco categorias*, constituídas a partir das respostas de *onze perguntas*⁷⁷ do questionário. As categorias são as seguintes:

- (i) *centralidade* – grau de interesse pela política e frequência da comunicação política;
- (ii) *informação* – grau e frequência da busca de informações sobre política;
- (iii) *eficácia* – sentimento de compreensão e de influência pessoal na política, e cargos que acredita poder exercer;
- (iv) *conhecimento* – domínio de informações pertinentes ao funcionamento das instituições políticas;
- (v) *conceitualização* – capacidade de manipular conceitos abstratos da linguagem política.

O índice de sofisticação política mensura, portanto, o interesse do indivíduo pela política, a saliência que ela possui na sua vida, o seu senso de eficácia, o seu conhecimento

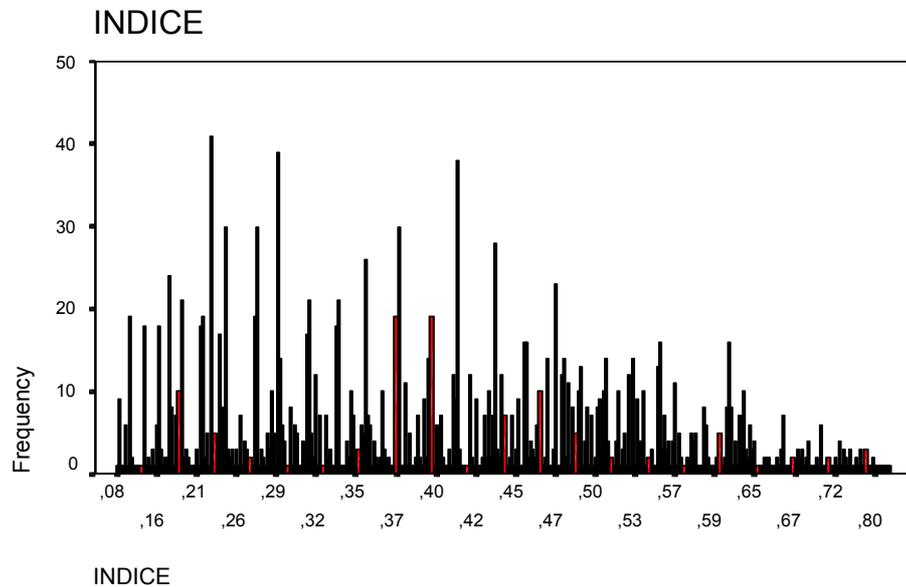
⁷⁷ As perguntas são as de nº 11, 13, 14, 15, 16, 23, 47, 49, 50, 51 e 54 do questionário. Ver Anexo 1.

sobre algumas instituições (o legislativo e os partidos) e a capacidade de conceitualização acerca de alguns termos fundamentais da linguagem política (esquerda, direita, cidadania e democracia).

A construção do índice de sofisticação política seguiu resumidamente as seguintes etapas⁷⁸. Cada valor de cada uma das variáveis recebeu um *escore*, de acordo com uma escala ordinal, em que o menor valor corresponde às respostas menos favoráveis e o maior valor às respostas mais favoráveis em termos de sofisticação política, com escores intermediários na mesma lógica. A atribuição dos escores foi feita pelo autor, apoiado na literatura relevante sobre o tema. Constituída a *Matriz de Escores (X)*, foi calculado então um *índice de carência (IC)* para cada valor através da fórmula geral $IC = (MAX X - X) / (MAX X - MIN X)$. Através desta operação chegou-se à *Matriz de Carência*, com índices entre zero e um. A seguir, foi feita a inversão dos índices de carência para se chegar ao *Índice de Sofisticação (IS)*, através da fórmula $IS = 1 - IC$. Para cada indivíduo foi então calculada a média aritmética dos índices obtidos em cada uma das 11 questões. Esta média aritmética é o índice de sofisticação política individual, com valores entre zero (sofisticação política nula) e um (sofisticação política máxima).

Vamos aos resultados. O índice de sofisticação mínimo obtido foi de 0,08 e o índice máximo obtido foi de 0,90. A média do índice ficou em 0,3986, com um desvio-padrão de 0,1511. A Figura 24 a seguir retrata o perfil do índice de sofisticação política dos jovens da amostra.

FIGURA 24 - Distribuição do índice de sofisticação política



N = 1.760

O gráfico permite visualizar a forte concentração de índices de sofisticação política em baixos patamares e a pequena incidência do índice nos estratos mais elevados. Deste modo, embora haja um percentual de jovens com altos índices de sofisticação (chegando até 0,90), a média geral do índice de sofisticação política não passou de 0,39. A constituição de faixas de sofisticação propiciará um detalhamento da distribuição do índice de sofisticação nos jovens da amostra.

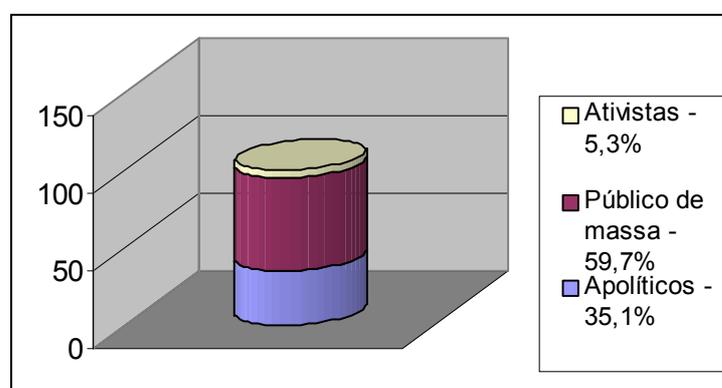
Os Três Públicos Juvenis. A constituição de *três faixas de sofisticação* – alta, média e baixa – permite perceber como estão distribuídos os jovens da amostra, e assim testar a *Teoria dos Três Públicos*, que trabalha com uma distribuição piramidal - 5% no topo (os *ativistas*), 75% na faixa intermediária (*público de massa*) e 20% na base (*apolíticos*).

⁷⁸ A constituição do *índice de sofisticação política* apóia-se nos parâmetros usados para calcular o “índice de qualidade de vida” por FRIDMAN, Ida S., PELEGRINI, Inés L. e MICHEL, Nelson E. *Qualidade de vida do trabalhador do RS*. Porto Alegre: Sesi/Fiergs, 1996.

As faixas foram estabelecidas através de uma divisão do espaço entre zero e um (valores mínimos e máximo passíveis de obtenção) por três. Assim, a faixa alta (ativistas) compreende os indivíduos que atingiram índices de 0,66 a 0,90, a faixa intermediária (público de massa), índices de 0,33 a 0,66 e a faixa baixa (apolíticos), índices de 0,08 a 0,33.

A distribuição dos jovens da amostra nas três faixas é apresentada na Figura 25.

FIGURA 25 - Os três públicos juvenis



N = 1.760

Estes dados mostram que a Teoria dos Três Públicos aplicada aos jovens da amostra é semelhante ao quadro norte-americano no que tange ao percentual da faixa alta – os *ativistas* (em torno de 5%). A faixa intermediária – o *público de massa* – é menor entre os jovens brasileiros (59,7%) do que no contexto norte-americano (75%). Já a faixa baixa de sofisticação – composta pelos *apolíticos*⁷⁹: - é maior aqui: alcança 35,1% dos jovens brasileiros, contra 20% dos norte-americanos. Em tese, 1/3 dos estudantes da amostra são indivíduos que não conferem importância à política, tem pequeno senso de eficácia política, conhecem pouco a seu respeito e tem pequena capacidade de conceitualização. São, portanto, despreparados para uma inserção consciente e autônoma no território da política.

⁷⁹ O termo “apolíticos” é utilizado aqui apenas para manter a linguagem da teoria original (Neuman, 1986). Mas, o termo não condiz com o referencial teórico da pesquisa, segundo o qual não há indivíduos

A distribuição do índice de sofisticação conforme as variáveis. O cálculo da média do índice de sofisticação obtida pelos jovens de acordo com as variáveis revela até que ponto há variação interna da amostra. A tabela abaixo mostra as médias conforme o sexo, municípios e a estratificação social.

TABELA 18 - Índice de sofisticação política – médias por variável

Variáveis		Média	Desvio Padrão
Sexo –	Feminino	0,3870	0,1461
	Masculino	0,4157	0,1567
Municípios	Santa Cruz do Sul	0,4269	0,1546
	Porto Alegre	0,4417	0,1449
	Viçosa	0,4268	0,1479
	Belo Horizonte	0,3854	0,1568
	Rio Verde	0,4021	0,1516
	Goiânia	0,3852	0,1524
	Arcoverde	0,3636	0,1422
	Recife	0,3509	0,1334
Classes sociais	A	0,4731	0,1656
	B	0,4334	0,1502
	C	0,3911	0,1464
	D	0,3739	0,1473
	E	0,3604	0,1352
Idade	14 anos	0,4390	0,1564
	15 anos	0,4203	0,1575
	16 anos	0,4143	0,1564
	17 anos	0,4067	0,1457
	18 anos	0,4013	0,1394
	19 anos	0,3513	0,1424
	20 anos	0,3968	0,1552

propriamente apolíticos, e sim indivíduos afastados da política institucional, que, todavia, não deixam de ter atitudes políticas.

21 anos	0,3503	0,1614
22 anos	0,3822	0,1594
23 anos	0,4100	0,1652
24 anos	0,3837	0,1520

N = 1.760

Os resultados evidenciam que, no tangente à variável sexo, os rapazes são politicamente mais sofisticados do que as meninas. O diferencial das médias, contudo, não é elevado, o que corresponde à análise apresentada anteriormente de que há uma crescente presença feminina na arena política brasileira nas últimas décadas, mas sobrevivem ainda resquícios da tradição brasileira de monopolização masculina dos assuntos políticos.

Os municípios do Sul – Porto Alegre e Santa Cruz do Sul – e o de Viçosa apresentam as maiores médias de sofisticação, enquanto Belo Horizonte e os municípios do Centro-Oeste – Rio Verde e Goiânia – estão num patamar intermediário. Os municípios do Nordeste – Recife e Arcoverde – apresentam as menores médias de sofisticação. Este perfil corresponde aproximadamente à idéia de que o Sul, especialmente o Rio Grande do Sul, apresenta um grau de politização maior do que a média nacional, e que o Nordeste enfrenta as maiores dificuldades para se livrar da herança de coronelismo, clientelismo e outros vícios que tendem a consolidar nos cidadãos a descrença em relação à política.

Quanto à situação sócio-econômica, os resultados confirmam os dados de outros países quanto à cultura política. As classes economicamente mais abastadas costumam apresentar maior sofisticação política que as classes mais carentes. Isso está relacionado às condições materiais e sociais das classes afluentes, como maior disponibilidade de informação (jornais, revistas, TV a cabo, Internet...) e facilidade de acesso às instituições e agentes políticos. Corresponde também à análise marxista de que no capitalismo a política tem um viés de classe, de modo que as instituições e as regras favorecem sempre as classes dominantes. Um aspecto, todavia, que contraria a idéia comum de que há maior politização nas áreas metropolitanas do que nas cidades interioranas é o de que com exceção da Região Sul, nas demais regiões o índice de sofisticação política é maior nas cidades do interior. Ou

seja, os jovens do interior apresentam-se em boa parte das regiões como mais sofisticados politicamente que os das capitais.

A variável idade apresenta um perfil surpreendente, no mesmo sentido do verificado anteriormente quanto à conceituação e eficácia políticas. Ao contrário do que poder-se-ia esperar, não há um incremento da sofisticação política com a idade. Pelo contrário, dos 14 aos 19 anos, há uma relação inversa: a média de sofisticação decresce com o incremento da idade. Na faixa etária dos 20 aos 24 anos há oscilações. Estes dados surpreendem por várias razões: o avanço na idade proporciona oportunidades de aquisição de novos conhecimentos sobre o mundo político através da escola, dos meios de comunicação e do diálogo interpessoal; o passar do tempo favorece novos contatos com agentes políticos; há um amadurecimento da personalidade; e assim por diante. Por isso, seria esperável que a sofisticação – calculada com base no interesse, no diálogo, no senso de eficácia, no conhecimento e na capacidade de conceitualização - aumentasse com a idade.

A surpresa aumenta quando se observa um a um os componentes da sofisticação política e se nota que em nenhum deles há um crescimento contínuo com o passar dos anos. Em todas eles há oscilações, sem nenhuma direção definida. Em vários casos, são os jovens de 14 anos que atingem a pontuação mais favorável. Este é o caso do conhecimento das instituições (acerca do poder legislativo e dos partidos) e a capacidade de conceitualização: em todas as cinco questões, os jovens de 14 anos estão entre os de maior pontuação, enquanto os acima de 20 anos estão entre os de mais baixa pontuação.

Uma explicação possível seria a de que os estudantes acima de 20 anos são, em parte, aqueles que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem e por isso estão atrasados no percurso escolar, o que não acontece com os demais. Mas, este fator, em princípio, não justifica a baixa pontuação em tópicos como interesse, diálogo e senso de eficácia. Eis um tópico que merece uma análise mais aprofundada em outro trabalho.

Abaixo estão elencados outros resultados significativos, obtidos a partir do cruzamento de variáveis importantes com o índice de sofisticação política.

- a) A associação⁸⁰ entre a auto-definição política e a sofisticação política se dá no sentido esperado. A média de sofisticação política para cada um dos qualificativos é a seguinte: alienado: 0,3698, indiferente: 0,3653, desiludido: 0,3769, interessado: 0,5148 e participativo: 0,4414. Os jovens que se consideram interessados e participativos apresentam um índice de sofisticação superior aos demais.
- b) Não há associação entre os sentimentos desfavoráveis ou favoráveis em relação à sociedade atual e a maior ou menor sofisticação política. A maior média de sofisticação é o dos que se dizem “indignados” (0,4192) e “inseguros” (0,4040), mas seguidos de perto pelos “confiantes” (0,3998) e “felizes” (0,3956).
- c) A sofisticação política está positivamente associada ao contato pessoal com agentes políticos (vereador, prefeito, deputado...) – quanto maior a faixa de sofisticação, maior o percentual de contatos.
- d) A sofisticação política está positivamente associada à participação em reuniões políticas em Câmaras de Vereadores e Prefeituras – quanto maior a faixa de sofisticação, maior o percentual de participação em tais reuniões.
- e) Não há associação significativa entre sofisticação política e confiança nas instituições políticas (governo, congresso, forças armadas, polícia...); há uma relação positiva entre sofisticação e a confiança nos sindicatos e no movimento estudantil.
- f) A maior sofisticação política está associada aos índices médios de assistência à televisão; a menor sofisticação está relacionada aos maiores e menores índices de assistência à televisão.
- g) Os jovens mais sofisticados aprovam muito mais a discussão de assuntos políticos em sala de aula do que os menos sofisticados.

⁸⁰ As referências à associação constantes neste tópico não mencionam o teste do coeficiente de contingência por que o software SPSS não facultava este teste no cruzamento de variáveis com médias.

- h) A maior sofisticação está positivamente associada a algumas formas de participação política, como grêmios estudantis, campanhas eleitorais e reuniões políticas de estudantes. Em outras modalidades, a associação não é significativa.
- i) Os jovens mais sofisticados apresentam maior interesse em participar em campanhas eleitorais, reuniões partidárias e reuniões políticas de estudantes. Em outras modalidades, não há associação significativa.
- j) Há uma associação positiva entre a sofisticação política e a adesão à democracia: a média dos que preferem a democracia (0,4526) é maior do que a daqueles que optam pelas outras alternativas – os que afirmam que em certas circunstâncias é preferível a ditadura (0,4246), tanto faz democracia ou ditadura (0,3311) e não sabem (0,2977). Isto significa que quanto maior a saliência, a eficácia, o conhecimento e a capacidade de conceitualização dos jovens acerca da atividade política em geral, maior é a possibilidade de se fortalecerem neles convicções democráticas. Implica também a possibilidade de que os jovens politicamente sofisticados estejam exercendo uma influência em favor da democracia sobre o grande contingente dos jovens pouco sofisticados.
- k) Quanto maior a sofisticação, maior a disposição de votar mesmo que o voto não fosse obrigatório. Os menos sofisticados (apolíticos) são os menos favoráveis ao voto dos analfabetos e dos jovens aos 16 anos. A crença de que o povo brasileiro não sabe votar é compartilhada de modo similar em todas as faixas de sofisticação.
- l) Fernando Henrique Cardoso recebeu em 1998 votos em percentuais idênticos nas três faixas de sofisticação. Já os votos de Lula e Ciro Gomes cresceram gradativamente da faixa inferior até a faixa superior de sofisticação. Os votos brancos e nulos são maiores entre os menos sofisticados, tanto para presidente como para governador.
- m) A sofisticação política está diretamente relacionada com a existência de preferência partidária: os menos sofisticados são os que apresentam menor preferência por algum

dos partidos existentes. Os simpatizantes do PT e PSDB aumentam gradativamente entre as faixas mais sofisticadas.

- n) A maior escolaridade dos pais está associada positivamente à maior sofisticação política dos filhos.

Se as atitudes forem muito diferenciadas, é imperativo concluir que outros fatores pesam fortemente no processo formativo de atitudes políticas dos jovens, talvez mais que a própria família.

Mas, a semelhança nas atitudes de um conjunto de pais com um conjunto de filhos não deve ser tomada apressadamente como comprovação da eficácia da socialização paterna. A já mencionada pesquisa de Jennings e Niemi (1974) nos anos 1970 nos Estados Unidos – baseada em um survey respondido por 1.669 estudantes universitários “seniors” e um survey respondido por cerca de 70% dos seus pais – mostrou que em contraste com as respostas agregadas, a comparação entre as respostas de estudantes e pais e de maridos e esposas evidenciou considerável desacordo de opiniões. As informações obtidas através de questionários diferentes também mostrou diferentes percepções sobre um mesmo fenômeno e um grau limitado de conhecimentos sobre as opções e preferências políticas dos outros membros da família. Com isso, os autores demonstraram bem a fragilidade das conclusões sobre processos intra-familiares com base nas opiniões de apenas um membro da família.

Levando em conta as admoestações de Jennings e Niemi, a presente pesquisa foi concebida de modo a captar informações independentes dos estudantes e de seus pais. Os dados apresentados neste capítulo referem-se às opiniões coletadas através de dois questionários: o questionário dos estudantes, respondido em sala de aula por 1787 alunos, e o questionário dos pais, respondido em casa por 857 pais ou responsáveis.

É importante frisar que *a comparação de atitudes é feita entre as respostas agregadas dos 1.787 estudantes e as respostas agregadas dos 857 pais/responsáveis, mas a associação⁸¹ restringe-se aos 857 pares estudantes-pais/responsáveis*. A opção de comparar as atitudes a partir dos dois conjuntos deve-se ao objetivo de analisar até que ponto existem ou não diferenças substanciais entre a cultura política dos jovens e a dos adultos. Já a mensuração da associação é feita a partir dos pares em vista do objetivo de analisar até que ponto os pais influenciam os filhos (e vice-versa, em alguns casos).

⁸¹ Para mensurar a associação entre as respostas de pais e de filhos utiliza-se aqui o Coeficiente de Contingência (C), cujo valor mínimo é zero e o máximo é 1,0. Um coeficiente de contingência próximo de zero indica uma associação fraca e um valor próximo a 1,0 indica uma associação forte. Valores próximos a 0,5 indicam uma associação moderada. Junto com o coeficiente de contingência é apresentado o nível de

A análise desenvolvida neste capítulo visa a responder basicamente quatro questões:

- a) Há diferenças importantes nas atitudes políticas de pais e filhos? Se sim, em quais aspectos?
- b) Há uma transmissão eficaz de atitudes políticas de pais para filhos?
- c) Pais e filhos conhecem mutuamente suas preferências partidárias e eleitorais?
- d) Existe intencionalidade na transmissão de atitudes políticas entre pais e filhos? Se existe, a intencionalidade torna mais eficaz a transmissão de atitudes políticas?

7.1 Caracterização da Amostra dos Pais

Os pais ou responsáveis receberam através dos filhos um questionário de 33 questões, composto de questões fechadas. Os questionários foram respondidos em casa e trazidos pelos filhos de volta às escolas, e aí entregues aos auxiliares da presente pesquisa.

As características da amostra dos pais/responsáveis constam na Tabela 19.

TABELA 19 - Caracterização da Amostra dos Pais/Responsáveis

		Número	%
Vínculo com Estudantes	Mãe	438	51,5
	Pai	327	38,8
	Responsável	54	6,3
	Não respondeu	38	4,4
Distribuição por Município	Santa Cruz do Sul	117	13,7
	Porto Alegre	39	18,2
	Viçosa	113	13,2
	Belo Horizonte	62	7,2
	Rio Verde	97	11,3

significância, que é o mesmo índice do qui-quadrado. Um nível de significância próximo ou igual a zero indica que há dependência entre as variáveis, enquanto que um valor maior que 0,5 indica que não há associação entre as variáveis.

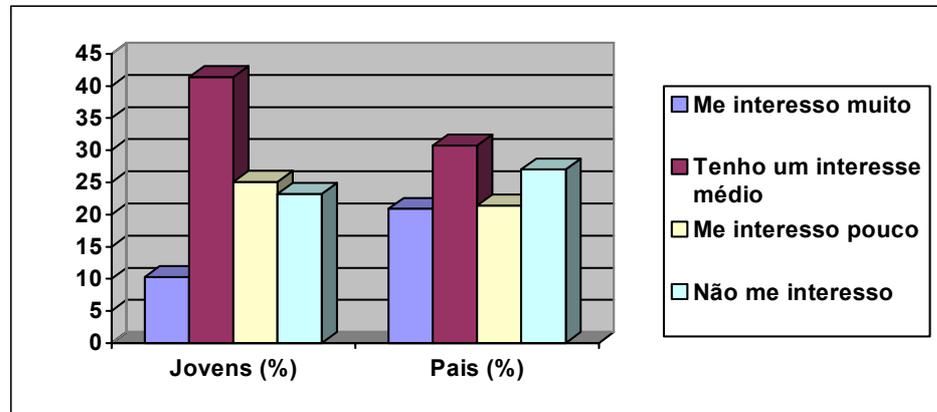
	Goiânia	97	11,3
	Arcoverde	103	12,0
	Recife	229	26,7
	Sem instrução ou Primário incompleto	148	17,3
	Ensino Primário completo	150	17,5
Escolaridade	Ensino Fundamental completo	160	18,7
	Ensino Médio completo	225	26,3
	Curso Superior completo	161	18,8
	Não respondeu	13	1,5
	Católica	614	71,6
	Evangélica Luterana	78	9,1
Religião	Assembléia de Deus	47	5,5
	Espírita	39	4,6
	Outras	72	7,4
	Não respondeu	07	0,8
	35 a 50 anos	620	72,4
Faixa Etária	26 a 96 anos	857	100,0
TOTAL		857	100,0

7.2 Comparação de Atitudes Políticas de Pais e Filhos

7.2.1 Interesse por Política

Jovens e adultos responderam idêntica questão sobre o nível de interesse que possuem em relação à política. A Figura 26 permite uma visualização dos resultados obtidos.

FIGURA 26 - Nível de Interesse pela Política – pais e filhos



N jovens = 1.778 N pais = 851

Os resultados mostram que há diferenças no perfil do interesse político na opção “muito” interesse, em que os pais comparecem com um índice de 20,9% e os jovens de 10,3%. A diferença é compensada na opção de “médio” interesse (os jovens têm 41,4% e os pais 30,7%), sendo bastante semelhantes os índices de “pouco” (25,1% e 21,4%) e “nenhum” (23,2% e 27,0%).

Estes números não permitem concluir que há diferenças substantivas no nível de interesse pela política entre pais e filhos, principalmente se levamos em conta o *efeito do ciclo-de-vida* (referido no capítulo 2). O efeito do ciclo-de-vida implica em que certas atitudes são próprias de certas fases da vida, modificando-se posteriormente, e não podem ser consideradas como características sócio-culturais amplas (efeito de período ou de geração). O menor nível de “muito” interesse pela política entre os jovens com relação aos adultos pode ser explicado como um efeito do ciclo-de-vida. Resta, contudo, verificar resultados de outros itens para confirmar ou não tal interpretação.

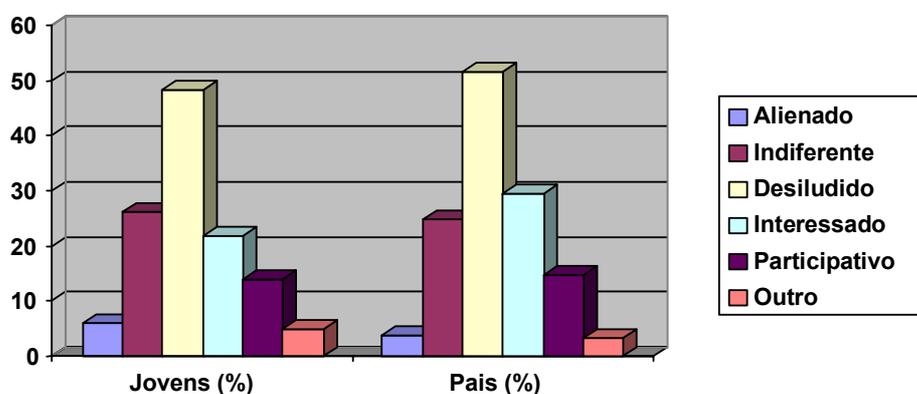
A associação existente entre o interesse dos pais e o dos filhos é fraca. O coeficiente de contingência é de 0,176, a um nível de significância de 0,03. Isto implica em que um grande interesse por política dos pais frequentemente está associado a um nulo interesse dos filhos e vice-versa. É um primeiro indicativo de que a influência dos pais não é decisivo na constituição do perfil atitudinal dos filhos do ponto de vista da política. O esperado é que um grande interesse dos pais se reflita num interesse proporcional dos filhos, o que não acontece. Esse resultado dificilmente pode ser atribuído ao efeito de

idade. Diferente de casos como em que os pais mostram simpatia por algum personagem ou alguma causa e os filhos se opõe dentro da lógica de constituição da autonomia pessoal própria da adolescência, o interesse pela política é algo difuso. A interpretação mais provável da fraca associação entre uns e outros é que a influência paterna é menos importante que de outros fatores sociais.

7.2.2 Auto-Definição Política

A auto-definição política é um indicativo importante para a compreensão das atitudes porque capta aspectos da auto-percepção do indivíduo no âmbito dessa esfera. A questão constante nos questionários do jovens e pais apresentava como alternativas as opções *alienado*, *indiferente*, *desiludido*, *interessado*, *participativo* e *outro*. A Figura 27 mostra os resultados obtidos.

FIGURA 27 - Auto-Definição Política – pais e filhos



N jovens = 1.760 N pais = 846

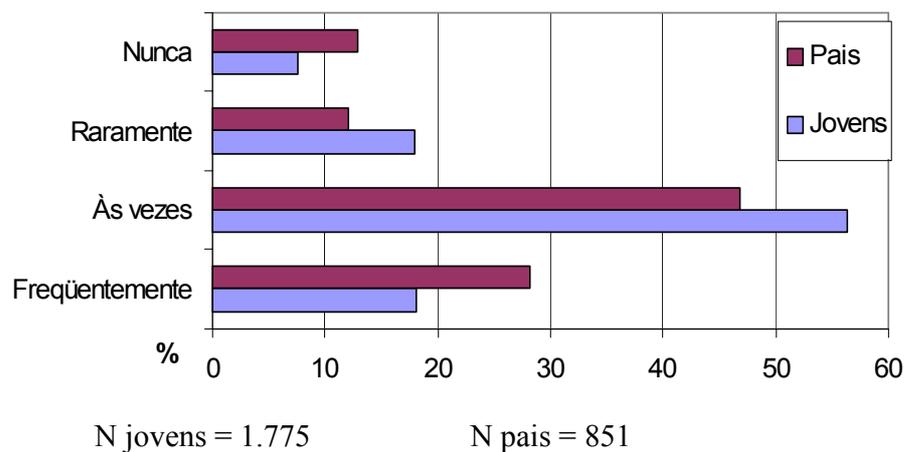
Os dados não revelam diferenças significativas entre os dois segmentos. Os “desiludidos” são os mais numerosos - 51,6% dos pais e 48,4% dos filhos. Após, vem os “indiferentes” - 26,1% dos jovens e 24,9% dos pais - e os “interessados” - 29,4% de pais e 21,7% de filhos. A seguir, vem os “participativos” - 14% cada e os “alienados” - 6,0% entre os jovens e 3,9% entre os pais.

O cruzamento entre as variáveis mostra que a auto-definição dos pais está fracamente associada à dos filhos (coeficiente de contingência = 0,274, com um nível de significância de 0,00).

7.2.3 Comunicação Política

A comunicação política é mensurada nos dois questionários através da pergunta “Você costuma falar de política, por exemplo sobre eleições, o governo ou a situação do país?”. Os dados obtidos estão representados na próxima figura.

FIGURA 28 - Intensidade da Comunicação Política – pais e filhos



O percentual de pais que fala “frequentemente” sobre política (28,2%) é maior que o de jovens (18,1%), diferença que é compensada na opção “às vezes” (56,3% e 46,8%, respectivamente). De forma semelhante, o número de pais que “raramente” fala de assuntos políticos é menor (12,1%) que o dos jovens (18,0%), mas a diferença é compensada na opção “nunca” (pais = 12,9% e filhos = 7,5%).

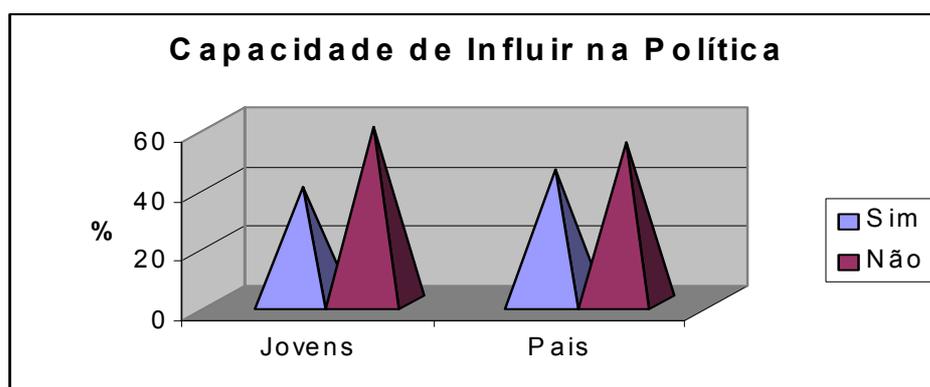
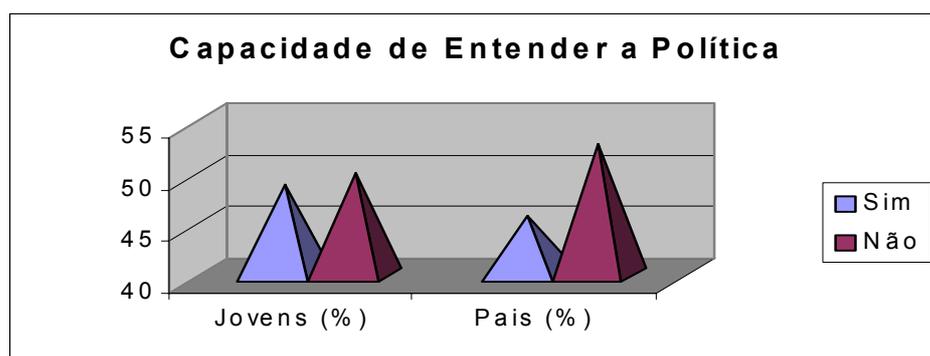
O teste de associação entre a comunicação política de pais e filhos mostra que há pouca relação entre a intensidade na comunicação de pais e filhos. O coeficiente de contingência é baixo ($C = 0,190$, com nível de significância = 0,01). Ou seja, o fato dos pais conversarem frequentemente ou raramente sobre política não tem maior consequência na intensidade com que os filhos falam sobre assuntos políticos. É mais um indício de que a

influência dos pais sobre as atitudes políticas dos filhos pode não ser grande em vários tópicos, ao contrário do que indicaram as primeiras pesquisas da área de socialização política.

7.2.4 Eficácia Política

A comparação das atitudes de eficácia política de jovens e adultos é feita através de duas questões clássicas: o sentimento que o indivíduo possui sobre a sua própria capacidade de entender ou não a política e o sentimento de sua possibilidade de influir ou não na política. As figuras seguintes permitem visualizar os resultados obtidos.

FIGURAS 29 e 30 – Indicadores de Eficácia Política – pais e filhos



N jovens = 1.787 N pais = 857

O senso de eficácia de pais e filhos é semelhante, se se considera ambas as questões. Os índices dos jovens são levemente superiores no que tange ao entendimento da política

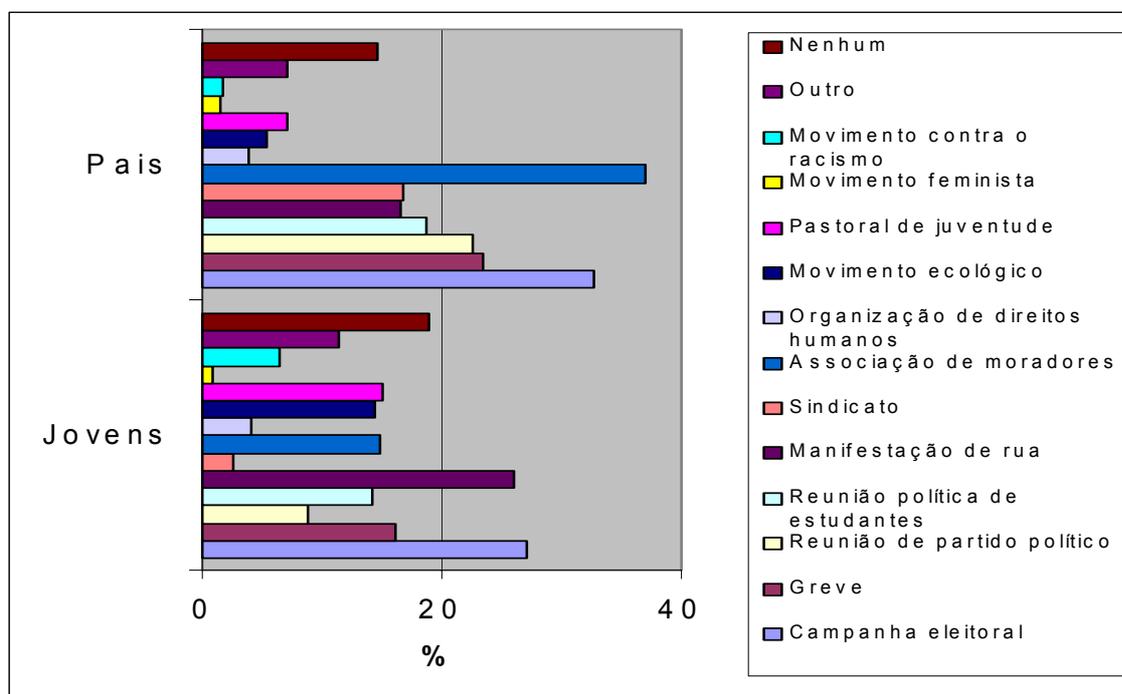
(48,9% contra 45,7%), mas os pais têm índices maiores no que tange à influência na política (44,9% contra 39,4%).

A associação entre o sentimento de eficácia de pais e filhos é fraca. O coeficiente de contingência no caso do sentimento de entendimento da política é de 0,111 (nível de significância de 0,044) e no de influência na política é de 0,093 (nível de significância de 0,139). Isto importa em que, apesar de haver uma grande semelhança no conjunto das respostas dos pais com o conjunto das respostas dos filhos, a comparação entre os pares evidencia que a semelhança é bastante pequena. Um elevado número de pais que sente-se capaz de entender ou de influenciar a política tem filhos que não têm sentimento idêntico, e muitos pais que se sentem pouco capazes de entender ou influenciar a política têm filhos com forte sentimento de entendimento e influência.

7.2.5 Participação Política

Os estudantes e seus pais responderam a questão “*você já participou de...?*” A confrontação dos resultados consta na figura a seguir.

FIGURA 31 - Participação Política – pais e filhos



N jovens = 1.787 N pais = 857

A comparação⁸² do perfil da participação política de adultos e jovens mostra que em parte das opções os adultos apresentam percentuais maiores. Tal é o caso das greves, reuniões de partidos políticos, reunião política de estudantes, sindicatos e associações de moradores. Em outras opções os índices dos jovens são superiores: manifestações de rua, movimento ecológico, pastoral de juventude e movimento contra o racismo. No caso de organizações de direitos humanos e do movimento feminista os índices são semelhantes. A taxa de adultos que nunca participaram de nenhuma atividade ou organização política (14,6%) é um tanto inferior à taxa dos jovens (18,9%).

A maior participação dos jovens em algumas alternativas – manifestações de rua, movimento ecológico, pastoral de juventude e movimento contra o racismo – pode ser interpretada como um *efeito de geração*, ou seja, como uma peculiaridade da geração juvenil dos anos 1990. Sabe-se que o passar do tempo oferece aos indivíduos reiteradas oportunidades de participação – o que se reflete nos percentuais de participação superiores

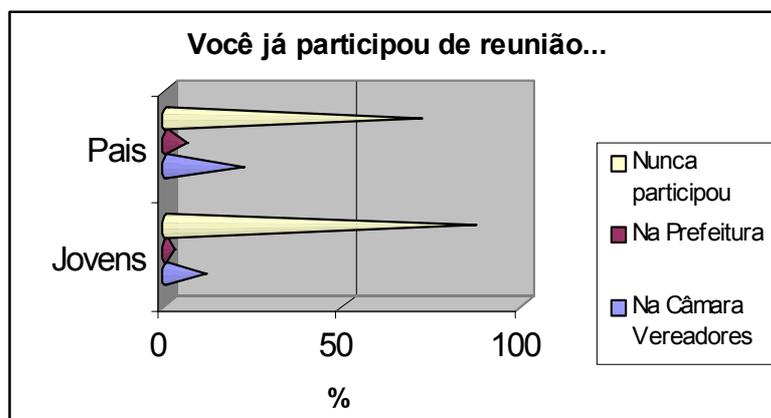
⁸² Não foi possível mensurar a associação entre as respostas de pais e filhos a estas questões devido à forma de digitação dos dados (questões de múltipla escolha).

dos adultos em boa parte das alternativas – e se os jovens, apesar da pouca idade, demonstram maior participação em algumas modalidades, é porque as circunstâncias sociais e históricas favorecem a isso, constituindo-se numa característica própria desta geração.

7.2.6 Contato com Instituições e Agentes Políticos

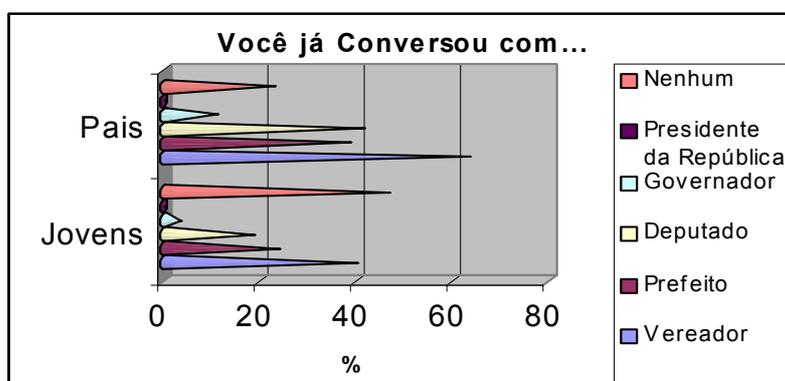
Em que medida pais e estudantes conhecem pessoalmente as instituições políticas que lhes são mais próximas – Câmara de Vereadores e Prefeitura – e os agentes políticos eleitos pelo voto? As figuras abaixo permitem comparar o grau de contato de jovens e adultos com as instituições municipais e os agentes políticos.

FIGURA 32 - Contato com Instituições Políticas Municipais



N jovens = 1.787 N pais = 857

FIGURA 33 - Contato Pessoal com Ocupantes de Cargos Públicos – pais e filhos



N jovens = 1.787 N pais = 857

O contato dos pais com as instituições políticas municipais é maior do que o dos jovens, segundo os resultados apresentados no gráfico. Enquanto 10,9% dos jovens participaram de alguma reunião na Câmara de Vereadores, no caso dos pais 21,7% o fizeram. Em reunião na Prefeitura, 5,8% dos pais já compareceram, contra 2,4% dos jovens. Em consequência, a ausência de qualquer atividade do legislativo ou executivo municipais atinge 86,3% dos jovens e 71,1% dos pais.

Esses números dão uma idéia do falado afastamento do cidadão comum em relação ao conjunto das instituições políticas do país. A Câmara de Vereadores e a Prefeitura são as instituições mais próximas à grande maioria dos indivíduos. O cidadão que não acompanha as atividades das instituições municipais é muito provável que também não acompanhe àquelas da esfera estadual e federal. Este quadro ilustra o que Guillermo O'Donnell vem caracterizando como *democracia delegativa*: o eleitor restringe suas prerrogativas democráticas tão-somente às de eleitor. A representação transmuta-se em delegação de poder, carente do acompanhamento ativo do votante em relação ao eleito. Tal situação é própria de democracias frágeis e sem participação política regular dos cidadãos.

A maior participação dos pais pode ser explicada basicamente como *efeito do ciclo-de-vida*. A passagem do tempo cria oportunidades de participação, e é provável que um adulto tenha tido mais oportunidades que um adolescente de ir à Câmara de Vereadores ou à Prefeitura. A diferença dos percentuais não chega a ser muito significativa a ponto de sugerir outra explicação.

Em relação aos contatos com agentes políticos, há também diferenças significativas entre jovens e adultos. Não mais de 40% dos jovens já tiveram algum contato com os vereadores, ao passo que o índice dos pais sobe a 63%. No caso de prefeitos, 23,7% dos jovens e 38,6% dos pais estabeleceram contatos. Conversa pessoal com algum deputado já aconteceu com 18,8% dos jovens e 41,3% dos adultos. No tocante aos governadores, 3,6% dos jovens e 11,1% dos pais tiveram oportunidade de contatá-los pessoalmente. Muito poucos jovens e adultos já tiveram ocasião de se encontrar com algum presidente da república (0,3% dos jovens e 0,2% dos pais).

No conjunto, os índices de contatos dos adultos com ocupantes de cargos públicos são bastante elevados (apenas 23,1% nunca entraram em contato com nenhum político eleito) e bem mais altos que os dos jovens, o que também pode ser explicado como *efeito do ciclo-de-vida*. Os vereadores são os agentes mais acessíveis aos cidadãos em geral, mas prefeitos e deputados também são agentes com que boa parte dos adultos já puderam manter contato.⁸³

7.2.7 Confiança nas Instituições

As pesquisas de opinião realizadas nos últimos anos no Brasil têm trazido evidências de que as instituições políticas sofrem um desgaste generalizado entre os cidadãos, incluindo as diversas faixas de renda, de idade e sexo.

Na Tabela 20 são contrapostos os resultados obtidos através dos questionários respondidos pelos estudantes e pelos seus pais ou responsáveis. É possível verificar que, apesar das semelhanças, há nuances que distinguem o segmento juvenil do segmento adulto.

TABELA 20 - Nível de Confiança nas Instituições – pais e filhos

⁸³ Não foi possível mensurar a associação entre as respostas de pais e filhos a estas questões devido à forma de digitação da base dos dados (questões de múltipla escolha).

Instituições	Muita(%)		Razoável (%)		Pouca (%)		Nenhuma (%)	
	Jovens	Pais	Jovens	Pais	Jovens	Pais	Jovens	Pais
A Igreja	38,6	61,6	29,9	24,4	17,6	7,9	10,5	2,6
Governo Federal	1,3	12,3	15,7	29,4	38,0	28,1	40,8	25,7
Congresso Nacional	1,3	6,2	16,5	30,5	35,6	28,5	42,2	30,7
Poder Judiciário	4,4	5,8	25,2	36,4	37,2	34,4	29,1	19,1
Forças Armadas	11,3	15,3	37,5	41,1	29,4	27,7	18,0	11,9
Polícia	3,3	6,3	26,0	31,4	36,1	34,3	30,6	24,0
Sindicatos	4,9	7,7	29,9	28,1	36,7	33,1	23,3	26,3
Mov. Estudantil	21,0	19,3	41,9	30,9	23,0	31,9	10,6	13,9

N jovens = 1.787 N pais = 857

Os dados da tabela evidenciam que a confiança dos pais na Igreja é muito elevada, e supera bastante a confiança depositada pelos jovens. O índice de alta confiança dos pais na Igreja chega a 61,6% e a dos jovens fica em 38,6%. Estas frequências condizem com o fenômeno da diminuição da influência da Igreja na sociedade brasileira das últimas décadas, conforme apontam várias pesquisas, mas ao mesmo tempo ela continua se constituindo na instituição com os mais altos índices de confiabilidade. Os números da nossa pesquisa indicam que a Igreja goza de confiança menor entre os jovens, mas mesmo entre eles é a instituição com o prestígio mais elevado. A associação entre a atitude de confiança de pais e de filhos com relação à Igreja é relativamente fraca ($C = 0,354$, com nível de significância = 0,00).

O governo federal e o congresso nacional gozam de uma confiança maior entre os adultos. O índice de “muita” e “razoável” confiança dos jovens para com o governo é de apenas 17% e para com o congresso de apenas 17,8%, enquanto dos pais é de 41,7% e 36,7% respectivamente. O poder judiciário igualmente tem mais credibilidade entre os adultos (42,2% contra 29,6%). A associação entre as atitudes de confiança dos pais no governo, no congresso e no poder judiciário são relativamente fracas ($C = 0,386$, $0,378$, e $0,248$, respectivamente, com nível de significância de 0,00 em todos os casos).

As forças armadas e a polícia obtêm índices um pouco mais altos entre os adultos. A associação das atitudes de confiança entre ambos é de 0,314 no caso das forças armadas e de 0,322 no caso da polícia, ou seja, uma associação fraca (nível de significância de 0,00 em ambos). A confiança nos sindicatos e no movimento estudantil é semelhante entre pais e filhos. O grau de associação entre as suas atitudes é fraco: 0,314 no caso dos sindicatos e 0,318 no caso do movimento estudantil (nível de significância = 0,00 em ambos).

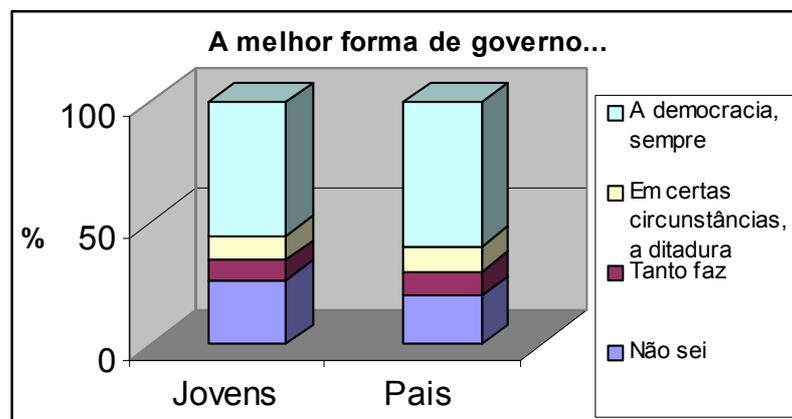
Resumindo, a confiança que os pais depositam nas instituições sociais e políticas é substancialmente maior do que a dos filhos no tocante à Igreja, ao governo federal, ao congresso nacional e ao poder judiciário; é um pouco maior no tocante às forças armadas e à polícia; e é semelhante no tocante aos sindicatos e ao movimento estudantil. Há uma associação positiva mas fraca entre as atitudes de confiança de pais e filhos em todos os casos.

Do ponto de vista do *capital social*, tais resultados indicam que há um déficit da geração juvenil dos anos 1990 em comparação com os adultos. Os adultos, no conjunto, mostram maior grau de confiança em instituições e pessoas que os jovens. Como o capital social é um condicionante da conduta cooperativa e associativa, pode-se apontar a tendência de maiores dificuldade nos próximos anos, no Brasil, de soluções baseadas em iniciativas coletivas. Este quadro é compatível com as análises comuns entre os cientistas sociais de que o neoliberalismo gera um senso de cidadania voltado para a busca do respeito aos direitos individuais, através de ações individuais, sem se traduzir em ações coletivas. Luta-se, por exemplo, pelos direitos da mulher, do negro pela ecologia nos mais diversos espaços sociais, mas raramente essa luta se organiza em movimentos de massa. Esse senso de cidadania confinado ao plano individual carece do fermento do capital social para viabilizar sua tradução em ações coletivas.

7.2.8 Adesão à Democracia

Vimos no capítulo anterior que os índices de adesão à democracia dos jovens é semelhante aos índices nacionais no início da década de 1990. Isso sugere que os índices dos adultos também sejam assemelhados. A próxima figura traz os resultados comparativos das atitudes de pais e filhos em relação à forma de governo.

FIGURA 34 - Forma de Governo Preferida – pais e filhos



N jovens = 1.787 N pais = 857

As convicções democráticas de jovens e adultos são semelhantes, conforme sugere o gráfico. A democracia é a forma de governo preferida em qualquer circunstância por 55,1% dos jovens e 59,6% dos adultos. A ditadura afigura-se como desejável em certas circunstâncias para 9,9% dos jovens e 10,4% dos adultos. Para 8,6% dos jovens e 10,0% dos adultos, é indiferente uma ou outra. Os que não têm posição representam 26,4% dos jovens e 20,0% dos adultos.

A associação entre as atitudes de pais e filhos frente à democracia é fraca ($C = 0,331$, com nível de significância de 0,00).

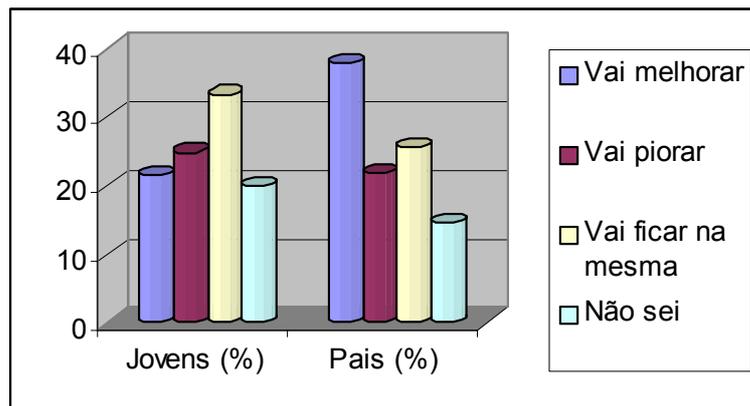
À luz destes números, não se pode falar de uma mudança da cultura política entre adultos e jovens acerca da democracia nos anos 1990. Os índices entre pais e filhos são semelhantes, ou melhor, a preferência pela democracia é um pouco maior entre os pais. À tese defendida por José Alvaro Moisés (1995) de que o final da década de 1980 e o início da década de 1990 teriam assinalado a emergência de uma cultura política mais

democrática na comparação com as décadas anteriores, deve ser acrescentado que, à luz dos números aqui apresentados, houve uma estabilização no transcurso dos anos 1990 em relação aos patamares alcançados no seu início. O índice de preferência pela democracia dos jovens (55,1%) é um pouco menor do que o índice nacional de 1993 (59%), que é idêntico ao índice alcançado pelos pais na presente pesquisa.

7.2.9 Expectativas sobre o Futuro do Brasil

Pais e filhos expressaram suas expectativas sobre o futuro do país. Os resultados estão ilustrados pela figura a seguir.

FIGURA 35 - Expectativas sobre o Futuro – pais e filhos



N jovens = 1.787 N pais = 857

A projeção sobre o futuro do Brasil feita pelo conjunto dos adultos da amostra é mais otimista do que aquela feita pelos jovens. Um percentual de 37,9% dos pais confia que a situação do país “vai melhorar”, enquanto entre os filhos o índice fica em 21,5%. Os índices dos pais são menores que os dos filhos nas opções “vai piorar” (21,8% contra 24,9%), “vai ficar na mesma” (25,7% contra 33,4%) e “não sei” (14,6% contra 20,1%).

Há uma associação relativamente fraca entre as expectativas dos pais e dos filhos sobre o futuro do país (coeficiente de contingência = 0,384, com nível de significância de 0,00).

O maior pessimismo dos jovens em relação ao futuro pode ser visto como um *efeito do ciclo-de-vida*, pois a juventude é uma fase em que os indivíduos costumam ter grandes interrogações sobre o seu futuro profissional, vivem uma situação de “marginalidade” em relação às decisões e por isso têm dificuldade de vislumbrar qual o seu espaço na sociedade. Por este ângulo, é de se esperar que a superação de obstáculos com o passar do tempo propicie um maior otimismo quanto ao futuro. Mas, considerando que o senso de eficácia política é semelhante entre jovens e adultos (como se mostrou anteriormente), o pessimismo dos jovens pode ser interpretado como um *efeito de geração*: o incremento dos problemas sociais, do desemprego estrutural, da violência, frutos das políticas neoliberais implementadas no país, são fatores que podem estar levando a geração juvenil dos anos 1990 a confiar menos nas possibilidades de um futuro promissor. É certo que os problemas sociais atingem a todos – crianças, jovens, adultos e idosos – mas a percepção das dificuldades parece particularmente aguda a quem está buscando definir os rumos de sua profissão, ou seja, das possibilidades e condições de sua própria sobrevivência.

7.2.10 Preferências Eleitorais

A análise das opções eleitorais dos jovens nas eleições de 1998 mostrou uma tendência oposicionista, mas sem nenhuma inclinação ideológica ou partidária definida. Será o oposicionismo dos jovens um efeito da idade ou um efeito do período? A comparação das opções juvenis com as opções dos pais, apresentada na Tabela 21, pode trazer informações sobre este aspecto.

TABELA 21 - Voto para Presidente e Governadores (1998)⁸⁴ – pais e filhos

⁸⁴ O percentual de voto refere-se apenas aos votos efetivamente atribuídos aos candidatos, excluindo-se brancos e nulos.

Cargos / Candidatos	Resultados Gerais (%)	Voto dos Jovens (%)	Voto dos Pais (%)
<u>Presidente da República</u>			
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	53,1	40,8	49,3
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	31,7	36,2	36,3
Ciro Gomes (PPS)	11,0	13,5	11,3
Outros	4,2	9,4	3,1
<u>Governador – Rio Grande do Sul</u>			
Olívio Dutra (PT)	50,8	51,6	44,1
Antonio Britto (PMDB)	49,2	48,4	55,9
<u>Governador – Minas Gerais</u>			
Itamar Franco (PMDB)	57,6	64,9	65,3
Eduardo Azeredo (PSDB)	42,4	35,1	34,7
<u>Governador – Goiás</u>			
Marconi Perillo (PSDB)	53,3	64,3	67,5
Iris Rezende (PMDB)	46,7	35,7	32,5
<u>Governador – Pernambuco</u>			
Jarbas Vasconcellos (PMDB)	64,1	64,2	45,8
Miguel Arraes (PSB)	26,3	28,1	42,0
Carlos Wilson	7,4	6,9	12,2

N jovens = 1.580	N pais = 786 (voto presidente da república)
N jovens = 495	N pais = 156 (voto governador RS)
N jovens = 427	N pais = 175 (voto governador MG)
N jovens = 445	N pais = 194 (voto governador GO)
N jovens = 419	N pais = 332 (voto governador PE)

Nas eleições presidenciais de 1998, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi o candidato preferido por jovens e adultos. O seu índice foi mais alto entre os adultos (49,3% contra 40,8%), ficando próximo do percentual oficial obtido pelo candidato eleito. Lula (PT) obteve o voto de 36% tanto entre os pais como entre os filhos. O voto para Ciro Gomes foi semelhante entre uns e outros (13,5% entre os jovens e 11,3% entre os adultos).

Há uma associação moderada (coeficiente de contingência = 0,475, com nível de significância = 0,00) entre as preferências eleitorais para presidente de pais e filhos. Adiante será analisado até que ponto há uma influência intencional subjacente a esta associação.

Na eleição para governador do Rio Grande do Sul (2º turno), Olívio Dutra (PT) foi o preferido dos jovens, com 51,6%, enquanto Antonio Britto (PMDB) foi o preferido dos adultos, com 55,9%. Apesar dessa diferença, há um grau moderado de associação entre as

opções de pais e filhos (coeficiente de contingência = 0,542, com nível de significância = 0,00).

Os candidatos ao governo do estado de Minas Gerais – Itamar Franco (PMDB) e Eduardo Azeredo (PSDB) obtiveram índices de voto semelhantes entre jovens e adultos. Porém, esses índices estão algo distantes do resultado geral: Itamar Franco (o candidato eleito) obteve índices superiores ao do resultado geral, enquanto Eduardo Azeredo (o candidato vencido) obteve índices inferiores ao resultado geral. Há uma associação moderada nas preferências eleitorais de uns e outros (coeficiente de contingência = 0,543, com nível de significância = 0,00).

Em Goiás, pais e filhos preferiram o candidato oposicionista (Marconi Perillo – PSDB), que obteve índices um pouco melhores entre os pais. A associação é moderada (coeficiente de contingência = 0,416, com nível de significância = 0,00) entre o voto de jovens e adultos.

Nas eleições para o governo de Pernambuco, as opções de jovens e adultos foram diferenciadas. Os jovens preferiram maciçamente Jarbas Vasconcelos (PMDB) a Miguel Arraes (PSB) – 64,2% a 28,1% - enquanto os adultos dividiram suas preferências quase meio-a-meio – 45,8% e 42,0%, respectivamente. Há um grau moderado de associação entre as opções de jovens e adultos (coeficiente de contingência = 0,403, com nível de significância = 0,01).

Quanto ao perfil oposicionista do voto juvenil acima mencionado, a comparação com o voto dos pais não permite que seja considerado como *efeito de idade*, já que em vários pleitos os pais também apresentam a tendência oposicionista, nem como *efeito de período*, pois alguns pleitos há uma opção dos pais pela situação. O oposicionismo dos jovens em 1998 é uma peculiaridade daquela eleição, a ser melhor precisada.

7.2.11 Preferências Partidárias

Os resultados do *survey* respondido pelos jovens evidenciam que uma grande parte deles não simpatiza com nenhum dos atuais partidos políticos brasileiros, e que entre os que demonstram preferência o PT e o PMDB são os únicos que apresentam uma taxa de adesão significativa. Será este também o perfil das preferências partidárias dos pais? A tabela a seguir permite visualizar comparativamente as preferências de jovens e pais.

TABELA 22 - Preferências Partidárias – pais e filhos

Partido preferido	Jovens (%)	Pais (%)
Nenhum	41,6	29,3
PMDB	16,7	18,8
PSDB	5,5	10,9
PDT	2,1	2,2
PPB	1,3	2,3
PT	23,9	27,7
PFL	2,7	4,2
PTB	2,0	1,9
Outros	4,3	2,7

N jovens = 1.733 N pais = 826

Os adultos manifestam em grau mais elevado preferência por algum dos atuais partidos políticos brasileiros. Entre os pais, 29,3% declarou que não tem preferência por nenhum dos partidos existentes, ao passo que entre os jovens esta taxa se eleva para 41,6%. A ordem de preferência é a mesma entre jovens e adultos. O PT aparece como o primeiro na preferência (23,9% e 27,7%, respectivamente), seguido do PMDB (16,7% e 18,8%) e do PSDB (5,5% e 10,9%).

O coeficiente de contingência de 0,539 (com nível de significância = 0,00) indica um grau moderado de associação nas preferências partidárias de pais e filhos.

Resumindo os resultados obtidos até aqui, pode-se afirmar que:

- a) as atitudes do conjunto dos pais e o conjunto dos filhos é semelhante com relação ao *interesse* pela política, *auto-definição* política, *comunicação* política, *eficácia* política, *participação* política, à *confiança* nos sindicatos e no movimento estudantil, na *adesão* à *democracia*, na ordem dos partidos preferidos;
- b) os pais, no confronto com os filhos, possuem mais contato com as instituições políticas municipais e com agentes políticos; confiam mais na Igreja, no governo federal, no congresso, no poder judiciário, nas forças armadas e na polícia; alimentam expectativas mais otimistas sobre o futuro do Brasil; votaram em percentuais mais elevados em Fernando Henrique Cardoso em 1998; apresentam níveis mais elevados de preferência por algum dos partidos políticos existentes;
- c) a associação entre as atitudes de pais e filhos é fraca em relação a todos os itens acima citados, com exceção das preferências eleitorais e partidárias, em que há associação moderada.

7.3 A transmissão de atitudes no Ambiente Familiar

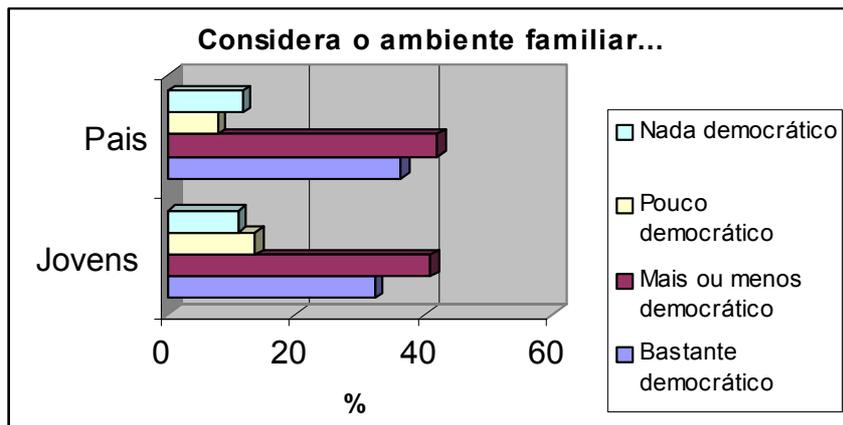
A transmissão de atitudes políticas pela família, ou mais precisamente a transmissão de atitudes dos pais aos filhos, foi avaliada como de grande intensidade nos primeiros estudos (até final da década de 1960). A pesquisa de M. Kent Jennnigs e Richard Niemi (1974) nos anos 1970 veio mostrar que parte dos pressupostos comuns aos pesquisadores não se sustentava empiricamente. Comparando as respostas de estudantes e de seus pais nos Estados Unidos, concluíram eles que o processo de socialização política é em boa parte subconsciente e não intencional. Os pais socializam os filhos a despeito deles próprios. Os pais não prestam atenção às orientações partidárias dos filhos, embora haja uma preocupação com as regras sociais básicas e com os extremismos políticos (socialistas, comunistas, Klu Klux Klan, hippies, pacifistas e outros). Nos lares mais politizados, segundo os autores, os estudantes tentam ser iguais aos pais em quase todos os aspectos, mas em lares menos politizados os estudantes se desviam das atitudes dos seus progenitores.

7.3.1 Percepção da Democracia no Ambiente Familiar

Diferentes membros da família apresentam diferentes explicações do mesmo fenômeno. Por isso, não se pode tomar as opiniões de pais ou de filhos, por exemplo, como indicadores seguros da situação vivida em família. Neste trabalho há a preocupação de comparar a percepção de uns e outros em relação a alguns aspectos fundamentais da política na vida familiar.

Um primeiro elemento é a percepção de pais e filhos sobre a democracia no ambiente familiar. As respostas estão ilustradas a seguir.

FIGURA 36 - Percepção sobre Democracia na Família – pais e filhos



N jovens = 1.787 N pais = 857

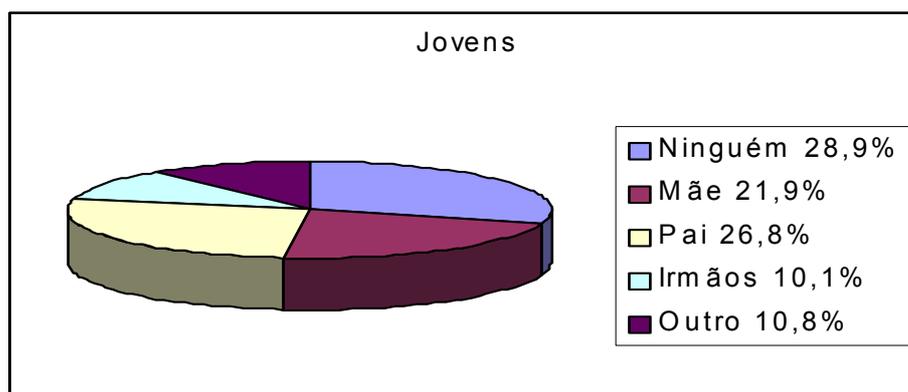
A percepção da maioria dos jovens de que há um grau alto ou médio de democracia no seu lar confere com a percepção da maioria dos pais. Os percentuais são similares nas diversas opções: 32,3% dos jovens e 36,3% dos pais consideram que seu lar é bastante democrático, enquanto 41,0% e 42,0%, respectivamente, consideram que é mais ou menos democrático. Isso corrobora a idéia de que o estereótipo da família patriarcal e autoritária, em que o poder do *pater familias* é incontestado já não caracteriza adequadamente o quadro nacional. O cruzamento por sexo mostra que a percepção de que há democracia na família é um pouco mais forte entre os pais do que entre as mães.

A associação entre a percepção dos pais e a dos estudantes acerca da democracia em casa é fraca (coeficiente de contingência = 0,333). Isso significa que se há semelhança no conjunto das respostas, na confrontação entre os pares a semelhança é pequena.

7.3.2 Comunicação Política na Família

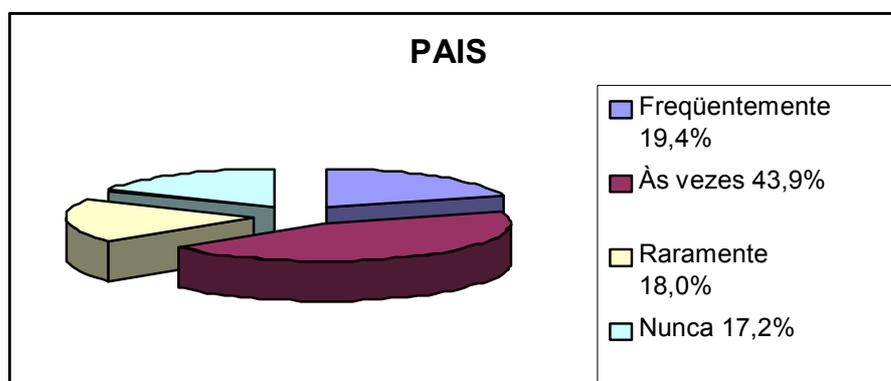
Os resultados sobre comunicação política em família foram obtidos através de duas questões diferentes para pais e filhos. Aos estudantes foi perguntado “*em família, com quem você conversa mais sobre assuntos relacionados à política?*” Aos pais foi perguntado “*you conversas sobre política com seus filhos?*”. Os resultados obtidos constam nas figuras seguintes.

FIGURA 37 - Comunicação Política dos Jovens em Família



N jovens = 1.787

FIGURA 38 - Comunicação Política dos Pais com os Filhos



N pais = 857

A constatação derivada dos números da Figura 37 é que a comunicação política em família envolve mais de 70% dos jovens. O pai é o principal interlocutor dos filhos em assuntos políticos (26,8%), vindo em segundo lugar a mãe (21,9%) e depois os irmãos (10,1%). Considerando que em 18% das famílias da amostra o pai está ausente, é possível inferir que o pai constitui-se no principal referencial sobre temas políticos para os filhos. A análise por variáveis revela que a exceção são os jovens da classe E e os do município de Arcoverde, onde a comunicação política mais intensa é com a mãe.

O resultado obtido deve ser contraposto ao nível de confiança, exposto no capítulo anterior. A mãe goza de maior confiança do que o pai (87,8% contra 73,3% no item *muita confiança*), e por isso provavelmente é a principal interlocutora dos filhos em assuntos diversos. Mas, no caso da política, seguindo a tradição brasileira de que “política é assunto para homem”, o pai continua sendo o principal referencial.

A intensidade da comunicação política em família, segundo informações dos pais (Figura 38), é alta em 19,4% das famílias, média em 43,9% delas, fraca em 18,0% dos casos e inexistente em 17,2% das mesmas. Somando-se os números de “raramente” e “nunca” chegamos a mais de 1/3 das famílias, o que é um índice elevado de famílias em que há pouca comunicação política, índice este compatível com o dos 28,9% de jovens que dizem não conversar com ninguém em casa.

Estes dados indicam que a transmissão de atitudes políticas nas famílias pode até ser efetiva, mas em grande parte dos casos não se processa através da persuasão verbal. É bem provável que a socialização política nas famílias ocorra em boa parte de modo não-

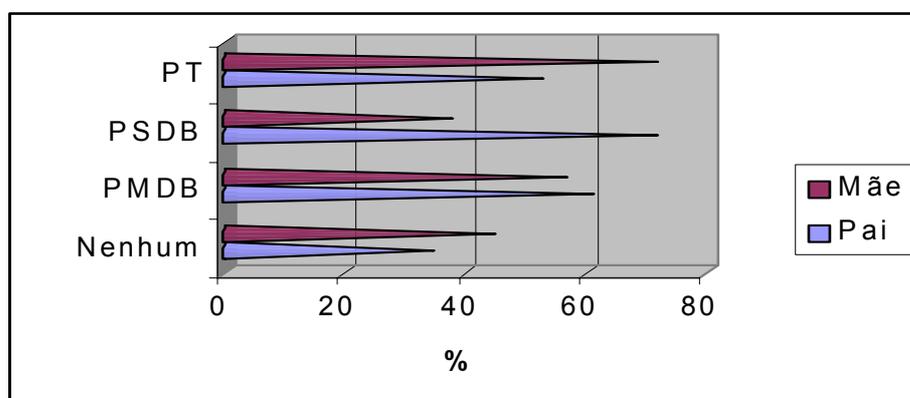
intencional. Os dados sobre conhecimento mútuo de preferências políticas de pais e filhos e sobre o impacto da intencionalidade permitirão elucidar esta importante questão.

7.4 Conhecimento Mútuo de Opções Políticas de Pais e Filhos

7.4.1 Preferências Partidárias

Foi perguntado aos jovens se conheciam o partido preferido pelo pai e pela mãe. As respostas dos jovens foram cruzadas com as preferências assumidas pelos próprios pais, e assim foi possível aferir até que ponto os filhos conhecem as preferências dos pais. Na figura a seguir são apresentados os resultados de tal cruzamento para o caso dos partidos mais indicados e da ausência de qualquer preferência.

FIGURA 39 - Taxas de Acerto dos Jovens sobre a Preferência Partidária dos Pais



N jovens = 1.787

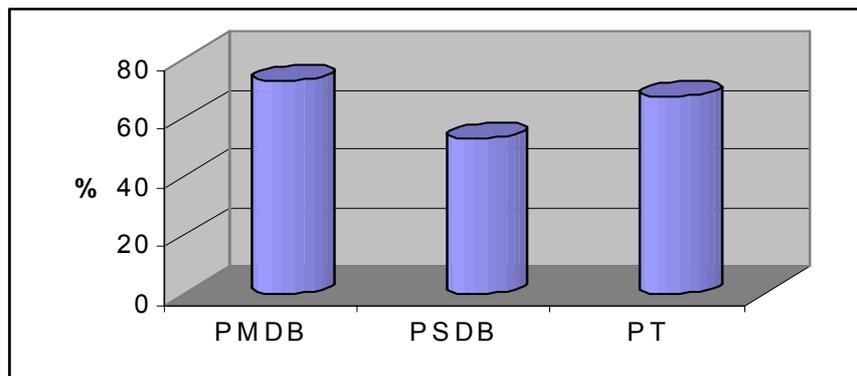
Os resultados obtidos sugerem que os filhos conhecem razoavelmente bem as opções partidárias dos pais. Há uma significativa taxa de coincidências quanto à preferência partidária atribuída pelos filhos aos seus pais e as preferências assumidas por estes.

O coeficiente de contingência para o conjunto das opções indicadas pelos filhos e das opções assumidas pelos pais/homens é $C = 0,701$ (com nível de significância = 0,00) e o das mães é $C = 0,693$ (com nível de significância = 0,00) – o que são valores

relativamente altos. As preferências partidárias dos pais/homens são algo mais conhecidas que as das mães, o que é compatível com os resultados anteriormente assinalados da maior intensidade de comunicação política entre filhos e pais/homens.

Os pais igualmente foram interrogados sobre seu conhecimento acerca da preferência partidária dos filhos. Os resultados referentes aos três partidos com maiores índices de preferência estão apresentados na Figura 40.

FIGURA 40 - Taxas de Acerto dos Pais sobre a Preferência Partidária dos Filhos



N pais = 857

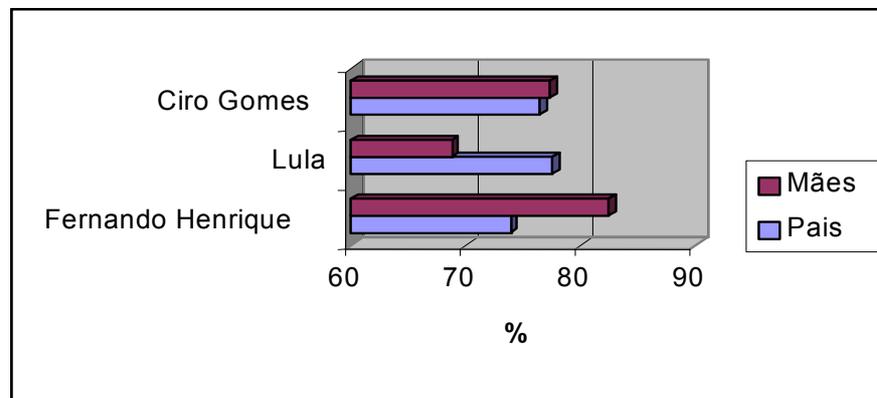
Os dados expressos na figura evidenciam um grau bastante satisfatório de conhecimento dos pais acerca da preferência partidária dos filhos. Em 72,5% dos casos em que os pais indicaram que o(a) filho(a) prefere o PMDB, este efetivamente assumiu sua preferência pelo PMDB. No caso do PSDB, o mesmo ocorre na taxa 52,9% e do PT em 67,4%.

No conjunto das respostas sobre este item, a associação é moderadamente forte: o coeficiente de contingência alcança 0,683 (com nível de significância de 0,00).

7.4.2 Preferências Eleitorais

Algo semelhante acontece no tocante às preferências eleitorais dos pais nas eleições presidenciais de 1998. Foi perguntado aos jovens se sabiam em que seus pais tinham votado nas eleições presidenciais de 1998. Tais respostas foram cruzadas com os votos assumidos pelos pais. A Figura 41 apresenta a taxa de acertos dos filhos acerca da opções concernentes aos três candidatos a presidente da república mais votados.

FIGURA 41 - Taxas de Acertos dos Jovens sobre o Voto dos Pais



N jovens = 1786

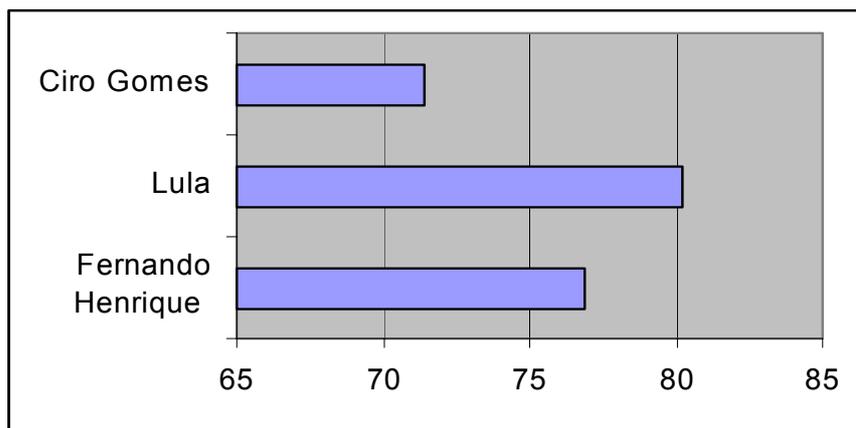
Os resultados da figura mostram que os filhos conhecem razoavelmente bem a opção dos pais na eleição presidencial de 1998. O voto do pai é conhecido por 73,9% no caso de Fernando Henrique, 76,5% no caso de Ciro Gomes e 77,6% de Lula. O voto da mãe é conhecido por 68,8% entre aquelas que votaram em Lula, 77,3% entre as que votaram em Ciro Gomes e 82,4% entre as que votaram em Fernando Henrique.

O grau de associação entre as respostas é moderadamente forte: coeficiente de contingência = 0,654 (com nível de significância = 0,00) no caso dos pais e coeficiente de contingência = 0,636 (com nível de significância de 0,00) no caso das mães. Desta vez, o índice referente a pais e mães é praticamente idêntico, ou seja, as opções eleitorais dos pais e das mães são conhecidas de modo similar pelos filhos.

Também foi testado o conhecimento que os pais têm acerca das preferências partidárias e eleitorais dos seus filhos. O cruzamentos das respostas dos pais com as dos

filhos, referente aos três candidatos mais votados e aos três partidos mais assinalados, está na figura a seguir.

FIGURA 42 - Taxas de Acerto dos Pais sobre do Voto dos Filhos



N pais = 857

Os pais demonstram um razoável conhecimento do voto de seus filhos para presidente. Em 71,4% dos casos em que os pais informam que o(a) filho(a) votou em Ciro Gomes, o(a) filho(a) efetivamente assume que votou nele. Para Fernando Henrique e Lula vale o mesmo na proporção de 76,9% e 80,2%, respectivamente.

O grau de associação para o conjunto das respostas sobre este item é moderadamente positivo: coeficiente de contingência = 0,587 (com nível de significância = 0,00).

Resumindo, os resultados sobre conhecimento mútuo das preferências de pais e filhos acerca do voto e dos partidos evidencia que há uma similaridade do grau de conhecimento por parte dos pais e dos filhos. Não é um grau de conhecimento muito elevado, nem de um lado nem de outro. É um conhecimento razoável. Assim como acontece com a comunicação política, o indicativo aqui é de que o conhecimento sobre as preferências dos demais integrantes da própria família política não atinge padrões ótimos e sim está em um patamar de medianamente satisfatório.

Este padrão não pode ser atribuído à nossa condição de país sub-desenvolvido. As pesquisas de Jennings e Niemi nos Estados Unidos na década de 1970 demonstraram que também lá boa parte dos pais não conhece acuradamente as preferências partidárias e ideológicas dos filhos. (Niemi, 1974; Jennings e Niemi, 1981) É bem possível que essa limitação seja um padrão internacional, mas as informações encontradas na literatura consultada não permitem afirmar ou negar tal padrão.

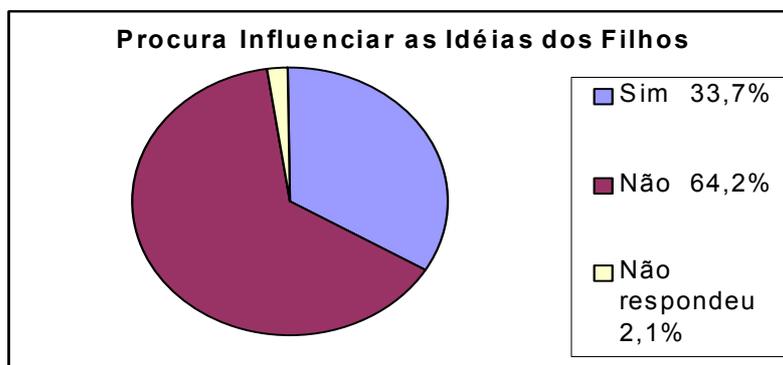
7.5 O papel da intencionalidade na socialização familiar

Até que ponto há intencionalidade na socialização política familiar? E qual a influência da intencionalidade sobre a efetiva transmissão de atitudes políticas de pais para os filhos, ou vice-versa, dos filhos para os pais.

A já referida pesquisa de Jennings e Niemi mostrou que nos Estados Unidos a intencionalidade dos pais exerce um papel bastante modesto no processo de socialização política familiar. Os pais socializam os filhos a despeito deles próprios. Por não conhecer acuradamente as preferências dos filhos, os pais têm uma base fraca para tentar influenciá-los. Mas, a despreocupação dos pais não chega a ser total. Ela se refere a opções partidárias e ideológicas mais específicas. Os pais se preocupam, contudo, com as regras sociais básicas, buscando incutir a necessidade do respeito às leis, de evitar extremismos e da lealdade para com o próprio país. (Jennings, 1974)

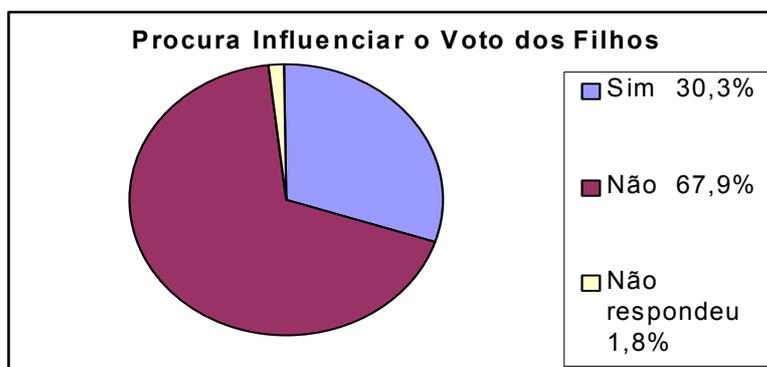
Os resultados apresentados a seguir apresentam interessantes indicativos sobre a existência e a força da intencionalidade na transmissão de atitudes políticas no ambiente familiar.

FIGURA 43 - Taxas de Pais que Procuram Influenciar as Idéias dos Filhos



N pais = 857

FIGURA 44 - Taxas de Pais que Procuram Influenciar o Voto dos Filhos

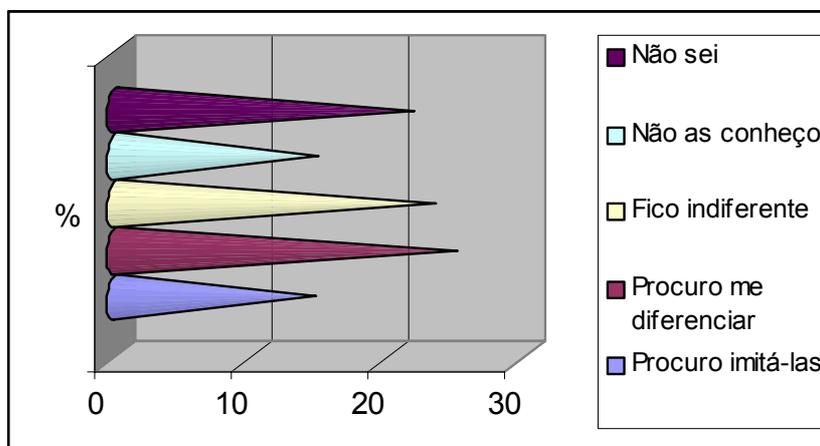


N pais = 857

A figura mostra que em torno 1/3 dos pais procura influenciar as idéias dos filhos sobre política, enquanto 2/3 não se preocupam em fazê-lo. Com relação ao voto, quase 1/3 dos pais (30,3%) também diz buscar exercer um papel persuasivo, enquanto os demais afirmam que não o fazem. Interessante é que no cruzamento das duas questões encontra-se um grau de associação apenas moderado (coeficiente de contingência = 0,576, com nível de significância de 0,00), o que significa que apenas uma parcela dos pais que tenta influenciar as idéias políticas dos filhos tenta igualmente influenciar o voto deles.

E como se comportam os filhos diante das idéias políticas dos pais? A Figura 45 expõe os dados relativos ao posicionamento dos filhos frente às idéias dos pais.

FIGURA 45 - Posição dos Jovens frente às Idéias dos Pais



N jovens = 1.787

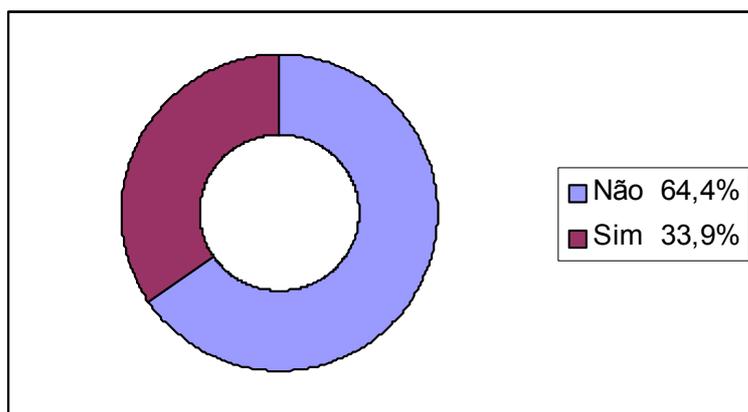
Os dados da figura mostram que a maior parte dos filhos não se caracteriza pela passividade diante da influência materna e paterna. A imitação é assumida por apenas 14,5% dos jovens. O outro extremo – a busca sistemática de diferenciação – é sustentado por 25,1% deles. A indiferença é a posição de 23% dos jovens, 14,8% diz não conhecer as idéias dos pais e uma elevada taxa de 21,9% afirma não saber qual é a sua própria posição.

Estes dados devem ser lidos à luz dos conhecimentos disponíveis sobre a adolescência, que tem no processo de afirmação da identidade uma de suas principais características, a qual requer a ruptura da dependência psicológica dos pais. Esta ruptura aparece nos 25,1% que buscam se diferenciar das idéias dos pais, e nos 23,5% que dizem ficar indiferentes. A construção da identidade é um processo demorado, com oscilações e indefinições, aspecto que se reflete, por exemplo, nos 21% que afirmam não saber qual sua posição.

Se na maior parte dos casos não há passividade dos jovens diante dos pais, haverá da parte deles uma intenção de influenciar politicamente os próprios pais? A Figura 46

mostra que sim, através dos percentuais à questão: “*Você procura influenciar o voto dos pais?*”

FIGURA 46 – Taxas de Jovens que tentam Influenciar o Voto dos Pais



N jovens = 1.787

O percentual dos filhos que procuram influenciar o voto dos pais é aproximadamente idêntico ao dos pais que procuram influenciar os filhos. Ou seja, em torno de 1/3 dos pais procura influenciar o voto dos filhos e 1/3 dos filhos procura influenciar o voto dos pais.

Estes resultados comprovam a importância de não analisar a intencionalidade da transmissão de atitudes políticas em família de modo unilateral – dos pais aos filhos – e sim de modo bi-lateral – uma parcela dos pais busca influenciar politicamente os filhos e uma parcela dos filhos procura influenciar politicamente os pais.

Resta verificar uma questão fundamental: a eficácia da intencionalidade na transmissão das atitudes políticas no ambiente familiar. Ou seja: até que ponto a intencionalidade de pais e de filhos provoca real impacto nas atitudes alheias.

Inicialmente será abordada a influência da intencionalidade dos pais sobre a adesão dos filhos no tocante à democracia. O cruzamento de três questões – (i) a intenção dos pais de influenciar ou não influenciar as idéias dos filhos com (ii) a forma de governo preferida pelos pais e (iii) a forma de governo preferida pelos filhos – nos permite aferir o peso da intencionalidade dos pais. A Tabela 23 mostra em que medida há coincidência entre pais e filhos nas opções sobre a forma de governo na presença da intencionalidade dos pais e na ausência da intencionalidade dos pais.

TABELA 23 - Taxas de Preferência Idêntica de Pais e Filhos por formas de governo, em caso de intencionalidade e não-intencionalidade dos pais

A melhor forma de governo	Com intencionalidade dos pais (%)	Sem intencionalidade dos pais (%)
A democracia é sempre melhor	71,1	69,8
Em certas circunstâncias, a ditadura	22,2	23,5
Tanto faz	23,8	12,8
Não sei	31,9	42,5

N pares pais-filhos = 787

Os dados proporcionados pelo cruzamento indicam que há uma associação fraca (coeficiente de contingência de 0,331, com nível de significância = 0,00) entre a preferência dos pais e a preferência dos filhos referente à forma de governo. Os índices da tabela também mostram que *não há influência da intencionalidade dos pais na preferência dos filhos*. No caso estrito dos que entendem que “a democracia é sempre melhor”, há uma coincidência em torno de 70% nas opiniões de pais e filhos, e a diferença é mínima no caso de intencionalidade ou não dos pais. A semelhança se repete no caso dos que assinalaram que “em certas circunstâncias, a ditadura é melhor”. No caso dos indiferentes (“tanto faz a democracia ou a ditadura”), há uma maior coincidência de opiniões na presença da

intencionalidade dos pais, mas no caso dos que dizem não saber, a coincidência de opiniões é menor nos casos em que não há intencionalidade dos pais.

O teste do coeficiente de contingência apresenta uma comprovação estatística da ausência de influência da intencionalidade no tocante ao item abordado: a associação entre as preferências de pais e filhos sobre a forma de governo é menor no caso da existência de intencionalidade dos pais ($C = 0,329$, com nível de significância = 0,00) do que no caso da inexistência de intencionalidade ($C = 0,345$, com idêntico nível de significância). Impõe-se a conclusão de que a intencionalidade dos pais não produz efeitos na transmissão aos filhos de atitudes acerca da democracia e da ditadura.

Outro teste acerca da influência ou não da intencionalidade dos pais na transmissão de atitudes políticas aos filhos é apresentado a seguir. O cruzamento de três questões - (i) a intenção dos pais de influenciar ou não influenciar as idéias dos filhos com (ii) os partidos preferidos pelos pais, e (iii) os partidos preferidos pelos filhos – mostra até que ponto a intencionalidade dos pais afeta a preferência partidária dos filhos. Devido aos baixos percentuais obtidos por vários partidos, a tabela apresenta apenas os três partidos mais citados e a opção “nenhum” partido.

TABELA 24 - Taxas de Preferência Partidária Idêntica de Pais e Filhos, em caso de intencionalidade e de não-intencionalidade dos pais

Partido preferido	Com intencionalidade dos pais (%)	Sem intencionalidade dos pais (%)
Nenhum	21,2	45,5
PMDB	48,5	39,8
PSDB	33,3	37,5
PT	57,4	42,1

N pares pais-filhos = 743

A associação existente entre as preferências partidárias de pais e filhos é moderada (coeficiente de contingência = 0,539, com nível de significância = 0,00). A intencionalidade dos pais não produz em geral efeito na transmissão das preferências partidárias. No caso dos pais que não têm preferência partidária e dos que optam pelo PSDB, a intencionalidade está inversamente relacionada com preferências idênticas dos filhos. Já no caso dos pais que optam pelo PMDB e pelo PT, a intencionalidade está diretamente relacionada com preferências idênticas por parte dos filhos.

A ausência de impacto da intencionalidade dos pais sobre as preferências partidárias dos filhos está comprovada através do teste do coeficiente de contingência: no caso da existência da intencionalidade dos pais, a associação entre as preferências partidárias dos pais e filhos é menor ($C = 0,567$, com nível de significância = 0,00) do que no caso da ausência de intencionalidade ($C = 0,587$, com idêntico nível de significância).

Um terceiro teste acerca da influência ou não da intencionalidade dos pais diz respeito ao voto nas eleições presidenciais de 1998. O teste é semelhante aos exemplos anteriores: cruzando três questões – (i) a intenção dos pais de influenciar ou não influenciar o voto dos filhos com (ii) o voto dos pais e (iii) o voto dos filhos – obtém-se os dados necessários para aferir se a intencionalidade dos pais incide ou não sobre o voto dos filhos.

TABELA 25 - Taxas de Voto Idêntico de Pais e Filhos, em caso de intencionalidade e não-intencionalidade dos pais

Voto para Presidente, em 1998	Com intencionalidade dos pais (%)	Sem intencionalidade dos pais (%)
Fernando Henrique	69,2	73,2
Lula	55,1	60,0
Ciro Gomes	15,8	39,3

N pares pais-filhos = 634

Os resultados apresentados na tabela sugerem que a intencionalidade dos pais novamente não exerce influência na transmissão de preferências eleitorais. Aliás, no caso dos candidatos a presidente mais votados em 1998 – Fernando Henrique, Lula e Ciro Gomes – a intencionalidade prejudicou a transmissão das preferências dos pais. Enquanto a associação geral das opções de pais e filhos atingiu um coeficiente de contingência de 0,475 (com nível de significância = 0,00), no caso da existência de intencionalidade dos pais o coeficiente de contingência ficou em 0,429 contra um coeficiente de 0,524 (com nível de significância = 0,00) em caso de ausência de intencionalidade.

Em suma, *nos três casos analisados – preferência por forma de governo, preferência partidária e preferência eleitoral – a intencionalidade dos pais não exerce qualquer impacto positivo na transmissão de atitudes políticas aos filhos.*

Ainda no tocante à discussão do impacto da intencionalidade no processo de socialização política em família, cabe averiguar se a intencionalidade dos filhos é eficaz na transmissão de atitudes aos pais. O teste consiste em cruzar três questões: (i) intencionalidade ou não dos filhos em influenciar o voto dos pais, (ii) voto dos pais para presidente em 1998, e (iii) voto dos filhos para presidente em 1998. Os resultados constam na próxima tabela.

TABELA 26 - Taxas de Voto Idêntico de Pais e Filhos, em caso de intencionalidade e de não-intencionalidade dos filhos

Voto para Presidente, em 1998	Com intencionalidade dos filhos (%)	Sem intencionalidade dos filhos (%)
Fernando Henrique Cardoso	53,8	50,3
Lula	52,6	52,6
Ciro Gomes	45,2	45,2

N pares pais-filhos = 634

A intencionalidade dos filhos praticamente não afeta o voto dos pais. As diferenças estatísticas na coincidência do voto entre filhos e pais são mínimas nos casos em que há intencionalidade e em que não há intencionalidade. Conforme indicado acima, o coeficiente de contingência entre o voto de pais e filhos é de 0,475 (com nível de significância = 0,00). Já o coeficiente de contingência nos casos de intencionalidade é 0,484 (nível de significância idêntico) e nos casos de não intencionalidade é 0,472 (nível de significância idêntico). Ou seja, o teste de associação mostra que *a intencionalidade dos filhos não é eficaz na transmissão de preferências eleitorais aos pais.*

7.6 Conclusões

À luz dos dados analisados neste capítulo, é possível apresentar respostas às questões colocadas no início do capítulo.

- a) *Há diferenças importantes nas atitudes políticas de pais e filhos, e em que aspectos?*
 Não há diferenças importantes nas atitudes políticas do conjunto dos pais e do conjunto dos filhos em uma variedade de temas aqui investigados – interesse por política, auto-definição política, comunicação política, eficácia política, adesão à democracia e preferências partidárias. Em outros assuntos – participação política, contato com instituições e agentes políticos, confiança nas instituições, preferências eleitorais – há diferenças, mas elas podem ser interpretadas como *efeitos da idade ou do ciclo-de-vida*. As diferenças constatadas são insuficientes para que se possa apontar uma mudança profunda na cultura política brasileira dos adultos em relação à da geração juvenil. Não se pode, à luz dos dados coletados nesta pesquisa, falar de uma sub-cultura política juvenil contraposta a uma sub-cultura dos adultos, ou da emergência de uma nova cultura política, no Brasil dos anos 1990.
- b) *Há uma transmissão eficaz de atitudes políticas de pais para filhos?* Embora haja uma semelhança nas respostas do conjunto dos pais e do conjunto dos filhos em boa parte dos assuntos tratados, a associação existente nos pares pais-filhos é fraca na maior parte dos casos. Este aspecto constitui um achado surpreendente, que será analisado nas Conclusões. A associação mais forte nas atitudes de adultos e jovens acontece no tocante às preferências partidárias e eleitorais. No seu todo, os resultados obtidos mostram que há uma transmissão apenas moderadamente eficaz de atitudes políticas de pais para filhos.
- c) *Pais e filhos conhecem mutuamente suas preferências partidárias e eleitorais?* Os resultados revelam que pais e filhos conhecem razoavelmente bem as preferências partidárias e eleitorais uns dos outros.
- d) *Existe intencionalidade na transmissão de atitudes políticas entre pais e filhos?* Os resultados indicam que existe intencionalidade na transmissão de atitudes políticas em aproximadamente 1/3 dos casos. Cerca de 1/3 dos pais demonstra intencionalidade

acerca das idéias políticas e das preferências eleitorais dos filhos, e de 1/3 dos filhos referente às preferências eleitorais dos pais.

- e) *A intencionalidade torna mais eficaz a transmissão de atitudes políticas?* Não, ao menos no que tange às preferências partidárias e eleitorais. Seja da parte dos pais, seja da parte dos filhos, a presença da intencionalidade não torna mais eficaz a transmissão das atitudes políticas.

CONCLUSÕES

As conclusões do presente trabalho estão aglutinadas em três momentos. O primeiro constitui-se da comparação dos resultados obtidos com os de pesquisas similares em outros países. O segundo aborda o significado dos resultados obtidos no tocante às perspectivas da democracia no Brasil. O terceiro atém-se às contribuições desta pesquisa para os estudos de socialização política.

1. Comparação dos resultados da presente pesquisa com estudos internacionais.

Como já foi assinalado, a pesquisa aqui apresentada não replica outras pesquisas, mas sua fundamentação teórica e o desenho da pesquisa apóia-se em estudos desenvolvidos alhures. A comparação possível, portanto, é quanto ao sentido geral dos resultados deste e de estudos semelhantes a este.

Um dos resultados relevantes deste estudo é o alto grau de *insatisfação com a sociedade e o sistema político* demonstrado pelos jovens. Eles se mostram inseguros e indignados com a sociedade atual e apresentam altos índices de desconfiança frente às instituições políticas e aos ocupantes de cargos públicos. Há significativos contingentes de desinteressados, indiferentes e apáticos do ponto de vista político. Pesquisas desenvolvidas em outros países mostram que este fenômeno não é uma característica exclusiva dos jovens brasileiros. Nos Estados Unidos, por exemplo, os pesquisadores constatam o alto grau de apatia entre os integrantes da Geração X (nascidos entre 1965 e 1978) e da Geração Milenar (nascidos a partir de 1982). Não que a apatia política seja algo novo entre os jovens, mas ela é muito pronunciada nas últimas duas décadas. Grande parte dos jovens estão simplesmente desplugados da política. Há um forte distanciamento das instituições e das eleições (Craig e Bennett, 1997; Nelson e Cowan, 1994)

Mas, não se pode dizer que a apatia ou o distanciamento das instituições seja um fenômeno juvenil universal. Há países em que a política é avaliada positivamente pelos estratos juvenis. Tal é o caso da Noruega⁸⁵. Martine Barthelemy observou que os diversos grupos juvenis aceitam o sistema político, onde estão integrados partidos e sindicatos, e reconhecem os seus símbolos. Lá, a cultura política apresenta-se com traços de consenso, onde os conflitos não são rejeitados, acreditando-se que podem ser resolvidos pacificamente. Barthelemy relaciona tal cultura política consensual com a tradição histórica da Noruega, onde se destaca a independência nacional tardia (construída com base num clamor democrático nacional) e o papel da Igreja Luterana (que constitui-se em fator de integração política). A autora destaca que a construção da social-democracia norueguesa foi favorecida pela ausência de uma hegemonia burguesa, pelas tradições ancestrais de igualitarismo e democracia da era Viking e pelo papel dos valores camponeses e puritanos. (Barthelemy, 1990)

Um outro traço forte entre os jovens brasileiros é a *carência de referenciais partidários e ideológicos*. Mais de 40% dos respondentes não expressa simpatia por qualquer dos partidos existentes e apenas 2,2% estão filiados a algum partido. Quanto ao posicionamento ideológico, cerca da metade dos jovens omitiu-se em declarar qual sua posição dentro do leque esquerda-centro-direita e percentual idêntico não apresentou resposta ao questionamento sobre o que diferencia a esquerda e a direita. Em tempos de globalização, o distanciamento dos cidadãos em relação aos partidos políticos é um fenômeno internacional, registrado amplamente pela literatura. Nos Estados Unidos – um país de reconhecida estabilidade partidária – a tradicional bi-polaridade entre o Partido Democrata e o Partido Republicano vem cedendo espaço a um crescente número de “independentes”. Os jovens norte-americanos dos anos 1990 se incluem majoritariamente entre os segmentos que não assumem identidade partidária definida. (Craig e Bennett, 1997)

A presença de referenciais ideológicos entre os cidadãos apresenta variações de um país para outro. Na França, um país reconhecido pela forte identidade ideológica de seu

⁸⁵ A pesquisa foi realizada em fins da década de 1970.

eleitorado, Annick Percheron constatou que entre os jovens persistem as identificações com a esquerda e a direita, mas cresce a recusa de uma e outra. As atitudes dos jovens são inteligíveis não apenas a partir da clivagem habitual entre esquerda e direita, mas também pela divisão das opiniões entre os que aderem e os que se opõem ao jogo partidário tradicional. (Percheron, 1993) Na mesma linha vão os resultados obtidos por Anne Müxel: há uma diluição da distinção direita-esquerda nos segmentos juvenis franceses. (Müxel, 1997) Tanto a pesquisa de Percheron como a de Müxel se referem a um período em que a esquerda européia viveu uma acentuada crise de referenciais teóricos – o final dos anos 1980 e a primeira metade da década de 1990. É possível que este período tenha acabado. Há indicativos de que, com a volta de socialistas e sociais-democratas ao poder em importantes nações européias (França, Alemanha, Inglaterra), esteja em curso uma nova fase, marcada pela configuração de novos valores e concepções. É possível que no novo ambiente a clivagem esquerda-direita readquirira a relevância que foi comum ao ambiente político europeu em grande parte do século XX. O que diferencia a situação brasileira em relação ao caso francês e vários países europeus é que a nossa cultura política nunca foi marcada, em nenhum período histórico, pela clivagem ideológica. Neste sentido, a ausência de referenciais ideológicos significativos entre os jovens dos anos 1990 não é uma mudança e sim uma continuidade em relação à tradição cultural do país.

Um terceiro aspecto a ser considerado é a *pequena presença de atitudes anti-sistema*. As atitudes de insatisfação com a situação do país, de restrita expectativa de que o país vá melhorar e de desconfiança em relação às instituições e aos agentes políticos não estão associadas, na grande maioria dos jovens, a atitudes extremistas contra o sistema político estabelecido. Muito poucos jovens se dizem de extrema-esquerda ou de extrema-direita. Poucos também acreditam em revolução como solução para o país ou em líderes de discurso messiânico (Collor, Enéas). Estes traços, combinados com a ausência de sólidos referenciais ideológicos e de lealdades partidárias, conduzem ao raciocínio de que as opções políticas dos atuais jovens continuarão a ser motivadas em grande parte por fatores conjunturais. Algo semelhante, segundo pesquisadores, acontece no Uruguai, um país com respeitável tradição de politização do eleitorado. Maria Elena Lournaga e equipe constataram que em anos recentes os jovens uruguaios estão marcados pela perda de

centralidade da política na vida cotidiana. Esta perda de centralidade não estaria levando propriamente à apatia e sim ao apoio a alternativas de mudança, capitalizadas nos últimos pleitos pela Frente Ampla. As atitudes anti-sistema, os extremismos, teriam pouco peso no perfil atitudinal do conjunto dos jovens, e a adesão política seria motivada sobretudo por fatores conjunturais. (Lauraga, 1996)

Um quarto elemento, muito significativo para os objetivos deste trabalho, diz respeito à *participação política*. No capítulo 6 pôde-se perceber que cerca de 80% dos jovens da amostra já tiveram algum tipo de participação em atividades ou organizações sociais e políticas, mas que nas instituições políticas municipais – Câmara de Vereadores e Prefeitura – a presença juvenil é muito reduzida. A disposição de participar futuramente chega a 85% dos casos, quando consideradas as atividades e organizações diversas, havendo maior crescimento na intenção de participação de formas não convencionais (movimento ecológico, direitos humanos, movimento feminista, contra o racismo...). Por outro lado, se há elevados índices de disposição de participação política, a participação efetiva é apenas eventual em atividades e organizações. A inserção em grêmios estudantis ilustra bem a distância entre a disposição favorável e a prática concreta: não mais que 7,4% dos jovens afirmaram participar do grêmio de sua escola (com a ressalva de que em 30% dos educandários não há grêmio estudantil).

A comparação com dados sobre a participação em outros países evidencia que não tem amparo a idéia de que os jovens brasileiros, particularmente os dos anos 1990, não têm interesse na política nem estão dispostos a participar. Confirmando as opiniões prevalecentes entre os cientistas políticos desde os anos 1950, Barrie Axford e Ben Rosamond (1997) anotam que a participação política, nas suas diversas modalidades (votar, ser membro de partido, de governo ou de organização, participar de atividades e ações comunitárias, etc), varia de um país para outro, e que não há um país que seja “modelo”. Nenhum país concretiza plenamente o ideal democrático do cidadão participante. Mesmo nos países com larga tradição de democracia representativa não há o envolvimento regular do conjunto dos cidadãos nos assuntos públicos. A tônica internacional das pesquisas tem sido que apenas uma estrita minoria (algo em torno de 5%) participa ativa e regularmente, sendo que a participação está associada diretamente à situação sócio-econômica e à

escolaridade. Combinando os resultados de participação política com os de sofisticação política (comentados a seguir), pode-se dizer que o perfil da participação política dos jovens brasileiros é regra e não exceção em relação ao panorama internacional.

Outro ponto a ser considerado é a *adesão à democracia*. Os índices encontrados nesta pesquisa mostram que pouco mais da metade dos jovens que responderam o questionário (55%) manifestam preferência incontestável pela democracia. Os demais dividem-se entre adeptos da ditadura em certas circunstâncias, indiferentes ou indefinidos. Estes índices são semelhantes aos dos adultos, conforme foi mostrado no Capítulo 7 e por diversas enquetes nacionais feitas nos últimos anos no Brasil. Os jovens brasileiros não se destacam, portanto, nem por excepcionais convicções democráticas, nem por peculiares propensões autoritárias quando confrontados com os brasileiros de outras faixas etárias. O mesmo não acontece em outros países. No Leste Europeu, pesquisas têm mostrado em vários casos (Rússia, Ucrânia e Lituânia) o apoio à democracia (bem como o apoio ao livre mercado e às rápidas mudanças em curso) é maior entre os jovens. (Farnen et al., 1996, p. 78) No Irã, atitudes pró-democracia parecem ser particularmente fortes entre os jovens. A imprensa internacional tem destacado a ativa participação dos jovens nas lutas pela democratização do país.

Uma explicação para a indiferenciação dos jovens brasileiros em relação aos adultos quanto às atitudes democráticas, em contraponto ao que acontece em outros países em vias de democratização, é que naqueles a democracia representa o novo, a mudança em relação à situação existente. Como foi destacado anteriormente, a juventude tem como uma de suas características a sensibilidade para com os ideais de transformação social. Acontece que no Brasil a democracia não representa no final dos anos 1990 uma alternativa à situação vigente, e sim a sua continuidade. Por isso, aos olhos dos jovens ela está associada às mazelas da vida social do país, como as desigualdades sociais, as injustiças, a ausência de concretização dos direitos previstos em lei. Por outro lado, os dados encontrados nesta investigação mostram que a insatisfação dos jovens com a situação vigente não tem impulsionado a simpatia por regimes autoritários.

A *sofisticação política* dos jovens brasileiros e a aplicação da *teoria dos três públicos* é um item relevante a ser discutido à luz da comparação com outros países. Mas,

no presente momento, há ainda poucos parâmetros de comparação. Estudos sobre jovens utilizando estritamente tal categoria de análise não foram encontrados na bibliografia consultada. Há, todavia, elementos relacionados ao tema que merecem ser considerados. A teoria dos três públicos nos Estados Unidos, conforme W. Russel Neumann, identificou 5% dos cidadãos como ativistas, 75% como público de massa e 20% como apolíticos. A presente pesquisa encontrou índice similar para os ativistas, mas um percentual bastante maior de apolíticos (35%) em detrimento do público de massa (60%). Tais dados indicam que se entre os norte-americanos 20% dos cidadãos se encontram no estrato inferior da sofisticação política, aqui um terço dos jovens brasileiros possui um perfil atitudinal caracterizado pelo desinteresse, a desinformação, a omissão, a apatia e, freqüentemente, o autoritarismo. Este quadro confirma, aliás, a quarta hipótese desta pesquisa – a maior parte dos jovens estudantes brasileiros se encontram nas categorias “média sofisticação” e “baixa sofisticação” e uma minoria na de “alta sofisticação”.

Quando comparamos os níveis de interesse e importância conferidos à política pelos jovens da amostra com os resultados de outros países, em vários casos há semelhanças, dado o distanciamento das instituições e a desconfiança frente aos agentes políticos comum à era da globalização em grande parte dos países. Uma diferenciação maior parece existir no que tange ao conhecimento político e a capacidade de conceitualização. O capítulo 6 mostrou que os resultados sobre o conhecimento dos jovens brasileiros acerca de uma das instituições fundamentais do regime democrático (o Legislativo) e a pertença partidária de personagens centrais da política (presidente da república, governador e prefeito) é muito pequeno. Do mesmo modo, a conceitualização de conceitos importantes da linguagem política (esquerda x direita, democracia e cidadania) são muito restritos. O que os estudos internacionais sugerem é que a escolaridade favorece o conhecimento político, mas estudos comparativos sobre conhecimento político são raros. Num dos poucos estudos indicados na literatura consultada, pesquisadores constataram que o nível de conhecimento entre jovens europeus e canadenses é maior que o dos americanos. Em cinco questões sobre informação política, os jovens americanos obtiveram pontuação 1,2, contra 1,4 dos canadenses, 1,9 dos ingleses e franceses e 3,5 dos alemães. (citado por Craig e Bennett, 1997, p. 38) Dada a grande diferença da estrutura escolar que separa os países citados e o Brasil, é provável que

aí reside o principal elemento a explicar menores índices de sofisticação política entre os nossos jovens em relação a países social e economicamente mais desenvolvidos. Possivelmente, o inverso ocorra no confronto com países menos desenvolvidos que o nosso e com uma tradição democrática similar à nossa.

Um último ponto diz respeito à *variável sexo*, ao perfil atitudinal de jovens do sexo feminino e masculino em comparação com outros países. No Capítulo 2 foi salientado que os estudos iniciais de socialização política registraram um perfil desfavorável à mulher, confirmando o estereótipo de que, no confronto com o homem, a mulher é mais alienada, conservadora e politicamente ineficaz. (Avelar, 1989) A partir dos anos 1970, acompanhando os avanços em outras áreas da sociedade, fortaleceu-se a presença política da mulher e diminuíram as diferenças nas atitudes políticas em relação ao sexo masculino. Mas, ainda persiste algum desnível e a ocupação de postos políticos continua muito restrita, alcançando ainda hoje menos de 10%, inclusive nos países economicamente mais desenvolvidos. No âmbito da cultura política persistem ainda algumas diferenças entre homens e mulheres, mas bem menores que em décadas anteriores, mostrando que há uma tendência de eliminação gradativa do estereótipo de que “política é coisa de homem”. (Owen e Dennis, 1992; Prá, 1994)

Os resultados obtidos na presente pesquisa confirmam as tendências internacionais (no Ocidente) de uma gradativa equalização nas atitudes políticas de homens e mulheres. *Em diversos aspectos, os índices ainda favorecem os homens*: interesse pela política, disposição de votar se o voto não fosse obrigatório, participação em reuniões do legislativo e executivo municipais, filiação partidária, eficácia política e sofisticação política. Entretanto, em todos esses casos as diferenças não são grandes. Há, por outro lado, *diversos itens em que os índices de mulheres e homens são similares*: comunicação política, informação política, capital social (confiança em pessoas e instituições), participação, disposição de participação, personalismo como critério de voto, voto para presidente da república (em 1998), auto-definição ideológica (esquerda/centro/direita) e preferências democráticas.

Assim, pode-se afirmar que as atitudes políticas das mulheres jovens não correspondem minimamente ao pequeno espaço ocupado pela mulher brasileira nos postos

políticos. As atitudes políticas estão à frente da efetiva conquista dos cargos e funções. Os resultados aqui obtidos não dão guarida à idéia de que as mulheres têm pouca presença nos postos de mando porque são desinformadas, ou não querem participar ou preferem um governo autoritário. As diferenças atitudinais ainda existentes em alguns aspectos – especialmente no que tange à sofisticação política – justificariam eventualmente diferenças de pequena monta na ocupação dos cargos e funções políticas, mas não o quadro atual, em que os homens se apropriam de mais de 90% dos executivos e legislativos (municipais, estaduais e nacionais).

2. Perspectivas para a democracia brasileira.

Antes de mais nada, cabe dizer que no final do milênio, o futuro da democracia continua sendo uma problemática internacional, de todos os continentes. Não existe algo como o fortalecimento do sentimento democrático nos países desenvolvidos e uma fragilização nos países pobres. Resultados de pesquisas do início da década de 1990 mostraram o aumento do apelo do fascismo e populismo autoritário nos Estados Unidos e na Europa. (Farnen et al., 1996) A eleição recente de um partido político simpático ao nazismo na Áustria é um exemplo de que as ameaças à democracia não são eliminadas pelo elevado nível econômico de um país. No Leste Europeu, por outro lado, depois de uma década as transformações econômicas de cunho liberalizante também ainda não lograram a criação de um ambiente propício à consolidação democrática.

A avaliação do significado das atitudes políticas dos jovens brasileiros para a nossa democracia requer, inicialmente, a explicitação dos pressupostos teóricos sobre as relações entre a socialização e a cultura políticas e a democracia. Em consonância com o afirmado nos capítulos iniciais deste trabalho, não há lugar para relações causais simplistas entre os aspectos subjetivos e a democracia. A democracia é condicionada por diversos fatores, como os culturais (cultura política, níveis de escolaridade), econômicos (crescimento econômico, distribuição da riqueza), políticos (acontecimentos políticos, desempenho e estabilidade institucional, nível de organização da sociedade civil), para citar alguns. O

pressuposto de que há uma *causalidade recíproca* entre cultura, economia e política (Inglehart, 1990) afasta o chamado “determinismo cultural”. A importância da cultura política para a compreensão dos sistemas políticos sem sido analisada pelos cientistas políticos pelo ângulo da legitimidade. Todo sistema político estável tem uma cultura política que lhe proporciona legitimidade, implicando na aceitação voluntária dos padrões de autoridade e dos hábitos de submissão. A ausência de legitimidade, própria de sistemas políticos instáveis, é um fator desencadeador de crises.

Estudiosos das novas democracias têm se ocupado em estabelecer o lugar da socialização e cultura políticas na consolidação e estabilidade democráticas. Juan Linz e Alfred Stepan (1999), sob o enfoque da democracia procedimental, mostram que a consolidação democrática é observável em diversos campos. Em termos comportamentais, um regime democrático está consolidado quando nenhum ator político importante dispende esforços consideráveis para atingir seus objetivos por via não-democrática. Em termos atitudinais, quando a grande maioria da opinião pública mantém a crença em procedimentos e instituições democráticas mesmo em situações difíceis. Em termos constitucionais, quando tanto as forças governamentais como as não-governamentais sujeitam-se à resolução de conflitos dentro da lei. (Linz, 1999, p. 24) Do ponto de vista da democracia social e participativa, cabe acrescentar como condições da consolidação: a efetivação dos direitos sociais, a maior participação dos cidadãos nos assuntos públicos, a democratização das relações sociais, a diminuição das desigualdades econômicas e a recuperação da imagem das instituições e dos agentes políticos. (Maravall, 1995)

Seja sob o viés da democracia procedimental assumida por Linz, seja pelo da democracia social e participativa, a nova democracia brasileira não está consolidada. Embora não tenhamos tido desde a redemocratização ameaças golpistas ou movimentos de cunho autoritário como em outros países, as condições econômicas e sociais do país nos anos 1990 foram altamente desfavoráveis à consolidação democrática. O crescimento econômico foi de apenas 1,7% (cf. Folha de São Paulo, 26.12.1999, p. 2-6) e a desigualdade econômica entre ricos e pobres aumentou (o PIB *per capita* cresceu 1,13% e a renda dos mais pobres 0,8%) (cf. Folha de São Paulo, 11.07.1999, p. 1-14).

O desemprego atingiu os mais altos níveis da história. As atitudes políticas do

conjunto da população conferem apenas uma margem estreita de vantagem dos democratas sobre a soma dos autoritários, indiferentes e indefinidos. As incontáveis denúncias de corrupção fortaleceram a desconfiança dos cidadãos acerca dos agentes políticos e das instituições. A aceitação dos governos Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso oscilou perigosamente do entusiasmo ao desencanto, fechando a década com baixíssimos níveis de apoio ao governo federal. Dos aspectos positivos, talvez o aumento da escolaridade no ensino fundamental seja um dos mais relevantes, embora persistam altos índices de analfabetismo funcional. Os resultados da presente pesquisa para a consolidação da democracia brasileira devem ser lidos, pois, à luz das condições econômicas desfavoráveis da década de 1990, da baixa eficácia governamental, da pouca legitimidade das instituições, além de fatores históricos, como a ausência de uma tradição cultural democrática. O aspecto principal se refere à confirmação da hipótese central do trabalho. As respostas dos estudantes ao questionário respaldam a hipótese de que o atual sistema político brasileiro apresenta algumas condições favoráveis e outras desfavoráveis à consolidação de atitudes democráticas entre os cidadãos, e por isso a socialização política dos jovens estudantes tende à continuidade de uma cultura política híbrida ou dualista, na qual se mesclam atitudes democráticas, autoritárias e de apatia. A idéia de que nossa cultura política atual é *híbrida* (mescla elementos democráticos, autoritários e de apatia política) é condizente com os resultados encontrados. Dentre as atitudes políticas dos jovens discutidas anteriormente convém comentar algumas que têm especial significado para o debate sobre as perspectivas da democracia. A grande *desconfiança* a respeito dos agentes políticos e das instituições políticas (governo, legislativo, judiciário, polícia, forças armadas) é um elemento altamente nocivo para a consolidação democrática. Essa desconfiança, enfatizada por todas as pesquisas feitas ultimamente no Brasil,⁸⁶ acarreta o distanciamento dos cidadãos das atividades políticas e dos órgãos públicos, o que facilmente leva ao baixo desempenho institucional, facilita a corrupção, estimula o clientelismo, o personalismo e o cinismo. Trata-se de um círculo vicioso: a desconfiança e o cinismo afastam o cidadão da política, e por estar distante dela o cidadão não consegue distinguir as qualidades e os vícios presentes nas ações dos agentes e nas instituições. Este círculo vicioso pode e deve ser atacado em várias frentes. No *âmbito institucional*, há um importante repertório de iniciativas concebidas pelos defensores da democracia

⁸⁶ Por exemplo: Fundação Perseu Abramo, 1999; Waiselfisz, 1998; Silveira, 1998; Baquero, 1997.

participativa: implementação de mecanismos de transparência e de participação popular (plebiscitos, referendos, projetos de iniciativa popular, orçamento participativo). Há que ressaltar também a importante tarefa de aproximar o cidadão comum das instituições públicas, particularmente aquelas que lhe estão mais próximas, as do âmbito municipal (prefeituras e câmaras de vereadores). O contato direto facilita o discernimento e incrementa a capacidade de conceitualização política. Na *esfera cultural e educacional*, trata-se de prosseguir e intensificar a luta pela re-significação ética da política e da cidadania nos diversos espaços da sociedade civil, com especial atenção para a mídia e as escolas. No caso das escolas, uma das tarefas prementes é aprofundar os debates em torno das disciplinas específicas de educação para o civismo, tanto no ensino fundamental como no médio e superior. As experiências desenvolvidas em outros países, como os programas de *educação cívica* nos Estados Unidos e o programa *jornais nas escolas* na Argentina, podem abrir horizontes novos para os debates em curso.

Os índices a respeito da *participação política e da disposição para a participação* em atividades e organizações sociais e políticas colhidas nesta pesquisa são elementos interessantes para as perspectivas da democracia (democracia participativa). Afinal, mais de 80% dos jovens responderam que já participaram e 85% que estão dispostos a participar em atividades e organizações políticas. Embora a participação efetiva seja irregular e incipiente, e a disposição para participar frequentemente não se traduza em ações, é significativo que os jovens continuem demonstrando uma predisposição favorável ao engajamento. A predisposição, aliás, é favorável para algumas formas de inserção e não para outras. Os valores pós-materialistas parecem ganhar terreno na cultura juvenil, estimulando a militância em organizações ecológicas, feministas, de direitos humanos e de combate ao racismo. Formas convencionais (eleições, partidos, manifestações de rua) perdem espaço. Um dos obstáculos mais sérios para que a participação eventual se torne freqüente e a predisposição se converta em ação é a forte *presença de atitudes de ineficácia política*. A literatura internacional tem insistido neste ponto: enquanto o cidadão se sente incapaz de entender e de influenciar a política, sua inserção cotidiana é improvável, e, caso aconteça, a qualidade da inserção é precária.

A *ausência de posições ideológicas e os baixos índices de sofisticação política* são, em princípio, elementos nocivos à consolidação democrática. As ideologias – aquelas compatíveis com a democracia – proporcionam previsibilidade para a ação política. O enrijecimento ideológico pode ser nocivo ao convívio democrático, o qual requer tolerância e flexibilidade, mas a ausência de referenciais ideológicos abre margem para o sucesso de lideranças e de discursos messiânicos, ainda mais num país marcado pelo viés personalista. A baixa sofisticação política é um dos obstáculos mais severos para a consolidação democrática. A democracia requer a compreensão e a aceitação de normas que muitas vezes ferem o senso comum e chocam-se com as avaliações emotivas. A baixa sofisticação política dificulta a compreensão dos mecanismos democráticos e, assim, sua aceitação. O quadro constatado entre os jovens brasileiros – 5% altamente sofisticados, 60% medianamente sofisticados e 35% pouco sofisticados – nos coloca diante do que Arthur Lupia e Mathew McCubbins (1998) denominam de *dilema democrático*: o povo que é chamado a fazer escolhas racionadas pode não ser capaz de fazê-lo racionalmente. Votar, opinar, apoiar ou contrapor-se, são ações que exigem entendimento das causas e conseqüências dos fenômenos políticos. A falta de informação, de conhecimento e a incapacidade de conceitualização tem por conseqüência a busca de substitutos nem sempre confiáveis para nortear a conduta, como o juízo intuitivo (Silveira, 1998), sinais ou pessoas de confiança (Lupia e McCubbins, 1998). Mesmo sem assumir a perspectiva da “teoria da escolha racional”, há que reconhecer que a consolidação da democracia em qualquer país requer uma sofisticação política mediana da maioria da população. Esta sofisticação pode ser alcançada mediante estratégias de educação política, que envolvam o conjunto das agências de socialização. É uma tarefa de médio prazo.

Finalmente, os níveis de *adesão à democracia* demonstrados pelos jovens brasileiros são modestos quando comparados, por exemplo, a países europeus, onde o apoio incondicional à democracia alcança 70% a 80% dos cidadãos. (Maravall, 1995) Conforme já foi apontado, a modesta adesão à democracia não é contrabalançada pelo crescimento de atitudes tipicamente autoritárias. O que há é uma combinação de simpatia pela idéia de democracia, de entendimento de que não há democracia no país, de rejeição aos agentes

políticos e ao funcionamento das instituições responsáveis pelo regime democrático. Por ora, não há um incremento de uma cultura claramente autoritária.

A pesquisa desenvolvida em 1999 pela Fundação Perseu Abramo, com jovens de áreas metropolitanas, traz elementos adicionais a este respeito: a grande maioria é contra a possibilidade do governo proibir greves (73%), de intervir nos sindicatos (69%), de fechar o Congresso Nacional (70%), e de censurar jornais, TVs ou rádio (78%).⁸⁷ Prevalece entre a maioria dos jovens a simpatia pelos princípios de liberdade e justiça social, mas o descontentamento com o fraco desempenho governamental, com as denúncias constantes de corrupção, com a falta de atendimento das necessidades básicas, pode levar apoio a lideranças de cunho autoritário (a la Collor de Mello). Vivemos um período de urgência quanto à obtenção de apoio ao ideal democrático na juventude. A consolidação democrática do país depende da consolidação da idéia de democracia nas novas gerações.

A consolidação do apoio à democracia deve ser relacionada à brevidade da nova democracia brasileira. Não mais de uma década e meia separa o fim da ditadura militar da realização da presente pesquisa. Pouco tempo para a consolidação de uma cultura democrática que, segundo Philip Converse, leva ao menos duas gerações (75 anos) para acontecer. Mas, Maravall (1995) observa que as pesquisas sobre as novas democracias do Sul da Europa mostram que o simples passar do tempo não basta para fortalecer os vínculos entre os cidadãos e a política democrática. É preciso, enfatize-se, a conjugação de vários fatores, como o desempenho satisfatório das instituições políticas, crescimento econômico com diminuição das desigualdades sociais, combinado com estratégias adequadas na esfera cultural e educacional.

3. Perspectivas para a socialização política

A fundamentação teórica e os resultados obtidos nesta pesquisa trazem diversos aportes para o desenvolvimento da pesquisa de socialização e cultura política.

⁸⁷ Fundação Perseu Abramo, 1999.

A segunda hipótese deste trabalho – as diferenças entre as atitudes políticas dos jovens e a de seus pais, nos anos 90, são pouco significativas no que respeita à democracia e ao senso de cidadania – também foi confirmada pelos resultados obtidos. A comparação das respostas dadas pelos jovens e as de seus pais mostra que não há uma “subcultura política juvenil”. Há diferenças entre as opiniões de uns e outros, mas não de modo a configurar uma subcultura juvenil. No geral, prevalece a semelhança entre as atitudes políticas do conjunto dos pais e do conjunto dos filhos. Todavia, esta semelhança dos conjuntos se choca com a constatação de que a coincidência de atitudes entre os pares pais-filhos é baixa. Se há semelhança nas atitudes nos conjuntos de pais e filhos, o esperado seria que a socialização familiar assegurasse essa semelhança. Mas, os dados indicam que a família (os pais) não tem o potencial socializador esperado, apontado nas pesquisas iniciais (anos 1960). O que se constata é que apesar da baixa coincidência de atitudes nos pares pais-filhos, há coincidências importantes nos agregados. A explicação para isso é a influência das outras agências de socialização, como a mídia, a escola e os amigos. Não é possível, à luz dos dados obtidos pelo survey, traçar hipóteses sobre a força socializadora dessas agências.

A terceira hipótese refere-se à influência das variáveis sexo, situação sócio-econômica, localização geográfica e idade na estruturação das atitudes políticas dos jovens. Vejamos uma a uma.

O exame da variável *sexo*, já foi dito acima, autoriza uma conclusão extremamente relevante: não há diferenças substanciais entre as atitudes políticas das mulheres jovens e dos homens jovens que respaldem o estereótipo da mulher alienada, conservadora e politicamente ineficaz. Em alguns itens, particularmente no que tange à sofisticação política, as mulheres ainda levam desvantagem, mas em vários outros os indicadores são similares aos dos homens. A perspectiva colocada é que em breve, as mulheres brasileiras estejam em patamar idêntico ao dos homens do ponto de vista da cultura política – talvez até superior, se levarmos em conta aspectos como a maior escolarização do sexo feminino. A maior equalização cultural por certo constitui-se num elemento impulsionador para a maior ocupação de postos políticos, hoje extremamente restrita ao sexo feminino.

A variável *situação sócio-econômica* mostrou-se também fecunda para a compreensão do processo de socialização política. No geral, ficou comprovada a idéia, defendida na literatura internacional, de que quanto mais elevado é o nível sócio-econômico do indivíduo, mais condizentes com a democracia são as suas atitudes e maior é o índice de eficácia política. Isso se verificou de modo muito claro nos índices de sofisticação política: há uma escala decrescente de sofisticação política dos jovens das classes economicamente mais abastadas para os das menos abastadas (Classe A = 0,4731, Classe B = 0,4334, Classe C = 0,3911, Classe D = 0,3739, Classe E = 0,3604). Não se aplica, contudo, essa diferenciação para todos os aspectos examinados. Há opiniões e condutas em que a situação sócio-econômica não é determinante.

A variável *geográfica* revelou-se também significativa para a compreensão da socialização política juvenil no Brasil. Dadas das diferenças regionais e a imensidão do território brasileiro, era de se esperar que houvessem diferenças marcantes entre as atitudes de jovens das diversas regiões (Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste). No caso da sofisticação política, confirma-se uma avaliação comum entre os analistas políticos: os jovens dos municípios da Região Sul apresentam os índices mais elevados e os do Nordeste os índices mais baixos, ficando os do Sudeste e Centro-Oeste em posição intermediária. Ressalte-se, todavia, que contrariando a idéia comum de que há maior politização nas áreas metropolitanas do que nas cidades de menor porte, o índice de sofisticação política é maior nas cidades médias em três regiões. Tal é o caso da Região Sudeste (o índice de sofisticação de Viçosa é maior que o de Belo Horizonte), Centro-Oeste (Rio Verde supera Goiânia) e Nordeste (Arcoverde supera Recife). Apenas na Região Sul o índice da capital (Porto Alegre) supera o da cidade média (Santa Cruz do Sul). O que vale para a sofisticação política, não pode ser generalizado para o conjunto das atitudes políticas dos jovens. A análise dos resultados mostra que a localização geográfica implica em diferenciação, mas nem sempre as atitudes mais favoráveis à democracia são mais proeminentes no Sul do país e menos proeminentes no Nordeste. A implicação principal está em que a variável ecológica é importante para evitar generalizações para o conjunto dos jovens brasileiros; as nuances regionais são muito fortes.

O impacto da variável *idade* para o processo de socialização política não pode ser dimensionado em toda sua extensão pelo fato de que a amostra não contemplou indivíduos de todas as idades. Mas, cabe ressaltar dois pontos relevantes. O primeiro é que entre os jovens, surpreendentemente, não se verificam índices crescentes de sofisticação política com o avanço da idade. Antes pelo contrário, jovens de menos idade apresentam maior sofisticação que outros de mais idade. Uma leitura possível é que a escola não cumpre minimamente seu papel de formação política, mas este certamente é apenas um elemento de um conjunto mais amplo. Maiores investigações são necessárias a este respeito. O segundo ponto é que a comparação entre as respostas dos jovens e as de seus pais/responsáveis atesta que não se sustentam idéias próprias ao senso comum de que a idade juvenil predispõe as pessoas a uma cultura política mais “progressista” ou “revolucionária”, ou, em sentido oposto, que a idade juvenil predispõe ao “desinteresse” e “apatia” política. A comparação entre pais e filhos mostra, em verdade, muito mais similaridades do que discontinuidades nas atitudes políticas, o que confirma um pressuposto central da literatura da socialização política – o da permanente influência dos adultos sobre as atitudes das crianças e jovens.

Para finalizar, duas contribuições deste trabalho para futuras pesquisas. A primeira diz respeito à socialização política familiar. Do ponto de vista metodológico, mostrou-se fundamental a aplicação do questionário tanto para filhos como para pais/responsáveis. Isso possibilitou a comparação bi-lateral da percepção sobre os processos familiares e a mensuração de alguns aspectos relativos à transmissão de atitudes entre pais e filhos (Capítulo 6). A análise comparativa revelou que há uma semelhança significativa nas respostas do conjunto dos pais e o dos filhos em boa parte dos itens tratados, mas a associação entre os pares pais-filhos é relativamente fraca. Ou seja, a transmissão direta de atitudes dos pais aos filhos é apenas moderada. Com respeito às preferências partidárias e eleitorais, há um conhecimento razoável das preferências dos pais por parte dos filhos e vice-versa, o que é um componente importante da socialização política. Já a intencionalidade não desempenha um papel importante na transmissão de tais preferências, por dois motivos. Um, porque apenas 1/3 dos pais e 1/3 dos filhos procuram influenciar as opções partidárias e eleitorais da outra parte. Outro, porque a presença da intencionalidade

não aumenta a coincidência das opções de parte a parte. Assim, conclui-se que a intencionalidade não torna mais eficaz a transmissão das atitudes políticas em família, ao menos no tocante às preferências partidárias e eleitorais. Futuras pesquisas deverão investigar as razões da semelhança entre as atitudes do conjunto dos pais e o dos filhos, contraposta à pouca presença e pouco peso da intencionalidade na transmissão de atitudes.

A outra contribuição deste trabalho para futuras investigações é a interrelação estabelecida entre dois campos de estudos freqüentemente distintos – juventude e socialização política. Como enfatizam Niemi e Hepburn (1995), a juventude é um período decisivo no processo de socialização política de qualquer indivíduo e por isso a pesquisa deve lhe conferir atenção especial. Esta tarefa, entretanto, ainda está nos primeiros passos em nível internacional, conforme revelou a consulta a uma ampla gama de obras relevantes na literatura pertinente. Tanto pelo aparato conceitual utilizado como pelos resultados da investigação empírica, o presente estudo ajuda a enfrentar este desafio. Um desafio não meramente acadêmico, mas com amplas repercussões para a prática política. À teoria cabe iluminar a ação política. À ação política, desafiar e impulsionar a teoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena W. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.) *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, nº 5/6, mai.-dez. 1997, pp. 25-36.
- ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ADORNO, T., FRENKEL-BRUNSWICK, E., LEVINSON, D. e SANFORD, R. *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Proyección, 1965.
- ALMEIDA, Jorge. *Como vota o brasileiro*. São Paulo: Casa Amarela, 1996.
- ALMOND, Gabriel e COLEMAN, James. *A política das áreas em desenvolvimento*. Rio de Janeiro/São Paulo: Freitas Bastos, 1969.
- ALMOND, Gabriel e POWELL, G. Bingham. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, 2ª ed.
- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney (ed.). *The civic culture revisited*. California: Sage Publications, 1989.
- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown & Co., 1965.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Ed. da Unesp, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AVELAR, Lúcia e LIMA, Fernão D. “Lentas mudanças: o voto e a política tradicional”. *Lua Nova*, nº 49, pp. 195-223.
- AVELAR, Lúcia. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

- AVRITZER, Leonardo. “Cultura política, atores sociais e democratização – uma crítica às teorias da transição para a democracia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 28, jun. 1995, pp. 109-122.
- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.
- AXFORD, Barrie et al. *Politics: an introduction*. London e New York: Routledge, 1997.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª ed., Brasília: Edunb, 1963.
- BAQUERO, M., GONÇALVES, M. e BAQUERO, R. “Reflexões sobre a pesquisa nas ciências humanas”. *Revista Barbarói*, nº 2, Santa Cruz do Sul, mar. 1995.
- BAQUERO, Marcello (org.) *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1996.
- BAQUERO, Marcello (org.) *Cultura política e democracia: os desafios da sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- BAQUERO, Marcello. “A desconfiança como fator de instabilidade política na América Latina”. In: BAQUERO, M., CASTRO, H. C. e GONZÁLES, R. *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre: Ed. Universidade; Canoas: La Salle, 1998.
- BAQUERO, Marcello. “A dimensão atitudinal como requisito para a consolidação democrática: notas de pesquisa sobre instituições e cultura política no Rio Grande do Sul”. *Estudos Leopoldenses*, vol. 30, nº 138, jul-ago 1994, pp. 93-109
- BAQUERO, Marcello. *O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- BAQUERO, Marcello e PRÁ, Jussara. “Cultura política e cidadania no Brasil: uma análise longitudinal”. *Estudos Leopoldenses*, vol 28, nº 129/130, set-dez 1992.
- BARBETTA, Pedro A. *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.
- BARSTED, Leila L. “De igualdades e diferenças: falando sobre mulheres”. In: RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana C. T. (org.) *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

- BARTHELEMY, M. "Patterns of political socialization in a social democratic culture: the case of Norway". *European journal of political research*, v. 18, 1990, pp. 467-489.
- BENEVIDES, Maria V. M. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.
- BENEVIDES, Maria V. M. "Educação para a democracia". *Lua Nova*, nº 38, 1996.
- BENNET, Stephen E. "Why young american hate politics, and what we should do about it". *Political science & politics*, mar. 1997, pp. 47-52.
- BENNETT, S. e RADEMACHER, E. "The 'age of indifference' revisited: patterns of political interest, media exposure, and knowledge among Generation X". In: CRAIG, S. & BENNETT, S. *After the boom: the politics of Generation X*. Lanham/London: Rowman & Littlefield Publishers, 1997.
- BENNETT, S., CRAIG, S. e RADEMACHER, E. "Generations and change: some initial observations". In: CRAIG, S. & BENNETT, S. *After the boom: the politics of Generation X*. Lanham/London: Rowman & Littlefield Publishers, 1997.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERQUÓ, Elza et al. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998, 2 vol.
- BESSON, Jean-Louis (org.) *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: UNESP, 1995
- BILAC, Elisabete D. "Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares". In: RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana C. T. (org.) *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.
- BILL, James e HARDGRAVE, Robert. *Comparative politics: the quest of theory*. Columbus: Bell & Howell, 1973.
- BIONDI, Aloysio. "Os nós da educação". *Educação*, São Paulo, jan. 1999, pp. 54-55.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Edunb, 1992, 4ª ed.
- BOMENY, Helena M. B. "Educação Coral e Cívica: uma experiência de socialização política". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 23. nº 2, 1980, pp. 151-170.

- BONNAL, Françoise e BOY, Daniel. “Avenir social et univers politique”. In: PERCHERON, Annick et al. *Les 10-16 ans et la politique*. Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1978, pp. 95-137.
- BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. “Socialização” (verbetes). In: *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993, pp. 512-516.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRANDÃO, Antonio C. e DUARTE, Milton F. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 1990 .
- BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, 4 vol.
- BRUNNER, José J. “America Latina entre la cultura autoritaria y la cultura democrática: legados y desafios”. *Revista Paraguaya de Sociología*, ano 24, nº 70, 1987, pp. 7-15.
- CALDERA, Alejandro S. *Filosofia e crise: pela filosofia latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CAMINO, Leoncio. “A socialização política: uma análise em termos de participação social”. In: CAMINO, L. e MENANDRO, P. (orgs.) *A sociedade na perspectiva da psicologia: questões teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1996, p. 8-36.
- CAMPOS, Regina H. “Impacto das transformações socioculturais no imaginário infantil (1929-1993)”. *Psicologia e Sociedade*, nº 8, jul./dez. 1996, pp. 45-62
- CÁNEPA, Mercedes M. L. *Os gaúchos e o legislativo* (pesquisa de opinião realizada em 1992). Porto Alegre: UFRGS, 1998. Cadernos de Ciência Política, nº 9.
- CARANDELL, José M. *A contestação juvenil*. Rio de Janeiro/Lisboa: Salvat, 1979.
- CARDOSO, Ruth C. L. “A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARDOSO, Ruth e SAMPAIO, Helena. *Bibliografia sobre a juventude*. São Paulo: Edusp, 1995.
- CARRASCO, C. M. “Neoliberalismo y corrupción”. In: SALTOS, N. (comp.) *Corrupción: epidemia de fin de siglo*. Quito: CEDEP/ILDIS, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. *Dados*, vol. 40, nº 2, 1997, pp. 229-250.

- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- CASTRO, Henrique C. O. “Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa da explicação do comportamento político não-democrático”. In: BAQUERO, M., CASTRO, H. C. e GONZÁLES, R. *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade; Canos: La Salle, 1998.
- CATTERBERG, Edgardo. *Los argentinos frente a la política: cultura política y opinión pública en la transición argentina a la democracia*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. “Cultuar ou cultivar”. *Teoria e Debate*, São Paulo, nº 8, ago-dez 1989.
- CONVERSE, P. e DUPEAUX, G. “Politization of the electorate in France and the United States”. *Public opinion quarterly*, v. 26, 1962, pp. 1-23.
- CONWAY, M., DAMICO, S. e DAMICO, A. “Democratic socialization in the schools”. In: FARNEN, R., DEKKER, H., MEYENBERG, R e GERMAN, D. *Democracy, socialization and conflicting loyalties in East and West: cross-national and comparative perspectives*. New York: St. Martin’s Press, 1996, pp. 421-440.
- COSTA, Sergio. “Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 35, out. 1997, pp. 121-134.
- COTLER, Julio. “La cultura política de la juventud popular del Peru”. *Revista Mexicana de Sociología*. (Texto disponível no NUPESAL/UFRGS)
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* 8ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, Evelina, FERLIN, Uliana, SILVA, Daniela R. e TEIXEIRA, Ana C. C. “Cultura democrática e cidadania”. *Opinião Pública*, vol. 5, nº 1, Campinas, nov. 1998, pp. 11-43.

- DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DE SIERRA, Gerónimo (comp.). *Democracia emergente en América del Sur*. México: Universidad Nacional de México, 1994.
- DE SIERRA, Gerónimo (coord.). *Los pequeños países de América Latina en la hora neoliberal*. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.
- DEKKER, Henk. “Democratic citizen competence: political-psychological and political socialization research perspectives”. In: FARNEN, R., DEKKER, H., MEYENBERG, R e GERMAN, D. *Democracy, socialization and conflicting loyalties in East and West: cross-national and comparative perspectives*. New York: St. Martin’s Press, 1996, pp.386-410.
- DENNIS, J. e OWEN, D. “The partisan puzzle: identification and attitudes of Generation X”. In: CRAIG, S. & BENNETT, S. *After the boom: the politics of Generation X*. Lanham/London: Rowman & Littlefield Publishers, 1997 pp. 43-61.
- DEUTSCH, Karl. *Política e governo*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, 2ª ed.
- DI RENZO, Gordon J. *Personality and politics*. New York: Anchor Books, 1974.
- DIAZ, Alvaro. “Tendencias de la restauración económica y social de América Latina”, in *Revista Mexicana de Sociología*, UNAM, México, nº 4, out-dez 1994.
- DIMINUI eleitor jovem no país. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/07/1998, p. 3.
- DROUIN, Vincent. *Enquêtes sur les générations et la politique – 1958-1995*. Paris: L’Harmattan, 1995.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.
- DUBET, François e MARTUCCELLI, Danilo. “A socialização e a formação escolar”. *Lua Nova*, nº 40/41, mai./dez. 1997, pp. 241-266.
- EASTON, David e DENNIS, Jack. *Children in political system: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.
- EASTON, David. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

- ECHEVARRIA, José M. “A juventude latino-americana como campo de pesquisa social”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- EINSENSTADT, S. N. “Grupos informais e organizações juvenis nas sociedades modernas”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude IV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- ELEIÇÕES 2000 – retrato do eleitor. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16/07/2000. Caderno Especial A, p. 21-32.
- ESTUDO da USP mostra como vota o brasileiro. *Zero Hora*, Porto Alegre, 05/07/1998.
- FAMÍLIA. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 de setembro de 1998. Caderno Especial, 16 pág.
- FARNEN, R., DEKKER, H., MEYENBERG, R e GERMAN, D. *Democracy, socialization and conflicting loyalties in East and West: cross-national and comparative perspectives*. New York: St. Martin’s Press, 1996
- FAU, René. “Características gerais do grupo durante a adolescência”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude, III*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FEMIA, Joseph. “Cultura política”. In: OUTHWAITE, W. et al. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- FERREIRA, Adir e SOUSA, Margarete F. A democracia brasileira na cultura política estudantil. In: BAQUERO, M. (org.) *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1996.
- FERREIRA, Adir Luiz (org.). *Socialização e cultura política no meio escolar*. Natal: Ed. da UFRN, 1995.
- FERREIRA, Berta Weil. *O cotidiano do adolescente*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FIORI, José Luis. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1995.
- FIORI, José Luis. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

- FLITNER, Andreas. “Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, vol. 1, p. 37-67.
- FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira: 1972.
- FRANCO, Célia G. “Pesquisa revela cara neoliberal dos teens”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28/07/1996, p. 3-5.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Juventude: cultura e cidadania..* 1999. Coordenação de Gustavo Venturi e Marisol Recamán. Disponível na Internet: <http://www.fpabramo.org.br>.
- GENRO, Tarso e SOUZA, Ubiratan. *Orçamento participativo – a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *Sociología*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999.
- GREENSTEIN, Fred. “A note on the ambiguity of ‘political socialization’: definitions, criticism, and strategies of inquiry”. *Journal of politics*, v. 32, nº 4, 1970, pp. 969-978.
- HABERMAS, J. et al. “O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HOFFMANN, Renato e BARBOSA, Luiz C. “Utopia balzaquiana”. *Jornal Extra-Classe*, Porto Alegre, maio 1998, p. 11-14.
- HOLANDA, Sergio. *Raízes do Brasil*. 24ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- HOLLANDA, Eduardo e MELLO, Rachel. “Geração sem título”. *Revista Istoé*, nº 1489, 15.04.1998, p. 18-20.

- HUSTON, Aletha & WRIGHT, John. *Television and socialization of young children*. Kansas: University of Kansas, s/d.
- HYMAN, Herbert. *Political socialization: a study in the psychology of political behavior*. Glencoe: The Free Press, 1959.
- IANNI, Otávio. “O jovem radical”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude, I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- IBGE. *Brasil em números*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997a, vol. 5.
- IBGE. *Associativismo, representação de interesses e intermediação política*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997b.
- INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, Ronald. *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- JAGUARIBE, H. (org.) *Sociedade, estado e partidos na atualidade brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- JAHODA, Marie. “Socialização”. In: OUTHWAITE, W. et al. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, pp. 710-712.
- JAIDE, Walter. “As ambigüidades do conceito de ‘geração’”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude, II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- JELIN, Elizabeth. “Construir a cidadania: uma visão desde baixo”. *Lua Nova*, nº 33, 1994, pp. 39-58.
- JENNINGS, M. Kent e NIEMI, Richard G. *Generations and politics: a panel study of young adults and their parents*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- JENNINGS, M. Kent e NIEMI, Richard G. *The political character of adolescence: the influence of families and schools*. Princeton: Princeton University Press, 1974.
- JENNINGS, M. Kent. Residues of a movement: the aging of the american protest generation. *American Political Science Review*, v. 81, jun. 1987.
- KAHN, Túlio. “Apatia política e credo democrático”. *Lua Nova*, nº 39, 1997.
- KESSELRING, Thomas. *Jean Piaget*. Petrópolis: Vozes, 1993.

- KUHN, Dione e EMERIM, Dulci. “Jovens mostram desinteresse pelo voto”. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 29.03.1998, p. 6.
- LAMBERT, William e LAMBERT, Wallace. *Psicologia Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- LAMOUNIER, Bolivar e SOUZA, Amaury. “Democracia e reforma constitucional no Brasil: uma cultura política em mudança”. *Dados*, vol. 34, 1991, pp. 311-347.
- LAPASSADE, Georges. “Os rebeldes sem causa”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude III*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- LAURELL, Asa Cristina (org.) *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LAURNAGA, M. E., BANGO, J. e MARTINEZ, J. *En transito: realidades y actitudes de los jóvenes uruguayos*. Montevideo: Foro Juvenil, 1996.
- LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEMOS, Antonina. “Filhos se rebelam contra ‘pais-Woodstock’”. *Folha de São Paulo*, 01/08/1994, p. 6-1.
- LIMA Jr., Olavo B. *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LIMA, Venício. “Os mídia e o cenário de representação da política”. *Lua Nova*, nº 38, São Paulo, set.-dez. 1996.
- LIPSET, Seymour M. “O comportamento político da juventude universitária”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- LIPSET, Seymour. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LISBOA, Márcia. “Quem controla a TV brasileira”. *Democracia*, nº 108, Ibase, Rio de Janeiro, nov.-dez. 1994, pp. 11-12.
- LUPIA, Arthur e McCUBBINS, Matthew. *The democratic dilemma: can citizens learn what they need to know?* Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MACHADO, Eliane. “Ensino médio: reforma para pior”. *Tempo e presença*, nº 312, São Paulo, jul-ago 2000, pp. 18-21.

- MACHADO, Mario Brockmann. "Ciência política e socialização política nos Estados Unidos". In: *Dados*, Rio de Janeiro, nº 22, 1979, pp. 65-73.
- MACHADO, Mario Brockmann. "Ideologia, socialização política e dominação". In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, nº 2, 1980, pp. 131-149.
- MADEIRA, Felícia R. "Los jóvenes en el Brasil: antiguos supuestos y nuevos derroteros". In: *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, nº 29, agosto 1986.
- MADEIRA, Felícia R. "Recado dos jovens: mais qualificação". In: BERQUÓ, Elza et al.. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998, vol. 2, pp. 427-496.
- MAINWARING, Scott e VIOLA, Eduardo. "Political culture and democracy: Brazil and Argentina in the 1980s". *Telos*, nº 61, 1984, pp. 17-52.
- MANNHEIM, Karl. "O problema da juventude na sociedade moderna". In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 69-94.
- MANNHEIM, Karl. "O problema sociológico das gerações". In: *Mannheim: Sociologia..* São Paulo: Ática, 1982. (Col. Grandes Cientistas Sociais)
- MARAVALL, José Maria. "Democracias y demócratas". Working paper. Maio 1995. Disponível na Internet. <http://www.aecpa.es>
- MARGULIS, Mario. "Globalización y cultura". *Sociedad*, nº 9, Buenos Aires, set. 1996, pp. 5-17.
- MARKS, Cecília. "Fique ligado". *Educação*, São Paulo, jan. 1999, pp. 16-18.
- MARQUES, Maria O. "Escola noturna e jovens". *Revista brasileira de educação*, nº 5/6, mai.-dez. 1997.
- MARTINEZ, Esteban M. "Juventude". In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- MARTINS, José S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MASSEY, John. *Political Socialization in a new Democracy: emerging patterns of Political Culture in Japan*. Yale, 1973. Tese de Doutorado em Ciência Política, Yale University.

- MATOS, Bráulio T. P. *Paidéia brasileira e cidadania animal: estudo exploratório do processo formativo da consciência política de um grupo de jovens eleitores*. Brasília, 1993. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.
- MATTAR, Fauze N. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas, 1996.
- MAYER, Nonna e MUXEL, Anne. "Introduction". In: PERCHERON, Annick. *La socialisation politique*. Paris: Armand Colin, 1993, pp. 7-9.
- MEAD, Margaret. "A jovem de Samoa e seu grupo de idade". In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude III*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MEKLER, Victor M. *Juventud, educación y trabajo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992, 2 vol.
- MELOEN, Jos. "Authoritarianism, democracy, and education: a preliminary empirical 70-nation global indicators study". In: FARNEN, R., DEKKER, H., MEYENBERG, R. e GERMAN, D. *Democracy, socialization and conflicting loyalties in East and West: cross-national and comparative perspectives*. New York: St. Martin's Press, 1996.
- MELUCCI, Alberto. "Juventude, tempo e movimentos sociais". In: PERALVA, Angelina T. e SPOSITO, Marília P. (org.) *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, nº 5/6, mai.-dez. 1997, pp. 5-14.
- MENDES Jr., Antonio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENDONÇA, Kátia. "Anos FHC: o imaginário político e o não-olhar". *Revista de cultura Vozes*, nº 6, nov.-dez. 1997, pp. 29-49.
- MENEGUELLO, Rachel. "Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994". In: DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MEYNAUD, Jean e LANCELOT, Alain. *As atitudes políticas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- MINAYO, Maria C. S. "Fome: o desafio radical". *Tempo e Presença*, nº 266, São Paulo, nov.-dez. 1992, pp. 5-6.
- MISCHE, Ann. "De estudantes a cidadãos". In: PERALVA, Angelina T. e SPOSITO, Marília P. (org.) *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, nº 5/6, mai.-dez. 1997, pp. 134-150.

- MISCHE, Ann. “Redes de Jovens”. *Teoria e Debate*, nº 31, abr.-junho 1996, pp. 23-29.
- MOISÉS, José A. “Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades”. *Lua Nova*, nº 22, São Paulo, dez. 1990, pp. 133-187.
- MOISÉS, José Alvaro. “Democratização e cultura de massas no Brasil”. *Dados*, nº 26, 1992, pp. 5-52.
- MOISÉS, José Alvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.
- MONTESQUIEU, Charles L. S. *O espírito das leis*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- MORAES, Rita. “Profissionais do bem”. *Istoé*, nº 1518, 04/11/98, pp. 62-65.
- MORDUCHOWICZ, R., CATTERBERG, E., NIEMI, R. e BELL, F. “Teaching political information and democratic values in a new democracy: an Argentine experiment”. *Comparative politics*, jul. 1996, pp. 465-476.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo 1 – neurose*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1990.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo 2 – necrose*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- MÜLLER, E., SELIGSON, M. e TURAN, I. “Education, participation, and support for democratic norms”. *Comparative Politics*, out. 1987, pp. 19-33.
- MUSZYNSKI, M.J. *A família e o processo de socialização política no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, s/d (mimeo).
- MÜXEL, Anne. “Jovens dos anos 90: à procura de uma política sem rótulos”. In: PERALVA, Angelina e SPOSITO, Marília. (org.) *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, nº 5/6, mai.-dez. 1997, pp. 151-166.
- MUXEL, Anne. *Les jeunes et la politique*. Paris: Hachette, 1996.
- NAZZARI, Rosana K. *Socialização política e construção da cidadania no Paraná – 1993-1994*. Porto Alegre, 1995. Tese de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- NEUMAN, W. Russel. *The paradox of mass politics: knowledge and opinion in the american electorate*. Cambridge e London: Harvard University Press, 1986.

- NIEMI, Richard e HEPBURN, Mary. "The rebirth of political socialization". *Perspectives on political science*, v. 24, nº 1, 1995, pp. 7-16.
- NIEMI, Richard e JUNN, Jane. *Civic education: what makes students learn*. New Haven e London: Yale University Press, 1998.
- NIEMI, Richard G. *How family members perceive each other: political and social attitudes in two generations*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1974)
- O PLANETA teen. *Revista Veja*, Rio de Janeiro, 19/04/1995, p. 106-113.
- O QUE nos espera no terceiro milênio. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 10.01.1999. Caderno especial.
- OLIVEIRA, Malu. "Meu destino é ser star". *Revista Istoé*, São Paulo, nº 1229, 21.04.1993, p. 52-57.
- OLIVEIRA, Maria C. e BERQUÓ, Elza. "A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes". In: ANPOCS. *Ciências Sociais Hoje, 1990*. São Paulo: Vértice, 1990, pp. 30-64.
- OPP, Karl-Dieter. *The rationality of political protest: a comparative analysis of rational choice theory*. Boulder e Londres: Westview Press, 1989.
- ORTEGA y GASSET, José. *En torno a Galileo: esquema de las crisis*. Madri: Revista de Occidente, 1956.
- ORTEGA y GASSET, José. *Que é filosofia?* Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1971.
- OUTHWAITE, W. et al. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- OWEN, Diana e DENNIS, Jack. "Sex differences in politicization: the influence of mass media". *Women and politics*, vol. 12, nº 4, 1992, pp. 19-42..
- PASQUINO, Gianfranco. "Comportamentismo". In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 4ª ed. Brasília: Edunb, 1992, pp. 186-9.
- PASQUINO, Gianfranco. "Revolução". In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 4ª ed. Brasília: Edunb, 1992, pp. 1121-1131.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PERALVA, Angelina e SPOSITO, Marília. (org.) *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, nº 5/6, mai.-dez. 1997.

- PERALVA, Angelina. “O jovem como modelo cultural”. In: PERALVA, Angelina e SPOSITO, Marília. (org.) *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, nº 5/6, mai.-dez. 1997, pp. 15-24.
- PERCHERON, Annick e REMOND, René (org.) *Age et politique*. Paris: Economica, 1991.
- PERCHERON, Annick et al. *Les 10-16 ans et la politique*. Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1978.
- PERCHERON, Annick. “La formation politique de l’individu”. In: PARODI, Jean-Luc. *La politique*. Paris: Hachette, 1972, pp. 142-168.
- PERCHERON, Annick. *La socialisation politique*. Paris: Armand Colin, 1993.
- PEREIRA, Luiz C. B. *As revoluções utópicas: a revolução política na Igreja, a revolução estudantil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- PEREIRA, Raimundo R. *As contas do Brasil são da sua conta..* Disponível na Internet: <http://www.oficinainforma.com.br>.
- PIAGET, Jean. *A epistemologia genética*. Traduções de Zilda A. Caixeiro et al. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)
- PIAGET, Jean. *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- PINTO, Celi e GUERRERO, Hugo (org.). *América Latina: o desafio da democracia nos anos 90*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Associação de Universidades Grupo de Montevideo, 1996.
- PINTO, Célio R. J. “Ao eleitor a verdade: o discurso político da imprensa em tempos de eleições”. In: BAQUERO, Marcello (org.) *Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1995.
- PISANI, E., PEREIRA, S. e RIZZON, L. *Temas de psicologia social*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- POERNER, Arthur J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- PONTES, David. “Cidadania de berço”. *Jornal Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 05/06/1998, p. 12.
- POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

- PRÁ, Jussara Reis. “Cidadania e gênero no processo de construção da democracia brasileira”. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1996.
- PRÁ, Jussara Reis. “Eleições e cidadania: notas sobre comportamento político de gênero”. In: BAQUERO, Marcello (org.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise*. Porto Alegre/Canoas: Ed. da Universidade, Centro Educacional La Salle, 1997, pp. 11-36.
- PURVINNI, Larissa. “Mercoteens projetam ‘país dos sonhos’”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02.01.1995, p. 6-1.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RAIMONDO, Ezequiel e ECHEGARAY, Fabián. “Repensando la democracia desde el ajuste: una perspectiva crítica”. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, 1995, pp. 84-90.
- REIS, Fábio W. e CASTRO, Monica M. “Região, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro”. *Lua Nova*, nº 26, São Paulo, 1992, pp. 81-131.
- RESPUELA, Sofia. “Las transiciones a la democracia en America Latina. Las teorías de los ’80 a los ’90”. In: PINTO, Julio (comp.) *Las nuevas democracias del Cono Sur: cambios y continuidades*. Buenos Aires, CBC/UBA, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- RICHARDSON, Roberto J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROSENBERG, Shawn, WARD, Dana e CHILTON, Stephen. *Political reasoning and cognition: a piagetian view*. Durham e London: Duke Univesity Press, 1988.
- ROSENMAYR, L. “A situação sócio-econômica da juventude de hoje”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival G. Machado. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)

- RUBIM, Antonio A. C. e AZEVEDO, Fernando A. “Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa”. *Lua Nova*, nº 43, São Paulo, jan.-abr. 1998, p. 189-216.
- SABÓIA, Ana L. “Situação educacional dos jovens”. In: BERQUÓ, Elza et al. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998, vol. 2, pp. 499-515.
- SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SALES, Teresa. “Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira”. *Revista brasileira de ciências sociais*, nº 25, jun. 1994, pp. 26-37.
- SAMPAIO, Plínio A. “Panorama e gravidade da pobreza”. *Tempo e Presença*, nº 268, São Paulo, mar.-abr. 1993, pp. 15-17.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem social brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SANTOS, Wanderley G. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- SANTOS, Wanderley G. *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978.
- SANTOS, Wanderley G. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SARTORI, G. e MORLINO, L. (comp.) *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- SARTORI, Giovanni. “Comparación y método comparativo”. In: SARTORI, G. e MORLINO, L. (comp.) *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs.). *Uma revolução no cotidiano?: Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 1996.
- SCHMIDT, João P. *O que pensam os jovens, hoje: elementos do imaginário social da juventude dos vales do Rio Pardo e Taquari*. Santa Cruz do Sul, 1996. (publicação própria)

- SCHNEIDER, Marília. “Cidadania e direitos humanos na história recente do Brasil”. *Revista de cultura Vozes*, nº 3, mai.-jun. 1997, pp. 12-24.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Sociologia política: elementos de ciência política*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SEARING, D., WRIGHT, G. e RABINOWITZ, G. “The primacy principle: attitude change and political socialization”. *British journal of political science*, v. 6, 1976, pp. 83-113.
- SEARS, D. e VALENTINO, N. “Politics matters: political events as catalysts for preadult socialization”. *American political science review*, v. 91, nº 1, mar. 1997, pp. 45-65.
- SIGEL, Roberta S. (ed.) *Political learning in adulthood: a sourcebook of theory and research*. Chicago/ Londres: The University Chicago Press, 1989.
- SILVEIRA, Flávio E. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- SINGER, André V. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2000.
- SOARES, Gláucio D. “Ideologia e participação política estudantil”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 243-266..
- SOUSA, Ayda C. *Socialização política: a família e a escola na formação das atitudes e comportamentos políticos dos adolescentes de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1983. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SOUSA, Janice Tirelli P. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999.
- SOUZA, Amaury e LAMOUNIER, Bolivar. “A feitura da nova Constituição: um reexame da cultura política brasileira”. *Planejamento e políticas públicas*, nº 2, dez. 1989.
- SOUZA, Luis Alberto G. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

- SPOSITO, Marília P. “Estudos sobre juventude em educação”. In: PERALVA, Angelina e SPOSITO, Marília. (org.) *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, nº 5/6, mai.-dez. 1997, pp. 37-52.
- STRASBURGER, Victor. *Os adolescentes e a mídia: impacto psicológico*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- STREET, John. “Review article: Political culture: from civi culture to mass culture”. *British journal of political science*, nº 24, 1993, pp. 95-114.
- SUPLICY, Marta. “Fé na mudança e na condição de mulher”. *Tempo e Presença*, nº 382, São Paulo, nov.-dez. 1998.
- TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- TAVARES, Maria C. “O real morreu. Salvemos a nação”. *Folha de São Paulo*, 25/01/1999, p. 2-6.
- TAVARES, Maria. C. “Abaixo a política econômica - Viva o povo brasileiro!” *Folha de São Paulo*, 11/10/98, p. 2-7.
- TEDIN, Kent L. “The influence of parents on the political attitudes of adolescents”. *American political science review*, v. 68, 1974, pp. 1579-1592.
- TELLES, Vera S. “Sociedade civil e a construção de espaços públicos”. In: DAGNINO, Evelina (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1987.
- TORCAL, Mariano e MONTERO, José R. *Facets of social capital in new democracies: the formation and consequences of social capital in Spain*. Notre Dame: Kellogg Institute / University of Notre Dame, 1998. (Working paper)
- TURNER, Frederick (ed.) *Social mobility and political attitudes: comparative perspectives*. New Brunswick e London: Transaction Publishers, 1992.

- UNICEF/IBGE. *Indicadores sobre crianças e adolescentes – Brasil 1991-1996*. Brasília e Rio de Janeiro: UNICEF/IBGE, 1997.
- VALITUTTI, S. “Uma revolução juvenil”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude III*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- VELHO, Otávio G. “Geração”. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- VELOSO, Mariza e MADEIRA, Maria A. “Política, cultura e cidadania no Brasil”. In: INESC. *Parlamento 1999-2002*. Brasília: INESC, set. 1998, pp. 13-15.
- VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VITÓRIA, G. e PELUSO, L. “Consumir é curtir”. *Revista Istoé*, São Paulo, nº 1287, 01/06/1994, p. 52-57.
- WASELFISZ, Julio J. *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez, 1998.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3ª ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1994, vol. 1.
- WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- WESTHOLM, A. e NIEMI, R. “Political institutions and political socialization: a cross-national study”. *Comparative politics*, oct. 1992, pp. 25-41.
- WEYLAND, Kurt. *Neopopulism and neoliberalism in Latin America: unexpected affinities*. Nashville, 1995. (mimeo)
- WOLKMER, Antonio C. *Elementos para uma crítica do estado*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1990.
- ZAGURY, Tania. *O adolescente por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

Nº: A- _____ Estado: _____

PESQUISA – JUVENTUDE E POLÍTICA NOS ANOS 90

QUESTIONÁRIO DOS ESTUDANTES

PARA COMEÇAR, ALGUNS DADOS GERAIS

1. Município:

2. Escola:

1 [] Pública 2 [] Privada

3. Série do 2º Grau: 1 [] 1ª Série 2 [] 2ª Série 3 [] 3ª Série

4. Sexo: 1 [] Feminino 2 [] Masculino

5. Sua idade: anos

6. Seu estado civil: 1 [] solteiro 2 [] casado 3 [] separado 4 [] outro:

7. Qual é a sua situação familiar?

1 [] Moro com pai e mãe 2 [] Moro com parentes ou amigos

3 [] Moro com a mãe 4 [] Moro sozinho

5 [] Moro com o pai 6 [] Moro com esposo(a) ou companheiro(a)

7 [] Outra:

8. Qual a sua religião?

1 [] Católica 2 [] Evangélica luterana

3 [] Espírita 4 [] Religião afro-brasileira (candomblé, umbanda)

5 [] Assembléia de Deus 6 [] Igreja Universal do Reino de Deus

7 [] Outra:

9. Qual é a sua situação profissional?

1 [] Estou empregado(a) 2 [] Já fui empregado, mas agora estou desempregado

3 [] Nunca estive empregado(a) 4 [] Outra situação:

A SEGUIR, VAMOS FALAR UM POUCO DE ASPECTOS GERAIS DA SOCIEDADE E DA POLÍTICA

10. Como você se sente hoje na nossa sociedade? (múltipla escolha)

- 1 [] Inseguro 2 [] Feliz 3 [] Indignado
 4 [] Satisfeito 5 [] Seguro 6 [] Frustrado
 7 [] Confiante 9 [] Assustado 10 [] Outro:

11. De modo geral, você se interessa por política?

- 1 [] Me interessa muito 2 [] Tenho um interesse médio
 3 [] Me interessa pouco 4 [] Não me interessa

12. Como você define a si próprio em termos de política (múltipla escolha)

- 1 [] Alienado 2 [] Indiferente 3 [] Desiludido
 4 [] Interessado 5 [] Participativo 6 [] Outro:

13. Você costuma falar de política, por exemplo sobre eleições, o governo ou a situação do país?

- 1 [] Frequentemente 2 [] Às vezes
 3 [] Raramente 4 [] Nunca

14. Você se considera em condições de entender o que acontece na política?

- 1 [] Não. Em geral, a política e o governo parecem tão complicados que uma pessoa como eu não pode realmente entender o que está acontecendo
 2 [] Sim. Quem se interessa pela política consegue entender o que está acontecendo

15. Você acredita que pode influir na política e no governo?

- 1 [] Não. O governo não costuma prestar atenção às opiniões de pessoas como eu
 2 [] Sim. Existem muitas maneiras de influir na política, mas é necessário que as pessoas se interessem e queiram influir

16. A seu ver, quais desses cargos políticos uma pessoa como você pode alcançar, caso se esforce para isso? (múltipla escolha)

- 1 [] Nenhum 2 [] Vereador 3 [] Prefeito
4 [] Deputado 5 [] Governador 6 [] Presidente da República

17. Você já conversou pessoalmente com algum político eleito? Qual? (múltipla escolha)

- 1 [] Nenhum 2 [] Vereador 3 [] Prefeito
4 [] Deputado 5 [] Governador 6 [] Presidente da República

18. Você já participou de alguma reunião política da Câmara de Vereadores ou da Prefeitura?

- 1 [] Nunca participei 2 [] Sim, da Câmara de Vereadores 3 [] Sim, da prefeitura

19. Quando você ouve opiniões diferentes sobre um mesmo assunto político, costuma confiar mais na opinião de quem?

- 1 [] Dos pais 2 [] Dos colegas e amigos 3 [] Dos professores
4 [] Dos meios de comunicação 5 [] Outro: 99 [] Não sei

20. Qual é a confiança que você deposita nas seguintes pessoas e instituições?

	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
1 O seu pai	a []	b []	c []	d []
2. A sua mãe	a []	b []	c []	d []
3 Os seus irmãos	a []	b []	c []	d []
4 Os seus amigos	a []	b []	c []	d []
5 Igreja	a []	b []	c []	d []
6 Governo Federal	a []	b []	c []	d []
7 Congresso Nacional	a []	b []	c []	d []
8 Poder Judiciário	a []	b []	c []	d []
9 Forças Armadas	a []	b []	c []	d []
10 Polícia	a []	b []	c []	d []
11 Sindicatos	a []	b []	c []	d []

12 Movimento estudantil a [] b [] c [] d []

AS PRÓXIMAS QUESTÕES SE REFEREM AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E À FAMILIA

21. Você assiste televisão, em média

- 1 [] Todos os dias – mais de 5 horas 2 [] Todos os dias – de 2 a 5 horas
 3 [] Todos os dias – até 2 horas 4 [] Três vezes por semana
 5 [] Uma vez por semana 6 [] Não assisto televisão

22. Em relação às notícias sobre política nos meios de comunicação, você acredita que

- 1 [] Na sua maioria são verdadeiras 2 [] Algumas são verdadeiras, outras são falsas
 3 [] Na sua maioria são falsas 99 [] Não sei

23. Você costuma se informar sobre política pelos meios de comunicação? Indique como.

- | | Freqüentemente | Às vezes | Raramente | Nunca |
|--------------------------------------|----------------|----------|-----------|-------|
| 1 Artigos sobre política em jornal | a [] | b [] | c [] | d [] |
| 2 Artigos sobre política em revistas | a [] | b [] | c [] | d [] |
| 3 Noticiário político no rádio | a [] | b [] | c [] | d [] |
| 4 Noticiário político na televisão | a [] | b [] | c [] | d [] |
| 5 Horário eleitoral na TV | a [] | b [] | c [] | d [] |
| 6 Horário eleitoral no rádio | a [] | b [] | c [] | d [] |

24. Em geral, você considera que o ambiente na sua família é

- 1 [] Bastante democrático 2 [] Mais ou menos democrático
 3 [] Pouco democrático 4 [] Nada democrático

25. Você considera que os seus pais se interessam por política?

- 1 [] Muito 2 [] Razoavelmente 3 [] Pouco 4 [] Nada 99 [] Não sei

26. Em família, com quem você mais conversa assuntos relacionados à política?

1 [] Ninguém 2 [] Mãe 3 [] Pai 4 [] Irmãos 5 [] Outro:

27. Como você se posiciona em relação às idéias políticas de seus pais?

1 [] Procuo imitá-las 2 [] Procuo me diferenciar
 3 [] Fico indiferente 4 [] Não as conheço
 99 [] Não sei

28. Quando há eleições, você procura influenciar o voto dos seus pais, para que eles votem nos candidatos que você escolheu?

1 [] Não 2 [] Sim

29. Qual é o partido preferido do seu pai?

1 Nome do partido: 2 [] Nenhum 99 [] Não sei

30. Qual é o partido preferido da sua mãe?

1 Nome do partido: 2 [] Nenhum 99 [] Não sei

31. Em qual candidato a Presidente seu pai votou na última eleição (1998)?

1 [] Fernando Henrique 2 [] Lula 3 [] Ciro Gomes
 4 [] Outro: 99 [] Não sei

32. Em qual candidato a Presidente sua mãe votou na última eleição (1998)?

1 [] Fernando Henrique 2 [] Lula 3 [] Ciro Gomes
 4 [] Outro: 99 [] Não sei

33. Se você decidisse participar ativamente da política, qual você acha que seria a reação dos seus pais?

	Mãe	Pai
1 Iria apoiar	a []	b []
2 Iria proibir	a []	b []
3 Ficaria indiferente	a []	b []
99 Não sei	a []	b []

VAMOS CONVERSAR UM POUCO AGORA SOBRE A SUA ESCOLA

34. Em geral, como você considera o ambiente da sua escola?

- 1 [] Bastante democrático 2 [] Mais ou menos democrático
3 [] Pouco democrático 4 [] Nada democrático

35. Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula?

- 1 [] Concordo: política faz parte da formação do estudante
2 [] Não concordo: lugar de política não é na aula

36. Quem favorece mais o interesse pela política – a sua escola ou a sua família?

- 1 [] A escola, mais que a minha família, favorece o interesse pela política
2 [] A minha família, mais que a escola, favorece o interesse pela política

37. Se você decidisse participar ativamente da política, qual você acha que seria a reação da maioria dos seus professores?

- 1 [] Iriam apoiar 2 [] Ficariam indiferentes
3 [] Tentariam proibir 99 [] Não sei

38. Você participa do grêmio estudantil de sua escola?

- 1 [] Não 2 [] Sim 3 [] Não tem grêmio estudantil na minha escola

FALANDO EM PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, VAMOS DESENVOLVER UM POUCO ESTE ASSUNTO

39. Assinale com X se já participou de alguma(s) das seguintes atividades ou organizações (múltipla escolha)

- 1 [] campanha eleitoral 2 [] greve
3 [] reunião de partido político 4 [] reunião política de estudantes
5 [] manifestação de rua 6 [] sindicato

- 1 [] Olívio Dutra 2 [] Antonio Britto
 3 [] Branco / Nulo 99 [] Não lembro / Não sei

45. Qual é o partido com que você mais simpatiza?

- 1 [] Nenhum 2 [] PMDB 3 [] PSDB 4 [] PDT 5 [] PPB
 6 [] PT 7 [] PFL 8 [] PTB 9 [] Outro.....

46. Você é filiado(a) ou militante de algum partido político?

- 1 [] Não 2 [] Sim. Qual?:

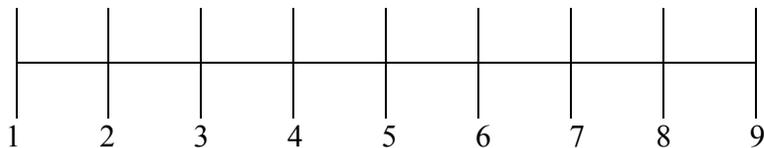
AS PRÓXIMAS QUESTÕES DIZEM RESPEITO A ASPECTOS IDEOLÓGICOS E INSTITUCIONAIS

47. “Esquerda” e “Direita” são dois termos muitos utilizados na linguagem política. Qual é, na sua opinião, a diferença entre Esquerda e Direita?

.....

48. Em termos ideológicos, onde você se colocaria – na Esquerda, no Centro ou na Direita? Na linha imaginária de 1 a 10, faça um círculo em torno do número onde você se colocaria.

Esquerda Centro Direita 99 [] Não sei



49. Outro termo muito utilizado atualmente é “Cidadania”. O que você entende por Cidadania?

.....

50. Há três Poderes constitucionais no país: Executivo, Legislativo e Judiciário. No caso do Executivo, quem o exerce é o Presidente da República (federal), Governador (estadual) e Prefeito (municipal). Você se lembra quem exerce o Poder Legislativo? Se sim, escreva no espaço abaixo.

Poder Legislativo Federal:

Poder Legislativo Estadual:

Poder Legislativo Municipal:

99 [] Não lembro

51. Você se lembra quais são os partidos a que pertencem o presidente da República, o governador do estado e o prefeito de sua cidade? Se sim, escreva abaixo.

Prefeito:

Governador:

Presidente da República:

99 [] Não lembro

52. Qual é, no seu entender, a melhor forma de governo?

1 [] A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo

2 [] Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que a democracia

3 [] Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura

99 [] Não sei

53. Na sua opinião, há democracia hoje no Brasil?

1 [] Não 2 [] Sim

54. Por que?

.....

.....
 55. Em relação ao futuro do Brasil, qual você acha que é a tendência?

1 [] Vai melhorar 2 [] Vai piorar 3 [] Vai ficar na mesma 99 [] Não sei

56. Para mudar o Brasil para melhor é preciso

(múltipla escolha)

1 [] Uma revolução 2 [] Um bom governo 3 [] Votar certo
 3 [] Cumprir as leis 4 [] A volta dos militares 5 [] Que o povo se organize
 99 [] Não sei 6 [] Outra:

57. A seu ver, há algo que você pode fazer para mudar o país para melhor? O que?

.....

58. Indique o político que você mais admira no Brasil

1 [] Nenhum 2 Nome do político:

PARA TERMINAR, DUAS PERGUNTAS SOBRE A SUA FAMÍLIA

59. Qual é a escolaridade da sua mãe e do seu pai? Mãe Pai

1) Sem instrução ou Primário incompleto a [] b []
 2) Primário completo a [] b []
 3) 1º Grau completo a [] b []
 4) 2º Grau completo a [] b []
 5) Superior completo a [] b []

60. Assinale com X os bens que sua família possui

	Não tem	1	2	3	4	5	6 ou +
TV em cores							
Rádio							
Banheiro							

Automóvel							
Empregada permanente							

Aspirador de pó a [] Sim b [] Não
Máquina de lavar roupa a [] Sim b [] Não
VCR – Vídeo cassete a [] Sim b [] Não
Geladeira a [] Sim b [] Não

Valeu a força! Muito obrigado!

Nº: B- _____

Estado: _____

PESQUISA – JUVENTUDE E POLÍTICA NOS ANOS 90
QUESTIONÁRIO DOS PAIS / MÃES

DADOS GERAIS

1. Município:

2. Escola:

3. Pai ou mãe de estudante? 1 [] Pai 2 [] Mãe 3 [] Outro:

4. Sua idade anos

5. Qual é a sua escolaridade?

1 [] Sem instrução ou Primário incompleto 2 [] Primário completo

3 [] 1º Grau completo

4 [] 2º Grau completo

5 [] Superior completo

6. Qual a sua religião?

1 [] Católica

2 [] Evangélica luterana

3 [] Espírita

4 [] Religião afro-brasileira (candomblé, umbanda)

5 [] Assembléia de Deus

6 [] Igreja Universal do Reino de Deus

7 [] Outra:

VAMOS FALAR AGORA UM POUCO DE POLÍTICA

7. De modo geral, você se interessa por política?

1 [] Me interesse muito 2 [] Tenho um interesse médio

3 [] Me interesse pouco 4 [] Não me interesse

8. Como você define a si próprio em termos de política (múltipla escolha)

1 [] Alienado

2 [] Indiferente

3 [] Desiludido

4 [] Interessado 5 [] Participativo 6 [] Outro:

9. Você costuma falar de política, por exemplo sobre eleições, o governo ou a situação do país?

1 [] Frequentemente 2 [] Às vezes

3 [] Raramente 4 [] Nunca

10. Qual é a confiança que você deposita nas seguintes pessoas e instituições?

	Muita	Razoável	Pouca	Nenhuma
1 Os seus filhos	a []	b []	c []	d []
2 Igreja	a []	b []	c []	d []
3 Governo Federal	a []	b []	c []	d []
4 Congresso Nacional	a []	b []	c []	d []
5 Poder Judiciário	a []	b []	c []	d []
6 Forças Armadas	a []	b []	c []	d []
7 Polícia	a []	b []	c []	d []
8 Sindicatos	a []	b []	c []	d []
9 Movimento estudantil	a []	b []	c []	d []

11. Você se considera em condições de entender o que acontece na política?

1 [] Não. Em geral, a política e o governo parecem tão complicados que uma pessoa como eu não pode realmente entender o que está acontecendo

2 [] Sim. Quem se interessa pela política consegue entender o que está acontecendo

12. Você acredita que pode influir na política e no governo?

1 [] Não. O governo não costuma prestar atenção às opiniões de pessoas como eu

2 [] Sim. Existem muitas maneiras de influir na política, mas é necessário que as pessoas se interessem e queiram influir

13. A seu ver, quais desses cargos políticos uma pessoa como você pode alcançar, caso se esforce para isso? (múltipla escolha)

- 1 [] Nenhum 2 [] Vereador 3 [] Prefeito
 4 [] Deputado 5 [] Governador 6 [] Presidente da República

14. Você já conversou pessoalmente com algum político eleito? Qual? (múltipla escolha)

- 1 [] Nenhum 2 [] Vereador 3 [] Prefeito
 4 [] Deputado 5 [] Governador 6 [] Presidente da República

15. Você já participou de alguma reunião política da Câmara de Vereadores ou da Prefeitura de sua cidade?

- 1 [] Nunca participei 2 [] Sim, da Câmara de Vereadores 3 [] Sim, da prefeitura

AS PRÓXIMAS QUESTÕES SE REFEREM AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E À FAMÍLIA

16. Em relação às notícias sobre política nos meios de comunicação, você acredita que

- 1 [] Na sua maioria são verdadeiras 2 [] Algumas são verdadeiras, outras são falsas
 3 [] Na sua maioria são falsas 99 [] Não sei

17. Você costuma se informar sobre política através dos meios de comunicação? Indique de que forma

	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1 Artigos sobre política em jornal	a []	b []	c []	d []
2 Artigos sobre política em revistas	a []	b []	c []	d []
3 Noticiário político no rádio	a []	b []	c []	d []
4 Noticiário político na televisão	a []	b []	c []	d []
5 Horário eleitoral na TV	a []	b []	c []	d []
6 Horário eleitoral no rádio	a []	b []	c []	d []

18. Em geral, você considera que o ambiente na sua família é

- 1 [] Bastante democrático 2 [] Mais ou menos democrático
 3 [] Pouco democrático 4 [] Nada democrático

19. Você conversa sobre política com seus filhos?

- 1 [] Frequentemente 2 [] Às vezes 3 [] Raramente 4 [] Nunca

20. Você procura influenciar as idéias dos seus filhos em relação à política?

1 [] Sim 2 [] Não

21. Você procura influenciar o voto dos seus filhos, para que eles votem nos candidatos que você escolheu?

1 [] Sim 2 [] Não

22. Se o seu filho ou sua filha que lhe entregou este questionário decidisse participar ativamente da política, como você reagiria?

1 [] Iria apoiar 2 [] Iria proibir 3 [] Ficaria indiferente

23. Você sabe em quem seu(sua) filho(a) que lhe entregou este questionário votou ou teria votado em 1998 para Presidente da República?

1 [] Nome do candidato: 2 [] Branco/Nulo 99 () Não sei

24. Você sabe qual é o partido com que mais simpatiza o seu(sua) filho(a) que lhe entregou este questionário?

1 [] Sim. Nome do partido: 99 [] Não sei

VEJAMOS, FINALMENTE, ALGUMAS DE SUAS PREFERÊNCIAS POLÍTICAS E IDÉIAS SOBRE O PAÍS

25. Assinale com X se você já participou de alguma das seguintes atividades ou organizações (múltipla escolha)

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------------|
| 1 [] campanha eleitoral | 2 [] greve |
| 3 [] reunião de partido político | 4 [] reunião política de estudantes |
| 5 [] manifestação de rua | 6 [] sindicato |
| 7 [] associação de moradores | 8 [] organização de direitos humanos |
| 9 [] movimento ecológico | 10 [] pastoral de juventude |
| 11 [] movimento feminista | 12 [] movimento contra o racismo |
| 13 [] outro: | |

26. Ao definir seu voto o que você leva mais em conta?

- 1 [] A pessoa do candidato 2 [] O partido a que pertence o candidato
 3 [] O candidato e o seu partido 4 [] Outro:

27. Em quem você votou na eleição de 1998 para Presidente da República?

- 1 [] Fernando Henrique 2 [] Lula 3 [] Ciro Gomes
 4 [] Outro: 5 [] Branco /Nulo 99 [] Não lembro / Não sei

28. Em quem você votou para Governador, no 2º turno, em 1998?

- 1 [] Olívio Dutra 2 [] Antonio Britto
 3 [] Branco / Nulo 99 [] Não lembro / Não sei

29. Qual é o partido com que você mais simpatiza?

- 1 [] Nenhum 2 [] PMDB 3 [] PSDB 4 [] PDT 5 [] PPB
 6 [] PT 7 [] PFL 8 [] PTB 9 [] Outro.....

30. Você é filiado(a) ou militante de algum partido político?

- 1 [] Não 2 [] Sim. Qual?:

31. Qual é, no seu entender, a melhor forma de governo?

- 1 [] A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo
 2 [] Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que a democracia
 3 [] Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura
 99 [] Não sei

32. Em relação ao futuro do Brasil, qual você acha que é a tendência?

- 1 [] Vai melhorar 2 [] Vai piorar 3 [] Vai ficar na mesma 99 [] Não sei

33. Indique o político que você mais admira no Brasil.

- 1 [] Nenhum 2 Nome do político:

Obrigado pela colaboração!

ANEXO 3
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, SOCIOPOLÍTICOS E ECONÔMICOS DOS
MUNICÍPIOS EM QUE FOI DESENVOLVIDA A PESQUISA⁸⁸

ARCOVERDE, PE

O município de Arcoverde, situado a 257 km de Recife, no sertão pernambucano, tinha em 1996 uma população de 58.722 habitantes, dos quais 90% residiam no meio urbano (Contagem da População – IBGE).

Trata-se de um município com um potencial econômico apreciável dentro da realidade regional em que está situado; 1.068 empresas estavam formalmente registradas no município naquele ano. A administração municipal realizou no referido ano Receitas Orçamentárias no valor de R\$ 6.904.000,00.

O governo municipal em 1999 estava sendo exercido por uma prefeita do PDT. A composição da Câmara de Vereadores era a seguinte: PDT – três vereadores, PMDB – três, PSB – dois, PPS – um e PMN – um vereador.

Os partidos organizados no município: PT, PCdoB, PDT, PFL, PMDB, PMN, PPB, PPS, PRP, PSB, PSC, PSD, PSL, PSDB e PTB.

Há diversos movimentos e organizações sociais em atividade. As 35 associações de moradores têm uma ação coordenada através do Conselho Promocional das Associações de Moradores de Arcoverde. Há nove sindicatos estruturados, alguns deles bastante atuantes. A Associação de Resgate da Cultura Afro é uma organização de negros expressiva no cenário local, assim como o núcleo do Movimento dos Sem Terra.

Em 1999, havia 11 escolas de ensino médio em Arcoverde, das quais 7 públicas e 4 privadas. O número total de estudantes matriculados era de 2.795, sendo 77% em escolas públicas. (Dados do Departamento Regional de Educação)

O ensino de 3º Grau é proporcionado pelo Centro de Ensino Superior de Arcoverde.

RECIFE, PE

Capital do estado de Pernambuco, Recife tinha em 1996 uma população de 1.346.045 habitantes, dos quais 100% residiam no meio urbano.

Distribuídas por diversos ramos, 26.868 empresas com CGC estavam então localizadas no município. A Receita Orçamentária realizada pelo município foi de R\$ 446.269.000,00.

Recife conta com um número apreciável de organizações e movimentos sociais. Sindicatos, associações de moradores, entidades culturais (com destaque para as ligadas ao carnaval), organizações de classe e religiosas têm-se constituído em atores sociais com impacto significativo na sociedade local e regional.

O número de escolas de ensino médio em 1998 era de 159, das quais 76 públicas e 83 privadas, alcançando um total de 93.577 estudantes, sendo que 67% deles estavam em escolas públicas. (Dados da Secretaria de Educação e Esportes)

As principais Instituições de Ensino Superior são a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Católica de Pernambuco.

VIÇOSA, MG

Com uma população de 57.450 habitantes (1996), dos quais 92% residiam no meio urbano, Viçosa está situado a 246 km da capital mineira, Belo Horizonte.

A economia formal contava em 1996 com 1.598 empresas. A Receita Orçamentária realizada foi de R\$ 7.187.000,00.

⁸⁸ Os dados relativos à população, empresas e receitas orçamentárias realizadas foram extraídos do *site* do IBGE (www.ibge.net/cidades).

No período de realização da pesquisa, o governo municipal era exercido por um prefeito do PMDB. A composição da Câmara de Vereadores era a seguinte: PMDB – três vereadores, PFL – três, PDT – dois, PTB – dois, PSDB – um, PT – um, PSDC – um e PSB – um vereador. Vinte e um partidos políticos estavam registrados oficialmente no município.

Entre os movimentos sociais mais expressivos, destacam-se as associações de moradores (em torno de quarenta), entidades estudantis, culturais e étnicas, de profissionais liberais e autônomos, religiosas, sindicais (onze sindicatos), três cooperativas, clubes de serviços e vários grupos informais.

O ensino médio compreendia 9 escolas, sendo 5 públicas e 4 particulares. O número total de estudantes matriculados no ensino médio era 4.243 estudantes, dos quais 73% estavam em escolas públicas. (Levantamento feito a partir de secretarias de escolas e do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, da rede estadual)

O ensino superior é ministrado pela Universidade Federal de Viçosa, instituição que marca profundamente a vida do município e que se constitui na grande alavanca econômica do município. Essa universidade é conhecida nacionalmente pelo desenvolvimento de pesquisa na área da agricultura e pecuária.

BELO HORIZONTE, BH

Belo Horizonte constava com uma população de 2.091.371 habitantes, dos quais 99% no meio urbano, na Contagem Populacional do IBGE de 1996.

Estavam situadas no município 73.470 empresas com CGC. Uma expressiva Receita Orçamentária de R\$ 973.347.000,00 foi realizada no ano de 1996.

A prefeitura, em 1999, estava sendo chefiada por um prefeito do PSB, com apoio do PT, partido, aliás, a que pertencia o prefeito anterior. A Câmara de Vereadores apresentava uma composição bastante diversificada do ponto de vista partidário: PSDB – cinco, PSB – três, PMN – seis, PFL – três, PDT – dois, PPS – um, PT – dois, PL – três, PCdoB – dois, PTB – dois, PV – um, PSD – dois, PST – um, PSL – um e sem partido – um vereador.

A rede de ensino médio de Belo Horizonte se compunha de 204 escolas, sendo 114 públicas e 90 particulares. O total de estudantes matriculados no ensino médio alcançava 130.331, dos quais 80% estudavam em escolas públicas. (Dados da Secretaria de Estado da Educação / SEE-MG)

As principais instituições de ensino superior sediadas na capital mineira são a Universidade Federal de Minas Gerais e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

RIO VERDE, GO

Rio Verde, um dos municípios mais prósperos do estado de Goiás, está situado a 241 km de Goiânia. Sua população em 1996 era de 100.856 habitantes, com uma taxa de urbanização de 90% (Contagem Populacional do IBGE, 1996).

Atuavam no município naquele ano 1.928 empresas com CGC. A administração municipal realizou um Orçamento de R\$ 30.826.000,00.

A administração municipal estava sendo exercida por uma prefeita do PPB. A Câmara de Vereadores tinha a seguinte composição: PPB – cinco vereadores, PMDB – um, PSD – um, PT – um, PTB – três, PFL – dois, PSDB – dois e sem partido – quatro vereadores. Há 17 partidos registrados no município.

Entre as organizações e movimentos sociais que atuam no município incluem-se cerca de 20 associações de moradores, 13 sindicatos de trabalhadores e 5 sindicatos patronais.

A rede de ensino médio era constituída de 11 escolas – 5 públicas e 6 privadas. Um total de 5.204 estudantes estavam matriculados, sendo 75% da rede pública. (Dados da Coordenadoria Regional de Educação de Rio Verde).

O ensino superior é ministrado pela Fundação de Ensino Superior de Rio Verde.

GOIÂNIA, GO

A população de Goiânia era de 1.003.477 habitantes em 1996, com 100% de residentes na área urbana (Contagem Populacional do IBGE, 1996).

A economia formal computava à época 30.338 empresas. A Receita Orçamentária realizada pelo município foi de R\$ 294.003.000,00.

A administração municipal era exercida por um prefeito do PSDB. A composição da Câmara de Vereadores era a seguinte: PMDB – seis vereadores, PSDB – três, PL – dois, PST – dois, PSC – um, PTB – três, PSD – cinco, PT – três, PDT – um, PCdoB – dois, PFL – três e PPB – dois vereadores. Um total de 31 partidos estão registrados na Justiça Eleitoral.

Goiânia conta com uma diversidade grande de movimentos e organizações sociais (associações de moradores, sindicatos, entidades estudantis, religiosas, profissionais e outras).

Em 1999, a capital goiana tinha uma rede de ensino médio constituída por 87 escolas públicas e 45 escolas privadas, abrigando 71.917 estudantes matriculados. Do total, 80% dos estudantes pertenciam às escolas públicas.

As principais instituições de ensino superior são a Universidade Federal de Goiás e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

SANTA CRUZ DO SUL, RS

Santa Cruz do Sul é um dos municípios economicamente mais desenvolvidas do Rio Grande do Sul, conhecida como a “capital nacional do fumo”. Situado a 150 km de Porto Alegre, no centro do estado do Rio Grande do Sul, sua população, predominantemente de origem germânica, era de 100.433 habitantes em 1996, dos quais 83% residiam na zona urbana.

O potencial econômico está expresso no apreciável número de 4.609 empresas com CGC ativas no município em 1996. A Receita Orçamentária realizada foi de R\$ 35.779.000,00.

À época de realização da pesquisa, o governo municipal era exercido por um prefeito do PTB. A Câmara de Vereadores era constituída por cinco vereadores do PTB, quatro do PPB, dois do PMDB, três do PSDB, um do PFL, dois do PDT e três do PT. Vários outros partidos estavam registrados na Justiça Eleitoral: PSB, PSC, PL, PSDC, PTdoB.

Uma série de organizações e movimentos sociais tem visibilidade no município. Cerca de 40 associações de moradores, 30 sindicatos de trabalhadores, várias entidades patronais, clubes de serviço, entidades culturais, movimento de negros, entre outras organizações constituem uma expressiva força sociopolítica.

A rede de ensino médio era constituída em 1999 por dez escolas – seis escolas públicas e quatro privadas. As escolas públicas atendiam 77% do total dos 4.842 estudantes matriculados. (Dados da 6ª Delegacia de Educação)

O ensino superior é ministrado pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

PORTO ALEGRE, RS

A capital dos gaúchos tinha em 1996 uma população de 1.288.879 habitantes, com uma taxa de urbanização de 97%.

Um conjunto de 66.557 empresas com CGC atuavam então no município. A administração municipal realizou uma Receita Orçamentária de R\$ 541.090.000,00.

Em 1999, o governo municipal era exercido por um prefeito do PT, partido que estava em sua terceira gestão consecutiva. A Câmara de Vereadores tinha a seguinte composição: PT – onze, PSDB – dois, PSB – dois, PMDB – dois, PTB – sete, PDT – três, PPS – um e PPB – três.

Porto Alegre tem uma tradição de considerável mobilização política. As principais organizações e movimentos sociais são as dezenas de entidades sindicais, estudantis, empresariais, associações de moradores, clubes de serviços, organizações culturais, de negros, feministas, de homossexuais, entre outras.